

MARCELO LAPUENTE MAHL

ECOLOGIAS EM TERRA PAULISTA (1894-1950)

As relações entre o homem e o meio ambiente durante
a expansão agrícola do Estado de São Paulo

Tese apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras de Assis - UNESP -
Universidade Estadual Paulista para a
obtenção do título de Doutor em
História (Área de conhecimento:
História e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Antonio Celso Ferreira

ASSIS
2007

A natureza do oeste paulista, diz Tavares de Almeida, no seu grande livro, é “zona sem relevo. Não surpreende nem arranca emoções”. Não deixam, entretanto, estes altiplanos de terem o seu encanto. Beleza melancólica das grandes extensões por assim dizer oceânicas, de planície vasta, de estepe, do pampa, do chapadão. O horizonte é reto mas de raro esplendor à hora dos seus crepúsculos, como os marítimos, rápidos. O céu é alto e convida a alma às evasões. O luar é feérico como em toda a parte. Essas luzes e distâncias enfeitiçam as almas sonhadoras.

Pedro Nava

Resumo

Ao longo do século XIX, ganhou projeção o processo de desbravamento do território paulista, impulsionado, principalmente, pelo surto cafeeiro. Regiões até então pouco exploradas, acabaram atraindo imensas levas populacionais, que buscavam perspectivas de enriquecimento e trabalho em novas terras, iniciando uma série de mudanças no mundo natural que, até então, havia se mantido relativamente intocado em grande parte do Estado.

Dentre as várias regiões transformadas em zonas pioneiras, durante essa expansão econômica, merece destaque o Noroeste paulista, onde a cidade de São José do Rio Preto tornou-se, entre as décadas de 1910 e 1940, sede de uma das zonas de maior crescimento do Estado de São Paulo.

Nesse movimento de conquista do interior de São Paulo, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, percebe-se, por meio da análise de jornais e revistas que circulavam comumente nos maiores centros urbanos, a formação de uma contundente crítica ambiental, que começava a tentar compreender quais foram os efeitos dessa expansão econômica ao meio ambiente paulista. Esses discursos, mesmo partindo de realidades tão distintas - capital e interior - mostram uma grande similaridade, ao apresentarem fundamentalmente dois eixos centrais de discussão. De um lado, a valorização do progresso e da expansão econômica, que entendia a destruição do mundo natural como uma consequência necessária para o desenvolvimento, além de um símbolo de vitória do homem sobre o meio ambiente. De outro, discursos que criticavam os impactos ambientais desencadeados pela conquista do interior, além de defenderem a necessidade do surgimento de novas formas de interação, menos violentas e mais harmoniosas, entre a sociedade e a natureza. O presente trabalho analisa a origem e as tensões existentes entre essas duas concepções de ecologia, que emergiram naquele momento de crescimento da economia paulista.

Palavras-chave: ecologia. expansão econômica. história ambiental. mundo natural. preservação. território paulista.

Abstract

All over the nineteenth century, the process of cleaning land in Paulista territory, stimulated especially by the sudden appearance of the coffee production, gained ground. Regions that were little exploited started to attract huge masses of the population that looked for enrichment and work in new lands. In consequence, a series of changes in the natural world, which had been relatively untouchable up to that moment, began in great part of the State. São José do Rio Preto was one among the various regions which were transformed into pioneering growing zones during the economic expansion, from the 1910s to the 1940s. With this movement of conquest in the interior of São Paulo, it was possible to observe, through the analysis of commonly circulated newspapers and magazines of the time, the formation of a consistent environmental criticism. Critics, then, started to understand the effects of such economic expansion on Paulista environment. Their discourses, even from distinct realities (from the capital city and from the interior) show a great similarity when they present two-center-lines of discussion: on the one hand, the appreciation of the progress and the economic expansion leading to the destruction of the natural world as a necessary development of the areas as well as the victory of the human being over the environment; on the other hand, the discourses that criticized the environmental impacts as a result of the conquest of the interior of the state, besides defending the necessity of the appearance of a less violent and more harmonious form of interaction between society and nature. The present work analyses the origin and tensions between these two conceptions of ecology that emerged in that moment of Paulista economic growing.

Keywords: ecology. economic expansion. environmental history. natural world. preservation. paulista territory.

Lista de Ilustrações

Figura 1 A locomotiva	48
Figura 2 Automóveis e charretes	51
Figura 3 Estradas de rodagem	53
Figuras 4 e 5 Terra e armas no interior	68
Figuras 6 e 7 Orgulhosos fazendeiros	71
Figura 8 Família burguesa	86
Figura 9 Desmatamento no Brasil	87
Figura 10 Madeireira	88
Figuras 11 e 12 Queimadas	89/90
Figura 13 e 14 A cidade e a floresta	96/97
Figuras 15, 16, 17 e 18 Animais no sertão	108/109
Figura 19 Tourada	111
Figuras 20, 21 e 22 Desenhando a natureza	126
Figura 23 Machados indígenas	131
Figuras 24 e 25 Semeando o progresso	139/140
Figuras 26 e 27 Guerra contra a saúva	141
Figuras 28 e 29 Congressos agrícolas	145/146
Figura 30 Geometria e natureza	148

Lista de Mapas

Mapa 1 O sertão desconhecido	23
Mapa 2 O Oeste Paulista	32

Lista de Quadros

1 Perfil populacional de S. J. do Rio Preto	38
2 Análise comparativa de S. J. do Rio Preto e região	41
3 As zonas pioneiras	56
4 Estabelecimentos agropecuários	74
5 Pecuária, Avicultura e Suinocultura	110
6 Indústrias Siderúrgicas	116
7 Tecnologia no campo	147

Sumário

<i>Introdução</i>	9
 <i>1 Exploração e povoamento do sertão paulista</i>	
1.1 Entre o campo e a cidade	19
1.2 A fronteira Noroeste do Estado	31
1.3 O homem contra a natureza	41
1.4 Novas veredas no velho sertão	46
1.5 Terra virgem, mata exuberante, solo fértil	58
1.6 O <i>far-west</i> paulista	66
 <i>2 Mundo natural e civilização</i>	
2.1 Em confronto com a natureza	74
2.2 A muralha verde	85
2.3 A difícil convivência com os animais	97
2.4 Descobrindo o subsolo	112
 <i>3 Natureza revelada</i>	
3.1 A ciência abrindo novas fronteiras	120
3.2 A modernização do campo	133
3.3 O mundo rural transformado pela educação	142
 <i>4 Crítica ambiental em São Paulo</i>	
4.1 Origem dos movimentos ambientalistas modernos	150
4.2 Outras ecologias em terras paulistas	166
4.3 A Proteção dos animais	179
 <i>5 Considerações finais</i>	192
 <i>Fontes</i>	196
<i>Bibliografia</i>	203

Introdução

As temáticas relativas ao mundo natural, principalmente quando relacionadas à preservação ambiental ou aos chamados movimentos ecológicos, tornaram-se assuntos de veiculação diária nos meios de comunicação, em todo o mundo, principalmente, a partir da década de 1980. Atualmente, há uma infinidade de jornais, programas de televisão, revistas, documentários, além de inúmeros grupos que dedicam suas atividades exclusivamente à proteção ou à preservação da natureza. Tal realidade expandiu o tema para além das discussões dos gabinetes universitários, ampliando e disseminando os debates sobre as relações entre o homem e o meio ambiente por toda a sociedade.

A importância e o destaque midiático que as questões ambientais adquiriram, nas últimas décadas, resultado principalmente da divulgação de grandes desastres ecológicos que chamaram a atenção de todo o mundo, despertaram o interesse de vários pesquisadores, inclusive historiadores, transformando os problemas relacionados ao meio ambiente em objeto de estudo de várias disciplinas. Entretanto, as várias possibilidades de pesquisa relacionadas às temáticas ligadas ao mundo natural trouxeram um perigo real, que Pierre Bourdieu (1998) chamou apropriadamente de *mito de gênese*. A urgência e a demanda por pesquisas relacionadas aos problemas ambientais acabaram levando muitos a procura, por vezes arriscada, do início de determinados questionamentos em épocas cada vez mais distantes, aumentando, assim, o perigo tanto do anacronismo quanto da mitificação exagerada dessas temáticas.

Todavia, a história ambiental é muito mais do que a simples busca pela origem da luta em prol dos direitos da natureza ou da origem do pensamento ecológico. Hoje, grandes grupos de pesquisa, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, dedicam seus trabalhos aos problemas ecológicos, além de empreenderem debates em relação ao trato teórico-metodológico da natureza pelos historiadores.

Como definir, então, a especificidade da história ambiental em meio a tais dificuldades? Uma resposta bastante satisfatória é dada pelo pesquisador norte-americano Donald Worster (1991), um dos mais importantes da área¹, que vê como objetivo prioritário da história ambiental

¹ Donald Worster é autor de vários trabalhos de história ambiental, sendo um dos mais importantes *Dust Bows – the southern plains in the 1930's*, ainda sem tradução no Brasil, onde o autor analisa os impactos ambientais no meio

a compreensão de como os seres humanos foram afetados ou afetaram o meio ambiente no passado. Por outro lado, há autores que não entendem a história ambiental como uma área própria, preferindo compreendê-la como uma ampliação dos interesses do conhecimento histórico, devendo ser analisada como uma vertente da história social, ou mesmo cultural. Nessa perspectiva, vale destacar o exemplo do historiador inglês Keith Thomas que, mesmo não se reconhecendo necessariamente como um historiador do meio ambiente, escreveu um dos grandes livros relacionados às questões da natureza².

As temáticas ambientais, na historiografia, não são necessariamente fenômenos recentes. Basta lembrar uma das grandes obras de história do século XX, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II*, de Fernand Braudel, onde a natureza adquiriu um papel central no desenrolar do processo histórico (DOSSE, 1994). Outro exemplo pode ser encontrado nos Estados Unidos, onde foi fundada, na década de 1970, a *American Society for Environmental History* que, desde então, desenvolve pesquisas na área de história ambiental (DRUMMOND, 1991). A Inglaterra, por sua vez, também possui longa tradição de discussões sobre as questões ambientais, por meio de várias áreas do conhecimento, como a da biologia e a da botânica, e foi neste país que surgiram, desde o XVIII, os primeiros grupos de defesa da natureza, inspirando os modernos movimentos ambientalistas (MACCORMICH, 1992).

No Brasil, as relações entre homem e meio ambiente se encontram presentes em estudos importantes empreendidos na área das ciências humanas, desde as primeiras décadas do século XX. Podem ser destacados os trabalhos do sociólogo Gilberto Freyre que, desde a década de 30, com a publicação do livro *Casa Grande e Senzala*, e mais especificamente *Nordeste*, valorizou a contribuição das características ecológicas³ na gestação da sociedade brasileira. Este último livro publicado originalmente em 1937, pode ser considerado, em especial, um verdadeiro tratado pioneiro de história ambiental. Mesmo não sendo considerado dessa forma pelo autor, Freyre foi vanguarda ao analisar como a sociedade açucareira pernambucana não só interferiu nos ecossistemas da região, mas também se viu influenciada pelas características ambientais próprias aí encontradas (FREYRE, 1967).

oeste dos Estados Unidos que deflagraram, na década de 1930, tempestades de areia que estão entre os maiores desastres ambientais da história norte-americana.

² Trata-se do livro *O homem e o mundo natural*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Cia das letras, 2001.

³ O termo ecológico é aqui utilizado em seu sentido original. Ecologia é a ciência fundada no século XIX que estuda “as relações dos seres vivos entre si e com o meio físico do qual evoluem” (DORST, 1995, p. 8). Contudo, na atualidade, o termo ecologia também é relacionado, muitas vezes, de forma pouco precisa, aos grupos que lutam pela preservação ambiental.

Outro expoente significativo, no cenário intelectual brasileiro, foi Sérgio Buarque de Holanda que incluiu, em seus estudos importantes, análises relativas às características ecológicas e sua influência na formação da sociedade paulista. Destacadamente, o livro *Caminhos e Fronteiras* (1994), onde as relações entre índios e brancos com a natureza são apontadas como constitutivas das origens de novas formas de organização econômica e de sociabilidade do planalto do Piratininga, durante o período colonial.

Vários autores brasileiros destacaram a importância das relações ecológicas para a compreensão do passado nacional, pelo menos desde a década de 30, mesmo antes do arrefecimento dos debates relacionados à história ambiental. Essa tradição mantém seus laços até hoje, traduzindo-se em estudos desenvolvidos por pesquisadores da área, como José Augusto Pádua, José Augusto Drummond ou Victor Leonardi, todos dedicando-se às temáticas ambientais, cada qual com sua própria inclinação teórico-metodológica⁴.

O presente trabalho se insere na perspectiva definida por Donald Worster (1991), ao analisar as diversas ecologias que emergiram no Estado de São Paulo, durante o processo de expansão agrícola verificado entre o final do século XIX e 1950. Neste período, a agricultura e a pecuária se espalharam por todo o território paulista, levando a um contato direto das novas populações que se dirigiam às regiões pioneiras com o mundo natural desbravado. O encontro desses contingentes de trabalhadores com a natureza, estimulado pelas novas demandas econômicas, políticas e sociais, desencadeou uma série de discussões e debates sobre o mundo natural, além de estimular a rápida transformação de grande parte das características ambientais originalmente existentes no Estado.

As fontes aqui escolhidas para compreender as representações simbólicas sobre a natureza foram principalmente textos de jornais, revistas e almanaques originários de duas realidades distintas, e que tinham, em comum, a atenção destinada, de forma direta ou não, às questões relativas ao mundo natural; questões que se colocavam cada vez mais presentes para muitos daqueles que refletiam sobre as mudanças que vinham ocorrendo no Estado de São Paulo no final do século XIX.

⁴ José Augusto Pádua é autor de *Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista 1786-1888*. Trata-se de um importante trabalho sobre o pensamento preservacionista no século XIX (2002). O historiador José Augusto Drummond também se dedica à história ambiental, tendo publicado estudos sobre o tema, com foco no Rio de Janeiro e na região Amazônica, destacando-se o livro *Devastação e preservação ambiental – os parques estaduais do Rio de Janeiro* (1997). Já Victor Leonardi escreveu *Os historiadores e os rios – natureza e ruína na Amazônia brasileira* (1999), uma análise das relações ecológicas que influenciaram no esplendor e no arruinamento de um povoado amazonense.

Assim, de um lado, foram tomadas, como fonte, revistas publicadas na capital paulista e que possuíam textos produzidos por escritores, pesquisadores e intelectuais que observavam e interagiam diretamente nos espaços culturais da cidade de São Paulo. Nesse sentido, pode-se indicar primeiramente as publicações do *Museu Paulista* e do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* que, entre o final do século XIX e a década de 1930, foram duas das mais importantes instituições científicas do Brasil.

Divulgando um grande número de trabalhos de História, Geografia, Antropologia, Etnologia e Ciências Naturais, as revistas dessas duas agremiações buscavam, cada qual dentro de sua especificidade, divulgar os conhecimentos construídos à luz dos parâmetros científicos da época, tendo o Estado de São Paulo como tema principal (SCHWARCZ, 1993). As revistas eram o ponto de ligação da Instituição com o público letrado, o que as tornavam bastante limitadas quanto sua abrangência e seu número de leitores. Por outro lado, elas respondiam às necessidades das elites locais, ligadas ao Museu e ao Instituto, de buscarem propagar argumentos laudatórios sobre a história paulista (FERREIRA, 2002; MAHL, 2001).

Além disso, no que se refere às ciências naturais, as duas agremiações buscavam responder às necessidades cada vez mais urgentes de desvendar o território, a fauna, a flora e os recursos naturais do Estado de São Paulo, dando suporte científico, na medida do possível, para os desbravadores que se lançavam, com toda força, na conquista humana, por meio da agricultura e da pecuária, do chamado sertão paulista⁵.

Também fez parte do *corpus* estudado a *Revista do Brasil* em sua primeira fase, que vai dos anos de 1916 a 1925. Inicialmente controlada por Júlio de Mesquita, do *jornal O Estado de São Paulo*, a revista foi vendida em 1918 para o escritor Monteiro Lobato, que manteve alguns dos nomes mais destacados da vida intelectual brasileira como colaboradores assíduos da publicação. Fiel representante dos grupos intelectuais paulistas que buscavam, por meio das idéias, transformar o Brasil, a publicação “se considerava capaz de colocar o país no rumo certo. Esclarecer, ensinar, arregimentar e ordenar forças, formar opinião, tendo por arma a palavra escrita” (LUCA, 1998, p. 47). Portanto, a *Revista do Brasil* esperava incutir, em seus leitores, os valores mais caros da ciência e da racionalidade, com o objetivo de transformar o atraso brasileiro em um despertar magnífico para um futuro marcado pela égide dos valores tidos como

⁵ Cabe ressaltar que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e o Museu Paulista dividiram essa tarefa com outras Instituições, como escolas técnicas, Faculdades e outros centros de pesquisa que, a partir do início do século XX, propagaram-se em todo o Estado de São Paulo. O tema será abordado no capítulo 3.

modernos, baseados principalmente no conhecimento científico, na eficiência técnica, na medicina e no sanitarismo.

Finalmente, constitui parte da documentação analisada a *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, criada em 1934 e que publicou trabalhos voltados principalmente à história, à geografia e à literatura, além de textos diversos sobre cultura paulista. Em seus primeiros anos, nomes atuantes do movimento modernista, como Mário de Andrade, exerceram influência direta no veículo. Entretanto, esse perfil inicialmente ligado às concepções modernistas se transformou, ao mesmo tempo em que mudanças na direção do Departamento de Cultura de São Paulo – ao qual a revista estava subordinada – aconteciam. Nesse sentido, em seus volumes, também foram divulgados trabalhos, ao longo dos anos 1930 e 1940, de nomes influentes na vida política e cultural paulista, com destaque especial para vários professores da recém formada Universidade de São Paulo (CLARO, 2006).

A revista do arquivo também pode ser entendida por meio de tentativas e de esforços de divulgação, nas décadas que se seguem aos anos 20, do conhecimento científico e cultural a um público cada vez mais amplo, dentro das perspectivas renovadoras das classes dirigentes; muitas das quais depositavam, nos saberes da ciência e na educação das massas, as esperanças de construir um novo país.

Ainda em relação às revistas, não se pode deixar de indicar o final do século XIX como o momento em que esse tipo de publicação ganhou um destaque significativo no mercado editorial brasileiro. No panorama de acirradas disputas entre diversos projetos de nação, que marcaram as primeiras décadas do século XX, as revistas foram meios fundamentais de propagação e de discussão de ideais políticos, econômicos e culturais no Brasil. Como afirma Ana Luiza Martins:

Por volta de 1890, a inexistência de uma indústria livreira conferiu, especialmente às revistas, a função de suporte adequado para veiculação da imagem de um novo Brasil. Imagem tradutora das conquistas técnicas com as quais a imprensa periódica se defrontava, construída a serviço de um ideário inovador e não raro a serviço da defesa das tradições. Não seria abusivo admitir para aqueles idos que – tanto quanto jornal, porém mais que o livro –, a revista era o instrumento eficaz de propagação de valores culturais, dado seu caráter de impresso do momento, condensado, ligeiro e de fácil consumo. Acrescente-se a isso, por vezes, a aparência luxuosa, divulgando, através da ilustração, propagandas e mensagens aliciadores e pronto! Assim estava configurado o produto que subjugava corações e mentes, atingindo com presteza uma gama expressiva e diferenciada de leitores. Cada número publicado transformava-se em símbolo emblemático da transição vivida, expressando os conflitos do

período e apresentando-se como porta-voz de múltiplas gerações (MARTINS, 2001, p. 26-7).

Entende-se, portanto, que as revistas expressavam novos sonhos e projetos de uma sociedade em transformação. Isso vale não somente para as revistas de variedades, mas também e principalmente para aquelas de interesse cultural-literário, ou ainda para as científicas; elaboradas por (e para) um grupo mais seletivo e intelectualizado, que viam, nesse tipo de publicação, um importante instrumento tanto de propagação de novos ideais quanto de demarcação de fronteiras simbólicas entre os diversos projetos de Brasil (LUCA, 2006; MARTINS, 2001).

Apesar de não participarem da mesma forma e com a mesma importância dentro das disputas políticas do período aqui estudado, a *Revista do Brasil*, do *Arquivo Municipal de São Paulo*, do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* e do *Museu Paulista* veiculou uma grande quantidade de material, entre artigos, memórias, resenhas e ensaios, cujo tema principal eram os problemas e as questões relativas às relações entre o homem e o mundo natural. Sediadas na capital paulista, elas observavam tais aspectos por meio de um olhar urbano, relativamente distanciado do local onde esse encontro do homem com a natureza se dava de forma direta e cotidiana.

Nesse sentido, apresenta-se aqui um segundo grupo de documentos que mostram as representações construídas por escritores que viviam quotidianamente o desbravamento das novas terras do interior, onde as projeções de um mundo urbano eram permeadas diretamente por uma realidade fundamentalmente rural, que passava, nas primeiras décadas do século XX por um processo de lenta, mas contundente transformação, influenciado pelo desenvolvimento agrícola e urbano. Esses documentos são jornais, revistas e almanaques publicados em São José do Rio Preto e região, no Noroeste do Estado de São Paulo.

O município de Rio Preto foi, principalmente durante as décadas de 1910 e 20, uma das mais importantes áreas pioneiras do Estado, centro de uma série de outros núcleos urbanos, como Catanduva, Mirassol, Tanabí, Uchoa, Monte Aprazível e Olímpia. Nestas e em outras cidades da região, concretizava-se o contato direto entre homem e natureza, e esta realidade não passou despercebida pelos grupos letrados da chamada Alta Araraquarense.

Desse modo, por meio da produção discursiva produzida nos jornais *A Notícia*, *O Município* e *Folha de Rio Preto*, de São José do Rio Preto, *O Correio de Mirassol*, da cidade de

Mirassol, e o jornal *A Cidade*, de Catanduva, pode-se reconstruir uma parcela das representações elaboradas pelos homens que observavam diretamente o momento do desbravamento e da conquista dos chamados *sertões paulistas*.

Cabe também ressaltar, nesse contexto, as palavras de Pierre Monbeig, que definiu muito bem essas regiões de povoamento pioneiro da virada do século XIX como áreas em movimento, caracterizadas por “mudanças administrativas, incertezas estatísticas, vazios cartográficos, eis outras tantas conseqüências de um estado de coisas que, a cada dia, se modifica” (1984, p. 19). Daí resultam muitas das dificuldades em definir, com precisão, a região de São José do Rio Preto no período estudado, quando quase, ao mesmo tempo, tantos municípios eram criados, outros mudavam de nome, assim como se modificavam rapidamente comarcas e sedes regionais. Portanto, deve-se entender que as representações sobre o mundo natural, elaboradas por essa vasta sociedade pioneira da Alta Araraquarense, não são próprias de uma única cidade, mas sim de uma grande área em constante transformação e movimento, onde transitavam indivíduos de diversas localidades, com interesses variados, atraídos pelo mundo de oportunidades das zonas pioneiras.

No que se refere aos jornais da região, percebe-se também uma ligação bastante estreita entre esses sujeitos que começam a trabalhar na formação, no início do século XX, da imprensa periódica no interior. Frequentemente, notícias veiculadas nos jornais de Mirassol são também publicadas nos impressos de São José do Rio Preto. Escritores e jornalistas de Catanduva publicavam seus artigos em Mirassol e Rio Preto; demonstrando a existência de espaços de sociabilidade bastante próximos em uma região de fronteiras tão dificilmente demarcáveis (CAMPOS, 2004).

Esse grande conjunto de documentos utilizados aqui como fontes primárias, mesmo partindo de realidades distintas – a cidade de São Paulo, de um lado, e a região pioneira de São José do Rio Preto, de outro, – apresentam um panorama bastante diversificado e abrangente das ações e dos discursos sobre a natureza no período. Na capital e no interior, as relações ecológicas surgem nos escritos estudados, refletindo as aspirações, os medos, os anseios e os projetos de alguns dos grupos sociais paulistas, no momento em que os recursos naturais estavam sendo explorados em nome do progresso e do desenvolvimento econômico.

Pode-se, portanto, dividir esse amplo conjunto de fontes na seguinte lógica: primeiramente, os olhares científicos sobre o mundo rural, que objetivavam também oferecer

respaldo técnico ao processo de expansão agrícola, representados pelo Museu Paulista e Pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Um segundo grupo de textos que expressavam o esforço e o desejo das elites urbanas em favorecer a entrada do Brasil no mundo desenvolvido via progresso técnico e científico, e as revistas seriam, além de um meio de interlocução e de apresentação de idéias e projetos político-culturais aos leitores, um instrumento de divulgação desses novos ideários modernizantes. É neste sentido que se inserem a *Revista do Brasil* e a *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*.

Finalmente, um terceiro grupo de textos - jornais, revistas e almanaques - publicados na região de São José do Rio Preto, que mostram o olhar dos grupos letrados do interior sobre o mundo natural, no exato momento em que o avanço agrícola transformava o antigo sertão em áreas de denso povoamento humano.

A pesquisa abrangeu o período que vai do final do século XIX, quando a expansão agrícola rumo às áreas mais recônditas do Estado ganhou força, até o final da década de 1940, quando a região de São José do Rio Preto não pôde mais ser considerada “boca de sertão”, já que as fronteiras da economia agrícola paulista já haviam se deslocado para novas áreas de exploração, como o norte do Paraná, o Mato Grosso e a região da Alta Sorocabana⁶.

A busca em compreender um pouco mais sobre as complexas relações entre o homem e o meio ambiente em São Paulo inicia-se com uma discussão, no primeiro capítulo, sobre o desenvolvimento da economia agrícola no Estado, na virada do século XIX para o XX, com o objetivo de compreender os impulsos e as trajetórias seguidas durante a formação das cidades paulistas ao longo das zonas pioneiras.

No segundo capítulo, buscou-se, por meio de uma parte da produção discursiva que emergiu no contexto dos debates sobre o desenvolvimento agrícola do Estado, compreender o papel desempenhado pelos animais, plantas e o mundo inanimado nesse processo de expansão

⁶ Em um livro fundamental para o estudo da Alta Araraquarense, Antonio Tavares de Almeida afirmou, por meio de dados estatísticos que, na década de 1940, 2/3 da população do distrito de São José do Rio Preto já é principalmente urbana (ALMEIDA, 1943). Portanto, pode-se concluir que grande parte das áreas próprias para a atividade agrícola já se encontravam ocupadas, e não atraíam, com a mesma força, populações em busca de terras mais baratas. Começa aí uma mudança no perfil do migrante nessa zona, que passa, então, a procurar novas oportunidades de trabalho no espaço urbano, e não somente no rural. Conclui-se, em outras palavras, que a marcha pioneira do homem em busca das terras virgens e baratas já havia deixado Rio Preto. Nilce Aparecida Lodi (1967), acrescentando novos dados aos já estudados por Pierre Monbeig (1984) e pelo próprio Antonio Tavares de Almeida (1943), também apontou a década de 40 como o período em que a região de São José do Rio Preto deixou de ser uma área de atração fundamentalmente rural, abrindo caminho para o grande desenvolvimento urbano da cidade nas décadas de 50 e 60, impulsionado pelo desenvolvimento de uma economia industrial e de serviços.

econômica. Segue-se, na terceira etapa, com uma análise sobre como as idéias modernizantes do início do século XX, fundamentadas na crença científica, na educação e no desenvolvimento tecnológico contribuíram para a exploração mais efetiva dos recursos naturais do Estado.

O quarto e último capítulo desenvolve-se por meio dos contra-discursos que revelam uma oposição bastante significativa ao pensamento dominante, que propagava a necessidade do progresso ininterrupto; tentando compreender um pouco mais sobre as idéias daqueles que faziam oposição à exploração desmesurada do meio ambiente, mesmo em um período em que os defensores dessas concepções não possuíam espaços privilegiados de debate e divulgação, se comparados aos usufruídos hoje pelos movimentos que lutam pela preservação e conservação do mundo natural.

É importante salientar que não foi intuito deste estudo tornar-se um manifesto contra a exploração do meio ambiente, muito menos procurar fazer um juízo de valor sobre as práticas utilitaristas e exploratórias. O objetivo foi, antes de tudo, perceber como as relações ecológicas, que emergiram na sociedade paulista, durante a primeira metade do século passado, dialogavam com as práticas sociais do período.

Estas práticas sociais são aqui entendidas por meio de suas conexões com as representações que os homens fazem sobre o mundo. Para uma parte dos historiadores culturais, como Roger Chartier e Keith Thomas, o homem constrói representações sobre o mundo que, longe de se apresentarem como meras cópias da realidade, são formas constituintes do próprio real, definindo e gerando ações e práticas sociais (BURKE, 2005). Portanto, o conceito de *representação* é um termo central para esse tipo de abordagem, que valoriza as conexões entre as práticas sociais e os discursos:

[...] as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativas do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2004, p. 39).

Os discursos aqui estudados são analisados tendo em vista os conflitos e dilemas próprios de sua época de elaboração - final do século XIX até 1950 - e das dificuldades enfrentadas pelos grupos sociais geradores desses discursos. Nesse sentido, os textos revelam faces dos olhares daqueles que se interessaram, mesmo que indiretamente, - expressando isto por meio de artigos

de jornais, livros, revistas e almanaques - sobre o processo de expansão agrícola paulista em decurso, no período estudado, e de suas possíveis consequências, equívocos e possibilidades. Além disso, esses mesmos discursos possibilitaram compreender as formas como os homens entendiam e se relacionavam com o mundo natural.

É importante salientar também que o discurso não é aqui entendido como simples forma de transposição mecânica do real para o simbólico, mas sim fonte geradora que inclina e orienta determinadas práticas sociais, constituindo a própria idéia de real (BURKE, 2005). Portanto, as ações dos homens em relação ao mundo natural, como o desmatamento, as queimadas, a caça, têm uma ligação direta não só com as demandas econômicas ou sociais, mas também com as representações que a própria sociedade construiu a respeito dessas práticas. Em outras palavras, as ações humanas respondem não somente às necessidades materiais, mas também estão intimamente relacionadas às matrizes simbólicas que significam as práticas sociais. Dessa forma, a compreensão tanto dessas práticas quanto das representações que são partes constituintes do real são fundamentais para compor o complexo mosaico de forças que agiam no passado e se inter-relacionavam a ele.

Da referida discussão, pode-se afirmar que, durante séculos, as regiões que hoje fazem parte do Estado de São Paulo ficaram praticamente isoladas do contato com o homem branco, recebendo somente a ação indígena ou, então, permaneceram totalmente livres da interferência direta do homem. Com o desvendamento das chamadas terras desconhecidas, principalmente durante a abertura de novas fronteiras agrícolas em São Paulo, vastas regiões foram colonizadas e transformadas pelos pioneiros. Esse processo, que já foi chamado até pouco tempo atrás, com bastante entusiasmo, de *marcha da civilização*, hoje é considerado, por muitos, um exemplo do poder nefasto e prejudicial do homem sobre a natureza. Este trabalho busca elucidar e compreender um pouco mais sobre as origens desta contradição.

1 EXPLORAÇÃO E POVOAMENTO DO SERTÃO PAULISTA

1.1 Entre o campo e a cidade

Até o início do século XIX, a região que na atualidade chamamos de interior paulista, figurava em antigos mapas da província como *zona desconhecida*. Embora já parcialmente desbravada pelas excursões organizadas pelos antigos bandeirantes, principalmente durante o século XVII, esse vasto território era habitado por uma grande variedade de populações indígenas e preservava características ambientais muito semelhantes às encontradas antes da chegada dos primeiros colonizadores portugueses.

Com o início do declínio do bandeirantismo, no século XVIII, a Província de São Paulo manteve uma economia fundamentada na agricultura complementar, fornecendo trigo, milho e outros produtos alimentícios às outras regiões do Brasil. Contudo, os números decorrentes dessa atividade não eram suficientes para colocar a produção paulista entre as mais importantes no quadro econômico brasileiro, fato observado também em função do ritmo de crescimento bem menor da região, se comparado a outras áreas brasileiras, como o Nordeste ou o Rio de Janeiro (MORSE, 1970).

Essa São Paulo colonial, que vivia do bandeirantismo e das atividades agrárias incipientes que ainda não eram fortes o suficiente para empreender um grande avanço econômico na região, teve sua situação transformada com o início da exploração de ouro e pedras preciosas nas Minas Gerais, a partir de meados do século XVIII.

O aumento populacional, nas regiões mineradoras, foi o estímulo maior para a transformação da lavoura paulista. Aos poucos, pequenos agricultores passaram a responder às novas demandas por gêneros alimentícios, e a agricultura, até então praticada, assentada em técnicas de plantio adequadas ainda àquelas primeiras relações econômicas incipientes, teve que se estruturar e se incrementar de forma mais abrangente e organizada, a fim de atender às novas necessidades internas.

O destino desses gêneros alimentícios produzidos em São Paulo era, além da região das Minas Gerais, a própria cidade do Rio de Janeiro, feita capital da colônia em 1763 e que se tornou o principal porto por onde as riquezas minerais partiam rumo à Europa. A região do Vale do Paraíba, na província de São Paulo, rota de ligação natural entre as zonas mineradoras e a sede

do governo português no Brasil, teve um extraordinário estímulo, ampliando suas roças e criações e tornando-se um fornecedor fundamental de víveres para toda essa nova realidade econômica (MARCÍLIO, 2000).

A estrutura fundiária principal desse primeiro avanço agrícola paulista foi a pequena propriedade, tendo como mão-de-obra fundamental a do trabalhador livre. Entre os anos de 1789 e 1828, somente 30% do trabalho agrícola em São Paulo era feito por escravos, sinal de que essa economia de fornecimento de gêneros alimentícios ainda não era suficientemente rentável para atrair os recursos necessários à utilização ampla do escravo negro (MARCÍLIO, 2000, p. 105). Esta só foi possível com o desenvolvimento da produção de cana-de-açúcar em território paulista, no final do século XVIII.

A lavoura de cana-de-açúcar, em São Paulo, possibilitou não só a formação de uma economia de *plantation* na província como também foi a principal responsável por integrar a lavoura paulista no cenário econômico brasileiro (PETRONE, 1968). O crescimento da demanda internacional, no último quarto do século XVIII, e os estímulos dos governos provinciais paulistas aliaram-se ao interesse, cada vez maior, dos paulistas em procurarem na terra não somente o seu sustento, mas também o lucro e o desenvolvimento de uma economia forte e competitiva. Portanto, foi com a cana-de-açúcar que “São Paulo encontrou definitivamente seu modo de vida na agricultura” (PETRONE, 1968, p. 21).

A produção açucareira paulista se organizou em duas zonas principais: uma mais antiga no litoral, mais especificamente em São Sebastião e Ubatuba, duas regiões que já serviam de ligação entre Santos e o Rio de Janeiro e, portanto, com as facilidades de um mercado já aberto para a produção aí existente; e outra no chamado quadrilátero do açúcar, que abrangia as regiões que mais tarde dariam origem às cidades de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí. Em torno deste quadrilátero se desenvolveu a grande produção açucareira paulista, até as primeiras décadas do século XIX (PETRONE, 1968).

A entrada da cana-de-açúcar agregou um novo tipo de propriedade na estrutura fundiária da província de São Paulo, até assentada na pequena propriedade e no trabalhador livre: o latifúndio. Além disso, houve uma mudança no panorama populacional da região, em virtude da chegada, em grande quantidade, dos negros escravizados, que foram fundamentais para o desenvolvimento da economia canavieira paulista.

A partir de 1780, a população escrava em São Paulo iniciou um processo de franco crescimento, atendendo as necessidades de uma economia agrícola em expansão. Vinham escravos da Bahia e do Rio de Janeiro, e alguns fazendeiros mais abonados chegaram a importar escravos diretamente da África, transformando Ubatuba e São Sebastião em importantes entrepostos de escravos (PETRONE, 1968). Foi ainda por estímulo principalmente da cana-de-açúcar que se deu o período de maior chegada de escravos negros em São Paulo, mais especificamente entre os anos de 1808 e 1836 (MARCÍLIO, 2000, p. 117-18).

As novas propriedades canavieiras, organizadas com o objetivo de oferecer lucratividade suficiente para financiar todo o sistema de exportação da cana, conviveram, ao longo do século XVIII, com as pequenas propriedades que continuavam produzindo víveres e vendendo para os mercados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Toda essa economia agrícola paulista acabou por estimular o desenvolvimento de uma infra-estrutura praticamente inexistente em São Paulo antes do início da exploração das Minas Gerais.

Dessa forma, caminhos começam a ser abertos ou melhorados, principalmente na região do Vale do Paraíba, nos trajetos litorâneos que ligavam Santos, São Sebastião e Ubatuba ao Rio de Janeiro e no famoso *caminho do mar*, que ligava a cidade de São Paulo a Santos. Rotas que eram atravessadas por grandes tropas de mulas, responsáveis por todo o transporte de produtos pelo Brasil antes da chegada das ferrovias, além do gado que, vindo em cada vez mais quantidade da região Sul do Brasil, crescia em número, ao longo do século XVIII, utilizado para alimentação, para a extração do couro e também para o transporte de carga complementar ao mar.

Além disso, fortaleciam-se as ligações entre comerciantes e exportadores paulistas e cariocas, em um mercado que, cada vez mais, se abria para a produção agrícola de São Paulo. Definitivamente, a cana-de-açúcar havia transformado toda a província paulista.

Os anos de 1846 e 1847 ficaram marcados como aqueles onde mais se exportou o açúcar produzido em São Paulo, ao mesmo tempo em que se registra o final de um período de ascensão desse produto. Somente três anos depois, entre 1850 e 1851, um outro produto exportado superou a cana-de-açúcar no porto de Santos, abrindo uma nova fase na vida econômica paulista (PETRONE, 1968, p. 223-24). Este produto era o café, que se utilizou de toda a infra-estrutura organizada originalmente para a cana-de-açúcar, ampliando-a de forma vertiginosa ao longo do século XIX.

O produto de origem oriental que, durante os anos da revolução industrial, acabou caindo no gosto europeu, adaptou-se de forma espetacular às variações climáticas e aos solos paulistas, elevando, durante o século XIX, a província de São Paulo à posição de maior força econômica brasileira.

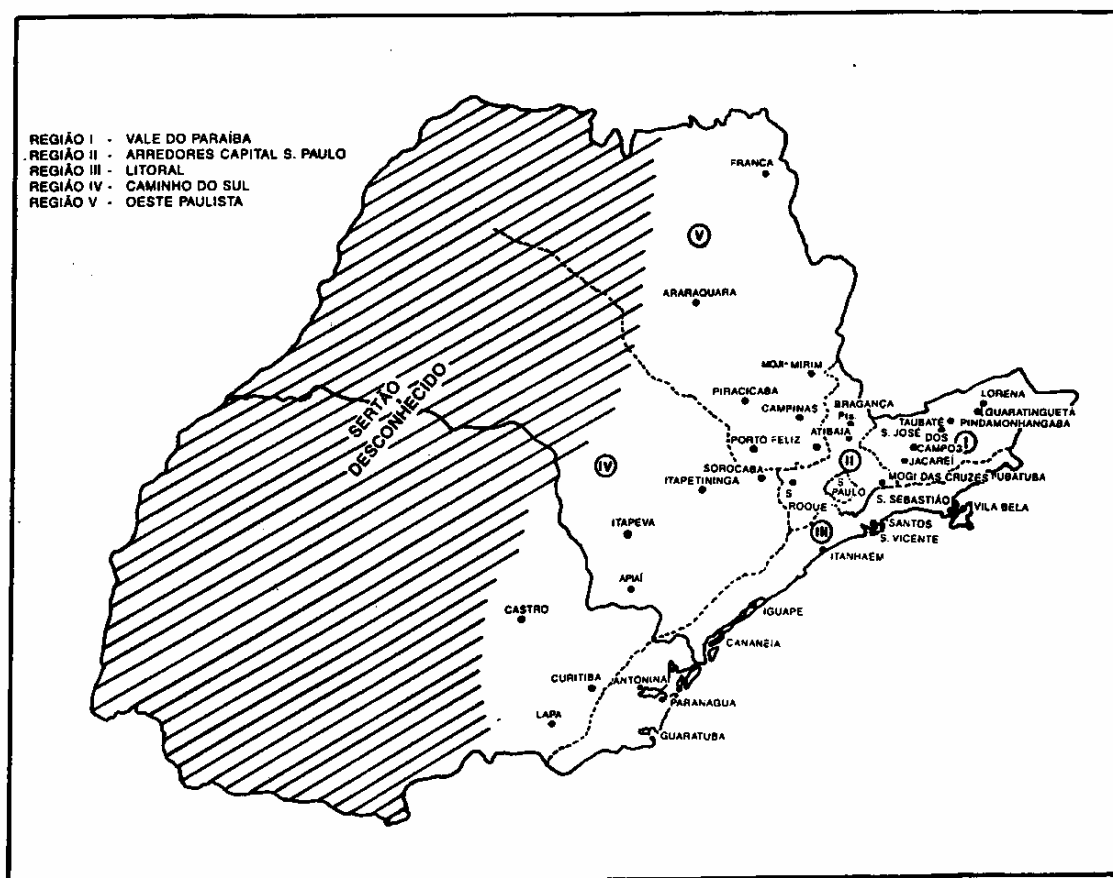
Os cafezais, inicialmente plantados na cidade e na região serrana do Rio de Janeiro, chegaram rapidamente às terras paulistas, trazidos pelos que procuravam os solos férteis do Vale do Paraíba. Respondendo à crescente demanda externa pelo produto, e utilizando-se de toda a infra-estrutura já organizada pela produção canavieira, esta região tornou-se, entre os anos de 1830 e 1850, a maior produtora de café no Brasil. As cidades de Bananal, Areias e Taubaté converteram-se nos mais novos centros desse impulso econômico. Em 1855, uma estrada de ferro, inicialmente denominada *Dom Pedro II*, começou a ser construída para ligar a zona cafeeira à capital paulista, fortalecendo, cada vez mais, o processo de expansão econômica da Província⁷.

Por outro lado, deve-se admitir que tal processo não seguiu uma lógica linear e homogênea. Desde o início daquilo que muitos denominam como *ciclo da cafeicultura*, o progresso da lavoura de café caminhou concomitantemente à rupturas, a crises econômicas e políticas, além das disputas com outros setores da economia. Isso sem falar nas dificuldades de ordem natural, como geadas, pragas, excesso de chuvas ou estiagem prolongada.

Dentre esses vários problemas enfrentados por aqueles que plantavam café, destaca-se também a crise cambial que ocorreu entre os anos de 1900-1905, a forte queda nos preços durante a Primeira Guerra Mundial; a famosa praga da *broca do café* que, na década de 20, pareceu prenunciar a pior de todas as crises enfrentadas pelo setor: a de 1929; e as sucessivas geadas e secas enfrentadas entre os anos de 1942 a 1945. Entretanto, tais dificuldades não conseguiram impedir o fortalecimento do café que acabou por ocupar o posto de maior produto de exportação do Brasil, por mais de um século.⁸

⁷ A literatura relativa à expansão cafeeira paulista é extensa e variada. Dentre as obras consultadas, pode-se destacar Milliet, 1941; Prado, 1957; Furtado, 1963.

⁸ A preponderância do café como principal produto de exportação do Brasil pode ser observada, pelo menos, entre os anos de 1830 a 1950. Entretanto, esta data pode ser expandida. Em 1952, o café ainda respondia por 70% das exportações brasileiras. Alguns anos mais tarde, entre os anos de 1958/1959, o Brasil colheu uma safra recorde de 36 milhões de sacas de café, sendo que o consumo mundial do produto era de 24 milhões de sacas (FURTADO, 2002).



Província de São Paulo, regiões, 1828.

Mapa 1 – A área assinalada destaca no mapa o sertão paulista e paranaense. Em São Paulo, fica evidente a oposição entre as zonas ainda pouco povoadas do Estado, definidas como *sertão desconhecido*, e as regiões de colonização mais antiga (MARCÍLIO, 2000, p. 141).

O desenvolvimento das plantações de café, que tanto transformaram a economia paulista, acompanhou, de forma sintética, o seguinte roteiro espacial: as primeiras plantações na região fluminense, destacando-se a cidade do Rio de Janeiro, a região de Cantagalo e Resende. Segue-se a expansão rumo às terras paulistas no Vale do Paraíba, com a cidade de Vassouras tornando-se a capital do café. Em seguida, o café continuou sua marcha rumo ao Oeste e, finalmente, rumou ao Noroeste Paulista, englobando as regiões de Campinas, Rio Claro, São Carlos, Ribeirão Preto, Jaboaticabal, Araraquara, Catanduva e São José do Rio Preto, chegando até a barranca do rio Paraná (FAUSTO, 1998).

Para Caio Prado Júnior (1957), “a agricultura é o nervo da colonização”. Esta afirmação também pode ser utilizada para explicar a transformação econômica da província de São Paulo. Foi primeiramente a cana-de-açúcar, mas sobretudo o café, que impulsionou a mudança no panorama econômico e social da região. A própria capital paulista foi, aos poucos, deixando o seu aspecto provinciano e triste, de ruas pacatas e gente pobre, como salientaram os viajantes John Mawe e Auguste de Saint-Hilaire, que visitaram a cidade no início do século XIX, para se transformar em um dos centros vitais da vida econômica, política e cultural do Brasil (TOLEDO, 2003).

O historiador Sérgio Buarque de Holanda afirmou que o processo de desenvolvimento da cafeicultura acabou por estimular, devido principalmente ao incremento dos meios de comunicação e ao caráter prioritariamente agro-exportador de tal economia, uma crescente dependência das áreas rurais em relação às cidades. O fazendeiro do café, na medida em que aumentava seu poder econômico e seu prestígio social, acabava se transferindo para as cidades. Desse modo, conforme disse Holanda,

[...] o fazendeiro que se forma ao seu contato torna-se, no fundo, um tipo citadino, mais do que rural, e um indivíduo para quem a propriedade agrícola constitui, em primeiro plano, meio de vida e só ocasionalmente local de residência ou recreio (HOLANDA, 1995, p. 175).

Assim, a capital paulista acabou por se constituir como o principal centro político, econômico e financeiro dessa nova riqueza agrária, beneficiando-se diretamente dos ventos transformadores que derivavam dos cafezais paulistas. Essas novas perspectivas podem ser observadas das mais variadas formas: nas residências dos novos *barões do café*, na moda afrancesada de homens e mulheres que passaram a desfilarem sua riqueza nas noites paulistanas, nos novos círculos culturais que se formaram em torno da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco ou nas magníficas construções que mostravam a opulência da sociedade cafeeira, como o Teatro Municipal de São Paulo.

Mas não foi somente a capital do Estado que recebeu os fluxos da riqueza cafeeira. Em toda a região, núcleos urbanos se desenvolveram seguindo justamente o caminho das estradas de ferro e das novas áreas agrícolas destinadas ao café. As cidades do Vale do Paraíba, assim como outras áreas tradicionais da cafeicultura, como Campinas e Jundiaí, logo deixaram de ser as referências exclusivas no interior. Por outro lado, povoamentos fundados nas primeiras décadas

do século XIX transformam-se, totalmente, como Ribeirão Preto, na Zona Oeste; Araraquara e São José do Rio Preto, na região Noroeste, ou Marília e Presidente Prudente, na Alta Paulista (MONBEIG, 1984)⁹.

O crescimento econômico do Estado acabou incitando uma série de transformações resultantes do surgimento de novas demandas políticas, econômicas e sociais. Em primeiro lugar, vale destacar a formação de uma elite econômica, ligada à produção cafeeira que, a partir das primeiras décadas de 1800, aumentou progressivamente a sua influência no cenário econômico nacional.

Ao crescente poder econômico paulista, seguiu-se a construção de novas expectativas de participação na vida política do país. Por outro lado, a monarquia, sediada no Rio de Janeiro, não conseguiu, ao longo do século XIX, dar espaço às crescentes aspirações desses novos agentes sociais. Finalmente, o pensamento republicano e positivista acabou servindo como base teórica e política para as críticas feitas principalmente a partir de 1870 contra o governo de D. Pedro II, reputado, por muitos, como atrasado e ineficiente (FLORES, 2003).

Nas últimas décadas do século XIX, a situação de confronto entre uma parcela considerável das elites paulistas e o governo monárquico abriu espaço para a fundação do *Partido Republicano Paulista*, em 1873. Apesar de não representar um grupo social homogêneo, o PRP aglutinou demandas comungadas entre os grupos sociais descontentes, principalmente dos cafeicultores, insatisfeitos com os caminhos políticos adotados por D. Pedro II. Pode-se resumir a plataforma política do Partido como,

particularmente interessada em libertar-se do peso das amarras do Império Unitário e em assumir o controle e decisões políticas, econômicas e financeiras de interesse do desenvolvimento da cafeicultura (RESENDE, 2003, p. 105).

Vale destacar também a busca dessa elite cafeeira por posições políticas importantes; exigência entendida como incompatível com a estrutura de governo do II Império (FAUSTO, 1998). Nesse sentido, são as elites cafeeiras paulistas, aliadas principalmente aos grupos republicanos mineiros - estes também fortalecidos pela cafeicultura - que, em conjunto com as

⁹ Este primoroso trabalho de Pierre Monbeig, hoje considerado um clássico das ciências humanas, principalmente por historiadores e geógrafos brasileiros, foi originalmente apresentado como uma tese de doutoramento à *Sorbonne*, no final da década de 1940.

forças armadas, lideradas pelos marechais Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca, dão o desfecho final à Monarquia no Brasil, proclamando a República em 1889.

As transformações ocorridas no país não se resumem, entretanto, à mudança no sistema de governo. Do ponto de vista social, a imigração, no último quarto do século XIX, mudou o panorama étnico brasileiro, principalmente nas zonas cafeeiras. Italianos, espanhóis, alemães e portugueses destacaram-se entre os estrangeiros que inicialmente vieram para as plantações do sudeste, fugindo de guerras políticas, perseguições ou simplesmente buscando, na América, um futuro mais farto e esperançoso.

O início do processo imigratório relacionou-se diretamente ao crescimento da demanda por mão-de-obra nas fazendas de café, aliada à ascendente dificuldade de manutenção do sistema escravocrata, principalmente, pela extinção do tráfico negreiro em 1850. Além do mais, tanto os entraves ao aumento da oferta de novos braços escravos quanto as práticas sociais racistas em relação ao negro acabaram por desencorajar o aproveitamento destes como trabalhadores assalariados.¹⁰

Apesar das dificuldades que o sistema escravocrata enfrentou principalmente a partir de meados do século XIX, a mão-de-obra negra foi fundamental para a formação e a consolidação de todo o sistema cafeeiro paulista. Utilizado em larga escala dentro das unidades produtivas, foi o negro que, já explorado anteriormente nas plantações da cana-de-açúcar, serviu como força de trabalho para as grandes fazendas de café, tanto no Vale do Paraíba quanto nas regiões Oeste de São Paulo, o que, segundo Emília Viotti da Costa (1998), acabou aproximando as duas áreas quanto aos sistemas de trabalho.

As relações escravocratas que emergiram durante a expansão cafeeira acabaram gerando uma série de confrontos, rebeliões, movimentos de resistência e tensões sociais nas principais áreas produtivas paulistas, resultado direto da violência física e moral contra os negros cativos (MACHADO, 1987). Isso demonstra que o sistema de trabalho compulsório utilizado em São Paulo foi tão degradante quanto no Nordeste brasileiro, região em que os braços negros também

¹⁰ O pensamento racial chegou ao Brasil em meados do século XIX. Inspirada por nomes como Gobineau, Renan e Buckle, a elite intelectual do Império e também da Primeira República teve de dialogar com as idéias européias que buscavam, em supostas diferenças raciais, a origem das desigualdades entre os homens e as civilizações. Além disso, a humanidade era vista em uma hierarquia de cores, com os negros geralmente colocados na posição mais inferior da escala evolutiva humana. Essas idéias acabaram por justificar a exploração neo-colonialista européia e, especificamente no Brasil, também foram usadas para fundamentar a manutenção de uma sociedade desigual e preconceituosa em relação a negros e os mestiços. Sobre esses imensos debates raciais ver, entre outros Gerbi, 1996; Arendt, 1998. Para uma análise mais específica das discussões raciais no Brasil, ver Ventura, 1991; Schwarcz, 1993.

foram utilizados em larga escala, principalmente durante a formação do complexo canavieiro nos séculos XVI e XVII.

Entretanto, não se deve esquecer de que o desenvolvimento dos cafezais, no Vale do Paraíba, deu-se em um momento – primeiras décadas do século XIX – em que a repressão à escravidão não era tão contundente, o que acabou também por estimular a utilização desse tipo de mão-de-obra; o que não aconteceu nas regiões Oeste e Noroeste de São Paulo, que tiveram de conviver, durante o seu desenvolvimento econômico, com os limites impostos pelos movimentos abolicionistas, pela repressão governamental e maiores pressões internacionais contra o tráfico negreiro (COSTA, 1998).

A chegada dos imigrantes insere-se, portanto, nas crises enfrentadas pelo sistema econômico cafeeiro tradicionalmente ligado à escravidão, pressionado, entre outros fatores, pelas necessidades de formação de um mercado assalariado, pelas mudanças no capitalismo internacional e pelos movimentos abolicionistas (COSTA, 1998). Assim, grandes levas de trabalhadores inseriram-se nesse sistema primordialmente escravocrata, mas que teve que se adaptar, muitas vezes, com imensas dificuldades, às novas exigências de um sistema de trabalho em transformação.

O imigrante recém chegado a São Paulo, que inicialmente destinava-se às plantações de café, aos poucos, voltou-se para as áreas urbanas, mudando o panorama social e influenciando sobremaneira os hábitos culturais da sociedade paulista. Uma parte desses imigrantes, que se deslocaram para as cidades, passou a desempenhar também funções nas fábricas recém instaladas, principalmente na cidade de São Paulo, um dos primeiros centros industriais brasileiros.

Aliás, a industrialização na capital está intimamente ligada ao desenvolvimento cafeeiro. Como escreveu o brasilianista Warren Dean (1991, p. 9) “A industrialização de São Paulo dependeu, desde o princípio, da procura pelo crescente mercado estrangeiro do café”. Foi, ainda para o autor norte-americano, “pela maior lucratividade do café e pelo uso mais completo do dinheiro como meio de troca que se criou as condições necessárias para o desenvolvimento da indústria em São Paulo” (*op. cit.*, p. 46).

Tal processo possibilitou aos imigrantes não só participarem da vida econômica como operários, mas também na forma de empreendedores, como o famoso industrial Francisco Matarazzo, imigrante italiano que, por volta de 1928, foi o mais bem sucedido empresário

brasileiro (DEAN, 1991). Esses imigrantes, além de ex-escravos, fazendeiros do interior e tantos outros agentes sociais, observavam, na capital paulista, toda a efervescência das transformações políticas, econômicas e sociais desencadeadas pela riqueza cafeeira e materializada no crescimento vertiginoso da cidade (SEVCENKO, 1999).

A elite cafeeira tinha, em sua capital, a representação dos novos valores ligados à modernização trazidos pela riqueza que brotava das terras plantadas com café. O crescimento verificado na capital ampliou-se na mesma proporção em que o Estado de São Paulo se fortalecia como maior potência econômica brasileira. A faculdade de Direito passou a ser pequena para a avalanche de jovens endinheirados, que experimentavam, nas ruas paulistanas, a recente inclusão da cidade na vida cultural e social do país. Inauguravam-se jornais, revistas, periódicos e todo o tipo de publicações, resultado dessa imensa diversificação da vida econômica e cultural da capital paulista (CRUZ, 2000). Os grupos letrados seguiam, então, o fluxo dos modismos literários, como o parnasianismo, simbolismo e o realismo, transformando a pacata cidade na *Paulicéia Desvairada*, de Mario de Andrade (BOSI, 1974).

A capital torna-se, logo, o centro das aspirações modernizadoras desses grupos sociais ligados à cafeicultura. Surgem movimentos ligados às artes, principalmente pintores e escritores, que tratam de colocar a cidade em contato com os movimentos culturais europeus, refletindo um estilo de vida burguês que contrastava com a pobreza e a desigualdade social, problema que, mesmo a recém fundada república, foi incapaz de resolver.¹¹ A própria cidade de São Paulo tornou-se ícone de desenvolvimento, exemplo e motivo de admiração, orgulho e modelo a ser seguido pelas cidades do interior do Estado.

As elites interioranas observavam a capital como o local da verdadeira vida cosmopolita urbana, com todos os benefícios que a cidade grande poderia oferecer e, em consequência disso, procuravam dialogar e se inspirar nos ares do que se entendia como a *mais nova metrópole brasileira*.¹²

Ao lado do crescente sucesso político e econômico paulista, percebe-se a busca empreendida por representantes dos grupos letrados de então, objetivando a consolidação de um imaginário sobre si próprio. Por meio de uma extensa variedade de textos, produzidos em

¹¹ Em torno do cafeicultor e senador paulista Freitas Valle talvez tenha surgido o maior círculo cultural desse momento de efervescência que envolveu a cidade, a partir do final do século XIX. Sob o acolhimento de Valle em sua *Villa Kyrial*, desfilaram nomes que, durante a década de 1920, lideraram o movimento pré-modernista e modernista brasileiro. Sobre a vida cultural paulistana durante a *Belle Époque*, ver: Camargos, 2001.

¹² Sobre os reflexos modernos da *Belle Époque* no interior do Estado de São Paulo, ver: Campos, 2004.

instituições variadas, fundadas no final do século XIX, como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ou publicados em almanaques, revistas ou romances, percebe-se o esforço em consolidar uma imagem apologética do povo paulista.

Nesse sentido, o historiador Antonio Celso Ferreira destacou a atenção especial dada, a partir do final do século XIX, à valorização do *bandeirante* como o maior símbolo da grandeza paulista, com a qual a nova elite do café buscava se ligar culturalmente, socialmente e, em alguns momentos, até racialmente. Transformando a si mesmos em herdeiros da tradição paulista, alguns membros dessas elites identificaram-se como os *modernos bandeirantes*, e construíram representações simbólicas que ajudavam a justificar a liderança política que lutavam para manter sobre o resto da federação (FERREIRA, 2002).

Cabe ressaltar o caráter bastante complexo dessas elites. Do ponto de vista econômico, se uma grande parte dela tinha sua riqueza ligada às atividades agrícolas, no decorrer das primeiras décadas do século XX, com o desenvolvimento das indústrias, começa a se fortalecer uma burguesia urbana que, mesmo mantendo estreitos laços com o mundo rural, passa a defender interesses diferentes dos setores ligados exclusivamente às oligarquias agrárias. As divergências entre os diversos setores das elites econômicas brasileiras, aprofundadas a partir da década de 20, como se observa de modo exemplar nos debates em relação às taxas de câmbio e às políticas exportadoras, contribuíram para a deflagração de movimentos políticos como o de 1930, que levou Vargas ao poder e marcou uma nova fase na história política brasileira (FAUSTO, 1978; DEAN, 1991).

Da mesma forma que a econômica, a elite intelectual brasileira formada no final do século XIX é bastante diversificada, tanto em relação à sua origem quanto aos focos de interesses e temáticas apresentadas em suas obras. Como mostrou o sociólogo Sérgio Miceli (2001), é a partir de 1870 que se iniciou a consolidação de um campo intelectual no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, quando os chamados escritores *anatolianos* introduziram as discussões realistas, naturalistas e parnasianistas no cenário cultural brasileiro. Esses escritores, muitas vezes filhos ou parentes de grupos econômicos em franca decadência, buscavam, na vida intelectual que então se formava no Brasil, uma forma de manter-se socialmente em evidência. Para tanto, era comum o uso do prestígio social ou familiar para alcançarem posições privilegiadas tanto na burocracia estatal quanto nos órgãos de imprensa (MICELI, 2001).

Os *anatolianos*, também chamados por uma parte da crítica literária de *pré-modernos*, geralmente ligavam-se aos saberes tradicionais, como às faculdades de Direito ou de Medicina, não sendo raro, entretanto, o autodidatismo, em áreas do conhecimento que ainda não possuíam ensino formal no país, como história, geografia, filosofia ou artes (FERREIRA, 2002). Com o desenvolvimento de novas Instituições acadêmicas no Brasil, como a USP na década de 30, formaram-se novos centros de estudo e de pesquisa, que acabaram incorporando alguns desses intelectuais da geração de 1870 em seus quadros. Também não se pode esquecer de que os chamados *pré-modernos* que, muitas vezes, são menos valorizados pela crítica literária, têm uma importância fundamental não só na formação do campo intelectual brasileiro, como também na própria produção modernista (FERREIRA, 2002).

Ainda em relação ao mundo cultural, no Brasil da década de 20, eclodiram uma série de novas expressões e linguagens artísticas, que dialogavam com as vanguardas européias e que foram reconhecidas posteriormente, de forma bastante genérica, como *modernistas*. Um dos marcos fundamentais desse modernismo brasileiro foi a Semana de Arte Moderna, que aconteceu entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo. Durante os cinco dias de apresentações foram mostradas para o escândalo de uma grande parte daqueles que compareceram ao evento, as mais novas correntes artísticas da música, pintura e literatura (CAMARGOS, 2002). A produção desses artistas, hoje consagrada por boa parte da crítica, revela não só a diversidade dos interesses culturais no Brasil do início do século XX, como também expressam as tensões e transformações políticas, econômicas e sociais próprias do período.

Logo, pode-se afirmar que os intelectuais brasileiros, desde a geração de 1870, participaram diretamente dos debates políticos e culturais de suas épocas. Em suas vastas e diversificadas produções, montaram um panorama engenhoso sobre a vida econômica, a composição cultural, social e política do Brasil; além de serem, eles próprios, exemplos do antagonismo evidente que colocava a vida das elites urbanas, envolvidas, muitas vezes, em um sonho de modernidade burguesa, em oposição à realidade de pobreza, analfabetismo e exclusão social que marcavam o cotidiano da maioria da população brasileira (SEVCENKO, 1999).

Nos novos espaços de debate intelectual, que surgiram conjuntamente à expansão econômica paulista, a cidade de São Paulo aparecia como o ponto de encontro das aspirações modernas dos grupos letrados, com toda a vasta gama de sentidos que a palavra *moderno* pudesse

significar. É certo que todas as mudanças experimentadas, durante o século XIX no Brasil e no mundo, trouxeram uma “desestabilização rápida de sistemas de crenças e símbolos, secular ou milenarmente aderidos a um mundo de base técnica relativamente estável, e que se reformulam ao sabor das contingências precipitadas de uma *nova ordem*” (SEVCENKO, 2000, p. 310). Esta *nova ordem* que é fundamentalmente cidadina, e que teve na capital paulista, sua maior representação, possuía um mundo agrário que ainda estava muito presente. Este mundo agrário não era apenas a base econômica que sustenta a nova ordem política, mas também o substrato cultural que povoava, em muitos casos, o imaginário constituído nas áreas urbanas (FERREIRA, 2002).

Assim, apesar de a cidade ser entendida, na maioria das vezes, como o centro da vida moderna e cosmopolita, o mundo agrário continua a povoar muitos discursos desses *cidadãos*. Nos jornais de circulação diária, em revistas especializadas, almanaques e romances, editados tanto na capital como nas cidades do interior do Estado, os problemas do mundo rural, a natureza e suas relações com os homens continuaram a despertar preocupações, interesse, admiração e, muitas vezes, espanto.

1.2 A fronteira Noroeste do Estado

Apesar da sua importância, a cafeicultura não foi a única responsável pela formação de cidades no interior paulista. Antes mesmo de seu desenvolvimento, houve um importante avanço pioneiro vindo de Minas Gerais em direção ao Oeste¹³. Exemplo típico desse processo se deu na chamada Alta Araraquarense, que possui uma história anterior ao período do surto cafeeiro.

Nesta região, localizada à Noroeste do Estado, desde o início do século XIX, populações saídas de Minas Gerais estabeleceram uma série de novas frentes pioneiras, adentrando o território em direção aos planaltos ocidentais paulistas.

¹³ O termo *Oeste Paulista* suscita algumas confusões. Do ponto de vista geográfico, o verdadeiro Oeste do Estado de São Paulo pode ser definido como a vasta região que tem como ponto de referência a cidade de Ribeirão Preto. Entretanto, tal expressão é geralmente utilizada em um sentido mais amplo, tanto nas fontes primárias quanto em grande parte da bibliografia sobre a expansão cafeeira, e também neste trabalho, para definir todo o conjunto de terras localizadas a *Oeste do Vale do Paraíba*, o que explica a origem do termo. Esta definição refere-se, portanto, as regiões localizadas para além da cidade de Campinas, englobando não só o Oeste cartográfico, como também o próprio Noroeste Paulista, onde se localizam Araraquara, Catanduva, São José do Rio Preto, Mirassol, Tanabí, Monte Aprazível, Pereira Barreto, chegando até as barrancas do rio Paraná, já na fronteira com o Estado do Mato Grosso do Sul.

aventureiros, pistoleiros e foragidos da justiça, não sendo totalmente incorreta, portanto, a definição do cronista sobre São José do Rio Preto, em seus primeiros anos de história, como sendo “Império do terror, sob o domínio vandálico dos bárbaros” (CAVALHEIRO, 1927/29, s.n.).

O que incitava esses migrantes, além das perspectivas de um recomeço em novos ares, eram os campos e a paisagem de planalto pouco acidentada, comuns na região Noroeste do Estado – definida por Antônio Tavares de Almeida como *natureza sem relevo* (1943, p. 13) –, que facilitavam a atividade criadora, cuja prática era deixar o gado e os porcos soltos nos campos em busca de alimento; cultura corriqueira entre a população rural de Minas Gerais. Esta atividade tornou-se uma das principais formas de trabalho e fonte de recursos financeiros antes da chegada do café, e foi o que possibilitou a formação dos primeiros núcleos populacionais do Oeste Paulista. Ainda, segundo Almeida (1943), a presença maciça de mineiros, principalmente na Alta Araraquarense, transformou a região em um verdadeiro *sertão mineiro*, onde se reproduziam os modos de vida e os costumes próprios de Minas Gerais.

Barretos, Ribeirão Preto, Araras, Franca, Batatais, Jaboticabal e São José do Rio Preto são alguns dos exemplos de povoamentos fundados com presença maciça de Mineiros em sua formação a partir das primeiras décadas do século XIX (LEITE, 1961). A pobreza foi marca fundamental destes núcleos populacionais, no início de sua formação, e consequência direta das dificuldades de contato com os principais centros econômicos; Exemplo disso se encontra no relato de Visconde de Taunay que, ao visitar a povoação de Rio Preto, em 1869, achou o lugarejo extremamente miserável, dando-lhe a impressão de que este não sobreviveria. Entretanto, tal realidade foi totalmente transformada com as possibilidades oferecidas por meio do desenvolvimento da economia cafeeira, que rumou a oeste em meados do século XIX. De todo modo, foram estas primeiras frentes pioneiras saídas de Minas Gerais que abriram caminho para as grandes levas populacionais que, ao final do século XIX, seguindo os trajetos abertos pelas grandes estradas de ferro, mudaram completamente os chamados sertões paulistas.

Outro fator que favoreceu a imensa migração mineira rumo ao sertão paulista foi a indefinição que resultou dos debates relativos à posse de terras no Brasil. Entre os anos de 1822 e 1850, datas que marcam respectivamente o final da doação de sesmarias e a lei de terras¹⁴,

¹⁴ Em 1850, o governo imperial adotou a conhecida *Lei de Terras*, como uma resposta ao fim do tráfico negreiro e à possibilidade futura de um grande contingente de cativos serem libertados. Esta lei, sancionada em 18 de setembro, “determinou que as terras devolutas do país não poderiam ser ocupadas por qualquer outro título que não o de

ocorreu uma corrida de novos colonos em busca de áreas devolutas, estimulados pela incerteza e lacunas legais na legislação fundiária (OLIVEIRA, 1999; LEITE, 1961). Assim, populações partindo principalmente de Minas Gerais se dirigiram até os vastos territórios paulistas ainda desocupados, ou dominados por tribos indígenas, esperando que, no futuro, essas ocupações pudessem se transformar em posses legítimas.

Portanto, a frágil legislação fundiária, ao estimular a procura por novas terras, e a decadência econômica da mineração, acabou por impelir grandes levas populacionais, saídas principalmente de Minas Gerais em direção aos planaltos pouco acidentados do Noroeste, que ofereciam facilidades naturais aos mineiros criadores de gado e porcos. É neste contexto que, em meados do século XIX, a mais de 400 quilômetros da capital paulista, surgiu um pequeno núcleo de povoamento que viria a se transformar em uma das mais importantes áreas agrícolas do Estado.

Localizada na área comumente denominada como *campos de Araraquara*, onde as cidades de Araraquara e Jaboticabal, fundadas na virada do XVIII para o XIX, eram os núcleos populacionais mais bem estruturados, a futura cidade de São José do Rio Preto nasceu com a chegada de pioneiros provenientes principalmente da região Oeste de Minas Gerais (LEITE, 1961).

Os memorialistas locais concordam com a tese de que foram mineiros os primeiros povoadores das terras que, mais tarde, dariam origem à cidade de São José do Rio Preto. Dentre estes pioneiros, merece destaque João Bernardino de Seixas, que deu o primeiro passo rumo à oficialização administrativa do ainda incipiente povoado. Foi o mineiro Seixas que organizou um grupo de provavelmente 120 moradores que,

[...] se reuniram junto a uma humilde capelinha de pau-a-pique, para festejar o seu padroeiro, o venerando São José de botas¹⁵, e fincar uma grande cruz de aroeira, a fim de darem como definitivamente fundado o arraial (GOMES, 1975, p. 14).

compra ao Estado em hasta pública, garantindo, porém, os direitos dos ocupantes de terra por posse pacífica e dos possuidores de sesmarias com empreendimentos agrícolas instalados até aquela data” (VAINFAS, 2002, p. 466). A lei de terras buscou dar um basta na indefinição quanto a posse das terras devolutas, mas a realidade da grilagem, das falsificações e da posse indiscriminada de terras, principalmente as pertencentes ao governo, continuaram sendo problema, principalmente, nas áreas pioneiras.

¹⁵ A referência a São José das Botas é mais um indício que confirma a presença dos mineiros na região de São José do Rio Preto, uma vez que este costume – calçar os santos – era típico das minas gerais (OLIVEIRA, 1999).

Nesse mesmo encontro, as famílias reunidas resolveram, sob a direção de Seixas, iniciar o processo que deu origem, no ano de 1855, ao Distrito de Paz de São José do Rio Preto, pertencente, naquele momento, ao município de Araraquara¹⁶. Com a criação do distrito, um cartório foi aberto no povoado, o que, sem dúvida, foi um passo importante para os interesses dos primeiros moradores que, assim, poderiam iniciar mais facilmente a legalização de suas posses de terra na região.

Em 1890, São José do Rio Preto passou a fazer parte da Comarca de Jaboticabal, que havia se tornado município no ano de 1867. A total independência administrativa da cidade de Rio Preto ocorreu somente no ano de 1894, quando ela se tornou oficialmente município e passou, portanto, a ter o direito de sediar uma comarca que, ao longo do tempo, modificou-se de acordo com a lógica do surgimento e crescimento de dezenas de povoados, típica das regiões pioneiras paulistas (MONBEIG, 1984)¹⁷.

Nas primeiras décadas de sua história, a economia do povoado se baseava fundamentalmente na venda de víveres, como fubá, queijo, toicinho, carne de porco e gado para as cidades de Jaboticabal, Araraquara, Barretos e Ibitinga, além de um usual comércio de madeira. Tudo transportado com muita dificuldade por meio de carros de boi e de mulas. O vilarejo ficava em uma rota de passagem de grandes boiadas que partiam do Mato Grosso e do triângulo mineiro rumo a Jaboticabal e a Barretos, o que acabou por estimular o crescimento deste tipo de atividade na região (ARANTES, 2001; BRANDI, 2002).

O povoado também teve sua economia animada pela guerra do Paraguai, pois uma das rotas de deslocamento de soldados, entre o Mato Grosso e São Paulo, passava pela localidade.

¹⁶ O processo que terminou em 1855 com a criação do Distrito de Paz, iniciou-se a partir de 1852, mais precisamente no dia 19 de março, data que hoje se comemora o aniversário da cidade. Sobre a fundação do distrito de paz, esclarece também o memorialista Lelé Arantes: “Os historiadores registram que no dia 19 de março de 1852, um grupo de lavradores e fazendeiros – desbravadores que haviam entrado nas matas para abrir fazendas – reuniram-se na casa de sapé que João Bernardino de Seixas Ribeiro havia construído um ano antes no espigão de Rio Preto, entre os córregos Canela e Borá. Nesta reunião, eles decidiram encaminhar uma carta à Câmara Municipal de Araraquara solicitando a criação do distrito de Paz” (2001, p. 97).

¹⁷ Como exemplo desta mobilidade podemos citar como parte da comarca de São José do Rio Preto, no ano de 1911, sete distritos: Jataí (futura Tanabi), Avanhandava, Itapirema, Itapuru e Vila Adolfo (futura Catanduva), além de própria cidade de Rio Preto e do bairro da Boa Vista (hoje parte da cidade). Passados nove anos, mais precisamente no ano de 1920, Catanduva, Itapura e Avanhandava já não faziam mais parte da comarca riopretense, e outros municípios a ela haviam se incorporado, como Cedral, Ignácio Uchoa, Ibirá, Três Córregos (futura Potirendaba), Itapirema, Cerradão (futura José Bonifácio), São Jerônimo, Monte Aprazível, Mirassol, Tanabi e Nova Granada. Dados compilados por: Arantes, 2001. Em 1938, o distrito agrícola de Rio Preto alcançava 32.498 Km², representando 13,14% do território total do Estado. Faziam parte dessa região, além da própria Rio Preto, as cidades de Ariranha, Cajobi, Catanduva, Cedral, Ibirá, Itajobí, José Bonifácio, Mirassol, Monte Aprazível, Monte Azul, Mundo Novo, Granada, Novo Horizonte, Olímpia, Pindorama, Potirendaba, Santa Adélia, Tabapuã e Uchoa. (SINOPSE ESTATÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, nº 4, 1942 *apud* LODI, 1967).

Além disso, ficava na região a colônia militar de Avanhadava, uma das bases brasileiras durante o conflito; e de Rio Preto saíram produtos agrícolas que garantiam o sustento desta colônia (BRANDI, 2002).

Ainda em relação às atividades econômicas, o ano de 1879 é apontado como o da chegada do café às terras do distrito de São José do Rio Preto, plantado pelo fazendeiro Bernardino Canuto Ribeiro. Entretanto, a situação precária de transporte desestimulou, de imediato, a formação de grandes propriedades cafeeiras, o que ocorreu somente a partir do início do século XX, com a aproximação da estrada de ferro Araraquarense à região (ARANTES, 2001; BRANDI, 2002).

A presença de negros escravos, nas primeiras propriedades de Rio Preto, não foi expressiva, devido a pouca força econômica do distrito até o final do século XIX, se comparada aos municípios de Jaboticabal e de Araraquara, onde a mão-de-obra escrava foi utilizada com mais desenvoltura¹⁸. Entretanto, documentos e relatos esparsos indicam a presença de escravos na vila, apontando, por exemplo, o fazendeiro João Bernardino de Seixas como proprietário de escravos no período da fundação do distrito. Por outro lado, o povoado de São José do Rio Preto não é citado no censo de 1871, que apontou os municípios que possuíam escravos negros no Estado (ARANTES, 2001). Em meio aos fatos, deve-se indicar que a escravidão, nas terras rio-pretenses, existiu, principalmente no início de sua formação, porém não foi o sistema de mão-de-obra vigente durante o crescimento agrícola do distrito. Este sim se fundamentou no trabalho livre, amplamente tão utilizado pelas famílias que praticavam uma agricultura incipiente quanto nas grandes propriedades cafeeiras, que atraíram, no começo do século XX, levas de migrantes e imigrantes que transformaram o perfil populacional do município (ALMEIDA, 1943)¹⁹.

A chegada da estrada de ferro foi o ponto de partida para um novo momento na história do município de São José do Rio Preto. Precisamente, no dia 9 de junho de 1912, comemorou-se oficialmente a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Araraquarense à cidade. Apesar de os planos iniciais projetarem o caminho da ferrovia até Cuiabá, problemas econômicos e administrativos mantiveram Rio Preto como ponto final da Araraquarense até 1933,

¹⁸ Rosane Carvalho Messias (2003), em estudo sobre a região de Araraquara, indica a existência na área rural deste município de trabalho escravo até a última década do século XIX; entretanto, este foi marcado por relações entre o fazendeiro e o negro mais flexíveis, com espaço para trocas e até recebimento de pecúlio.

¹⁹ Antonio Tavares de Almeida (1943) aponta para a pouca importância do trabalho escravo na região de São José do Rio Preto, sendo a base da mão-de-obra constituída de pequenos lavradores, trabalhando em terra própria ou como meeiros.

centralizando, na cidade, toda a imensa variedade de serviços que girava em torno do acesso ao transporte ferroviário.

Os trilhos colocaram definitivamente a cidade de São José do Rio Preto e região no mapa econômico do Estado, abrindo o mercado não somente para o café local, mas também para a produção de arroz, algodão e madeira, que agora de forma mais ágil e rápida poderia ser comercializada e enviada para todos os cantos do Estado. Além disso, um novo estímulo foi dado à pecuária, principalmente com o aumento da demanda por carne como resultado direto do crescimento populacional após a chegada da ferrovia.

O desenvolvimento da economia, potencializado pela chegada dos trilhos, mostrou-se no espantoso crescimento populacional da cidade. Se por volta de 1890 o então distrito de Rio Preto contava com uma população total de 6.586 mil habitantes, no ano de 1928 esse número girava em torno de 22 mil habitantes (ÁLBUM DA COMMARCA, 1927/29; ALMEIDA, 1943). A cidade também começou a modificar sua aparência empobrecida e abandonada dos primórdios e, em 1928, já possuía dois grupos escolares, uma Santa Casa funcionando como o principal hospital das redondezas, três cinemas, dezesseis hotéis e pensões, a terceira agência de correios mais movimentada do Estado, um posto Estatal de Higiene, além de dois jornais diários – O Município e A Notícias – e um semanal – O Comércio (ÁLBUM DA COMARCA, 1927/29).

Essa cidade que crescia e se modificava, impulsionada por uma agricultura, pecuária e comércio pungentes, além dos benefícios resultantes de sua posição privilegiada como “ponta de trilhos”, viveu uma espécie de *Belle Époque* tardia, recebendo, na década de 1920, os ventos da modernidade trazidos pelo dinheiro e pelas novas perspectivas materiais e culturais. E tais aspirações, compartilhadas principalmente pelas elites agrárias e setores médios urbanos, tinham de se confrontar com uma realidade ainda rural, de isolamento parcial, de ruas de terra e com uma população que não usufruía amplamente avanços modernizadores. Como afirma a historiadora Raquel Discini de Campos,

Rapidamente a “princesa do sertão” passou a conviver com adventos típicos da modernidade – imprensa, luz elétrica, bares, cafés, empresa de água e esgotos, cinemas, vitrines magicamente iluminadas, tudo compondo o novo cenário urbano que ao mesmo tempo dialogava com um passado tão próximo de local isolado, semi-selvagem, desabitado, denunciando o *status* de cidade recente nas ruas sem calçamento, na escassez de escolas e professores (2004, p. 41).

O perfil populacional também se modificou com as mudanças ocorridas a partir do início do século XX. O desenvolvimento econômico atraiu trabalhadores rurais e urbanos em grande número, tanto de migrantes quanto de imigrantes. Aquele povoado, constituído prioritariamente por mineiros e paulistas, além dos indígenas e negros libertos, transformou-se totalmente, com a chegada de trabalhadores estrangeiros. O quadro demográfico elaborado em 1934, que incluía a população rural, mostrou mudanças importantes, resultado principalmente do desenvolvimento cafeeiro, que estimulou a chegada de Italianos, Espanhóis, Portugueses e Sírios. Nota-se, entretanto, que, apesar de os números indicarem uma maioria absoluta de brasileiros, eles não expressam a realidade, pois, como afirma Almeida (1943), desconsiderou-se, na elaboração do censo, a origem dos pais, o que certamente revelaria uma maior presença de imigrantes na região. Entre os migrantes brasileiros, merece destaque a chegada dos nordestinos, principalmente vindos da Bahia, apesar da manutenção, entre os brasileiros natos, de uma maioria de mineiros ou descendentes destes.

Quadro 1 – Perfil populacional de São José do Rio Preto

Nacionalidade	População		Total
	Urbana	Rural	
Brasileira	15.997	38.611	54.608
Italiana	830	2.367	3.197
Espanhola	653	1.071	1.724
Portuguesa	504	987	1.491
Síria	420	75	495
Japonesa	6	146	152
Alemã	37	7	44
Diversas	223	116	339
Ignoradas	2	38	40
Totais	18.672	43.418	62.090

Fonte: Adaptada a partir de Almeida, 1943, p. 32.

A cidade manteve seu poder de atração de migrantes e imigrantes ao longo das décadas de 1930 e 1940, e a instalação de indústrias continuou tal processo. Porém, os interesses desses novos trabalhadores se modificam, devido às novas oportunidades abertas na área urbana. Entretanto, a dependência em relação as atividades agrícolas ainda se mantinha, pois toda a industrialização desse período estava diretamente ligada ao algodão; matéria prima que possibilitou a criação da SWIFT e de outras empresas dedicadas ao beneficiamento do óleo e de outros produtos ligados à produção algodoeira (ARANTES, 2001).

Outras cidades da região noroeste tiveram um desenvolvimento bastante semelhante ao processo que deu origem à cidade de São José do Rio Preto. Nesse sentido, vale destacar aqui as cidades de Catanduva e Mirassol que, no início do século XX, fizeram parte da comarca rio-pretense.

A cidade de Catanduva, que fica a uma distância de mais ou menos 50 Km de São José do Rio Preto, foi colonizada no final do século XIX. Existe uma dúvida quanto ao nome dos primeiros povoadores da região, mas os memorialistas são unânimes em afirmar que esses pioneiros foram mineiros (LEITE, 1961)²⁰. No ano de 1910, a vila se tornou Distrito de Paz, ainda com seu nome primitivo – Vila Adolpho – ligada administrativamente à comarca de São José do Rio Preto. Foi somente em 1918 que se instalou o município de Catanduva, nome que permanece até os dias atuais.

A estrada de ferro chegou à cidade em 1910 (para depois seguir seu caminho rumo a São José do Rio Preto) estimulando a economia do povoado, que estava baseada fundamentalmente na cafeicultura, força motriz da cidade até década de 1940, quando aí se estabeleceu uma importante produção canavieira. Nas décadas de 20 e 30, ocorreu a expansão urbana da cidade, com a construção de escolas (destaque para o Lyceu Rio Branco e o colégio Nossa Senhora do Calvário), da Igreja Matriz, além dos serviços de infra-estrutura. Também houve um incremento da população com a chegada dos imigrantes, principalmente italianos e espanhóis, que se dirigiram tanto para a zona rural quanto para as atividades urbanas (GAGLIA, 2003).

Nesse período de crescimento econômico, surgiram os primeiros meios de comunicação da cidade. Em 1916, saiu o jornal *O Município* que, em 1918, passou a se chamar *A Comarca*. No

²⁰ As dúvidas giram em torno de dois nomes principais: Antonio Maximiano Rodrigues, que se estabeleceu na região por volta do ano de 1890; ou Joaquim Figueiredo que, em 1889, tomou posse de terras herdadas na área que, mais tarde, daria origem à cidade de Catanduva (LEITE, 1961; GAGLIA, 2003).

ano de 1930, foi lançado o jornal *A Cidade*, que durou até 1991. A partir de 1934, este periódico tornou-se diário, cobrindo diretamente uma região com mais de 10 municípios circundantes (BOLINELLI, FERNANDES Jr, FRANCO; 2002).

Outro núcleo de povoamento da região deu origem à cidade de Mirassol, localizada a 15 km do centro de Rio Preto, e que se formou por meio de várias glebas comercializadas por investidores da capital. Dois desses primeiros compradores foram os mineiros Joaquim da Costa Penha e Vitor Candido de Sousa, que organizaram o povoado de São Pedro da Mata do Una. Em 1919, a vila tornou-se distrito de paz e, em 1924, foi elevada a categoria de município (ARANTES, 2001; LEITE, 1961).

A cafeicultura também foi o produto mais importante para a economia da cidade, principalmente com a chegada da ponta dos trilhos ao município vizinho de São José do Rio Preto, em 1912²¹. Além do café, a produção de arroz e milho e a pecuária contribuíram para o crescimento da cidade, nas décadas de 1920 e 1930, quando surgem, na cidade, oficinas variadas, hotéis, pensões, farmácias, açougues, as antigas lojas de secos e molhados, jornais, além de médicos, dentistas e todos outros personagens próprios do novo cenário urbano que se desenvolve.

Apesar de terem surgido mais ou menos no mesmo período, a cidade de São José do Rio Preto tornou-se o centro econômico mais pujante dessa zona, ultrapassando as cidades de Mirassol e Catanduva em ritmo de crescimento. Dos vários motivos que podem explicar tal fato, certamente a permanência dos trilhos da ferrovia araraquarense, durante tanto tempo, centralizou, na cidade, toda a distribuição e o escoamento dos produtos regionais, potencializando o crescimento rural e urbano característico dela. Ao longo do século XX, essas três cidades, apesar de compartilharem um percurso histórico semelhante, diferenciaram-se em vários aspectos, e uma análise comparativa de alguns números fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística permite uma visão elucidativa dessa realidade nos dias de hoje.

Quadro 2 – Análise comparativa de São José do Rio Preto e região

²¹ A ferrovia passou pela cidade de Mirassol somente no ano de 1933, após 21 anos parada em São José do Rio Preto. O destino final era Porto do Taboado, na divisa com o estado do Mato Grosso do Sul, que foi alcançado somente no ano de 1952.

Cidade	População - censo de 2000 (em mil)	Eleitores - Censo de 2000 (em mil)	PIB – 2001 (em milhões)
Mirassol	48,327	35,168	Agropecuária – 17.820 Indústria – 127.310 Serviços – 162.272
Catanduva	105,847	73,755	Agropecuária – 59.876 Indústria – 296.504 Serviços – 452.627
São José do Rio Preto	358,523	255,329	Agropecuária – 51.572 Indústria – 634.394 Serviços – 1.731.120

Fonte: IBGE, 2006.

A trajetória de desenvolvimento da região Noroeste paulista, que hoje mantém uma economia diversificada, com investimentos na indústria e na área de serviços, nasceu prioritariamente do desenvolvimento agrícola, a partir de meados do século XIX, que transformou o então sertão desconhecido em uma área de povoamento pioneiro. Assim, a economia cafeeira, apesar de não ter sido a única a estimular a chegada de colonos à região, impulsionou e potencializou esse processo.

1.3 O homem contra a natureza

“O ressurgimento de São Paulo inicia-se com o café e consolida-se com ele” (SAMPAIO, 1900, p. 186). Assim, o geógrafo Theodoro Sampaio resumia, na virada do século XIX, a importância da cafeicultura para a economia paulista que, mesmo enfrentando dificuldades de toda a ordem, tornou-se o motor propulsor de uma expansão econômica vigorosa. Com o estímulo e a promessa de lucros e riqueza, todo o Estado de São Paulo se transformou, a partir de meados do século XIX, numa vasta *região pioneira*, atraindo capital, investimentos e pessoas de todos os cantos do Brasil e do mundo (MONBEIG, 1984). Tão grande foi o desenvolvimento das

atividades agrícolas nessas novas regiões que Carlos de Lemos afirmou exultante na Revista do Brasil:

A nossa terra está hoje produzindo, criando e commerciando numa escala tão prodigiosa, que os nossos coefficients econômicos (...) já entravam a pesar na balança em que se está a aferir dos novos valores do mundo (LEMOS, 1921, p. 34).

A busca pelas novas terras paulistas desencadeou uma verdadeira guerra entre o homem e a natureza. Esta era, desde então, entendida como um obstáculo ao desenvolvimento; terra inculta, virgem, ainda não civilizada pelas mãos humanas. As florestas tropicais, os campos e cerrados, eram compreendidos como uma barreira a ser transposta pelos primeiros desbravadores; além das dificuldades enfrentadas nas lutas contra as tribos indígenas existentes nas terras agora cobiçadas.

Tal processo de colonização das novas áreas intensificou-se a partir de 1870, com a exploração mais sistemática da região oeste, antes inicialmente explorada pelos pioneiros de Minas Gerais. Das terras do oeste, ricamente constituídas pela valorizada *terra roxa*, os cafezais se alastraram rapidamente, chegando, a partir de 1890, na região do noroeste paulista, com solos não tão férteis, porém igualmente propícios ao café. Essa *marcha paulista* extrapolou inclusive os limites territoriais do Estado, sendo a força motriz para a abertura de novos espaços agrícolas em Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná, não só “porque o impulso é dado por São Paulo, como a maior parte dos homens provém desse Estado e as relações econômicas se fazem, sobretudo, em São Paulo e Santos” (MONBEIG, 1984, p. 23). É essa pujança econômica, resultado da expansão agrícola, que é exaltada por Amadeu de Queiroz nas páginas da *Revista do Arquivo Municipal*.

Até que, nas margens do Paraná, se levantem formidáveis, as extraordinárias cidades que a humanidade aí vai edificar, até que se possa vencer rapidamente a distância que separa os dois grandes rios do Norte e do Sul, e o homem, rompendo o sertão de lado a lado, domine o país definitivamente, São Paulo continuará o centro regulador, o vasto entreposto de tudo quanto produzem o próprio Estado, o Paraná, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais [...] (QUEIROZ, 1937, p. 188).

As novas terras desbravadas a golpes de machado e fogo eram designadas, na maioria das vezes, como *sertões*; palavra que se origina provavelmente do signo *deserto*, ou *desertão*. O

sertão era geralmente relacionado às regiões desconhecidas, longe dos centros urbanos; locais a serem conquistados (ou tomados) da natureza, e aonde a civilização deveria operar o seu processo de transformação, por meio do trabalho humano. O desconhecimento das reais condições das terras do interior abria espaço para a disseminação de notícias fantásticas e povoadas de mistério entre o público letrado:

O famoso explorador americano Richard declara que na primeira quinzena de novembro, empreenderá uma expedição científica, cujo fim principal é examinar detidamente o sertão do Matto Grosso, afim de determinar o fundamento das afirmações da existência de uma remota civilização naquella zona (A NOTÍCIA, 1927, s.n.).

Essas regiões sertanejas a serem desbravadas, que povoavam o imaginário dos colonizadores, eram constituídas, segundo o educador e geógrafo Fernando Antonio Raja Gabáglia, emérito professor do tradicional colégio D. Pedro II, em conferência publicada na *Revista do Brasil* em 1921, por uma “massa amorpha, entregues os seus habitantes a si próprios, sem figura de ordem, nem de organização” (GABAGLIA, 1921, p. 17). Os sertões também eram o espaço do abandono e do isolamento, do homem “cercado pela solidão” (FREIRE, 1950, p. 44). As cidades de fronteira dessas linhas de povoamento eram então chamadas de *bocas de sertão*, últimos pontos de contato entre o mundo civilizado e a natureza desconhecida. Araraquara, São José do Rio Preto e Mirassol, na região Noroeste do Estado, são exemplos de cidades que já foram conhecidas com tal designação.

No *Álbum da Comarca de Rio Preto*, publicado entre os anos de 1927 e 1929, o jornalista Abílio Augusto Abrunhosa Cavalheiro, em elegante estilo, apresenta os sertões que constituíam a cidade antes da chegada da *força civilizadora*, como “muitas terras, muitos mattos, muitas riquezas, mas pouca gente, pouco trabalho, pouca ordem e menos justiça” (CAVALHEIRO, 1927/29, s.n.). Tendo como base o modelo urbano de desenvolvimento, o autor apresenta-se desconfortável diante do passado *incivilizado* da região, que teria se erigido sem a presença do homem branco e da lei, com terras *abandonadas* em seu estado original, trabalhadas somente por mãos indígenas “A floresta conservando a virgindade primitiva, acalentava em seu seio a população selvagem com quem vivia a milhares de anos” (CAVALHEIRO, 1927/29, s.n.). O apelo que a existência dessas novas terras inexploradas trazia era imenso, levando escritores mais

exaltados a conclamarem “tratemos quanto antes de avançar para a conquista do desconhecido Oeste” (MACEDO, 1905, p. 487).

Nesse interior ainda misterioso, as populações indígenas nem sempre aceitaram, de forma pacífica, o convívio com os primeiros pioneiros, auto-intitulados *civilizados*. No processo de conquista do sertão, os confrontos entre índios e os recém chegados eram constantes e corriqueiros, sendo que tais embates foram alvo de discussões que poderiam ser acompanhadas na imprensa e nas revistas paulistas. Uma das polêmicas mais acirradas deu-se a partir de 1908, com a publicação de um artigo do Prof. Hermann Von Ihering, zoólogo renomado e importante nome nos meios intelectuais paulistas na virada do século XIX, que exerceu a direção da revista e do Museu Paulista.

Referindo-se aos constantes conflitos entre índios e colonizadores, ocorridos neste momento específico na região nas fronteiras de colonização à oeste do Estado, o pesquisador alemão justificou e defendeu a utilização da violência contra os índios Kaingangs, principalmente devido a sua suposta pouca adequação ao trabalho nas lavouras (GAGLIARDI, 1989).

As afirmações de Ihering geraram muitas controvérsias e foram rebatidas por muitos, como pelo professor L.B. Horta Barroso, de Campinas, ou pelos representantes da Congregação do Museu Nacional. As divergências em torno dessa temática estavam imersas em outros debates de natureza diversa, como os raciais, religiosos e humanitários. Muitos defendiam uma maior presença da Igreja Católica nas comunidades indígenas, facilitando o processo de aculturação desses povos; outros eram favoráveis a maior presença do Estado, com iniciativas laicas, como a liderada pelo Marechal Rondon; havia ainda aqueles que colocavam tais problemas no contexto dos paradigmas raciais.²²

De todo o modo, a violência no interior que se refere aos contatos entre índios e brancos continuou e, durante toda a Primeira República, assim como as tentativas de diminuição dos conflitos que tiveram poucos resultados, com o prejuízo evidente para as culturas aborígenes (GAGLIARDI, 1989). Portanto, era nos sertões que, apesar dos debates em torno da questão indígena, desenhava-se “o drama do ódio do índio contra o branco, e da reação do branco contra o índio” (FERNANDES, 1946, p. 163).

²² Em São Paulo, os debates raciais envolvendo os índios estão relacionados também à consolidação da imagem do bandeirante, principalmente entre a elite paulista que se reunia em torno do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, durante a Primeira República. Sobre o assunto, ver Ferreira, 2002; Monteiro, 1994; Mahl, 2001.

A busca por terras virgens, a chegada dos desbravadores, o desenvolvimento de novos núcleos urbanos, as ferrovias, a destruição das matas e a violência generalizada levaram ao declínio dessas populações. A chegada de novas levas pioneiras, impulsionadas pela cafeicultura, destruiu ou empurrou vários grupos indígenas para regiões fora do Estado, abrindo espaço para a chegada maciça de trabalhadores com sonhos de riqueza e prosperidade. Progresso era a utopia do momento, e o passado, quando “pelos nossos sertões a barbaria recrudescia alarmando os núcleos do povoamento incipiente” (LEMOS, 1921, p. 38) deveria ser substituído pela nova ordem urbana. Os sertões, aos poucos, transformavam-se, ao mesmo tempo alumbrando e assustando aqueles que acompanhavam atentamente os resultados desse processo:

O panorama dos sertões de Araçatuba está mudado inteiramente, parecendo sonho, para quem o conheceu mesmo apenas a 15 anos. Não existe mais aquela mata fechada, nem aqueles lugares tidos como desconhecidos e morada de índios adversos da civilização. Houve mesmo excesso na faina desbravadora do paulista. O arrasamento foi completo e quase insensato, das reservas milenares de matas férteis. Quem sobrevoar a região, pasmará da devassa cruel de tanta riqueza e se admirará da audácia paulista, dominando em tão curto espaço de tempo sertão tão grande, sem medir os sacrifícios de toda natureza. Acabou-se o Sertão dos orgulhosos Caingangos [...] (CARVALHO, 1945, p. 313).

A utopia do progresso, assim como a espécie de êxtase experimentado pelo cronista ao viajar pela região de Araçatuba não o impediu, entretanto, de vislumbrar a “devassa cruel” da paisagem sertaneja. Mas a “audácia paulista” identificada aos signos da civilização inexorável era maior do que qualquer dano causado ao meio ambiente. O presente-futuro vislumbrado por Carvalho pertencia aos paulistas e não aos Kaingangos.

Na busca pela superação do isolamento geográfico experimentado em relação as regiões mais próximas da capital, a ferrovia foi um aliado fundamental. Símbolo dos tempos modernos, ela era o ponto de apoio dessa faina progressista. Resultado direto das novas demandas econômicas cafeeiras, a estrada de ferro tornou-se o principal meio de transporte da produção agrícola da região, facilitando, cada vez mais, o estabelecimento de fazendas nos pontos mais isolados do Estado e dando um novo alento às primeiras povoações fundadas em toda a região Oeste, antes da chegada do café.

1.4 Novas veredas no velho sertão

O primeiro trecho ferroviário inaugurado no Brasil, por iniciativa do Barão de Mauá, tinha como objetivo ligar o Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba. Entretanto, estes 14 quilômetros iniciais foram apenas o começo da futura grande malha ferroviária nacional. Com o enriquecimento progressivo dos cafeicultores do interior paulista, várias companhias, financiadas pelo capital cafeeiro, iniciam a construção de inúmeras estradas de ferro.

Pode-se destacar, dentre diversas iniciativas, a criação da Cia Paulista de Estradas de Ferro, idealizada por fazendeiros e investidores como um dos núcleos centrais de expansão das vias férreas pelas áreas do interior Paulista. Ao ligar a cidade de Jundiaí a Campinas, em 1872, a Cia Paulista, fundada para ocupar o espaço aberto pela São Paulo Railway, que não havia se interessado pelo projeto, construiu não só o “primeiro lance do sistema ferroviário paulista”, assim como possibilitou o “início de sua expansão” (MATOS, 1990, p. 82); abrindo caminho para uma série de outras empresas que estenderam trilhos até as mais longínquas regiões do Estado. Com objetivo semelhante, pode-se também lembrar da fundação, a partir de 1870, da Cia. Ituana, da Sorocabana, da Araraquarense e da Cia de Ferro Mogiana (MATOS, 1990). Portanto, pelo menos até a década de 1940, continuava existindo o paralelismo entre a distribuição da produção cafeeira e a expansão da rede ferroviária (MONBEIG, 1984).

Para a região Noroeste, foi fundamental a chegada da Estrada de Ferro Araraquarense, que, ao final do século XIX, já havia alcançado Araraquara e Jaboticabal, ligando a zona, via entroncamentos férreos, definitivamente à capital paulista e ao porto de Santos. Exemplo típico ocorreu em 1912, com a chegada da estrada de ferro a São José do Rio Preto, impulsionando efetivamente a economia regional²³. Nesse sentido, o já citado geógrafo Theodoro Sampaio, exaltando os feitos econômicos paulistas, destacava a importância das ferrovias para o desenvolvimento do Estado, sem as quais, segundo o autor,

A cultura do cafeeiro não teria certamente logrado tão rápido e considerável desenvolvimento pelos sertões distantes, si não fora a rede de viação acelerada de que é tronco [...] (SAMPAIO, 1900, p. 190).

²³ Processo semelhante ocorreu também em outras cidades do interior, que se modificavam completamente após a chegada das ferrovias. Mais detalhes sobre o tema podem ser encontrados em trabalhos como o de Raquel Discini de Campos, sobre a cidade de São José do Rio Preto (2004), em Nilson Ghirardello, que estuda o município de Bauru (2002), e Rosane Carvalho Messias, em análise sobre as cidades de Araraquara e de São Carlos (2003).

Enaltecendo a construção da linha férrea que ligava a capital Paulista à cidade de Santos, pela *São Paulo Railway*, o geógrafo nos dá uma idéia do quanto as ferrovias eram verdadeiramente admiradas, como exemplos de vitória do homem sobre a natureza, abrindo caminhos e dando um novo impulso à expansão sobre as terras paulistas no final do século XIX:

Quem não viu jamais os caminhos ordinários de outro tempo com as suas agruras e asperezas sem conta, com os seus perigos e delongas inimagináveis; quem não experimentou uma vez os incomodos, os imprevistos, o custo de uma viagem de outrora, através dos tremedais [sic], das ladeiras e das pontes mal curadas, vencendo distancias alongadas entre os centros de produção e consumo, de certo, não avaliará com precisão o que vai de progresso, de economia, de actividade, de estímulo, de riqueza, de esperança nesse primeiro tentear de viação acelerada, que a iniciativa ingleza nos proporcionou, lançando através dos montes de Paranapiacaba, desde Santos até o começo da zona agrícola do sertão essa primeira estrada de ferro que é um modelo no seu gênero (SAMPAIO, 1900, p. 190).

A admiração e a valorização das estradas de ferro, claramente perceptíveis nas palavras de Theodoro Sampaio, não foram um fenômeno único e exclusivamente brasileiro, ou mesmo especificamente paulista. Os E.U.A que, durante o século XIX, viveram um processo de expansão econômica em sua fronteira oeste, em direção ao Oceano Pacífico, tiveram as locomotivas retratadas como símbolos da civilização, facilitando a locomoção e possibilitando a chegada de milhares de trabalhadores às novas áreas de povoamento (STROHMEIER, 1997). Assim, as estradas de ferro, aqui e alhures, eram consideradas,

[...] um admirável conductor da civilização, sejam estratégicas, criadas no interesse da defesa nacional; sejam industriaes, promovidas para o desenvolvimento da agricultura, do commercio e das artes (GABAGLIA, 1921 p. 17).

Propagandas como a que se mostra a seguir, representando locomotivas rasgando com ímpeto os novos caminhos do interior, são exemplos do fascínio construído em torno dessas máquinas, que dominavam a paisagem dos sertões paulistas, que se dobravam cada vez mais frente ao avanço humano.

Se as locomotivas foram os pontos de apoio dos desbravadores modernos, a criação ou a melhoria de estradas de rodagem, que no início do século XX já começaram a receber os

primeiros automóveis, assim como a construção de pontes e a utilização comercial dos rios, também contribuíram fundamentalmente no processo de expansão econômica rumo às novas regiões agrícolas.

Até o final do século XIX, a Alta Araraquarense se mantinha ligada às outras regiões quase que exclusivamente pelas antigas *estradas boiadeiras*, abertas e utilizadas pelos criadores para deslocar o gado e, muitas vezes, também porcos²⁴. Elas foram de fundamental importância para os pioneiros que chegaram à região, vindos de Minas Gerais, e que tinham, na pecuária e na suinocultura, sua principal atividade. Estas estradas, se é que podem ser chamadas assim, pois se constituíam na verdade em caminhos de terra batida, que na época da chuvas tornavam-se quase intransitáveis, ligavam cidades como Ribeirão Preto, Barretos, Jotocabal, Araraquara e São José do Rio Preto entre si, além de abrirem rotas para outros estados, principalmente Minas Gerais. Tais trajetos permitiam, apesar das dificuldades e das limitações, a interligação das economias locais, antes da chegada das ferrovias.



Figura 1 – A locomotiva favoreceu a chegada de cada vez mais trabalhadores às regiões pioneiras, além de facilitar as relações comerciais nestas áreas. Aqui, a propaganda, publicada no final da década de 1920, não deixa dúvidas quanto ao orgulho em relação à *marcha paulista* pelas terras do interior do Estado (Fonte: Jornal *A Notícia*).

²⁴ No século XIX, além das estradas boiadeiras, existia também a *estrada geral*, que durante o Império ligava Cuiabá, no Mato Grosso, ao Triângulo Mineiro, passando pela região Noroeste. Este caminho facilitou igualmente a colonização e a chegada dos primeiros povoadores mineiros à zona Oeste de São Paulo (BRANDI, 2002).

A primeira grande rodovia projetada e construída interligando a região foi a *Estrada do Taboado*, que partia de Barretos, passando por Jaboticabal, São José do Rio Preto, Tanabi, chegando até a barranca do rio Paraná, no Porto do Taboado (ARANTES, 2001). Com uma extensão total de quase 400 quilômetros, foi projetada por volta de 1890, e teve suas obras concluídas em 1915. Sua construção foi recebida com entusiasmo geral, merecendo inclusive o comentário de Euclides da Cunha, que a definiu como “a mais importante não só de São Paulo, mas do Brasil inteiro” (CUNHA *apud* BRANDI, 2002, p. 211). Ligando zonas paulistas em amplo desenvolvimento, como Araraquara e São José do Rio Preto, ao Mato Grosso, a Estrada do Taboado foi uma importante obra viária que contribuiu para superar as dificuldades de transporte que tanto atrapalhavam o desenvolvimento da região.

A chegada dos veículos automotores ao Brasil, no início do século XX, apareceu aos olhos dos paulistas do interior com uma promessa de desenvolvimento, ao oferecer possibilidades de interligação entre regiões distantes, ajudando a superar as dificuldades de transporte que tanto dificultaram a vida dos pioneiros do Oeste. O caminhão e o automóvel, que no início eram artigos de luxo, acessíveis somente à elite econômica, tornaram-se, principalmente a partir da década de 1940, um importante aliado na superação do isolamento das regiões que se distanciavam dos grandes centros comerciais e da capital de São Paulo.

A maior utilização dos automóveis no Brasil deu-se no final da década de 1920. Na capital e no interior, o automóvel tornou-se sinônimo da modernidade, não só para as populações urbanas, mas também para o mundo rural. Inacessíveis à imensa maioria da população, os automóveis acabaram tornando-se “brinquedo dos ricos”, identificados como “o último grau de ostentação” (SEVCENKO, 2000, p. 74). As corridas de carro espalharam-se durante o mesmo período, da mesma forma que, na capital e no interior, os *Automovel Club* se tornaram o ponto de encontro desses pilotos endinheirados (CAMPOS, 2004). O veículo que “ronca, buzina e parte. Roda, corre, quase voa” (FREITAS JR, 1927, p. 269) oferecia uma opção igualmente para os fazendeiros do interior, no transporte de suas mercadorias até as estações férreas ou locais de distribuição mais próxima.

Os carros, ônibus e caminhões também trouxeram a possibilidade para que as populações urbanas usufríssem, com mais facilidade, das áreas verdes interioranas, com suas matas e bosques. O historiador Warren Dean destacou a maior utilização dos automóveis, principalmente a partir da década de 50, e o concomitante desenvolvimento das estradas de rodagem, como um

dos fatores que contribuíram para o aumento da destruição da Mata Atlântica na segunda metade do século XX (DEAN, 2000).

Em um texto publicado com o sugestivo título *Excursionando...*, Affonso de Freitas Jr, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e figura representativa das elites paulistas, narrava o mundo de sensações desfrutadas em uma simples viagem de automóvel, descobrindo o campo dentro do mais destacado símbolo da modernidade urbana. Essas viagens rapidamente se tornaram mania entre aqueles que tinham tempo e dinheiro para realizá-las. É interessante notar também a relação que o autor faz entre a paisagem que cruza em velocidade o olhar do motorista, e as imagens em movimento do cinema, outra novidade urbana recém chegada ao país. São as sensibilidades que se transformam no ritmo intenso das mudanças e das novidades tecnológicas:

A estrada, cor de ocre, serpenteia pela immensidade verde dos campos; sobe as lombadas dos morros; desce os declives das colinas; desenrola-se em aterros pelos tabuões de águas enrespadas pelas virações; corta os mattagaes sombrios, emaranhados e verdejantes, de velhas arvores esgalhadas e musgosas onde zumbem mosquitos e tatalam enxames de borboletas azues; atravessa clareiras, abertas como clarabóias no recesso da matta, perfumadas pelo cheiro forte dos bálsamos, dos óleos e das resinas vegetaes. Passa nas lufadas de vento a fragrância perfumosa, rescendida da matta, das flores roxas de manacá. Cuitelos fendem o espaço como relâmpagos[...]

[...] E o auto trepidando, roncando, buzinando, em vertiginosa carreira, vae “chispando” pela estrada afora. As paisagens desfilam aos olhos do excursionista como tela cinematográfica – rapidamente (FREITAS JR, 1927, p. 270).

Ao facilitarem o deslocamento de um número crescente de pessoas, os automóveis e as estradas tornaram-se decisivas para o desenvolvimento econômico paulista. Em artigo publicado na revista do IHGSP, por meio de uma exposição apresentada no Segundo Congresso Brasileiro de Geografia, que havia ocorrido na capital em 1910, o geógrafo Alfredo de Toledo apontava a necessidade de se abrirem “estradas de rodagem para o interior, em maior número, e melhoradas as já existentes” (TOLEDO, 1910, p. 35).



Figura 2 - Apesar das mudanças, carros e charretes têm de conviver lado a lado, demonstrando as ambigüidades da modernização trazida pelo capital cafeeiro ao interior de São Paulo. Na foto, a cidade de São José do Rio Preto por volta de 1927 (Fonte: *Álbum da Comarca de São José do Rio Preto – 1927-1929*).

A foto reproduzida acima testemunha a paisagem urbana que, aos poucos, modifica-se, a partir do momento em que os primeiros automóveis começam a ocupar o lugar antes dominado pelas montarias, causando certamente estranhamento, espanto e admiração nos moradores do interior. Pode-se imaginar o espanto resultante do contato das pessoas com o *Ford*, nas cidades acostumadas, até então, com as charretes e os carros de boi. Nos anúncios dos jornais regionais, a mensagem da redação publicitária não deixava dúvidas,

Um Ford tornará suas férias mais agradáveis. Milhares de pessoas vão se utilizar de carros Ford durante este verão, para gozarem suas férias de um modo mais salutar e agradável, respirado sempre o ar puro do campo (A NOTÍCIA, 1924, s.n.).

Em outro momento, os anúncios apelam para o prazer proporcionado pelas viagens: “um ford conduzir-vos aos campos, às cidades, às praias, aos bosques – boas estradas encurtam distâncias, unem povos e trazem progresso”(A NOTÍCIA, 1925, s.n.). O *Imperial Coupê*, da fábrica norte-americana Chrysler, também é vendido nas páginas do jornal rio-pretense como “o carro que tem alcançado maior sucesso entre os agentes de Rio Preto” (A NOTÍCIA, 1928, s.n.). O mesmo jornal informa ainda, no ano de 1925, com extrema satisfação, a chegada das *jardineiras*, espécies de ônibus que prometiam tirar do isolamento todas as cidades da região. A

cidade contemplada era São José do Ingá, e o autor anônimo descreveu a entrada triunfal desse novo mensageiro do progresso da seguinte maneira:

Esteve em festas, anteontem, a povoação de S. José do Ingá, no districto de Nova Granada, deste Município. Graças aos esforços da população daquela localidade e da boa unidade da Cia de transportes e melhoramentos de Rio Preto, foi inaugurado anteontem a estrada de automóveis até a população. Chegou anteontem alli a primeira jardineira dessa importante Companhia. O acontecimento deu motivo a grandes festejos no arraial do Ingá [...] [...] a primeira jardineira entrou na povoação em meio a aclamação do povo e ao espoucar dos rojões que subiram ao ar. Em regozijo pelo importante melhoramento foi servido ao povo profundo copo de cerveja (A NOTÍCIA, 1925, s.n.).

Não é difícil entender os motivos de tanto júbilo. Em comunidades acostumadas às dificuldades impostas pela falta de estradas e de meios de transporte, a chegada da jardineira representava a promessa de novos tempos para a população. Em outra publicação do mesmo período, o autor imaginava as futuras mudanças trazidas pelo automóvel à região “A pista do veado será depois uma estrada larga e no rasto do tatú deslizarão velozmente os automóveis(...) Tudo muda e se transforma vertiginosamente” (CAVALHEIRO, 1927/29, s.n.). É a modernidade que afetava não somente a capital, mas também as cidades interioranas, numa espécie de *Belle Époque* tardia, resultante das mudanças trazidas pela expansão da economia agro-exportadora (CAMPOS, 2004). A partir da década de 1920, o caminhão é cada vez mais utilizado nas atividades agrícolas, levando ao governo do Estado a defender o lema “boas estradas para todo o ano” (MONBEIG, 1984).

Quanto maior era o desenvolvimento das cidades, mais as estradas de rodagem tornavam-se importantes para o transporte de mercadorias. Havia um consenso de que o progresso econômico viabilizado pela facilidade de acesso às novas regiões era fundamental para o desenvolvimento do Estado, mesmo sabendo-se que grande parte do escoamento da produção cafeeira se fazia, pelo menos, até a década de 50, por via férrea.

Pode-se estabelecer o período entre 1880-1930 como o primeiro em que se colocou em prática uma política de desenvolvimento do sistema viário em São Paulo. Relacionando-a com a necessidade de melhorias no transporte demandada pela expansão agrícola e pelo crescimento das cidades do interior. Nesse período, cabe destacar o já referido Washington Luís que, como governador do Estado de São Paulo (1920-1924) e posteriormente Presidente de República

(1926-1930), empreendeu uma política pública de construção de estradas. Durante seu mandato de governador de São Paulo, 1500 quilômetros de estradas foram construídas, ligando a capital a várias regiões do interior. Entre as décadas de 1930 e 1950, a criação de diversos órgãos estaduais e federais, a importação de máquinas e implementos para a construção de estradas, assim como a crescente demanda pelo transporte de mercadorias, geraram uma forte pressão pela ampliação, construção e melhoramento do sistema viário por todo o país, com destaque para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, ambos em franco desenvolvimento econômico-industrial (VARGAS, 1994).

A demanda por estradas era anunciada desde o início do século XX, nos jornais de São José do Rio Preto. Fotos como a que se segue dão uma idéia das dificuldades encontradas no interior. Estradas de terra rudimentares, cortando áreas de intensa vegetação, não ofereciam facilidades para os automóveis, que passam a ter um papel cada vez mais importante no transporte tanto de mercadorias quanto de pessoas.



Figura 3 – As estradas não eram tão *modernas* quanto se esperava, mas facilitavam a entrada dos pioneiros que, derrubando árvores e abrindo espaço entre a floresta espessa, aos poucos, humanizavam o meio natural (Fonte: *Album da Comarca de São José do Rio Preto – 1927/29*).

Na verdade, as necessidades não se restringiam à criação de estradas, mas também a pontes e a todo o tipo de benfeitoria que pudesse favorecer e facilitar o transporte e a *marcha do*

progresso. Os comerciantes e fazendeiros da região participavam constantemente de discussões com membros dos governos estadual e federal, exigindo a construção de estradas e a adoção de planos rodoviários que contemplassem a região (ARANTES; PARISE, 2000). Em artigo publicado em 1942, o articulista da *Notícia* resumiu as expectativas em torno da construção de uma ponte sobre o rio Paraná, para favorecer a expansão agrícola que, a partir de 1930, levou fazendeiros em busca de novas terras no Mato Grosso:

Feitas as estradas, outros empreendimentos se tornarão absolutamente indispensáveis como consequentes – um deles é o lançamento de uma ponte sobre o rio Paraná. Cremos que a estrada de ferro Araraquara uma vez que a ponta de seus “rails” toque as barrancas do grande rio, não descuidará de aí fazer um ponte, pois que a já importante ferrovia, certo, não estacionará entre esse vasto curso d’agua, como quem se defronta com uma barreira (A NOTÍCIA, 1942, s.n.).

As estradas de rodagem, inicialmente de terra ou pedra batida e que, somente na década de 1950, começaram a ser modificadas pelo uso do asfalto, aparecem, de forma mais contundente, do que os rios em discussões sobre o transporte em São Paulo, no início do século XX. O transporte fluvial que, durante os séculos XVII e XVIII, foi largamente utilizado pelos paulistas, chegando a substituir o transporte a pé ou a cavalo, no processo conhecido como o movimento das *monções* (HOLANDA, 1994), foi pouco aproveitado durante a expansão cafeeira.

Todavia, a pouca utilização dos rios como meio de transporte, salvo algumas exceções localizadas, não impediu que alguns deles fossem enaltecidos e valorizados. O destaque maior ficava obviamente com o rio Tietê, apresentado por muitos escritores e articulistas paulistas como o “rio legitimamente genuíno da província de São Paulo” (OLIVEIRA, 1913, p. 79). Neste mesmo artigo, publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Oliveira escreveu sobre vários rios paulistas, destacando além do Tietê, o Parayba, o Rio Grande, o Paranapanema e Ribeira do Iguape, o Rio Una e Juquiá (1913). Entre estes, o Paranapanema mereceu a atenção especial do autor, devido sua proximidade com o Estado do Paraná (para ser exato, o rio é o marco divisório entre os dois Estados), uma das zonas pioneiras mais importantes da expansão agrícola nas décadas de 1920 e 1930. O destacado engenheiro Edmundo Krug, membro do IHGSP, enfatizou a possibilidade da utilização do Rio Paranapanema como meio de transporte:

Pois bem, sendo o rio Paranapanema o limite natural entre o Estado de São Paulo e o Estado do Paraná, despejando-se elle em outro que e, por sua vez, a divisa entre outros Estados brasileiros e fertilizador de diversas republicas Sul-Americanas, o Paraná, que também recebe innumerous affluents navegáveis, será, o Paranapanema, forçosamente, a melhor via de communicação entre o Estado de São Paulo, e os demais Estados Brasileiros e republicas platinas (KRUG, 1925, p. 371).

Se muitos escritores defendiam os rios como importantes meios de transporte, parece que as vantagens da utilização destes eram menores que as dificuldades encontradas. Vários fatores podem explicar a pouca utilização dos rios como transporte, pelo menos durante a primeira metade do século passado. Parece que o principal foi a falta de investimentos governamentais, principalmente em relação à reparação das corredeiras e quedas d'água que dificultavam uma utilização mais sistemática do complexo hidráulico paulista. Também não se pode esquecer da opção governamental pelo transporte rodoviário, principalmente a partir das décadas de 1940 e 1950, que levou, inclusive, ao crescente abandono, para muitos nefasto, de todo o potencial ferroviário brasileiro construído desde o final do século XIX.

Vários políticos e estadistas brasileiros buscaram, em vão, desde o século XIX, estimular o transporte de cargas pelos rios. Expedições foram enviadas para conhecer o percurso e os potenciais de navegabilidade de vários caminhos fluviais, mas os esforços parecem ter sido insuficientes, ou apresentaram poucos resultados práticos. Como afirma o historiador Warren Dean, com todas as dificuldades relatadas, de ordem material, econômica e política, “os rios não tinham futuro” (DEAN, 2000, p. 221). Desse modo, os cursos d'água mais pareciam barreiras a serem superadas do que opções de transporte. Nesse sentido, as pontes representavam um genuíno triunfo dos homens sobre a natureza.

As estradas de rodagem constituíram-se, juntamente com as ferrovias, como as linhas de transporte fundamentais para a integração do interior à capital paulista. No ano de 1942, o jornal *O Município* anunciava a saída de uma comissão de políticos da região rumo a São Paulo, com o objetivo de discutir, com o governador do Estado, a adoção de um plano rodoviário para a região. Do mesmo modo, um articulista do jornal afirmou categoricamente “chegou a hora de Rio Preto e de toda a região – zona quase bloqueada, a Alta Araraquarense se integrar, no organismo econômico do Estado – devido as estradas que lhe serão dadas” (A NOTÍCIA, 1942, s.n.). Alguns anos mais tarde, o jornal *A Notícia* exaltou as conseqüências do melhoramento das estradas de rodagem e do prolongamento da linha férrea Araraquarense,

[...] não existe em todo o Estado de São Paulo nenhum sector onde, como neste ao longo do qual nos levam o prolongamento da E. F. Araraquarense e a rodovia estadual de Rio Preto a Pereira Barreto, se desenvolve tão intensamente a conquista e a construção de novas cidades (A NOTÍCIA, 1946, s.n.).

As estradas de rodagem e as ferrovias facilitaram a chegada de um número cada vez maior de pessoas às regiões interioranas. Dessa forma, a facilidade de locomoção, a crescente e regular demanda por mais produtos agrícolas, os estímulos econômicos e a oferta de terras, ainda por explorar, fizeram com que a *franja pioneira*, isto é, as zonas de fronteira que limitavam as áreas colonizadas das ainda por colonizar, fossem alargadas constantemente. De uma forma bastante resumida, pode-se apontar que, entre 1900 e 1950, o deslocamento pelo interior de São Paulo seguiu basicamente o seguiu trajeto:

Quadro 3 – As zonas pioneiras

Período	Localização	Alguns dos principais centros urbanos
1850-1890	Vale do Paraíba Região da Mantiqueira	Taubaté, Bananal, Jacareí Campinas, Itu, Jundiaí
1890-1910	Depressão Periférica Oeste/Zona Oeste	Norte de Campinas, Araras e Rio Claro, Ribeirão Preto
1910-1920	Região Noroeste	Araraquara, São José do Rio Preto
1920-1940	Alta Sorocabana	Marília, Garça, Assis ²⁵

Fonte: Dados reunidos e organizados a partir de Milliet, 1941 e Monbeig, 1984.

No alargamento dessas zonas agrícolas do interior paulista, a qualidade das terras a serem exploradas passou a ser tema recorrente dos escritores que se referiam às regiões pioneiras. As imagens construídas sobre as terras eram, geralmente, ligadas à idéia de abundância e de fertilidade, nem sempre fidedignas à realidade. De qualquer modo, nas publicações paulistas,

²⁵ Esta tabela tem como objetivo oferecer uma visão resumida do caminho seguido pelo café nas zonas pioneiras. Dados mais detalhados podem ser encontrados na bibliografia já sugerida sobre a expansão cafeeira.

criou-se um verdadeiro mito em São Paulo: *a terra roxa*, que no Estado recobre as regiões de Ribeirão Preto, Araraquara, Jaú e São Miguel. Este solo era particularmente valorizado devido a alta composição de matéria orgânica, tornando-o extremamente fértil. Entretanto, não mais que 2% do território paulista estava coberto pela verdadeira terra roxa (MONBEIG, 1984).

A fertilidade dessas terras ajudou a construir uma imagem de opulência e prosperidade em várias áreas do Estado de São Paulo, suplantando, muitas vezes, as discussões sobre as verdadeiras dificuldades de se produzir nessas novas regiões, tais como dificuldades de transporte, doenças, solos fracos, ausência de ajuda financeira e outros tantos problemas que afetavam os agricultores.

A tão propagada fertilidade foi defendida pelo geógrafo Theodoro Sampaio, que qualifica os sertões paulistas como cheios de “terras fertilíssimas, ainda cobertas de matta” (SAMPAIO, 1900, p. 160). Em outro momento, São Paulo é chamado de “Opulento Estado” (TOLEDO, 1910, p. 36). A região do Ribeira do Iguape também é descrita como “zona fertilíssima” de “lindas colinas cobertas de vegetação” (KRUG, 1925, p. 369-70). Outras palavras utilizadas para descrever as áreas do interior não são menos expressivas: *terras novas*, *terra virgem*, *terra fértil*. Tais expressões que nem sempre refletiam as reais condições encontradas pelos desbravadores, acabaram, sem dúvida, servindo como estímulo para que pessoas se dirigissem até essas novas áreas em busca de uma nova vida.

Nos jornais de São José do Rio Preto, os solos da região eram apresentados como fertilíssimos, cheios de matas e de águas em abundância. Os anúncios de venda de terras estão abarrotados de detalhes que fortalecem essa imagem de pujança, opulência e fertilidade. No *Álbum Ilustrado da Comarca*, o engenheiro Eduardo Campoó declara a zona apta ao desenvolvimento da cafeicultura, propagando a idéia de fartura e riqueza pronta para ser explorada pelo trabalho humano:

Na comarca de Rio Preto, temos muitos logares onde a camada arável do solo, attinge o máximo, portanto isto justifica que o cafeeiro, também pode atingir a idade máxima. Também possui no seu solo mineraes necessárias aos seus fructos; e o seu solo é rico em potassio e ácidos phosphoricos e sulphuricos, que são as principaes substancias de que mais carecem os cafeeiros (CAMPOÓ, 1927/29, s.n.).

A crença na fertilidade do solo também é apresentada no *Album de Rio Preto*, publicado no ano de 1918. Com o título *Fertilidade Assombrosa de Rio Preto*, os editores reproduziram uma notícia, supostamente publicada no jornal carioca *Correio da Manhã*, que destacou a extrema fecundidade do solo que cercava a cidade. O artigo termina com uma frase de efeito, que deve ter enchido de orgulho a população local “em Rio Preto só é pobre quem quer” (ALBUM DA COMARCA, 1918, p. 85). Da mesma forma, a *revista agrícola de Catanduva*, publicada em 1925, descreve o solo da região como “fertilíssimo, é formado de terras arenosas e misturadas, havendo também massapez” (REVISTA AGRÍCOLA DE CATANDUVA, 1925, p. 4).

Poucas foram as vozes dissonantes do coro entusiasta. Entretanto, havia também aqueles mais realistas, como o Diretor do Museu Paulista, prof. Hermann Von Ihering, que em 1907, afirmou, com certa má vontade, “temos a constatar que quasi dous terços do paiz consistem em terras pouco prestáveis ou de pequeno valor natural” (IHERING, 1907, p. 143).

Terras férteis ou não, fato é que, a partir da década de 1920, aumentam consideravelmente as discussões sobre métodos de adubação, rotação de culturas e a utilização, em larga escala, de máquinas agrícolas. As escolas agrícolas e os institutos agrônômicos aprimoravam as pesquisas na área e acabaram por iniciar uma nova possibilidade no trato do solo que, aos poucos, vai sendo incorporado às práticas agrícolas mais tradicionais. Esse processo se deu de forma lenta, sendo que, em boa parte das áreas de exploração agrícola paulista, a exploração seguiu a forma tradicional e verdadeiramente danosa das queimadas (DEAN, 2000).

1.5 Terra virgem, mata exuberante, solo fértil

Com algumas exceções, pode-se afirmar que, na grande maioria das fazendas de café do Estado de São Paulo, as plantações se iniciaram da mesma forma: uma grande queimada indiscriminada durante os meses de seca *limpava* a área para o plantio das primeiras sementes de café, muitas vezes, semeada com a terra ainda aquecida pelas brasas restantes. As cinzas forneciam os nutrientes necessários para dois ou três anos de plantio. Ao final desse período, novas áreas eram exploradas, recomeçando o ciclo.

Acreditava-se que a qualidade do solo era reflexo da abundância de árvores encontradas na propriedade. Uma floresta exuberante era garantia de boas terras. A existência de árvores menores pressupunha terras menos férteis que, conseqüentemente, alcançavam menor valor de

venda. Tal idéia nem sempre expressava a verdade sobre a qualidade do solo, pois se sabe, hoje, que a responsável pela vitalidade da floresta é ela mesma, a partir do ciclo natural do reaproveitamento das folhas e do material orgânico produzido no próprio bioma. Muitas vezes, florestas exuberantes revelam, após as queimadas, solo pobres, levando lavradores à perpetuação de danos ao meio ambiente. (DIAS, 2000). Após a queimada, em áreas que não tinham sido utilizadas para o plantio, uma vegetação menos exuberante que a existente na *floresta primária* começa a crescer, recebendo comumente o nome de *capoeira*.

Esse tipo de exploração do solo, que marcou toda a zona cafeeira paulista, não foi uma criação exclusiva da agricultura feita em São Paulo. Desde o século XVIII, intelectuais, escritores e políticos denunciaram o processo danoso das queimadas, que desperdiçava uma parte considerável da riqueza vegetal e da vida animal. Rodrigo de Souza Coutinho e José Bonifácio de Andrada e Silva, ambos importantes personalidades do cenário político luso-brasileiro, no início do XIX, já alertavam para a tragédia que era a prática da agricultura no Brasil, fundamentada na coivara, sem nenhum tipo de preocupação com a preservação do solo (PÁDUA, 2002). Outros biólogos e botânicos, como Francisco Freire Alemão e Alberto Loefgren, respectivamente, também relataram seu espanto com as queimadas incontrolláveis e a enorme destruição de vida natural que elas proporcionavam (DEAN, 2000).

Na descrição sobre as terras do interior de São Paulo, era valorizado o trinômio *terra virgem-mata exuberante-terra fértil*. É interessante observar os anúncios de venda de terras publicados nas páginas dos jornais rio-pretenses, principalmente entre as décadas de 1920 e 1940. Em um deles, oferece-se,

50 alqueires de terras para a cultura de café [...] cercadas com 60 rolos de arame em cercas de aroeira [...] com boas aguadas, contendo 11 mil pés de café em formação e excelentes pastagens com mattas para mais pastos e lavouras (A NOTÍCIA, 1925, s.n.).

Em outro momento, a utilidade das matas fica mais explícita “vende-se 500 alqueires[...] a 4 léguas desta cidade, com parte das mattas próprias para o café” (A NOTÍCIA, 1925, s.n.). Fica evidente a idéia de que as abundantes matas eram sinônimo de boas terras que, quando derrubadas ou queimadas, dariam ótimas plantações de café.

A falta de mão-de-obra dificultava a retirada das madeiras mais nobres, utilizadas na carpintaria ou na marcenaria, antes das queimadas. Entretanto, em algumas áreas, lenhadores

autônomos ofereciam seus serviços a fazendeiros, entrando nas áreas de floresta e derrubando as árvores mais valorizadas. De qualquer modo, pode-se afirmar que as queimadas foram o principal fator que assinalou a destruição de grande parte da cobertura florestal do Estado de São Paulo (DEAN, 2000). Esse processo de formação das fazendas, no interior do Estado, atrelado às constantes queimadas, foi descrito pelo sociólogo italiano Enrico Ferri, em texto reproduzido por César Salgado na *Revista do Arquivo Municipal*. Ferri relata, em tom entusiástico, a voracidade com que muitos colonizadores chegavam às novas terras, no final do século XIX.

[...] Não é, como o colono alemão, o desbravador isolado e em pequena escala; não ataca a floresta paulatinamente e aos bocados; bate-a em cheio e em grande, abrindo-lhe clareiras formidáveis, sobre as quais faz ondular o oceano verdejante dos cafezais. Não entra na selva, modesto e humilde, armado do seu machado e da sua foice, acompanhado da família, como um pequeno proprietário; invade-a, senhorialmente, como a invadia outrora, acaudilhando um numeroso exército de batalhadores, armados já agora, não de arcos, espadas e mosquetes, mas de instrumentos e utensílios aptos para o desbaste, a monda, as carpagens. Começam os paulistas o seu assalto á floresta pelas colinas e tabuleiros que circundam o vale amplíssimo do Mogi-Guassú, cuja mataria devastam rapidamente; entram o vale do rio Pardo, e o cobrem de cafezais; buscam as chapadas e encostas florestais do Tietê e estendem por elas os seus latifúndios verdejantes; e voltam-se, por fim, pelo velho caminho de Sorocaba, para o vale do Paranapanema, que vão enchendo de fazendas e povoações florescentes (FERRI, apud SALGADO, 1950, p. 44-5).

A relação entre o homem e a natureza, no contexto da expansão agrícola pelo interior paulista, fundamentou-se, como se pode perceber no discurso caloroso de Enrico Ferri, como um verdadeiro conflito, em que a vitória consistia na transformação de um ambiente natural, tido como selvagem, em uma plantação organizada de forma geométrica, racional e pronta para desenvolver suas funções econômicas. Os cafezais representavam, portanto, a vitória do homem sobre o espaço natural, derrubando a floresta e reorganizando as relações entre os elementos da natureza. Entretanto, dessa vitória nem sempre pode-se depreender resultados positivos.

Os métodos de exploração fundamentados na queimada e no trato pouco comprometido do solo levaram ao esgotamento deste em muitas zonas rurais. O exemplo mais explícito foi o que ocorreu na região do Vale do Paraíba, a primeira região cafeeira do Estado de São Paulo e a última a utilizar de forma sistêmica a mão-de-obra escrava na cafeicultura. Desde os idos de 1890, a produção nessa região já apresentava sinais de decadência, chegando ao início do século XX com os cafezais de menor produtividade do Estado (MONBEIG, 1984). O declínio das

fazendas de café foi acompanhado também pela decadência das cidades da região, fato relatado em alguns textos do escritor Monteiro Lobato, como no conto *Cidades Mortas*, publicado originalmente na Revista do Brasil. Nele, Lobato descreveu a região de Taubaté, antes área de pujança e riqueza, como um local repleto de “palácios mortos da cidade morta” (LOBATO, 1964, p. 4/5). Ao apresentar o panorama desolador de uma economia em franca depressão, Lobato teceu diretamente uma crítica mordaz e contundente à estrutura econômica cafeeira, fundamentada na monocultura. O escritor acabou tornando-se um dos maiores defensores da necessidade de diversificar-se a economia do país, lutando tanto pelo estímulo à policultura quanto pelo desenvolvimento industrial. Também não se deve esquecer, nesse sentido, da sua mais conhecida bandeira: a necessidade de investimentos na procura e exploração do petróleo no território nacional (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETA, 1998; LUCA, 1998).

A crise econômica verificada nessa primeira região cafeeira paulista não se explica somente pelas dificuldades decorrentes do esgotamento dos solos, mas também pela concorrência econômica com as novas regiões de exploração agrícola do interior, principalmente o Oeste e o Noroeste Paulista. Estas apresentavam um poder de sedução muito forte para os agricultores, que viam, nas terras virgens, promessas e possibilidades de ganho mais rápido e com menor necessidade de investimentos, se comparados aos necessários para a retomada da produção do Vale do Paraíba em ritmo economicamente competitivo (COSTA, 1998).

Os fatores anteriormente apontados acabaram trazendo grandes dificuldades aos agricultores da região do Vale do Paraíba, levando os fazendeiros e pioneiros às novas terras do Oeste e do Noroeste de São Paulo. Porém, o exemplo do esgotamento do solo daquela zona demorou para servir como modelo para outras regiões em São Paulo. Os métodos de plantio foram sendo modificados de forma lenta, a partir de campanhas inclementes nos jornais, esforços governamentais e do fomento que partia de algumas instituições de pesquisas agrícolas. Essa demorada transformação contribuiu de forma consistente para o aumento da destruição do meio natural nas áreas agrícolas paulistas.

A monocultura do café foi o lastro econômico dessa expansão econômica. Entretanto, os momentos de crise, na economia cafeeira, a maior diversificação social, o aumento populacional e as mudanças nas demandas internacionais contribuíram para a diversificação da agricultura no interior. Aos poucos, o café deixava de ser o único produto agrícola a receber incentivos e investimentos públicos e privados (AMARAL, 1958).

Em primeiro lugar, o fluxo de migrantes para as regiões agrícolas exigiu um aumento da produção de alimentos, já que era necessário suprir as necessidades básicas desses grupos. Milho, feijão, mandioca, frutas e porcos são exemplos dos produtos oferecidos aos habitantes das antigas cidades, assim como aos dos nascentes povoados. Tais alimentos eram produzidos, muitas vezes, visando à própria subsistência. Em outras palavras, os próprios imigrantes adaptavam culturas desconhecidas até então no Brasil, como é o caso do arroz plantado principalmente pelas colônias japonesas (MONBEIG, 1984).

Às margens das plantações de café, acabou se desenvolvendo, nas pequenas cidades do interior, uma economia de produtos alimentícios, que servia como complemento na renda desses pequenos agricultores. No jornal *O Município* de 1925, a publicação dos preços praticados na feira livre de Rio Preto nos permite vislumbrar o que circulava nas mesas dos moradores na região Noroeste:

Carne de vaca, lombo de porco, banha, toicinho, lingüiça, peixe fresco, frangos, galinhas, ovos, manteiga, queijo fresco, queijo curado, bacalhau, cebola, massa de tomate, macarrão, azeite, arroz, açúcar, feijão, café, batatinha, farinha de milho, milho, agrião, fubá, limão, pimentão, bananas, quiabo, vagem, chicória, alface (O MUNICÍPIO, 1925, s.n.).

A grande lista de alimentos aqui reproduzida permite compreender que, mesmo antes do desenvolvimento das modernas estradas de rodagem na região, já havia uma enorme circulação de mercadorias, vindas das mais diversas localidades, nas zonas pioneiras. Isto indica a existência de uma economia agrícola que aos poucos se diversificava, estimulando o comércio, os serviços e outras atividades complementares típicas dos centros urbanos. Também antes do desenvolvimento da economia cafeeira, os primeiros colonizadores praticavam uma agricultura bastante diversificada, de acordo com seus hábitos alimentares trazidos principalmente de Minas Gerais. Neste sentido, vale destacar a produção do feijão, da farinha de mandioca, da carne de porco, do toicinho, da lingüiça e a da abóbora, que formaram a base da dieta dos pioneiros do Oeste Paulista, em meados do século XIX (ALMEIDA, 1943; MONBEIG; 1984).

Ao lado dessa produção agrícola, que ocorria em menor escala, objetivando suprir o mercado local ou regional de alimentos, a partir da década de 1920, a cultura do algodão e a criação de gado começaram a rivalizar com a produção do café, aumentando a diversificação

econômica do Estado, no caso específico da região Noroeste. Esses dois produtos ofereceram uma opção econômica viável às crises que afetavam diretamente a agricultura cafeeira.

As primeiras experiências com o algodão, em São Paulo, datam da década de 1860, e estão ligadas diretamente não somente ao desenvolvimento da indústria têxtil, na província paulista e no Rio de Janeiro, mas principalmente à diminuição da oferta internacional do produto gerada pela guerra civil nos Estados Unidos que, entre os anos de 1861 e 1865, praticamente impediu as exportações daquele que era um dos maiores fornecedores de algodão do mundo, abastecendo as indústrias da Inglaterra e França (CANABRAVA, 1984)²⁶. Após o fim das hostilidades entre o norte e o sul, a produção norte americana voltou a dominar o mercado internacional, e as plantações brasileiras que, em algumas cidades desenvolveram-se largamente, como em Tatuí e Itú, sofreram com a falta de incentivos governamentais e os olhares que pareciam enxergarem no horizonte somente o café (CANAVRAVA, 1984).

Um novo estímulo à produção algodoeira paulista se deu com a primeira guerra mundial, que entre os anos de 1914 e 1918, afetou duramente todo o comércio internacional. Novos agricultores passaram a acreditar no produto e, aliados aos que mantiveram suas plantações a despeito dos poucos estímulos governamentais, expandiram seus investimentos. O resultado dessas iniciativas se converteu em números, que mostram o Estado de São Paulo, em 1919, como o maior responsável pela produção brasileira de algodão (FAUSTO, 1998; DEAN, 1991). O sucesso do produto despertou o interesse de muitos, como se mostra na revista do Brasil, em artigo de Mario Pinto Serva (1918), que descreve as vantagens do plantio de algodão. Neste sentido, para muitos críticos da monocultura, o algodão era uma forma de diminuir a dependência econômica em relação ao café, impulsionando a diversificação econômica, e porque não dizer também política e social.²⁷

Afora os primeiros esforços esparsos dos produtores locais, o grande impulso à produção se dá a partir da quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, que afetou duramente a economia cafeeira. O colapso da economia mundial, neste período, diminuiu em quase 40% as

²⁶ Em 1951 a Prof. Alice P. Canabrava efetivou-se como catedrática da USP. O trabalho apresentado como requisito para o concurso - *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo – 1861-1875* - acabou dando origem à obra citada.

²⁷ Para muitos críticos, ao predomínio da elite cafeeira na vida política brasileira, principalmente durante a Primeira República, uma economia mais diversificada poderia diminuir o poder de influência das oligarquias paulistas. Exemplo típico desse pensamento se dá com a política empreendida por Getúlio Vargas que, mesmo não abandonando totalmente os cafeicultores, procurou apoio de outros setores da economia nacional, notadamente os grupos ligados à indústria, para garantir respaldo ao novo regime que se instalava no governo federal, a partir de 1930 (FAUSTO, 1978).

exportações do grão brasileiro, levando vários fazendeiros paulistas à ruína (DEAN, 1991). O algodão surgiu como opção aos agricultores por exigir pouco capital inicial e produzir rápidos resultados (MONBEIG, 1984). Na região Noroeste de São Paulo, o algodão chegou, em algumas áreas, a tomar o lugar do café, como em Olímpia e Mirassol. Nas décadas de 1930 e 1940, houve uma verdadeira febre do “ouro branco”, e novas regiões produtoras surgiram rapidamente, criando zonas pioneiras, como a de Marília e Andradina (MONBEIG, 1984).

Nesse processo de desenvolvimento da produção algodoeira, destacou-se a participação da comunidade japonesa no Brasil. Contando com apoio técnico-financeiro do governo-nipônico, esse grupo étnico tornou-se especialista e líder da produção de algodão no Brasil, sendo responsável por grande parte da safra nas propriedades paulistas, principalmente a partir de 1930 (PRADO JR, 1967).

Na região de São José do Rio Preto, o algodão passou a ser produzido, com maior excelência, a partir de 1923. Nos jornais da cidade, anúncios vendendo sementes do produto são constantes ao longo das décadas de 1920 e 1930. A grande produção verificada na região trouxe uma série de beneficiadoras do produto à cidade, como as empresas *Sambra*, *Anderson Clayton*, *Swift* e *Cotonifício Rio Preto* (ARANTES; PARISE, 2000). O desenvolvimento da produção algodoeira na região foi tão grande que vários artigos publicados nos jornais *A Notícia* e *O Município* dedicaram-se a orientar os novos agricultores na escolha das sementes, oferecendo informações sobre os preços praticados no mercado ou discutindo métodos de controle de pragas que atacavam a planta. Na década de 30, proliferaram também os textos que indicavam o algodão como a nova fonte de riqueza para a região. Dessa maneira, atraía-se, cada vez mais, produtores dispostos a substituir seus pés de café por plantações do *ouro branco*.

Além do algodão, que oferecia uma opção economicamente viável aos fazendeiros que quisessem abandonar, ou pelo menos diversificar a produção cafeeira, a criação de gado, aos poucos, também começou a despertar interesse dos produtores.

A criação de gado bovino teve início no Brasil de forma mais vigorosa a partir do século XVII, como atividade complementar da produção canavieira, na região Nordeste do Brasil. No século XVIII, o *pampa* gaúcho, no Rio Grande do Sul, passou a ser o local de criação de milhares de cabeças de gado, tornando a região a maior fornecedora de carne do país. Ao mesmo tempo, iniciam-se as primeiras experiências envolvendo a pecuária em São Paulo. O Estado tornou-se,

além de criador, entreposto comercial do produto, por onde passavam as tropas vindas do sul em direção as Minas Gerais, principal consumidora de carne e couro.

No século XIX, o governo imperial já contabilizava exportações de couro, e o aumento, nas criações, mostra-se com toda a sua força, nas famosas feiras de animais em terras paulistas, com destaque para a feira de Sorocaba, que atraía compradores e vendedores de todas as áreas criadoras do Brasil (AMARAL, 1958).

A criação de gado acompanhou a expansão agrícola paulista que teve o café como produto principal. A região do Vale do Paraíba já possuía criadores de gado mesmo durante o auge da produção cafeeira (AMARAL, 1958). Da mesma forma, a pecuária já era uma atividade importante para os primeiros colonizadores da região Noroeste, vindos de Minas Gerais no início do século XIX. O gado era criado solto, aproveitando as facilidades do relevo pouco acidentado da região. Pode-se dizer também que a pecuária foi a principal atividade econômica antes da chegada do café, sendo responsável pela sobrevivência de uma série de povoamentos, como Jaboticabal, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, antes destas localidades tornarem-se importantes centros cafeeiros (ALMEIDA, 1943).

Entretanto, dois fatores contribuíram, de forma significativa, para a expansão da pecuária no Estado de São Paulo, nos primeiros 50 anos do século XX: as crises enfrentadas pela economia cafeeira, principalmente a deflagrada pela quebra da bolsa em 1929, que levou muitos fazendeiros a trocarem seus pés de café por gado; e o pouco investimento necessário para a pecuária, pois o pasto podia ser plantado em terras esgotadas, além da atividade não exigir mão-de-obra em grande quantidade, se comparada à produção de café. Assim, nas décadas de 1930 e 1940, a extensão das pastagens aumentou de forma espetacular em terras paulistas, transformando regiões, até então conhecidas como grandes produtoras de café, como é o caso de Ribeirão Preto e Araraquara, em grandes centros pecuaristas (MONBEIG, 1984).

A pecuária, em São Paulo, beneficiou-se da infra-estrutura montada inicialmente para e pelo café, como estradas de ferro, os centros de distribuição e os contatos comerciais. A oferta de mão-de-obra e o crescente mercado interno, principalmente nas cidades formadas durante o surto cafeeiro, também contribuíram para estimular a produção. O gado, criado solto em grandes pastagens, por sua vez, beneficiou-se do esgotamento dos solos após anos de exploração ininterrupta, pois uma boa parte dos proprietários optou por estabelecer pastagens em seus solos fatigados ao invés de investirem na recuperação dos mesmos. Esta escolha permitiu aos antigos

fazendeiros manterem sua vitalidade econômica mesmo depois da falência orgânica de suas terras (PRADO JR, 1967).

Além do algodão e da pecuária, uma série de outros produtos foram introduzidos nas terras paulistas, na primeira metade do século XX. Podemos citar a cana-de-açúcar e a laranja como exemplos de produções que, mais tarde, tornaram-se importantes fontes de rendimentos para os agricultores. Essa maior diversificação da produção agrícola paulista conseguiu estimular, em algumas regiões, mudanças na estrutura fundiária, fundamentada em dois eixos principais: a fazenda e a gleba.

Grandes fazendas cultivadas por várias famílias, recebendo salários ou estabelecendo contratos de parceria, com participação direta do proprietário ou do administrador na produção, ou grandes áreas compradas por grupos de investidores, muitas vezes, estrangeiros, que dividiam a propriedade em sítios ou glebas, para serem vendidos aos interessados. Estas foram as duas principais formas de colonização do interior paulista. Com a valorização das propriedades, por meio da diminuição da oferta de novas terras, muitos fazendeiros acabaram também loteando suas propriedades, com significativo lucro, vivendo da especulação fundiária e obtendo, muitas vezes, rendimentos superiores ao que se poderia conseguir com algum tipo de produção ou criação.

Em algumas localidades, como em Pereira Barreto ou no norte do Paraná, grupos de investidores compravam grandes áreas rurais para negociarem a venda direta aos pequenos proprietários. Neste caso, muitos que nunca haviam trabalhado em atividades próprias do mundo rural, ou mesmo desconheciam a realidade de uma propriedade agrícola, fizeram fortunas com a compra e venda de terras (MONGEIG, 1984).

Dessa forma, houve uma grande diversificação no valor e nas características fundiárias das propriedades rurais em São Paulo. Algumas regiões apresentavam uma preponderância de verdadeiros latifúndios, enquanto, em outras, a existência de médias ou pequenas propriedades era mais contundente. Divididas em fazendas ou em loteamentos, as áreas rurais paulistas tornaram-se, nesses cinquenta primeiros anos do século XX, capital extremamente cobiçado por homens do campo e da cidade.

1.6 O *far-west* paulista

A expansão agrícola pelo interior de São Paulo se deu, em essência, através de uma perspectiva capitalista totalmente vinculada à idéia de propriedade privada. As terras só poderiam ser adquiridas do Estado por meio da compra e consolidadas com o título de posse devidamente oficializado pelo tabelião. A ocupação *pacífica* também poderia justificar e garantir legalmente a posse da terra²⁸. Esse sistema acabou beneficiando os grandes produtores, que possuíam capital inicial para os empreendimentos. Mas não raro o processo rompia a legalidade, e o uso da violência e da intimidação se dava para expulsar os pequenos lavradores, usurpando e tomando destes as terras e garantindo a posse das mesmas com documentos fraudados.

Muitas vezes, os primeiros pioneiros que iniciavam o processo de formação de novas áreas produtivas pelo interior encontravam, em áreas desocupadas, propriedades privadas existentes somente no papel, com documentação nem sempre idônea. Aparece, então, a figura bastante presente do *grileiro* de terras, um subproduto tanto da desigualdade fundiária quanto da incapacidade do governo em controlar o acesso à terra e combater as falsificações de títulos de propriedade (DEAN, 2000).

Os conflitos pela posse das propriedades, nas áreas de expansão agrícola paulista, eram comuns nas primeiras décadas do século XX. Tudo era feito para garantir a posse da terra; violência física e intimidação, falsificação de documentos oficiais, roubo de papel timbrado, recibos fictícios de tributos pagos (DEAN, 2000). Essa instabilidade da situação fundiária acabou sendo responsável por um clima de incerteza e violência nas áreas pioneiras que, não raro, eram chamadas de *far-west* paulista, numa referência ao processo de expansão para o Oeste, ocorrida nos Estados Unidos, durante o século XIX.

Relatos de assassinatos, brigas entre famílias, insegurança e disputas judiciais por grandes áreas de terra foram constantes, demonstrando a tensão social que envolvia as questões fundiárias em São Paulo durante o período. Os constantes anúncios oferecendo armas de fogo, como o que se segue, durante toda a década de 20 e 30, dão uma idéia de que a sua utilização não era inusitada ou excepcional. Era comum andar armado pelas ruas das pequenas cidades, e os que

²⁸ Os conflitos que envolviam a posse de terras no Brasil, mais especificamente nas áreas pioneiras paulista, não cessaram mesmo após a aprovação da lei de terras de 1850. Exemplo disso se mostra em 1895, quando São Paulo colocou uma série de terras públicas à venda, limitando as maiores propriedades a 500 hectares (DEAN, 2000). Entretanto, a incapacidade de fiscalização acabou dando origem a aberrações no sistema, com proprietários possuindo áreas bem maiores que a estipulada inicialmente por lei. Também o acesso à documentação que garantiria a posse legal da terra, através da ocupação pacífica, estava mais próxima dos que possuíam poder econômico. Estes, detendo maiores vantagens políticas e financeiras, muitas vezes, estimulavam a expulsão dos antigos ocupantes, geralmente pequenos lavradores empobrecidos, para garantir a ocupação de novas áreas, trazendo, para o panorama social das regiões pioneiras, a figura do grileiro.

não a possuíam, como relata Pedro Nava, em suas memórias, eram chamados de covardes (NAVA, 1983).



Figuras 4 e 5 – Dois exemplos de anúncios da década de 1920 que mostram um pouco do cotidiano nas zonas pioneiras. A venda de terras, com a devida promessa de papéis legítimos, fruto da instabilidade da situação fundiária; e o livre comércio de armas, fiéis companheiras nas zonas rurais. (Fonte: Jornal *A Notícia*).

Nos jornais de São José do Rio Preto e região, nas primeiras décadas do século XX, a instabilidade em relação aos títulos de propriedade levava os vendedores de terra a destacarem em seus anúncios: “venda de lotes de 20 alqueires para cima divididos e livres de qualquer dúvida. Títulos garantidos” (A NOTÍCIA, 1925, s.n.). Em outra propaganda, o vendedor é ainda mais enfático: “venda de terras em Rio Preto. Títulos incontestáveis” (A NOTÍCIA, 1925, s.n.). Títulos “absolutamente incontestáveis” são oferecidos por um grande escritório de advocacia da cidade (O MUNICÍPIO, 1931, s.n.). Ainda no ano de 1925, uma fazenda é anunciada “com todas as garantias que o comprador exigir” (A NOTÍCIA, 1925, s.n.) A verdadeira obsessão pela veracidade dos títulos e papéis pressupõe um grande número de terras sem documentação legal. Em 1931, por exemplo, o jornal *A Notícia* publicou uma pequena nota, em tom bastante irônico, sobre uma denúncia feita no mesmo jornal contra um suposto grileiro. Com o título, “Ainda existem grilos por estes sertões”, afirmou o anônimo articulista:

Demos ontem uma nota em que relatávamos a possível existência de grillos por estes sertões a fora. E não se tenha dúvidas sobre a existência de alguns. Entretanto, no caso do apreço, o que há é uma certa boa fé nas informações que nos transmitiram.

É que o cidadão visado no nosso escripto veio a esta redação sobraçando um taludo maço de documentos, pelos quaes se evidencia a legitimidade de seus direitos nas terras da bocaina.

Nós demos a referida levados por informações apenas, mas agora á vista da documentação que foi exibida, somos forçados a modificar o juízo que havíamos feito. Pelo menos enquanto outros documentos melhores não aparecerem (A NOTÍCIA, 1931, s.n.).

A diferenciação feita pelo autor do artigo entre documentos bons e ruins, que levanta dúvidas sobre a razão do suposto *proprietário* das terras da Bocaina, mostra-nos como havia uma preocupação em comprovar a posse legítima das terras. A situação apresentava-se mais confusa devido a inépcia do governo em conseguir coibir as falsificações e a violência nas áreas rurais. Assim, o grileiro fez parte do mundo pioneiro, tornando-se figura que, pulando de terra em terra, ajudou a fazer fortunas de grandes proprietários, ao mesmo tempo em que contribuiu para o empobrecimento daqueles que, sem poder político-econômico ou prestígio social, eram destituídos das terras que habitavam há muitos anos, sem conseguir manter seus direitos de posse por *ocupação pacífica* (DEAN, 2000).

Outra figura típica dessas primeiras décadas de expansão agrícola foi a do agrimensor. Era ele que, com seus cálculos matemáticos e geométricos, definia os limites, a área e os marcos das propriedades rurais. A profissão de agrimensor foi regulamentada pelo governo paulista no ano de 1924, e eram vários os profissionais que ofereciam seus serviços nos jornais de Rio Preto e Catanduva, nas décadas de 20 e 30. Escritórios de Engenharia e Agronomia também proliferaram, e seus anúncios mostram um pouco dos serviços prestados por esses profissionais:

Esriptório de Engenharia e Agronomia em Potyrendaba e Rio Preto – Dr. Paschoal Bávaro, diplomado pela Universidade de Milão e Noé Pimentel, com grande prática de medições e demarcações de terras em nossa comarca. Incumbem-se de divisões de terras, judiciais e particulares. Informam, instruem negócios e exames de terras, e de qualquer consulta, sobre assuntos referentes a agricultura (A NOTÍCIA, 1925, s.n.).

Além dos agrimensores e engenheiros, tabeliões e advogados, compunham o quadro de profissionais que respondiam às necessidades daqueles que queriam garantir a posse de áreas que, muitas vezes, eram reivindicadas por vários supostos proprietários. Contendas judiciais tendo

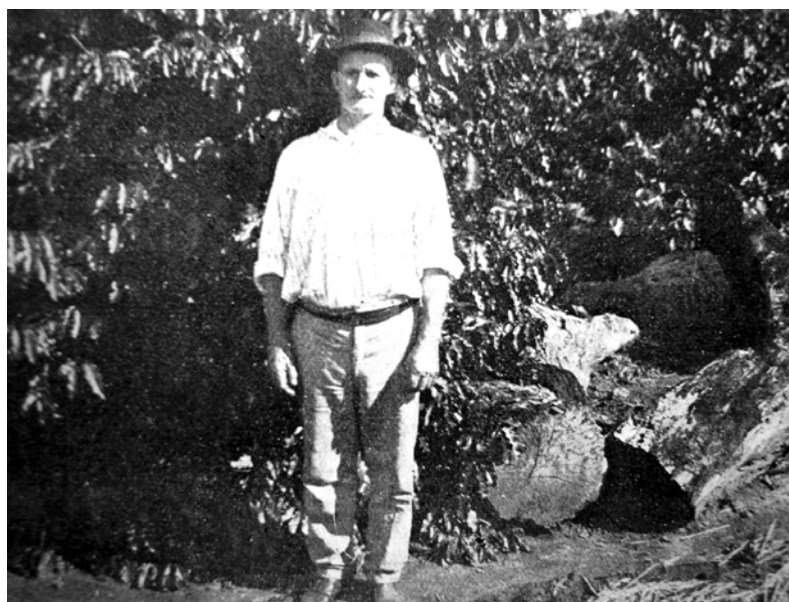
como tema disputas fundiárias são constantes e, muitas vezes, envolviam atos de violência e intimidação de figuras públicas, tornando ainda mais confusa e perigosa a questão da posse nas terras paulistas (DEAN, 2000). Essa situação não se alterou entre os anos de 1900-1950, e não seria errado afirmar que o problema persiste ainda hoje em várias áreas rurais do Brasil.

Essas contendas e disputas evidenciam a importância e o valor que as terras adquiriam com o desenvolvimento econômico das zonas cafeeiras. As propriedades rurais, que alcançavam preços, cada vez maiores, são o grande símbolo de riqueza no interior, e os fazendeiros não se incomodavam, como se mostra na página seguinte, em posarem para as câmaras fotográficas ao lado de seus pés de café, sinônimo não só de riqueza mas também de *status* social, conquistados, muitas vezes, em condições de violência e litígio.

O crescimento agrícola da primeira metade do século XX mudou radicalmente o mundo natural do Estado de São Paulo. Florestas foram derrubadas ou queimadas, alterando definitivamente os ecossistemas regionais, que foram substituídos por plantações ou pastagens. A chegada dos grandes contingentes populacionais, a construção de estradas de ferro e de rodagem, a crescente urbanização e a chegada das primeiras indústrias também aumentaram a pressão sobre a natureza ainda intocada, transformando as regiões que, no final do século XIX, eram conhecidas como *zona desconhecida*, ou mesmo parcialmente povoadas, em áreas de franca expansão econômica e populacional.

Aquilo que era conhecido como *sertão* se alterou profundamente. A força econômica impulsionada pela cafeicultura gerou novas demandas por terras, comércio e desenvolvimento. Nesse processo, uma parte das elites paulistas se colocava como herdeira das tradições bandeirantes, perpetuando modernamente os feitos destes no período colonial. É nesse sentido que o geógrafo Theodoro Sampaio conclama, na *Revista do Instituto Histórico*, em 1900, o povo paulista a iniciar uma nova saga, rumo ao interior:

Aos caminhos de ferro que se estendem para o sertão, a colonização se avoluma, á população que já se conta por mais de dois milhões de indivíduos, ás industrias, ao commercio, ás instrucção applicuemos as másculas energias que vem distinguindo este povo paulista através da História; levemos a civilização aos desertos occidentaes, e, repetindo, em luctas mais nobres e em mais elevados empreendimentos, os feitos audaciosos de outrora, enveredemos para as regiões distantes, cujos valles immenssos parecem destinados aos commettimentos do século novo (SAMPAIO, 1900, p. 204).



Figuras 6 e 7 – Orgulhosos fazendeiros fazem pose para o fotógrafo em frente aos seus pés de café, que além de representarem fontes de riqueza e prestígio evidenciam o poder transformador do homem sobre o meio ambiente (Fonte: *Album da Comarca de São José do Rio Preto 1927-1929*).

Esses modernos bandeirantes estavam dialogando verdadeiramente com o esforço cultural, empreendido principalmente durante a República Velha, que buscava consolidar uma imagem apologética e laudatória do movimento bandeirante. Tais elites procuravam, em um suposto passado heróico e glorioso, uma forma de se fortalecer nas disputas políticas, econômicas e sociais do período, onde várias identidades e propostas políticas estavam em confronto (FERREIRA, 2002). A construção de um imaginário sobre o passado bandeirante foi fundamental nesse processo de expansão econômica, na medida em que esses novos pioneiros acabam recorrendo, na história, o exemplo para a jornada rumo às terras mais distantes do interior paulista.

Esse caminho rumo ao interior possuiu, em sua essência, um ideal de desenvolvimento urbano, que já percebia, no crescimento comercial e agrícola, a verdadeira face do progresso, estimulando e fortalecendo o impulso reformador que tomou conta do Estado de São Paulo nessas primeiras décadas do século passado. A transformação da floresta selvagem, em terreno lavrado, tornou-se o ideal a ser alcançado, em nome da nova ordem econômica que colocava São Paulo na dianteira do crescimento brasileiro (FAUSTO, 1998). A esperança estava depositada na civilização citadina, que entendia a natureza como uma barreira, uma fortaleza a ser conquistada²⁹. Carlos de Lemos, na *Revista do Brasil*, aponta, com entusiasmo, as novas conquistas da civilização, que tem nas ferrovias o grande símbolo desenvolvimentista:

[...] os campos entrar a criar e a produzir. As sementeiras, várias em espécie, levam a boa mendrança. Industrias desenvolvem-se celeramente, ensaiando a conquista dos mercados estrangeiros. Pelo território a dentro alargam-se, não raro por entre mil dificuldades que mais as valorizam, novas vias férreas. Exploram-se o carvão de pedra. Decanta-se o ferro [...] (LEMOS, 1921, p. 39).

Tais mudanças não passaram despercebidas nos jornais editados na *boca do sertão*. Para muitos desses articulistas, as alterações ocorreram com muita rapidez, trazendo o progresso e o

²⁹ O Impulso modernizador que foi palavra de ordem entre grande parte dos intelectuais brasileiros no período estudado, possuía um espectro muito grande de idéias. Pode-se falar de pelo menos dois paradigmas que eram entendidos como fundamentais para o desenvolvimento do país, tanto quanto a construção de fábricas ou o desenvolvimento agrícola. O paradigma racial, entre as décadas de 1890 e 1920, que introduziu discussões sobre a potencialidade racial da população brasileira, dialogando com o cientificismo europeu. (SCHWARCZ, 1993; VENTURA, 1991). Já nas décadas de 30 e 40, houve uma mudança do foco racial para o *higiênico-educacional-médico*, com os debates voltados para a necessidade de se aplicar medidas nas áreas de saúde, assim como desenvolver, no Brasil, um sistema educacional que pudesse transformar a realidade econômica, social e cultural do país. (GONDRA, 2004; SKIDMORE, 1989).

desenvolvimento para regiões onde antes só habitavam índios, animais e a solidão. Na década de 1940, o jornal *A Notícia* publicou uma matéria intitulada “Como o sertão de Rio Preto se transformou em 10 anos”, cujo escritor demonstrou como o sertão foi dominado, abrindo caminho para novas cidades, contribuindo para o progresso e o crescimento da localidade, por meio da “conquista do solo e construção de novas cidades” (A NOTÍCIA, 1946, s.n.).

Não se pode esquecer de que, nessas novas áreas agrícolas, o embate entre o homem e a natureza se deu de forma direta. Neste sentido, o mundo natural é comumente associado a uma *riqueza adormecida*, pronta para ser desperta pelo *labor humano*. Tal idéia contribuiu para a exploração dos recursos naturais, na medida em que derrubar, queimar e destruir o ecossistema era entendido, geralmente, como uma forma de contribuição ao progresso do país, além de possibilitar trabalho e ocupação para os grandes contingentes populacionais que ocuparam essas novas zonas. A concepção do mundo natural, como fonte de riqueza, acabou potencializando o poder de transformação do homem sobre o meio, que imprimiu sistematicamente, na terra lavrada, a marca de sua passagem, materializada nas ordenadas fileiras das longevas plantações de café.

2 MUNDO NATURAL E CIVILIZAÇÃO

2.1 Em confronto com a natureza

O domínio e a formação das novas regiões agrícolas, entre o final do século XIX e os primeiros 50 anos do século XX, deram-se a partir de um processo de macro-expansão da economia brasileira. Nas terras do interior paulista, a cafeicultura impulsionou as forças que abriram novos caminhos pelos assim chamados sertões, erigindo cidades, transformando regiões até então desconhecidas em áreas de ebulição agrícola, além de sedimentar as condições necessárias para a diversificação produtiva dessas mesmas áreas pioneiras, principalmente a partir da década de 1920.

A expansão agrícola, nas primeiras décadas do século XX, foi um fenômeno bastante amplo, com o desenvolvimento em todo o país de atividades rurais, impulsionadas, entre outros fatores, pela crescente demanda internacional, que ocorreu a partir da Primeira Guerra Mundial, e também pelo aumento populacional brasileiro (FURTADO, 1963). O quadro abaixo exemplifica essa expansão ao demonstrar o aumento significativo do número de estabelecimentos agropecuários no Brasil:

Quadro 4 – Estabelecimentos agropecuários

Ano	Estabelecimentos Agropecuários no Brasil
1920	648,153
1940	1.904,589
1950	2.064,642

Fonte: IBGE, 2005.

No contexto do desenvolvimento agrícola nacional, o Estado de São Paulo se distinguia. Fortalecido pelo poder econômico proveniente da cafeicultura, a economia paulista se destacava não só pelo constante crescimento populacional, mas também pelo crescente desenvolvimento

industrial da capital, que exigia matérias primas em cada vez maior quantidade. Tais demandas ofereceram significativos estímulos à produção rural no interior paulista.

Essas transformações se traduzem em números bastante expressivos, demonstrando a força econômica das atividades agrárias do Estado. No final da década de 30, por exemplo, o Estado de São Paulo possuía o segundo maior efetivo de gado bovino no Brasil, com 3.484,614 cabeças; a maior malha viária brasileira, que se estendia por 48.059 quilômetros; o maior número de veículos a motor, com um total de 76.894 veículos, sendo 29.745 para carga; a maior área agrícola ocupada, totalizando 4.502,282 *ha*, e a segunda maior população brasileira, com 7.305, 407 habitantes³⁰.

Os pioneiros desse processo não foram somente paulistas, mas também mineiros, nordestinos, além da variada mão-de-obra imigrante. Enormes contingentes populacionais que se lançaram em busca de trabalho embrenhando-se em terras novas, e lidando diariamente com o meio natural, que era compreendido como uma barreira que precisava ser transposta, para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

Essa forma de relação conflituosa e fundamentada na idéia de confronto, que se estabeleceu nas terras paulistas entre os novos colonizadores e o mundo natural, não é específica do período estudado. O final do século XIX e a primeira metade do século XX herdaram características construídas anteriormente, ligadas à própria maneira como o homem vem se relacionando com a natureza desde tempos imemoriais.

O historiador norte-americano, Frederick Turner, aponta para o fato de que pelo menos desde a Antigüidade, as sociedades ocidentais lidaram com a natureza de forma agressiva, buscando sempre a submissão do mundo natural aos interesses sociais. São inúmeros os exemplos desse comportamento descritos pelo autor: nota-se que, desde a tradição judaico-cristã, passando pelo movimento protestante e a sociedade capitalista moderna, a natureza foi considerada posse e domínio do homem, que sempre tentou, de todas as formas, às vezes, desencadeando prejuízos irreparáveis para si e para o mundo, reordená-la. O ocidente, portanto, estabeleceu uma oposição clara entre o homem e a natureza, entre o civilizado e o bárbaro, entre o inteligente e o rude. Esta separação, fundamentada em justificativas religiosas, culturais ou

³⁰ Dados coletados em: Anuário Estatístico do IBGE. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1908; Anuário Estatístico do IBGE. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1938; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatística do século XX*. In: IBGE. Base de dados disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso entre fevereiro e julho de 2005; Anuário Estatístico de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1924.

políticas, contribuiu para uma atitude displicente e agressiva dos homens com o mundo natural (TURNER, 1990).

É certo que nem todas as sociedades do mundo ocidental construíram uma relação de confronto com a natureza. Os povos indígenas da América, ou as sociedades conhecidas como *bárbaras* da Europa pré-cristã, por exemplo, conectavam-se mais diretamente ao mundo natural, colocando-se como parte dele, e estabelecendo por meio de mitos e rituais ligações intrínsecas de respeito e complementaridade com a terra, os animais e as plantas. Este modo de entender o papel do homem no mundo, nem superior nem inferior à natureza, mas simplesmente como parte dela, gerou impactos mínimos no meio e relações mais harmoniosas entre sociedade e o natureza (TURNER, 1990).

Muitos dos grupos sociais que mantiveram uma relação mais orgânica e próxima ao mundo não humano acabaram, a partir do final do século XIX, influenciando movimentos e organizações que ficaram conhecidos, de forma genérica e muitas vezes equivocada, como movimentos ecológicos (MACCORMICK, 1992).

Não obstante, a percepção da natureza como possessão indiscutível do homem foi preponderante entre as sociedades ocidentais, desde pelo menos a Antiguidade. A partir daí, explicações teológicas, culturais, econômicas e políticas não só ajudaram a confirmar o direito humano sobre a natureza, como também impulsionaram a utilização do meio ambiente por meio das necessidades e conveniências humanas. Não faltaram, portanto, argumentos oriundos dos mais variados campos de saber que justificavam a superioridade do homem no mundo, pelo menos até o movimento iluminista, quando se iniciou o questionamento mais contundente das crenças que postulavam a indiscutível superioridade do homem junto ao mundo natural (THOMAS, 2001).

O movimento iluminista, opondo-se ao chamado Antigo Regime, questionou, em vários níveis, as concepções de mundo existentes nas sociedades européias até então, principalmente no que se refere ao mercantilismo, ao absolutismo e aos valores teológicos representados pelo pensamento escolástico (FALCON, 1986). Foi um período de efervescência de novas representações de mundo, notadamente durante o século XVIII, quando se observou também o surgimento de novas idéias que questionavam a superioridade do homem. Tais idéias propunham o estabelecimento de novas relações entre as sociedades e os demais elementos do mundo, animados ou não.

Essas novas crenças, que defendiam desde o direito à vida dos animais e plantas, até a formação de grupos de defesa da natureza, relacionavam-se diretamente com o desenvolvimento das sociedades industriais e do modo de vida urbano. Novas discussões sobre as relações entre o homem e o meio natural eclodiram, permitindo o surgimento de idéias que, se não modificaram imediatamente a crença na indiscutível posse do homem sobre o mundo, pelo menos desencadearam novos debates sobre ela (THOMAS, 2001).

No caso brasileiro, não seria incorreto afirmar que, desde a chegada dos primeiros colonizadores, as relações entre homem e natureza se deram por meio da lógica da subserviência, seguindo uma crença bastante comum na Europa de que “o novo mundo existia para ser conquistado” (TURNER, 1991). Evidentemente, não se pode esquecer de que a própria descoberta do novo território pelos portugueses se relacionou diretamente ao processo de expansão mercantilista européia, marcado pela busca ávida e constante de todo e qualquer tipo de riqueza, resultado dos interesses econômicos imediatos que fundamentavam a relação colônia-metrópole (NOVAES, 1979).

A expansão marítima dos séculos XV-XVI teve como um dos objetivos econômicos principais o benefício da metrópole, traduzido na exploração dos recursos naturais das colônias, tais como madeiras, riquezas minerais e o potencial agrário, os caminhos mais utilizados para alcançar tal objetivo. Esse esforço explorador contribuiu certamente para a grande pressão humana sobre os recursos naturais, que se potencializava na medida em que uma população sempre crescente se dedicava à busca de novas regiões a serem desbravadas.

Assim como na Europa, os novos colonizadores do Brasil estavam imersos na crença do direito natural do homem sobre o mundo. Esta atitude, aliada à grandiosidade e à exuberância das novas terras, que para muitos desses homens pareciam infinitas, deixou pouca margem para atitudes mais preocupadas com a proteção ou mesmo com a utilização mais racional dos recursos naturais. Vale lembrar que o primeiro olhar sobre as terras brasileiras foi marcado pelo assombro perante a natureza, relatada pelo escrivão da esquadra de Cabral, Pero Vaz de Caminha, como “[...] terra muito cheia de grandes arvoredos [...] águas são muitas, infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-se aproveitar, dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem” (DOCUMENTOS HISTÓRICOS BRASILEIROS, 1976).

Por outro lado, os europeus que chegaram às terras que, mais tarde, formariam o Brasil entraram em contato com povos de várias etnias indígenas, que possuíam suas próprias relações

ecológicas, desenvolvidas desde a chegada dos primeiros povos à região, a pelo menos 20 mil anos a.C. Os chamados índios brasileiros viviam basicamente da agricultura rudimentar, plantando mandioca e milho, além da caça, pesca e coleta oferecida nem sempre em abundância e periodicidade suficientes para a manutenção de grandes grupos populacionais (RIBEIRO, 1986). Apesar de também viverem da exploração da natureza, o pouco desenvolvimento material e a formação de culturas que, aparentemente, estimulavam uma relação mais respeitosa do homem com o meio ambiente parecem ter contribuído para diminuir os impactos da ação desses grupos sobre a fauna e a flora.

Contudo, a chegada dos europeus mudou a vida dos povos indígenas, que tiveram sua cultura transformada a partir do momento de contato com os brancos. Dessa mistura étnica, surgiram especificidades que muitos consideram uma das estruturas que erigiram a cultura brasileira (RIBEIRO, 1998). Pode-se citar como exemplo maior de atividade erigida a partir dos primeiros encontros entre portugueses e índios aquela que acabou servindo como modelo para o trabalho agrícola no Brasil: a coivara ou a queimada.

Este método de agricultura, que alguns estudos indicam não oferecer maiores problemas quando utilizado de forma restrita e limitada, como era o caso dos povos indígenas brasileiros, pode, inclusive, estimular a renovação e a diversidade natural em determinadas regiões. Entretanto, quando aplicada de forma irrestrita e descontrolada, as queimadas impõem um enorme impacto ao meio ambiente e, por isso, acabaram se tornando as principais responsáveis por grande parte da destruição da vida animal e vegetal não apenas no Brasil, mas em praticamente todo o mundo colonial (DIEGUES, 2000).

Foi somente com a disseminação do movimento iluminista para além da Europa que a exploração indiscriminada do meio ambiente colonial passou a ser questionada. No Brasil, os primeiros indícios destas novas concepções aparecem de forma mais clara a partir do século XVIII, com o fortalecimento do movimento iluminista em Portugal.

O maior expoente do iluminismo português foi Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal. Durante 22 anos, Pombal foi o homem mais poderoso da metrópole, tornando-se o conselheiro e confidente político de total confiança do rei D. José, entre os anos de 1755-1777 (BOXER, 2002).

O governo pombalino foi o grande responsável pela introdução das idéias Iluministas em Portugal. A reforma do ensino praticado na Universidade de Coimbra e a formação da Academia

Real de Ciências marcaram a introdução desses novos ideais no mundo intelectual português, até então dominado fortemente pelo pensamento escolástico, disseminado principalmente pelos jesuítas vinculados à universidade de Évora (BOXER, 2002).

Foi o naturalista Italiano Domenico Vandelli que empreendeu, nesse contexto da vida intelectual iluminista portuguesa, discussões mais aprofundadas sobre a necessidade de se racionalizar a exploração das riquezas naturais coloniais, objetivando evitar, dessa maneira, o desperdício de recursos. Adepto do pensamento fisiocrata, que via na natureza a base da riqueza nacional, Vandelli influenciou profundamente os intelectuais portugueses e brasileiros que tentavam introduzir reformas no trato com a natureza, como a utilização do arado e o controle das queimadas, que pudessem contribuir para um melhor aproveitamento dos recursos naturais da colônia (PÁDUA, 2002).

Dentre os pensadores que mais se identificam às aspirações reformadoras destacam-se Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro dos Domínios Ultramarinos entre 1796 e 1801, e José Bonifácio de Andrada e Silva, ambos defensores de uma racionalização nos processos de exploração das riquezas naturais existentes nas terras brasileiras (GUNTAU, 2000; PÁDUA, 2002).

A independência do Brasil mudou o contexto político que ligava Brasil e Portugal, e os projetos de reformas propostas tiveram um reordenamento influenciados pelos interesses dos governos constituídos no Brasil, ao longo do século XIX. As críticas ao extermínio indiscriminado de animais, além das objeções às atividades agrícolas predatórias, continuaram ocorrendo de forma esparsa, porém constante, durante os governos imperiais. Entretanto, as vozes que denunciavam a destruição natural, como as de Tomás Pompeu de Sousa Brasil e Joaquim Nabuco, aparentemente não conseguiram sensibilizar as autoridades, e pouca coisa se fez de concreto para efetuar mudanças que realmente transformassem o panorama da exploração predatória dos recursos naturais brasileiros (PÁDUA, 2002).

Com a independência, ocorreu, portanto, uma grande diminuição tanto das ações, que já eram esparsas, quanto das discussões sobre as questões ambientais. Os poucos pensadores que se mantiveram na ativa, fundamentalmente naturalistas estrangeiros ou brasileiros formados na Europa, encontraram poucos espaços para se fazer ouvir. Tal situação só começou a se transformar em meados do século XIX, com a formação dos Institutos Históricos e Geográficos e

dos Museus de História Natural, fundados a partir da segunda metade do século XIX (DEAN, 1991; LOPES, 1997).

Além disso, um outro aspecto que influenciou de maneira contundente os debates sobre o mundo natural foi o recrudescimento das discussões abolicionistas. Com o fim do tráfico negreiro e o início das mudanças econômicas desencadeadas pela cafeicultura, vários políticos do império iniciaram debates sobre a viabilidade da adoção da mão-de-obra assalariada. Muitos abolicionistas também classificavam o trabalho escravo como pouco eficiente, sem compromisso com a produção e com o desenvolvimento técnico das formas de plantio e acabavam denunciando a destruição dos recursos naturais como uma forma de desqualificar o sistema escravocrata (PÁDUA, 2002).

Todavia, apesar de existirem vozes dissidentes no Brasil no que dizia respeito ao pensamento preponderante acerca da relação homem-natureza, a análise das fontes estudadas mostra que, na virada do século XIX, ainda é predominante a profunda crença no direito total dos homens sobre os recursos naturais, além da nefasta fé propagada, quase de forma inconsciente, na ilimitada abundância da natureza brasileira. Certamente que essa visão, que entendia o mundo natural não como um valor em si próprio, mas por meio de suas potencialidades econômicas, contribuiu de forma significativa para o incremento da destruição e da exploração dos recursos naturais paulistas, a partir do desenvolvimento econômico do Estado.

Em outras palavras, a convicção dominante que acompanhou o desenvolvimento capitalista até a emergência dos movimentos ecológicos contemporâneos, a partir das décadas de 1950/60, “considerava o homem e a natureza como pólos excludentes, tendo subjacente a concepção de uma natureza objeto, fonte ilimitada de recursos à disposição do homem” (BERNARDES, FERREIRA; 2003).

A projeção da existência de uma natureza abundante, fonte ilimitada de riqueza adormecida, esperando para ser desbravada e revelada pelo homem, é encontrada de forma recorrente nas fontes analisadas, que oferecem um panorama esclarecedor das ações e práticas sociais em relação ao mundo natural paulista. O texto do político Domingos Jaguaribe é exemplar desse tipo de concepção:

A observação nos ensina que assim na terra como na sociedade, todas as vezes que não se aproveitam os elementos naturais da riqueza, seja da natureza bruta

ou animada, estes elementos se voltam contra o homem como que bradando contra elle pela sua inépcia (JAGUARIBE, 1895, p. 18).

A exploração da natureza era defendida como um dever social. O mundo natural, se mantido intacto, era sinal de desleixo, de incapacidade do homem de construir riqueza a partir do que o mundo oferecia. A palavra de ordem era *progresso*. As terras do interior de São Paulo deveriam ser exploradas ao máximo, e os esforços para que a realização dessa grande empreitada deveriam ser constantes:

Para se juntarem nessas pontas de lança atiradas em pleno sertão, os desbravadores furavam o mato virgem através de picadões; rasgavam clareiras nas margens dos rios e ribeirões; derrubavam os troncos anosos; faziam aceiros; acendiam a queimada, cujas labaredas vivas e latas estralejavam dias e noites; erguiam ranchos de pau a pique, cobertos de sapé e depois barreados a sopapo; destocavam a terra roxa; abriam roças e, no tempo das águas, plantavam o milho e mandioca. Dentro em pouco o algodoeiro ia desabotoar os capulhos, enquanto os canaviais rumorejavam ao vento, no aro verde escuro dos capoeirões vizinhos.

Ficavam ali essas criaturas humanas, anos a fio, na solidão, no silêncio e no isolamento, cercadas pela floresta presente, na luta incessante entre os homens e a natureza. Por essa forma, os sertanistas abriam fazendas nas terras abandonadas pelos silvícolas. E daí homens, mulheres, crianças e escravos se localizarem nessas paragens desertas e incultas, para iniciarem a grande batalha da economia paulista, mais tarde convertida em economia nacional (FERREIRA, 1950, p. 74).

O historiador Tito Lívio Ferreira não errou ao afirmar que se desenrolava uma verdadeira *batalha da economia paulista*. E, nesta batalha, o inimigo era a natureza. Nada poderia deter a modernidade, que pelas mãos do homem transformaria a paisagem inculta em cidades, fábricas, em vastos pólos comerciais e em outros tantos símbolos do desenvolvimento na primeira metade do século XX. Tais idéias não se diferenciavam muito das propagadas na Inglaterra e nos Estados Unidos durante os séculos XVIII e XIX, nos quais terra não cultivada era sinônimo de ignorância e atraso. Além disso, quem não produzisse, em suas terras, perdia o direito sobre as mesmas, não podendo impedir que outros o fizessem (THOMAS, 2001).

As elites urbanas viam, no desenvolvimento econômico do interior, a constituição de novas possibilidades comerciais. A agricultura e a pecuária formavam a base para o aprimoramento das demais atividades urbanas, principalmente nas novas cidades que se desenvolviam no interior do Estado. Assim, a energia humana que transformava a natureza em

progresso era bradada como o exemplo a ser seguido. Ao conjunto de esforços humanos, que se iniciava com a derrubada das árvores mais valiosas, a queimada do terreno e finalmente o plantio, agregou-se a crença total nos valores do crescimento econômico. Pouco espaço restava para o mundo natural, como se vê em texto publicado no Instituto Histórico de São Paulo, onde o autor exalta essa verdadeira batalha que se instituiu contra a natureza, com o objetivo de humanizar e instituir, por meio da reorganização do espaço natural, mais um braço da civilização paulista:

O machado iconoclasta abate a floresta derredor; consideráveis fôrças telúricas prendem o homem ao solo feracíssimo, levando-o a olvidar o convite sedutor das metrópoles, onde a existência é mais suave. A paisagem aos poucos se humaniza com o aparecimento de novas instalações agro-pecuárias e industriais [...] Numerosos sítios, ainda há pouco desertos de ecúmeno, são agora povoados de casebres e arroteados pelo *homo viril*; daí surgem lavouras promissivas e emancipadoras. Em tórno da ossadura do espigão mestre turvo-Dourados, onde a Araraquarense cava seu leito em busca da caixa líquida do Paraná – é que se processa a grande penetração humana dos últimos tempos. Aí nasceram e nascem povoações que são a um tempo vilas e cidades tão rápida é sua eclosão, tão vertiginoso seu desenvolvimento (OLIVEIRA, 1948, p. 231-32).

Um dos resultados mais significativos desse predomínio do homem sob a natureza, que justificou e fortaleceu o avanço de milhares de trabalhadores em direção às zonas de ocupação agrícola do Estado de São Paulo, foi indiscutivelmente a profunda mudança nas condições ambientais paulistas. Se, no final do XIX, ainda existiam grandes áreas desconhecidas no Estado, na década de 1950, ou seja, em pouco mais de cinquenta anos, praticamente todas as regiões paulistas já tinham sido desbravadas³¹.

Florestas e matas fechadas deram lugar a grandes fazendas. Fazendas de café cresceram, e com elas o número de trabalhadores, a diversificação social e o incremento das atividades econômicas. Deste modo, são reproduzidas, mais uma vez, as palavras de espanto e admiração do italiano Enrico Ferri,

Não há exemplo de mais poderosa expansão agrícola em tão curto espaço de tempo [...] de 1890 a 1900, eles desbastam, moldam e cultivam mais de um

³¹ A economia paulista, certamente, não pode ser entendida de forma isolada em relação às outras regiões do Brasil. Sabe-se que ao longo das cinco primeiras décadas do século XX, o desenvolvimento econômico nacional não afetou todos os Estados da mesma forma, e apresenta sinais constantes de desequilíbrios e rupturas. Entretanto, é indiscutível que no período estudado existem fartos números que apontam para um grande crescimento econômico, principalmente em relação às atividades agrícolas e industriais. (FURTADO, 1963; DEAN, 1991; MONBEIG, 1984).

milhão de hectares, conquistados à mata virgem, plantando para mais de 700 milhões de cafeeiros [...] (FERRI, *apud* SALGADO, 1950, p. 45).

Assim, as transformações econômicas e sociais ocorrem em ritmo acelerado; povoados se transformam em vilas, vilas em cidades, e as ferrovias e rodovias, seguindo o ritmo das atividades agrícolas, contribuíram para o desbravamento de regiões cada vez mais distantes. Na base de todo esse processo, encontrava-se a exploração dos recursos naturais.

Tanto os escritores da capital quanto os do interior não se cansavam de louvar as benesses dessa expansão que avança inexoravelmente sobre a natureza. É assim, por exemplo, que Theodoro Sampaio descreve o desenvolvimento agrícola paulista:

Mattas extensas tombam todos os dias aos golpes do derrubador e, nos altos espigões, como nas planuras elevadas, milhões de cafeeiros enchem o horizonte imenso, galgando do Valle á montanha, da montanha aos píncaros da serra, invadindo o sertão e arrastando após si as povoações, os caminhos do ferro, a civilização, a riqueza (SAMPAIO, 1900, p. 190).

Em outros escritos, o mesmo Sampaio também apresenta, em tom não menos exaltado, todo o processo de crescimento econômico impulsionado pela agricultura que marcou o início do Século XX. Nota-se que em nenhum momento o autor questiona a legitimidade desse desenvolvimento, referendando dessa maneira a crença não somente no sentido positivo do progresso, mas também na imensidão e na fartura infinitas do território brasileiro, que ainda escondia muitas possibilidades:

Os nossos campos lavrados, as nossas florestas percorridas e exploradas garantem-se, no mercado do mundo. O café e a borracha, o assucar e o tabaco formam o embasamento da nossa fortuna, medem a nossa capacidade productora e nos enriquecem. Rasgam as nossas planícies, galgam as nossas montanhas, ligando nossas cidades 14 mil km de estradas de ferro. Os nossos rios, navegados por barcos a vapor, medem uma média de 6 mil km no Amazonas e seus tributários, 2500 mil no S. Francisco, 2 mil no Paraguay, no São Lourenço. Por 18 mil km se contam as nossas linhas telegráficas, como atingem a 3 mil as nossas agências posttaes. Cerca de 900 municípios e 444 cidades surgiram nos nossos sertões como nas praias do mar, onde há séculos não havia senão desolação e barbaria e, entretanto, não ocupamos ainda suficientemente, um quinto do vastíssimo território brasileiro (SAMPAIO, 1900, p. 108).

As afirmações sobre a abundância e a exuberância da natureza brasileira estão presentes de maneira recorrente desde o final do século XVIII, nas narrativas dos viajantes estrangeiros que

visitavam o Brasil. Nelas, o mundo natural é identificado aos símbolos de grandiosidade e exotismo, fruto direto de uma visão pitoresca e idealizada dos naturalistas que por aqui passavam. Estes naturalistas buscavam, por meio de um olhar colecionador investigativo, compreender um novo mundo cheio de esplendor, mas habitado por uma população entendida na maioria das vezes como pobre e atrasada. Tal olhar estrangeiro influenciou também os escritores românticos, que, nos elementos da natureza brasileira mostravam as características naturais como síntese da nacionalidade do país (SUSSEKIND, 2000).

Os românticos mantiveram tanto a adjetivação positiva quanto as imagens de um ambiente acolhedor e inspirador no campo estético e simbólico. No entanto, mesmo a valorização da natureza pelo movimento romântico não acabou gerando uma crítica contundente e sistemática à destruição ambiental (PÁDUA, 2002).

A imagem da natureza entendida como valor moral, herdada dos românticos, não impediu a valorização da marcha rumo ao interior, em busca das riquezas intocadas. Muito mais influente do que o discurso romântico foram as representações cartográficas dos naturalistas, na medida em que o conhecimento do território poderia favorecer a exploração. Assim, a expansão pelas terras paulistas ganhou ares de epopéia nas palavras de um articulista do interior do Estado, que não esconde sua admiração por todo o esforço empreendido no processo de povoamento e desenvolvimento do interior.

Com effeito; se observarmos o extraordinário desenvolvimento que se accentúa em toda a Commarca, surprehendernos-êmos com o que se nos depara em todos os recantos, vendo-os inteiramente cultivados e tomados por uma multidão de homens activos e enérgicos, que vão povoando rapidamente o solo edificando Aldeiras, Villas e Cidades, numa vertigem indescriptivel.

Os pequenos lugarejos de hontem, são hoje grandes cidades, e nos sertões virgens, soberbos e perigosos, lá vae a onda humana abrindo picadas e agrupando núcleos, numa avidez de conquistas que tem qualquer cousa de épico e sublime (CAVALHEIRO, 1927/29, s.n.).

Uma variedade muito grande de textos, veiculados em jornais e revistas, enalteciam o processo de expansão que avançava a passos largos pelas terras paulistas, do final do XIX até a década de 1950. Tais escritos nos mostram de forma clara a força dos discursos que aceitavam e justificavam a necessidade de se transformar e subjugar o meio ambiente, quase sempre em nome do progresso. Não obstante, o desenvolvimento do sistema industrial capitalista, em todas as

sociedades ocidentais, fundamentou-se justamente na exploração cada vez maior dos recursos naturais (ALVATER, 1995). No caso das terras paulistas, não foi diferente.

Nessa “grande batalha do homem contra a floresta tropical [...]” (FERRI, *apud* SALGADO, 1950, p. 44), os recursos ambientais se constituíam aos olhos dos novos trabalhadores que, cada vez mais, dirigiram-se às diversas regiões agrícolas do Estado, como um espólio; uma reserva de imensas riquezas pronta para ser explorada. Existia uma convicção generalizada de que o mundo natural possuísse significado por meio de suas potencialidades econômicas, o que, sem dúvida, acabou por favorecer a exploração desenfreada das terras paulistas.

2.2 A muralha verde

Não seria equivocado dizer que os colonizadores das terras paulistas entraram primeiramente em contato com o mundo vegetal. Com a chegada do trabalhador nessas terras, seja como contratado de um grande fazendeiro ou como pequeno proprietário, o primeiro passo dado foi o da exploração da floresta, em busca das árvores, matéria prima fundamental para a construção das moradias e para o fornecimento de lenha.

O Estado de São Paulo possuía formações vegetais extremamente variadas, resultante das diversas condições climáticas e de solo encontradas em seu território. No interior, encontravam-se formações florestais, campos e cerrados, que abrigavam uma infinidade de espécies que sofreram, no decorrer dos últimos dois séculos, processos contínuos de destruição, que contribuíram para a diminuição da diversidade ambiental (DIAS, 2000).

Em relação especificamente às formações florestais existentes no Estado, cabe ressaltar também a sua grande diversidade e variedade, com destaque para as florestas tropicais que se espalhavam por todo o território, onde se encontravam árvores frondosas e de madeira muito valorizada, como a peroba, o pau d’alho, os cedros, as canelas e a figueira branca³². Como afirmou o engenheiro Edmundo Krug (1925, p. 443), nas páginas da revista do Instituto Histórico

³² Diversas designações científicas foram dadas, ao longo do século XX, para as florestas nacionais, variando de acordo com os autores. Em relação a cobertura vegetal existente no Estado de São Paulo, manteve-se aqui as designações utilizadas pelo IBGE, que indica a existência de quatro tipos principais: Floresta Tropical Pluvial, Savanas, Floresta Tropical Estacional e Floresta Tropical Estacional Semidecidual (Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1995).

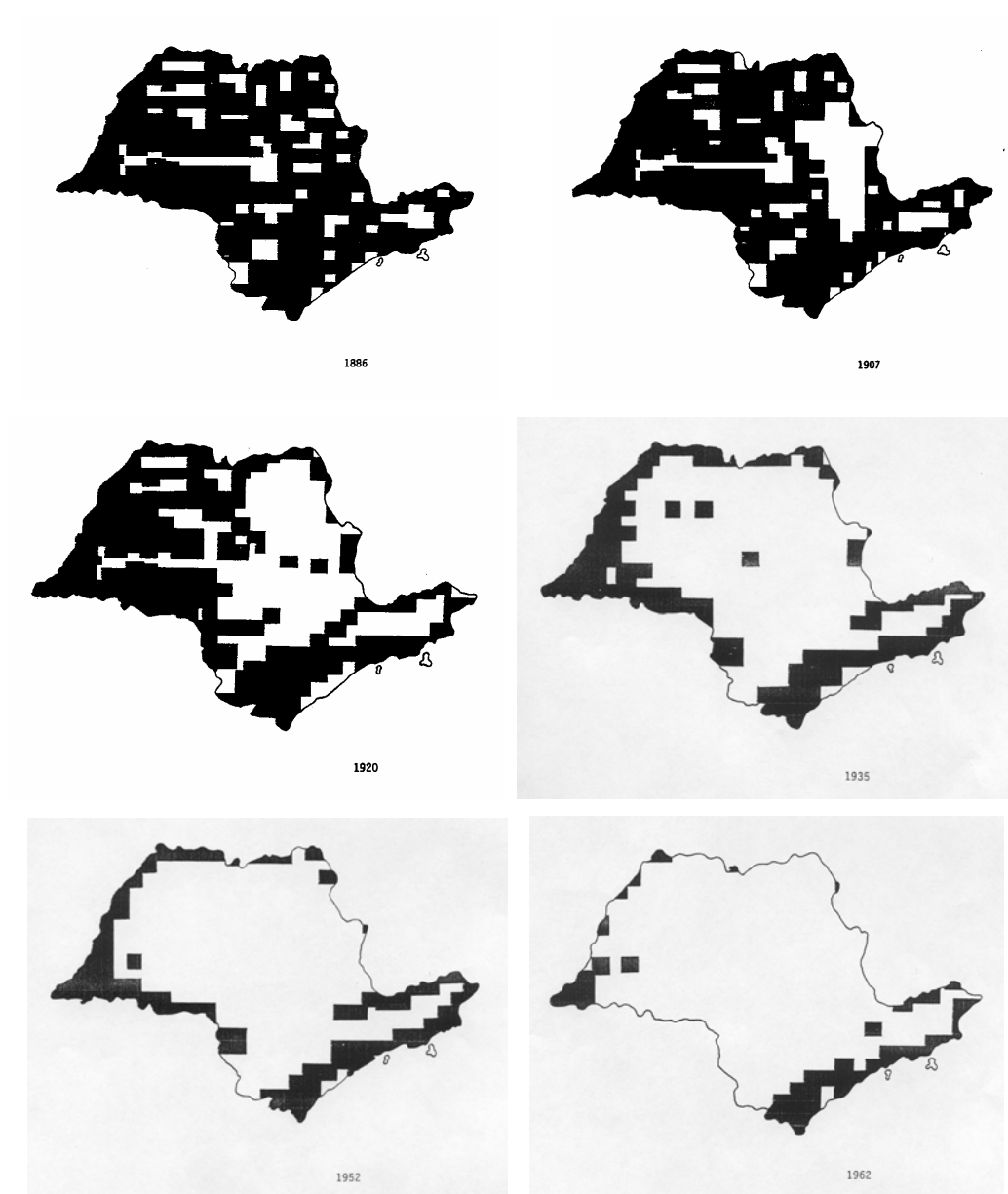
“nestas mattas virgens encontram-se uma infinidade de madeiras que naturalmente ajudam a constituir a riqueza natural do nosso Estado”.

A preparação para a cultura se dava com a queimada do terreno, utilizada de forma irrestrita em todas as regiões agrícolas do Brasil, desde o início da colonização do país. Este sistema de plantio pode ser chamado de nomadismo agrícola (FREYRE, 1967). Entretanto, antes do início da queimada, os colonos costumavam fazer uma avaliação da floresta, buscando identificar as árvores que possuíam maior utilidade ou valor de venda. A madeira era matéria prima básica para os mais variados fins, mas se pode destacar a sua importância para a construção não só de moradias, como também para a fabricação de móveis - uma verdadeira adoração dos brasileiros, segundo Warren Dean – além de fornecerem combustível básico tanto no âmbito doméstico quanto industrial (2000).

Figura 8 – Família burguesa que emerge na década de 1920 em São José do Rio Preto, resultado também das transformações econômicas e comportamentais ocorridas na cidade. Em contraste ao visual burguês, uma cadeira rústica de madeira evidencia o passado recente de transformação da natureza (Fonte: *Álbum da Comarca de São José do Rio Preto – 1927/29*).



A utilização da madeira como lenha foi o maior fator de pressão sobre as florestas paulistas. Além dos inúmeros fornos domésticos e industriais existentes em número cada vez maior, acompanhando o crescimento da população, o desenvolvimento das siderúrgicas aumentou consideravelmente a demanda acentuada por suprimentos de madeira, principalmente a partir da década de 1940. Tal realidade se mostrou desastrosa para as reservas florestais que ainda não tinham sido derrubadas durante a expansão inicial do ciclo cafeeiro (DEAN, 2000).



Figuras 9: As áreas escuras nos mapas representam zonas de cobertura florestal, e a sua progressiva diminuição, ao longo dos anos, demonstra a velocidade e o grau de devastação das florestas do Estado de São Paulo (adaptado de: KUPPER, 1993).

Nos jornais das décadas de 1920 e 1930 da região Noroeste, percebe-se como a madeira era importante para essas novas cidades. Acumulavam-se anúncios de empresas vendendo serras mecânicas e instrumentos para a montagem de serrarias: “engenho para serrar madeiras, serras circulares automáticas e americanas” (A NOTÍCIA, 1925, s.n.). Também são fartos os anúncios

de fazendeiros interessados em contratar mão-de-obra especializada para a derrubada de madeiras de lei.



Figura 10 – Anúncios de madeiras eram constantes, revelando a grande oferta do produto nas décadas de 20 e 30. A exploração feita por essas empresas contribuíram para a derrubada das florestas no Estado de São Paulo (Fonte: *Jornal A notícia*).

Em uma estatística de 1907, o Estado de São Paulo contava com 197 serrarias e carpintarias, que empregavam 3 766 empregadas. Em 1920, o número de empregados subiu para 12.161, em 1.207 estabelecimentos recenseados³³. No biênio 1939/1940, foram computados também, no Estado, 157 serrarias, 431 oficinas especializadas em móveis de madeira, e 212 estabelecimentos de fabrico de outros artigos de madeira³⁴. Possivelmente os números reais eram maiores, se considerarmos a existência de estabelecimentos não oficiais ou mesmo o contingente de trabalhadores especializados em marcenaria e carpintaria que ofereciam seus serviços de fazenda em fazenda e, por isso, não eram computados oficialmente. O texto de Metello, publicado em 1922, evidenciou a importância da madeira tanto nas cidades quanto no campo:

As mattas que se apresentam em pequenos capões nas cabeceiras dos correios, abundam em madeiras de lei, havendo em grande quantidade a aroeira, madeira de duração maior que o ferro e indestructivel ao tempo. Os curraes e os poste de cercas de arame são feitos desta madeira e a Estrada de Ferro Noroeste empregou-a em grande escala para dormentes (METELO, 1922, p. 46-47).

A lenha também era vendida nos jornais, sempre adjetivada como “de qualidade superior”, o que permite inferir que nem toda a madeira era bem aceita pelos compradores

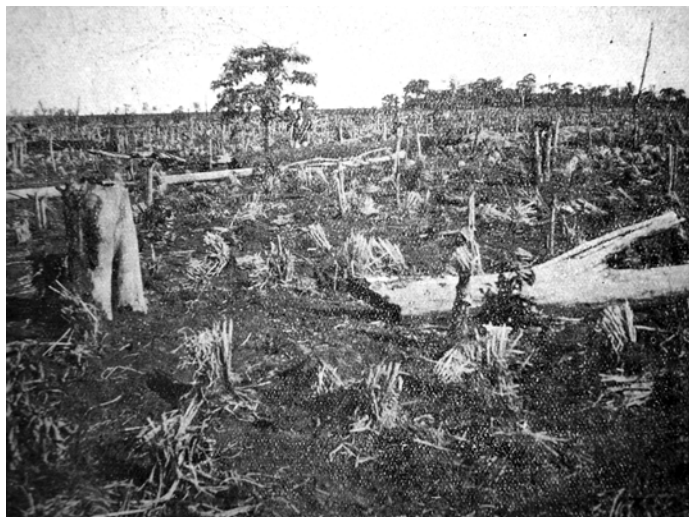
³³ Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1924.

³⁴ Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946.

urbanos, ou era realmente de boa qualidade. A madeira para combustível também era anunciada com atrativos que na época eram grande novidade e que nos dias atuais são bastante corriqueiros: “Lenha de superior qualidade – faz-se entrega á domicilio” (O MUNICÍPIO, 1931, s.n.). As locomotivas também queimavam quantidades enormes de madeira, e a demanda só começou a diminuir a partir da década de 1950, quando as máquinas começaram a substituir o vapor pela eletricidade. Contudo, muito estrago já tinha sido feito (DEAN, 2000).

Quanto mais avançava a exploração de novas terras no Estado, e mais longínqua ficava a zona pioneira, mais e mais áreas florestais sofriam com a exploração irracional das árvores. A partir da década de 1920, a chegada de equipamentos alemães e norte-americanos possibilitou o desenvolvimento de uma indústria florestal, destacadamente nas zonas Noroeste e Alta Sorocabana. As madeiras mais procuradas e valorizadas eram a peroba, o ipê, jacarandá, canela, faveiro e angico, principalmente para o fabrico de móveis (MONBEIG, 1984).

Após as queimadas, a paisagem original se modificava totalmente. As fotos reproduzidas a seguir dão uma idéia de como rapidamente grandes áreas de vegetação se transformavam em plantações de café, após a queima indiscriminada. Troncos retorcidos amontoam pelo campo e, ao fundo, ainda, pode-se vislumbrar um resquício da mata, provavelmente reservada para futuras derrubadas. É importante destacar também que tais imagens, à época, eram evocadas como sinais da inequívoca e celebrada *marcha do progresso*, que acontecia nas terras da Alta Araraquarense. O que hoje seria imagens de destruição, naquele momento era entendido como evolução.





Figuras 11 e 12 – Duas fotos mostrando de forma excepcional o panorama das terras após a queimada da floresta, que abria caminho para as futuras plantações, deixando uma paisagem desoladora onde antes existia uma exuberante vegetação nativa. Os resultados de tal processo foram terríveis para a fauna e a flora do Estado de São Paulo, com a destruição de grande parte da riqueza natural paulista (Fonte: *Álbum da Comarca de São José do Rio Preto 1927/29*).

Se alguns pioneiros buscavam, na exploração da madeira, uma forma de acréscimo de seus lucros, com muitos até se dedicando totalmente à suas madeireiras, havia também aqueles que, na pressa de iniciarem suas plantações, destruíam a floresta sem lucrar com a retirada das árvores mais cobiçadas; um exemplo típico da falta de preocupação com a escassez que, a partir da década de 1920, começava a inquietar alguns observadores mais atentos.

As árvores faziam parte dos recursos naturais que o homem achava seu direito e sua posse, e seu olhar sobre a natureza estava totalmente vinculado à tal concepção. Nos vários relatos de viagens rumo ao litoral ou ao interior do Estado de São Paulo, as regiões visitadas, muitas vezes pela primeira vez, são apreciadas da perspectiva econômica. Era como se os cronistas elaborassem um inventário para futura exploração. Descobrir novas potencialidades de enriquecimento por meio do aproveitamento da natureza fazia parte dos relatos desses estudiosos sobre o território paulista, na primeira metade do século XX.

Partindo dessa premissa, Arthur Orlando propõe uma divisão geográfica do país que leve em consideração as relações entre animais, plantas, clima e meio, o que possibilitaria um conhecimento completo desses aspectos considerados fundamentais porque, segundo as palavras do próprio autor:

[...] Uma classificação de zonas em taes termos é tanto mais importante e necessária a estudos não somente agrônômicos, mas ainda econômicos e sociaes, quanto mais, ao lado dos factores physiologicos clima e sólo, se toma em consideração o elemento humano, indispensável á cultura de certas plantas e á criação de certos animaes (ORLANDO, 1908, p. 314).

A busca por um conhecimento que pudesse aferir o potencial de aproveitamento dos recursos naturais marcou fundamentalmente as descrições do mundo vegetal. Essa concepção ficou bastante evidente em artigo publicado na revista do IHGSP pelo sócio M. Pio Correa, no ano de 1906. Ao descrever a região da cidade de Iguape, no litoral sul de São Paulo, o autor faria uma longa e detalhada descrição do que observou, destacando o futuro promissor da região como fornecedora de matérias-primas para diversas indústrias:

A botânica, isto é, a flora do município, seria ainda mais desenvolvida, se quizessemos aqui intercalar os nossos estudos especiaes, resultado de dois annos de labor e investigação, das plantas mais convenientes para o fabrico dos acidos vegetaes, designadamente o acido tannico e o acido acético; das fibras textis; das plantas tinctoriaes e aromáticas e das que produzem cellulose abundante, incluindo-se neste numero arvores colossaes. Das plantas com applicações therapeuticas poderíamos também occupar-nos desenvolvidamente, porque o município de Iguape produz desde a legitima *Sacra vitae anchora* ao elegante cipó que, associado a magnífica arvore, realisa o ideal dos neo-malthusianistas, porque suavemente chama a menstruação retardada sem que as pacientes corram perigo ou sofram dores fortes! (CORREA, 1906, p. 154).

Vale destacar agora um importante relato publicado por Silvio Romero, no ano de 1908, na revista do Instituto Histórico Paulista. O autor sergipano, ligado aos grupos intelectuais formados em torno da Faculdade de Direito de Recife e vinculado à chamada geração de 1870, possui uma vasta e importante obra no âmbito da crítica literária, notadamente o livro *História da Literatura Brasileira*, um dos mais importantes trabalhos sobre a tradição literária nacional.

Assim como outros autores de sua geração, Silvio Romero desenvolveu uma obra importante em várias áreas do conhecimento, passando pela história, pelos ensaios sociológicos e políticos, estudos sobre o folclore, além, é claro, de seus notórios trabalhos na crítica literária (VENTURA, 1991). Seu amplo espectro de preocupações parece ter alcançado também a biologia e a geografia. Pelo menos é o que se revela nesse pequeno estudo, onde o autor apresenta uma divisão geográfica do Brasil, destacando as potencialidades econômicas presente em cada região.

Na apresentação de seu trabalho, Silvio Romero dialogava com o também sócio do Instituto Arthur Orlando, que havia publicado, no mesmo momento, um estudo sobre as zonas geográficas brasileiras. No texto, Romero evidencia sua preocupação com a necessidade de se explorarem as riquezas naturais brasileiras, além da importância de estudos que indicassem “a planta útil dominante” de cada região nacional (ROMERO, 1908, p. 326-28).

Apresentando o trabalho publicado como um *pequeno esboço*, que pode ser um dos primeiros desse tipo feitos no Brasil, o autor intitula o mesmo como *Divisão das plantas do Brasil pela sua utilização predominantes*, classificando as regiões brasileiras da seguinte forma:

Zona de plantas indígenas:

Zona da Seringueira, terras do Valle amazônico e confluentes, compreendendo o Pará, Amazonas, Acre e parte do Matto Grosso;

Zona da castanha e do assahy, terras inferiores, principalmente do mesmo Valle amazônico;

Zona do bacory, terras do Pará e Maranhão, entre o agreste e a costa;

Zona do piquy: região sertaneja do norte – desde o Rio Grande do Norte a Piauí e Maranhão;

Zona da carnaúba e da mucunã, região clássica do Norte;

Zona das catingueiras, mangabeiras, imbuzeiros, região do agreste dos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, entre a mata e o sertão propriamente dito;

Zona do mangue nas costas marítimas alagadas, por todo o país;

Zona da cajueira e da pitangueira, nos trechos secos da costa do sul do Rio de Janeiro até Maranhão,

Zona da coqueiro, nas costas secas da Bahia até Ceará e Piauí; esta se estende pelo interior das terras algum tanto e também para norte e sul,

Zona da mangueira, nas terras afastadas da orla marítima imediata, entre esta orla e a região da mata, de Santos ao Pará,

zona das madeiras de lei ou da mata virgem, por toda a depressão oriental do país, entre a costa e o planalto, desde o Rio Grande do Sul ao Pará, reproduzindo-se na depressão ocidental e na do norte;

zona do pinheiro, no planalto desde o sul de Minas até o Rio Grande do Sul;

zona do matte, do planalto para o oeste em demanda da depressão ocidental, desde as lombadas de Paraná e S. Catharina às regiões congêneres do Matto Grosso (ROMERO, 1908, p. 326-328).

Além dessas regiões que foram classificadas como indígenas, devido a presença de plantas nativas do Brasil e úteis para a alimentação, o próprio país encontrava-se dividido entre as plantas trazidas e as aclimatadas no Brasil:

Zona da canna de assucar, nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e até Maranhão, nas clareiras das mattas;

Zona do cacáo, especialmente no Sul da Bahia, podendo ser cultivado em todas as zonas quentes, até o Amazonas;

Zona do café, principalmente no Sul da Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro e Sul de Minas;

Zona do arroz, em todas as baixadas, principalmente em Maranhão, Iguape e suas cercanias.

Poder-se-ia falar também na *zona da mandioca*; esta por todo o Brazil, nas regiões desbravadas da matta, desde o Pará ao Rio Grande do Sul. Idêntico é o caso da *banana*, que, porém, não desce tanto ao sul (ROMERO, 1908, p. 326-328).

Essa organização da natureza, apresentada nas páginas da revista da agremiação paulista, é um exemplo característico dos discursos progressistas recorrentes e dominantes nas análises sobre o mundo natural, na virada do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Esses discursos, em defesa do progresso capitalista, justificavam e estimulavam tanto a exploração quanto a destruição dos recursos naturais. O texto também aponta uma importante divisão entre as culturas indígenas ou nativas e as culturas importadas; hoje objeto de muitos estudos de historiadores ambientais (DRUMMOND, 1991).

A chegada dos europeus à América foi responsável por uma série de transformações no meio ambiente do novo continente. Com os colonizadores, chegaram novas doenças, plantas e animais que causaram o desequilíbrio em uma região que havia permanecido isolada durante milhares de anos. De forma premeditada ou não, fato é que a chegada dessa flora e fauna invasoras fez parte do processo de domínio das novas terras, resultado direto das formas de exploração dos recursos naturais por meio desenvolvimento econômico europeu. Assim, essa transmigração que impôs a biota européia pode ser considerada, como afirma o historiador americano Alfred W. Crosby, um imperialismo ecológico (2002). A transposição de culturas entre os continentes despertou a atenção também de Arthur Orlando que, em 1908, já chamava a atenção para tal realidade:

[...] O grande abalo produzido em todo orbe terrestre pela descoberta da América é devido sobretudo á aclimação das plantas cultivadas do antigo continente nas vastas regiões do novo mundo.

A introdução das plantas americanas na Europa produziu maiores efeitos sobre a civilização que a invasão do império romano pelos bárbaros (ORLANDO, 1908, p. 320).

A imposição de novas culturas, em terras americanas, seguiu uma lógica mercantilista que visava também a satisfazer interesses econômicos próprios das ações colonialistas que marcaram a exploração tanto da América como um todo, quanto do Brasil em particular (BOXER, 2002). Mas isso não impediu que muitos produtos originários da América fossem explorados e alcançassem participação importante no comércio internacional.

Caso típico foi o da borracha amazônica que, na virada do século XIX, tornou-se um valorizado produto no mercado mundial. O Brasil, *habitat* original da *Hevea brasiliensis*, árvore que fornecia o látex utilizado para inúmeros fins industriais, se tornou, na virada do XIX, o maior fornecedor dessa matéria-prima no mundo, atraindo para a região amazônica tanto empresários em busca da seiva milagrosa quanto trabalhadores em busca de ocupação nas áreas de exploração extrativista. Entretanto, por uma espantosa contradição, típica da complexidade que se apresenta nas delicadas relações do equilíbrio ecológico, a árvore originária da selva amazônica apresentou restrições à sua exploração em escala comercial. Mesmo em seu habitat natural, o fungo *Dothidella ulei* atingiu com extrema violência a seringueira, prejudicando enormemente a extração de quantidades economicamente satisfatórias de látex. Além disso, o desenvolvimento da borracha sintética e a concorrência das plantações asiáticas, que não eram atacadas pelo fungo, praticamente puseram fim ao sonho da borracha no Brasil (DEAN, 1989).

No Estado de São Paulo, a importância das plantas nativas se deu principalmente na alimentação diária, com destaque para a abóbora, o milho, a mandioca, a jabuticaba, o jataí, o pinhão, entre outras (HOLANDA, 1994). Já as culturas transplantadas foram as que possibilitaram o desenvolvimento econômico do Estado, devido a demanda nacional e internacional. Ainda no século XVII, os trigais paulistas tiveram um papel econômico importante, chegando inclusive a trazer mudanças nas técnicas produtivas, com a utilização do moinho d'água, da azenha e do arado, até então desconhecidos para a produção que era basicamente feita pelo método de coivara (HOLANDA, 1994). No século XIX, o café trazido do oriente mudou a história do Estado de São Paulo, tornando-se exemplo peculiar da dedicação dos produtores às culturas transplantadas, e da relação do Brasil com as demandas econômicas internacionais.

Assim, as forças econômicas, sociais e simbólicas que impulsionaram a substituição da flora original pelas culturas importadas, que possuíam demanda nacional e internacional, contribuíram para a transformação da paisagem natural paulista. Não obstante, se para a

agricultura as plantas mais procuradas foram, na maioria das vezes, culturas não nativas, a flora autóctone despertava esperanças de riqueza para a indústria têxtil, medicinal, de móveis e outras. A descrição da Ilha de Cardoso, no litoral paulista, por meio de suas potencialidades comerciais, evidenciou o tamanho desses anseios de exploração:

[...] Plantas Medicinais: quina branca, poaia, o paratudo, o milhome, betarú joborandi, pariparoba, mamona, jurubebe, a tapuia timbebe e outras que constituem a botica do pobre nos casos de febres palustres com a almocega, o bálsamo, o jataí

Madeiras de lei: Entre as madeiras de lei citaremos o ipê, araribá, massaranduba, cauvi, urucurana preto e roxo, folha larga, angelim, peroba, sassafráz, de que somente existe a amarela, guatambú, araçapeva, gracui, timbouva, tajuba, canela parda, canelinha, o carvalho, canela de cêbo, nhoguvira, urucurana, canjarana, cedro, jequitibá, as três espécies de guanandi, que vem a ser o guanandi cedro, guanandi piolho e, finalmente, o guanandi carvalho, especialmente aproveitado na fabricação de barris.

Oleaginosas: São plantas oleaginosas: óleo, sucupira, bocauva, nogueira, que também são ótimas madeiras. Das palmeiras citaremos por sua grande utilidade o indaiá, o jerivá e a Jussara, que fornece o palmito branco, a brajauba-mirim, o tucum de magnífica fibra, a guamioba e a guaricanga, conhecida por guaricana, de que se servem para a fabricação de esteiras que são utilizadas na cobertura de casas.

Madeiras Brancas: São dignas de menção o guraperuvu – branco e vermelho – sendo o primeiro próprio para a construção de canoas, atingindo o seu diâmetro a mais de um metro; a caixeta, hoje muito procurada na indústria paulista, a guaricica, pindauba, figueira, rameira, imbiruçu, tabocouva, cauna e tantas outras (ALMEIDA, 1946, p.46).

A conjunção das práticas e dos discursos utilitaristas, que justificava a exploração indiscriminada dos recursos vegetais como um caminho normal e legítimo para o progresso, e a crescente pressão por matérias-primas que sustentou o desenvolvimento agrícola, comercial e industrial paulista, da primeira metade do século XX, resultou na rápida destruição das áreas florestais. Assim, se em 1886 a área florestal do Estado correspondia a 70,7% do território, em 1920, este número já era de 44,8%, caindo de forma vertiginosa nos anos posteriores, chegando a impressionantes 18,2% de cobertura florestal restante no ano de 1952, demonstrando a velocidade espantosa do desmatamento ocorrido em São Paulo (SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE, 1992; VITOR, 1981).

As duas fotos que se seguem são importantes testemunhos de como a vegetação original foi desaparecendo ante o avanço da colonização. Logo abaixo, pode-se notar nitidamente, ao fundo, a existência de um vasto paredão verde, testemunho da exuberância da mata que cedeu

lugar principalmente às plantações de café, em São José do Rio Preto. Na outra página, basta comparar o tamanho das árvores em relação às casas, que logo se percebe a força e a alta densidade da floresta que, entretanto, não foi capaz de resistir às novas demandas por terras e madeiras que acompanharam o crescimento populacional na região.

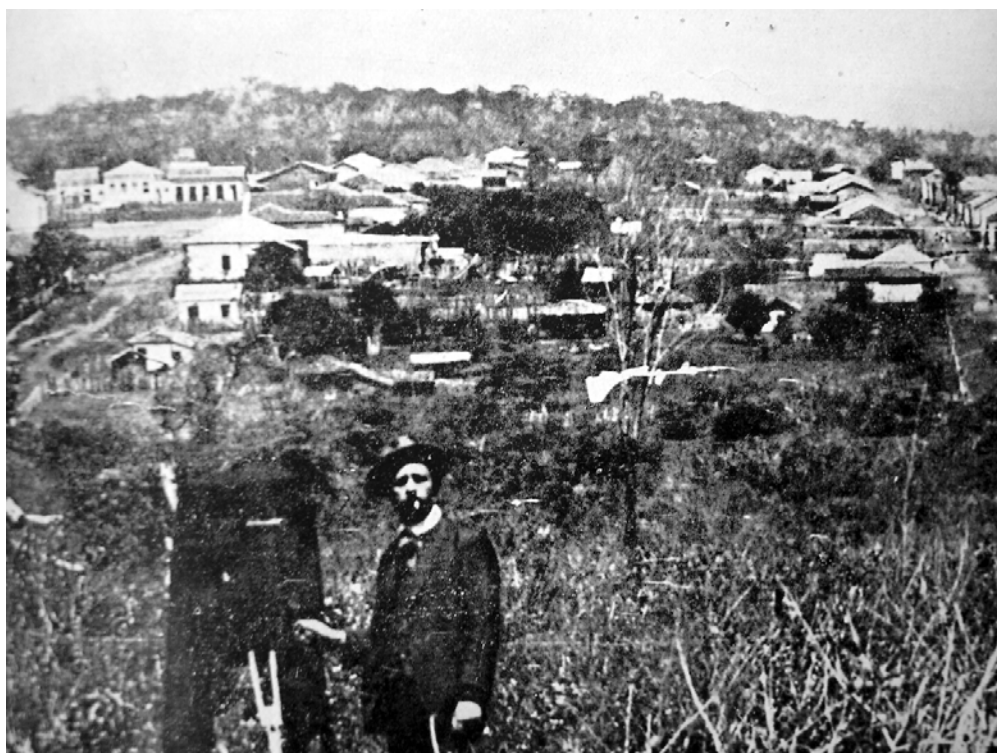


Figura 13 - Foto tirada originalmente em 1912, mostrando ao fundo a floresta que ainda cercava São José do Rio Preto, então uma pequena vila. Com o crescimento econômico e a demanda cada vez maior por novas terras, pouco restou da cobertura vegetal original da região (Fonte: *Álbum da Comarca de São José do Rio Preto 1927/29*).



Figura 14 – A cidade que foi abrindo caminho entre a floresta. Tal movimento era interpretado como sinal de progresso e pujança nas áreas agrícolas do interior (Fonte: *Álbum da Comarca de São José do Rio Preto 1927/29*).

Se a flora foi a primeira a receber os impactos destruidores da expansão econômica, a fauna, em toda sua diversidade e complexidade, foi igualmente afetada. As análises das relações entre homens e animais, nesse contexto de desenvolvimento, ajudam a compreender esse ímpeto assolador que predominava nas narrativas produzidas em livros, jornais e revistas da capital e do interior paulista.

2.3 A difícil convivência com os animais

A convivência dos homens com os animais é tão antiga quanto a própria história humana. Já se notam, por exemplo, nos relatos bíblicos - mas certamente a história destas relações poderia retroagir a épocas muito anteriores - evidências bastante significativas sobre a forma como os homens lidavam com os seres não humanos (SINGER, 2004). Fato é que, apesar de todas as contradições que podem ser encontradas nos relatos dos homens sobre os animais desde a Antigüidade, que podem variar do extremo amor e compaixão até o ódio desmedido, o que emerge, de forma mais aparente, é a percepção generalizada sobre os animais atrelada a mesma

lógica utilitarista que marcou a relação das sociedades com a flora. Desse modo, explicações religiosas, econômicas ou mesmo científicas justificavam o domínio do homem sobre os animais.

Keith Thomas (2001) analisou o imaginário constituído na sociedade inglesa das dinastias dos *Tudor* e *Stuart* à respeito da convivência dos homens com o mundo natural. Em relação aos animais, que serviam para carga, alimentação, força de trabalho e transporte, os ingleses acabaram, preponderantemente, praticando uma exploração desmedida e implacável. Justificavam estas práticas se fundamentando principalmente nos textos bíblicos, que apontavam para a crença de que todos os seres não humanos haviam sido feitos para a livre utilização do homem.

Apesar da existência de pessoas que se opuseram ao abuso e à violência que marcaram a utilização das espécies animais, desde tempos imemoriais, como Pitágoras, Ovídio, Porfírio e Plutarco na Antigüidade, passando por São Thomas de Aquino e São Francisco de Assis, em outras épocas, até filósofos da modernidade, como Voltaire ou Schopenhauer, o pensamento que se mostrou preponderante foi aquele que colocava o homem acima de todas as coisas, justificando, dessa maneira, a exploração do meio natural. Mesmo com o aparecimento dos primeiros grupos organizados de defesa dos animais, principalmente na Inglaterra do século XVIII, o debate e a luta pela utilização mais racional e menos violenta destes só ganhou corpo a partir da década de 1950, com o fortalecimento dos chamados movimentos ecológicos (MACCORMICK, 1992).

No Brasil, da mesma forma que as vozes que apontavam para a má utilização dos recursos naturais foram pouco ouvidas, um movimento similar foi feito em relação aos abusos cometidos contra os animais locais. A crença na abundância e generosidade da natureza brasileira, seus recursos infintos, além do direito natural dos exploradores sobre a fauna e a flora, presentes nos territórios conquistados, fortaleceu a pouca preocupação com o destino dos animais. Uma das vozes dissonantes que, no século XVIII, colocou-se contrariamente à exploração desmesurada e irracional da fauna foi José Bonifácio, que apontava para a prática destrutiva da pesca da baleia no Brasil (GUNTAU, 2000; PÁDUA, 2002). No entanto, as denúncias feitas por esta importante figura política brasileira tiveram pouco efeito prático, demonstrando a grande dificuldade que tais discursos tinham para transpor a lógica comercial e utilitarista na exploração da natureza.

No Estado de São Paulo, existia, naquela época, uma variedade de animais tão grande quanto a sua diversidade de cobertura vegetal. Atualmente, pode-se indicar a existência de mais

de 170 espécies de mamíferos, alguns somente encontrados na região, como o mico leão preto, hoje ameaçado de extinção. Além disso, diversidades muito maiores de aves e peixes poderiam ser elencados, além das pesquisas da área que revelam ainda hoje descobertas de novas espécies (SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, 1992). Certamente que a velocidade da destruição dos *habitats* naturais do Estado também levou incontáveis espécies à extinção, mesmo antes de serem conhecidas pelo homem.

A lógica estabelecida na busca do desenvolvimento econômico explica, nesses cinquenta primeiros anos do século XX, as várias descrições das regiões paulistas, em diversos tipos de textos e publicações, mediante uma ordem econômica, com os recursos naturais observados em quantidade e qualidade, esperando a exploração. Exemplo elucidativo é o da análise da Ilha do Bom Abrigo, encontrada nas páginas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. A ilha é descrita por intermédio de suas reservas de animais “quanto á fauna, foi muito pobre, salvo na parte referente ás aves...” (p.27), e de peixes,

[...] com referencia a piscicultura, ainda hoje é bastante rica, principalmente em garoupas, roncadores, cações grandes, meros, xérnês, tintureiras e todas as espécies tropicais, como prejerévas, salgos, badejos, xaréos, etc (ALMEIDA, 1938, p. 27).

Portanto, pode-se afirmar que, no processo de desbravamento do interior de São Paulo, impulsionado principalmente pela cafeicultura e pela pecuária, os animais foram tão afetados pela ânsia de desenvolvimento quanto as florestas. E foi também a prática das queimadas, acabando com “pequenos animais – roedores, répteis, tatus, tamanduás, insetos e pássaros que nidificam o chão – convertendo pradarias em desertos” (DEAN, 2000) que contribuiu, de forma decisiva, para a diminuição das espécies de animais da fauna paulista, durante o período estudado.

O efeito destruidor das queimadas não foi exclusivo das terras do sertão de São Paulo. Gilberto Freyre (1967) já apresentava tais resultados nas terras nordestinas, abertas para os canaviais que acabavam matando ou dificultando a vida de inúmeras espécies de pássaros, roedores, felinos, insetos, répteis, cujo *habitat* fora destruído pelo “canavial civilizador mas ao mesmo tempo devastador” (p. 45).

Além das queimadas, a prática indiscriminada da caça também foi um forte fator de impacto sobre a fauna paulista, a despeito das leis que tentavam regulá-la, sem muito sucesso, devido principalmente a falta de funcionários em número suficiente para uma fiscalização

adequada. Essas leis foram criadas na década de 1920 pela Diretoria de Industria Animal do governo do Estado e, em 1934, foi firmado o código de Caça e Pesca pelo governo Federal (MARTINS, 1991). No entanto, caçava-se de tudo, por prazer ou necessidade, desde aves, pequenos roedores, e várias espécies de mamíferos para a alimentação, como perdizes, codornas, frangos-d'água, porcos do mato, quatis, pacas, tatu; até os maiores troféus, como as onças e, principalmente, as temidas cobras, como a jararaca e a sucuri.

A caça teve um papel especial na alimentação das populações do interior, tornando-se “a atividade caipira por excelência, através da qual se obtinha quase toda a ração cárnea” (CANDIDO, 1975, p. 55). Além dela, a pesca complementava a dieta das comunidades rurais, constituindo-se como parte do cotidiano destes grupos e perdendo sua importância somente no momento em que as características agrárias foram transformadas com o desenvolvimento dos centros urbanos e com a diminuição das ofertas naturais. Tal fenômeno foi resultado da destruição das florestas e da consolidação das propriedades privadas, que limitavam a manutenção de um modo de vida itinerante. Essas mudanças, que ocorreram principalmente a partir das décadas de 1920/30, acabaram tornando a caça muito mais um divertimento esporádico do que uma atividade diária de complementação alimentar (CANDIDO, 1975).

A pesca era assunto bastante corriqueiro nos jornais e revistas estudados. Quase sempre, destacava-se a imensa fartura de peixes nos rios e no litoral paulista. Na *Revista do Arquivo Municipal*, a pesca, no litoral leste de São Paulo, era apresentada em toda sua abundância:

O peixe aparece o ano inteiro com abundância de indivíduos e de variedades, mas a pesca da tainha, de todas, é a de maior vulto, constitui a maior fonte de riqueza das praias. Aproxima-se nos meses de junho, julho e agosto, em cardumes, chegando alguns a atingir 20 mil peixes. Acossada pelo frio dos mares do sul, ela procura abrigo nas águas mais quentes e mais tranquilas das barras dos rios e do fundo das enseadas onde pode desovar. Nadando à flor da água, sua presença é indicada pela agitação na superfície do mar. O praiano calcula o mínimo de indivíduos pela extensão da mancha, sem grande erro, mas seu número é constantemente reduzido, porque se o cardume é grande o peso do próprio peixe ou os peixes maiores que acompanham a tainha rompem a rede, perdendo-se dessa maneira parte apreciável do lanço (CARVALHO, 1943, p.44).

Esta propagada abundância de peixes, muitas vezes, contrastava com artigos que demonstravam indignação com a pouca exploração desta riqueza paulista. Em 1934, o articulista

do jornal *A Notícia* se mostrava espantado com a importação de peixes pelo Brasil, um país tão repleto de recursos hídricos:

Várias firmas Inglesas tem pretendido, alias sem resultado, fazer no nosso país fornecimento de peixe. De vez em quando a imprensa do Norte proclama a excelência de varias de nossas espécies industrializáveis, entre as quais merece destaque o pirarucu, que já é chamado de bacalhau brasileiro.
[...] a totalidade de nossas importações de bacalhau nos últimos 10 anos foi de 605 mil contos, além de 38 mil contos de peixe em conserva.
Quando imaginamos que o Brasil possui mil e 300 léguas de costa e uma fauna fluvial e marítima das mais ricas do mundo, podemos avaliar o que ainda não há por fazer entre nós não só nesse com em muitos outros ramos da exploração de nossas riquezas. (A NOTÍCIA, 1934, s.n.).

Apesar das críticas, poucos indícios demonstram que a indústria pesqueira tenha se desenvolvido de forma organizada na primeira metade do século XX, com exceção de algumas iniciativas no litoral paulista, como a criação da escola de pesca no Guarujá, pelo governo do Estado, em 1928, ou a escola técnica de pesca de Santos, em 1944 (MARTINS, 1991). Mesmo na atualidade, somente 15% da pesca nacional é feita em águas pluviais, na maioria das vezes, com a utilização de restrita tecnologia (SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE, 1992). Assim, a exploração dos rios se manteve fundamentalmente artesanal e localizada, visando às demandas do mercado regional. E esta precariedade contribuiu também para uma exploração irracional, com a utilização de redes, em épocas de desova, ou mesmo a técnica criminosa de pesca com dinamite, muito comum nos rios da região noroeste. Toda essa situação foi sempre agravada pela ineficácia das autoridades, mesmo com a regulamentação das épocas de pesca pelo Código de 1934.

Da grande variedade de animais caçados, por prazer ou necessidade alimentar, as cobras parecem se destacar no imaginário do homem paulista. Os constantes ataques de cobras, em seres humanos, relatados nos jornais da região noroeste, eram resultados óbvios da expansão das áreas agrícolas, que possibilitava o encontro mais freqüente entre os lavradores e as serpentes, aumentando em consequência o número de acidentes. A própria fundação do Instituto Butantã - que passou a funcionar como organização autônoma em 1901 - especializado em pesquisa de soros antiofídicos na capital paulista, demonstra a preocupação com o tema.

Com o desenvolvimento de novas zonas rurais, o *habitat* original dos ofídios foi invadido pelos humanos, iniciando uma luta, na maioria das vezes, perdida pelos animais. Observa-se a

emergência de uma espécie de medo misturado com um ódio mortal contra as cobras, como se pode notar no texto do jornal riopretense, que descreveu o encontro de um grupo de pescadores com a *temível* sucuri:

Na última quarta feira os Srs [...] em Uchoa, efectivando sua pescaria semanal, viram atravessar pela frente do barco quando procediam uma rodada pára a pesca de dourados, uma enorme sucury que procurava o bebedouro de gado. O Sr Pedro Mastrocola, com a técnica que já possui, em maneira de pescarias e caçadas, auxiliado pelos seus 2 companheiros, também affeitos a isso, iniciou imediatamente a caçada da terrível sucuri. [...] vários tiros foram disparados com a intenção de amortecer ou tontear a cobra. Depois disso, amarraram-na com cordas apropriadas pela cauda, deixando-lhe o corpo dentro da água. Após 4 horas de esforços inauditos, conseguiram traze-la, já quase morta para a margem, collocando-a em terreno liso [...]. Feito isso, e a golpes a facão, retalharam completamente a sucury, que foi transportada a seguir para Uchoa, onde entusiasmou a população [...]. Foram tiradas várias fotografias. O couro da cobra depois de ter sido tirado com cuidado, foi enviado para o curtume de Catanduva. No ventre dessa cobra enorme foram encontrados 49 ovos maiores que bolas de bilhar (A NOTÍCIA, 1936, s.n.).

O texto do jornal não explica o motivo pelo qual a cobra teve tão violento fim, mas deixa claro que não havia muito espaço para compaixão com estes animais. É evidente também a preocupação com o ataque de cobras em São Paulo, como observamos nas Revistas do Museu Paulista, que oferecia espaço para vários artigos que apresentassem resultados de pesquisas com novos soros antiofídicos e remédios contra os efeitos do veneno, no Brasil e no mundo. O escritor Afrânio Peixoto, em artigo publicado na Revista do Brasil, em 1918, apontou para a preocupação com os casos de mordedura de cobra no país, pois,

[...] são estes ophidios numerosissimos no Brasil e produzem, por todo elle, numero avultado de accidentes e de mortes. Calcula o Dr. Vital Brasil, o sábio diretor do Instituto do Butantan, em 5000 estas e 20000 aquelles, anualmente (PEIXOTO, 1918, p. 262).

No mesmo texto, após comentar a eficácia dos soros anti-ofídicos, o autor explicita, sem utilizar palavras amenas, qual seria a melhor forma de diminuir o grande número de ataques de cobras contra os trabalhadores nas zonas rurais:

O melhor seria extinguir as cobras, o que é impossível; dar-lhes combate em todo o caso. A tradição popular indica certas aves [...] como destruidoras de serpentes. O Dr. Vital Brasil testifica a observação popular que um ophidio não venenoso, a cobra sussuarana, [...] faz das outras sua alimentação ordinária. Seria o caso de poupá-la e até criar, para este imenso benefício (PEIXOTO, 1918, p. 265).

O medo das cobras no Estado, às vezes, alcançava proporções que beiravam o fantástico. Eram diversos os relatos de serpentes descomunais devorando pessoas, como o publicado em Catanduva, que anunciava “pobre creança devorada por uma enorme cobra quando dormia tranqüilamente em seu leito” (A CIDADE, 1934, s.n.) ou a história dos caçadores que em 1935 “acharam corpo de homem dentro de uma sucuri” (A CIDADE, s.n.). Em outro texto, publicado no jornal *A Notícia*, sobressai a indignação e o medo do escritor “Esta villa está se tornando uma succursal do batantan. [...] ainda hoje foi exterminada, a cacetadas, á porta da farmácia [...] uma urutu de quase 2 metros” (A NOTÍCIA, 1937, s.n.) Tais relatos verificados nos jornais do Noroeste e nas revistas da capital dificultavam, ainda mais, a compreensão das pessoas sobre a importância das cobras para o equilíbrio ecológico, acabando por estimular a violência contra esses animais.

Além das cobras, os pássaros parecem ter sido vítimas especialmente procuradas pelos caçadores, além de serem atingidos diretamente pelas queimadas. Apesar de algumas espécies serem apreciadas pelo seu canto, como os canários que já, na década de 1930, eram oferecidos em anúncios de venda nos jornais de Rio Preto, o fato é que os pássaros não escaparam da ação dos caçadores em São Paulo, mesmo os que despertavam sentimentos de compaixão. Procurados principalmente pelos adeptos da caça recreativa, apesar de muitos apreciarem a carne das aves de maior porte, como a do perdiz ou do marreco, nem os pequenos pássaros foram poupados, seja pelas atiradeiras artesanais inseparáveis de muitas crianças do interior, ou pelas armas de fogo dos adultos. Exemplo desse tipo de atividade fica expresso na revista *O Século* de Catanduva, que dá conselhos de como caçar um pequeno pássaro, o *xororó*, utilizado-se de cães como auxiliares na empreitada:

Não é somente em caçadas de perdizes, codornas, narcejas ou narcisos, que pode-se praticar o esporte da caça, usando-se um cachorro para procura e levante. Caçar chororós com cachorros. Não - não farei tal coisa, não estragarei meu precioso auxiliar.

[...] A carne do chororó, nos dizeres gastrônomos, está entre as primeiras das caças de pena. Se temos cães para a caça de aves, podemos e devemos tê-los também para a de chororó.

Sou aficcionado à caça de chororó desta forma, e tenho colhido sempre belos resultados. Não é necessário um cachorro fino, destes que saibam ler, escrever, matemática e mais alguma coisa. Basta ter um cão que amarre muito bem, e seja obediente. Um cachorro dos seus 5 ou 6 anos é o mais indicado.

Geralmente a espécie de chororó que freqüenta as roças, é maior, e é a que melhor se presta para este gênero de caçada. [...] Só duma feita, numa roça de arroz gergelin, tenho levantado com um perdigueiro, 18 chororós e isto no espaço de uma hora apenas.

Conforme os lugares habitados pelos chororós, será preciso trabalhar de esperteza com eles. – Em geral, este inambuzinho assim que percebe o cão, pára, encolhe-se (ao contrário da codorna) e explode no ar, dirigindo-se sempre em direção à primeira capoeira, ou moita espessa que houver ali por perto procurando esconderijo. Teremos assim ensejo de um tiro rápido, muito semelhante ao da narceja, pois seu vôo, além de bastante irregular, é curto, e não vai a mais de 10 ou 12 metros. E, precisaremos de cartuchos carregados especialmente para colhê-lo em tais vôos: chumbo bem muido (9 ou 10, pois basta um único bago para deita-lo por terra) e carregados para fazerem uma roda bem grande a essa distância (O SÉCULO, 1948, s.n.).

Os insetos também foram alvo de combate acirrado em São Paulo. Relacionados diretamente a uma série de doenças que assolavam a capital e o interior, mosquitos, pernilongos, percevejos, carrapatos e outras espécies despertavam os sentimentos mais desprezíveis. Na capital e no interior na virada do século XIX, o desenvolvimento dos novos centros urbanos, as condições sanitárias precárias, o desequilíbrio ecológico e o maior trânsito de pessoas de várias regiões contribuíram para uma série de surtos de febre amarela, varíola, leishmaniose, peste bubônica, doença de chagas, cólera, peste, lepra, escarlatina, febre maculosa e outras doenças típicas das regiões pioneiras que, muitas vezes, tornaram-se epidêmicas (TEIXEIRA, 1995; SCHWARCZ, COSTA; 2000; MONBEIG, 1984). Muitas dessas doenças eram transmitidas por mosquitos, o que colaborou para a verdadeira aversão que eles despertavam nos meios letrados.

Vários institutos e organizações médico-sanitárias foram criados tanto por iniciativa governamental quanto privada, com o objetivo de combater às condições que favoreciam as epidemias ou mesmo para empreender pesquisas científicas ligadas ao tratamento e à cura de doenças. Destaca-se a criação do Serviço Sanitário de São Paulo, o Instituto Bacteriológico, o Instituto Pasteur ou o próprio Instituto Butantã, todos do final do século XIX (TEIXEIRA, 1995). Vale lembrar ainda que o desenvolvimento destes e outros centros de pesquisas sanitárias, em

todo o Brasil, relaciona-se também à introdução de um novo tipo de debate no cenário nacional: o sanitário.

A partir, principalmente, da década de 1920, com abandono gradual, mas crescente, das crenças nas teorias raciais, fortaleceu-se o movimento sanitarista no país. O controle das condições de saúde e de higiene da população passou a ser entendido por muitos como a solução para os problemas do Brasil, que aos olhos dos médicos sanitaristas estava doente. Nesse sentido, somente a força da ciência médica poderia fazer, em território nacional, aquilo que a tentativa de regeneração racial, ocorrida no final do século XIX, fracassou. Inserir definitivamente o Brasil no chamado mundo *civilizado* (SKIDMORE, 1998; FERREIRA, 2002; LUCA, 1998).

Dentre as várias doenças que afligiam o Estado de São Paulo, destacavam-se especialmente a febre amarela e a malária. Esta última foi particularmente combatida nas zonas pioneiras. Ambas eram transmitidas por mosquitos e estavam em primeiro lugar nas preocupações não só de médicos e sanitaristas, mas de grande parte da população, o que fortaleceu as campanhas pela drenagem de córregos e rios, além da utilização de inseticidas e vacinação generalizada (BENCHIMOL, 2003).

Outro inseto especialmente odiado nas regiões agrícolas foi a formiga, principalmente as saúvas. Perseguidas pelos lavradores por devastarem plantações em busca de folhas que alimentam os fungos da qual se nutriam, as saúvas foram combatidas das mais variadas formas: inundação dos ninhos, utilização de várias espécies de venenos e até benzimentos, mas poucos efeitos práticos tais medidas parecem ter alcançado. Outro grande remédio contra a saúva era a queimada, que parecia afastá-las (DEAN, 2000).

A preocupação com o caráter prejudicial das formigas para as lavouras se mostra em um texto do zoólogo Hermann Luederwaldt, na *revista do Museu Paulista*. Para ele, as formigas, além de terem pouca ou nenhuma utilidade para os homens, eram “nocivas á economia agrícola”, podendo também “disseminar doenças infecciosas”, devendo ser combatidas a todo o custo (LUEDERWALDT, 1923, p. 206).

A infestação das formigas foi e continua sendo um dos maiores exemplos das conseqüências trágicas do desequilíbrio ecológico deflagrado pela agricultura realizada em grande escala. A imensa oferta de alimentos viabilizada pelas grandes plantações e a destruição da cobertura florestal aumentaram imensamente o número desses insetos, tornando-os um dos grandes flagelos da agricultura moderna (DORST, 1995).

Diferentemente das saúvas odiadas por todos, os cães foram companheiros constantes e diários no cotidiano paulista, tanto na cidade quanto no campo. Mesmo assim, as opiniões sobre a presença e mesmo a utilidade desses animais eram controversas, principalmente quando surtos de raiva canina ocorriam em várias cidades do Estado. O Instituto Pasteur, por exemplo, que oferecia tratamento para doentes de raiva de todo o Estado, alardeava a ocorrência de um acentuado número de casos entre os anos de 1904 e 1915, pressionando enormemente as prefeituras para que o extermínio dos cães vadios fosse efetuado nos centros urbanos (TEIXEIRA, 1995).

Entre as décadas de 1920 e 1940, foram vários os apelos nos jornais de Catanduva, Rio Preto e Mirassol pela utilização da carrocinha. Tal imperativo nos permite concluir que da mesma forma que os cães podiam ser os amigos fiéis, eles também não estavam imunes à violência no trato dos homens com os animais. É nesse sentido que o jornal *O Município* ofereceu uma demonstra dos métodos utilizados para acabar com o problema nas ruas de São José do Rio Preto:

Por onde andará a famosa carrocinha de cães? Porque ai nas ruas mais centraes vagam e devagam cachorros dos mais variados matizes, cheiros e aspectos. Foi um custo para que a prefeitura se resolvesse mudar de methodo na extinção da cainçada vadia. A principio empregava-se o methodo da bola que ainda que desse resultados bons não era recomendável visto que feria os *sentimentos humanitários* [grifo original] da gente. A cada passo se viam ahi por essas sarjetas a estribuchar de dores de veneno mal propinado *por engano* cachorrinhos inofensivos, lavados de colheira e imposto pago sem multa nem execução. E á sua volta, chorando e maldizendo do *malvado que fez isto* creanças que ainda chamavam pelos seus nomes animaezinhos agonizantes. Depois, alguém procurou introduzir aqui processo mais sumário e menos scenico. Consistia em exterminar a cainçada a tiro limpo. Mas era perigoso! Começamos então, uma campanha intensa, para ver se incutíamos na cabeça das gentes da prefeitura a idea de um outro método. Lembramos-lhes a *carrocinha* systema antigo mais decente e rendoso. Mas Oh coisa laboriosa. Só um anno depois surgiu a carrocinha, a caçar a cachorrada. E ai tudo bem a *collecta*. Os cães vadios começaram a desaparecer. Já se podia andar de dia, e até a noite com as canellas garantidas (NOTÍCIA, 1933, s.n.).

Nota-se a ironia do autor ao ressaltar a palavra *sentimentos humanitários*. Trata-se de uma evidente demonstração que as preocupações com o bem estar dos bichos presos ou exterminados a bala ou veneno não faziam parte do universo de todos. Outro exemplo interessante desses discursos pouco preocupados com a perseguição desenfreada aos cães foi publicado no jornal *A*

Notícia. Além de defender o extermínio dos cães sem dono, o principal alvo da carrocinha, o autor não conseguiu esconder sua antipatia por esses animais, tanto os *plebeus* quanto os *fidalgos*:

Utilíssimo na roça para deveres miseres, o cão é totalmente inútil na cidade. O pouquíssimos serviços que se poderiam buscar em alguns deles, com a vigilância e a guarda noturna, em casa do dono são dispensáveis, pois a cidade é bem policiada de dia e de noite [...]

Logo, um cachorro na cidade serve apenas para comer, amedrontar criança, ladrar e uivar á noite com incômodo e aborrecimento para os moradores das vizinhanças. Se fosse apenas imprestável, ainda poderíamos concordar com o velho costume de certas famílias, de possuírem um cão por simples motivos filosóficos ou afectivos.

Sucede porém que esses animaes oferecem um grande perigo para a saúde das pessoas da casa onde vivem, pela facilidade com que transmitem certas parasitoses e outras doenças. Destas, a pior é a raiva [...] eu aconselharia sem hesitação nenhuma, que a Municipalidade extinguissem todos os cães urbanos [...] por que não erradicar o mal proibindo terminantemente ter cão na zona urbana e fazendo prender e matar todos os que encontre.

Há por aí uma excessiva quantidade de cachorros, plebeus e fidalgos – mas todos eles igualmente inúteis, senão nocivos.

Convém que a prefeitura de logo cabo deles, antes que comecem a ocorrer os caso de raiva entre a gente (A NOTÍCIA, 1948, s.n).

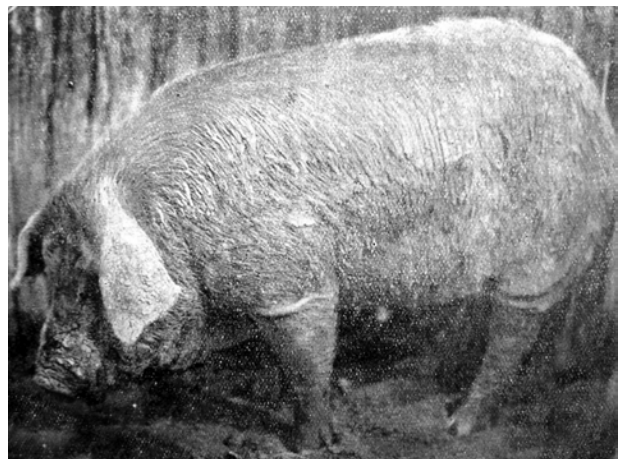
Aparentemente defendidos na zona rural, onde auxiliavam em varias tarefas cotidianas, como na caça ou guarda, os cães das cidades paulistas do Noroeste, nessas primeiras décadas do século XX, foram alvo de campanhas de extermínio, justificadas principalmente pelas questões de saúde pública. Mesmo os animais que tinham dono, não estavam totalmente seguros de atitudes severas daqueles que criticavam a sua presença nas cidades

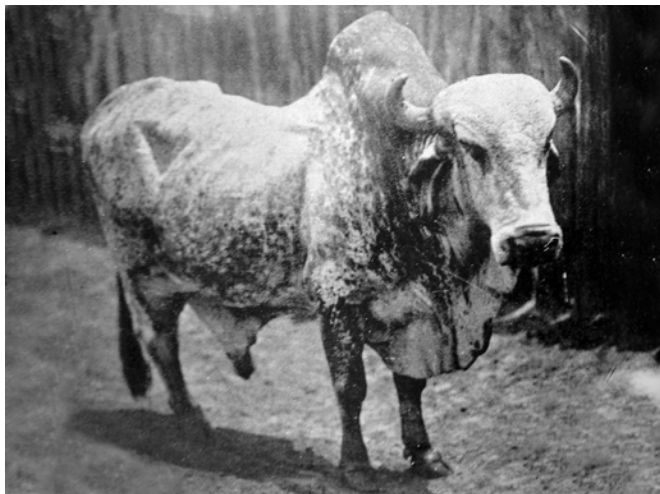
[...] porque os donos não comprem uma corrente para amarrar seus animaes no fundo de suas casas? Pois assim seriam úteis aos seus donos e ficariam a salvo de uma bolinha de effeito certo [...] (CORREIO DE MIRASSOL, 1931, s.n).

O que esses e outros textos demonstram é a contradição que marcava a forma como as pessoas lidavam com os animais; uma linha tênue que separava o amor do ódio, nesse momento em que os debates sobre maus tratos tinham pouco efeito no comportamento diário e, dificilmente, ultrapassavam os círculos restritos de alguns raros defensores do mundo natural.

Da imensa variedade de animais que interagiram com os homens, alguns marcaram especialmente esse processo de expansão econômica paulista, ocorrida entre o final do século XIX e meados do século XX: o boi, o cavalo, a galinha, porco e a mula. Trazidos pelos pioneiros como meio de alimentação, transporte ou força motriz, e cobiçados por seu valor econômico, são esses os animais que acompanharam a marcha rumo às florestas intocadas e ajudaram a transformar a paisagem interiorana.

Utilizando-se do conceito de *Imperialismo Ecológico*, Alfred Crosby (2002) afirma que, dos animais trazidos pelos europeus à América, foram principalmente o gado e o cavalo os maiores símbolos de dominação nas novas terras. Domados pelos novos conquistadores, transformaram a paisagem e se tornaram importantes fontes econômicas em praticamente todo o mundo colonial e neocolonial.





Figuras 15 a 18: A criação de animais, além de complementar a produção agrícola, acabou em muitas propriedades tornando-se a atividade econômica preponderante, resultado principalmente do esgotamento do solo e dos parques investimentos para recuperação dos mesmos, após longos anos de exploração agrícola sem adubação ou cuidados especiais com a terra (Fonte: *Álbum da Comarca de São José do Rio Preto, 1927/29*).

Já se falou sobre a importância da pecuária no Brasil desde à época colonial. No caso específico de São Paulo, a atividade ganhou grande destaque a partir do desenvolvimento das regiões pioneiras no Estado. O gado era introduzido principalmente após o esgotamento do solo, por necessitar de poucos recursos de mão de obra e alimentar-se quase que exclusivamente do pasto plantado após o abandono das lavouras. Houve a partir das décadas de 1920 e 1930 uma explosão crescente da pecuária de corte, que extrapolou as fronteiras da região Sul e Sudeste, e nos dias atuais ocupa quase 20% do território brasileiro (FURTADO, 2002).

O surto da pecuária em São Paulo teve mesmo um grande salto após a crise de 1929, quando a baixa nos preços do café levaram muitos a adotarem de forma sistematizada a criação

de gado. Entre os anos de 1937-1939, 31% da superfície total do Estado estava coberta por pastagens, em comparação com os anos de 1930-39, quando esse número era de 19% (MONBEIG, 1984).

Além do gado que se espalhava por todas as regiões do Estado, a suinocultura também crescia a passos largos. A partir de 1910, com o incremento das pesquisas em melhoramento genético, as criações evoluíram cada vez mais, e a carne tornou-se bastante consumida e apreciada em todo o Brasil. A avicultura também se modernizou, a partir do início do século XX, com proprietários de granjas que multiplicavam sua produção cada vez mais, abandonando a criação caseira das aves que ciscavam o chão, alimentavam-se de restos de comida ou pequenos insetos, e que estavam presentes em praticamente todas as propriedades rurais brasileiras, indissociáveis ao modo de vida do caipira paulista (CANDIDO, 1975). Os números do IBGE também comprovam o grande desenvolvimento dessas atividades em todo o território nacional:

Quadro 5 – Pecuária, Avicultura e Suinocultura

	Bovinos	Suínos	Aves
1920	34.271.324	16.168.549	52.940.010
1940	34.457.576	16.849.570	62.912.437
1950	47.088.595	23.034.108	77.830.259

Fonte: IBGE, 2005.

O gado era tratado como propriedade particular, e aqueles que roubavam bois e vacas estavam passíveis de punição legal. Assim, nos jornais analisados era comum anúncios do tipo “Na fazenda do Sr. [...] em Eng. Schimidt, acha-se já há 8 meses um bezerro de cor branca, com a marca C B. Não sendo reclamado pelo seu proprietário no prazo de 20 dias, este perde o direito de reave-lo.” (O MUNICÍPIO, 1922, s.n.). Também em Rio Preto, o jornal avisava e educava “Roubaram, esquartejaram e partilharam um porco – e agora descansam á sombra do xadrez” (A NOTÍCIA, 1935, s.n.). Nos almanaques da região, as fazendas são descritas minuciosamente, e com destaque especial para o número de animais criados, como na fazenda Jatahy “A criação, é composta de bovinos, suínos, muares, caprinos, e outras espécies de menor importância, mas de

qualidade escolhida como as demais. (CAVALHEIRO, 1927-1929, s.n.). A Fazenda 3 Barras mostra seu potencial criador “A fazenda tem sempre uma média de 100 a 150 bovinos, 30 muares, e 300 a 400 suínos, criação esta, que se tem notabilizado entre as demais fazendas desta comarca”. (CAVALHEIRO, 1927/29, s.n.). A publicação de fotos dos animais, e também das plantações, em diversos impressos, mostra o orgulho dos fazendeiros com esse novo mundo rural criado no interior de São Paulo.

O gado também era o personagem principal das touradas, que reunia principalmente pessoas ligadas ao mundo rural, para exibirem seus dotes como vaqueiros, em desafios de laço e montaria. Esses verdadeiros espetáculos que, já na década de 1920, eram constantemente anunciados nos jornais, acabaram, ao longo do século XX, transformando-se em festas típicas por todo o interior. Atualmente, essa prática antiga transformou-se em um grande negócio, atraindo públicos enormes e fiéis aos estilo *country* americanizado, ao mesmo tempo em que desperta a indignação dos grupos que defendem os direitos dos animais.



Figura 19 - O circo de touros era uma atração por onde passava, símbolo inequívoco do domínio do homem sobre o mundo animal. Nota-se também a representação peculiar do toureiro, em uma clara referências às touradas ibéricas (Fonte: jornal *A CIDADE*, 1934).

De todos esses animais, sem dúvida, os cavalos eram o motivo de maior orgulho dos fazendeiros. A simbologia ligada a estes animais foi herdada das sociedades européias que desde a antiguidade tem uma ligação muito estreita com eles. Esta simbologia, em volta dos verdadeiros fidalgos do campo, certamente estava presente também no interior paulista. Gilberto Freyre (1967) apontou o carinho especial dos proprietários das regiões canavieiras em relação aos seus

cavalos, pois a sua posse e montaria demonstrava superioridade e austeridade frente aos trabalhadores pobres e escravos.

De valor afetivo ou não, para transporte, carga, prazer ou *status*, os cavalos fizeram parte do cotidiano das zonas agrícolas paulistas, no campo ou na cidade, e continuaram valorizados mesmo após a chegada das máquinas agrícolas e o automóvel.

Animais de diversas espécies faziam parte do cotidiano dessas novas comunidades que se formavam no interior de São Paulo. Além de representarem valores simbólicos, eram compreendidos principalmente dentro de uma moral utilitarista. Portanto, eram valorizados em sua importância econômica, nesses novos espaços que se construíam no campo e na cidade. Os que não tinham utilidade ou prejudicassem os planos progressistas, como foi o caso típico das onças, que atacavam as fazendas de gado, ou das cobras que eram o pesadelo dos lavradores, sofriam com a perseguição, a indiferença ou o desprezo. Muitos animais acabavam, após a chegada do homem, migrando, quando possível, em busca de novas áreas, tendo que adaptar-se a outros ecossistemas, o que acabou mudando radicalmente o perfil e o equilíbrio natural da biota regional. Aqueles que não fugiram ou não se inseriam em outros nichos ecológicos acabaram, em anos posteriores, compondo as listas de animais extintos ou em vias de extinção, elaboradas por entidades conservacionistas ou instituições governamentais.

A falta de conhecimento sobre o mundo natural e do delicado equilíbrio ecológico que une centenas de espécies em intrincados e estreitos laços, muitas vezes de difícil entendimento, também contribuiu para o agravamento do problema. A existência de discursos que apontavam para a necessidade de se respeitar o equilíbrio próprio do mundo natural e do direito dos animais à vida, sem a interferência dos interesses e das exigências humanas, não chegaram a afetar a ideia preponderante de que os animais existiam única e exclusivamente para a serventia das sociedades. Portanto, ainda se mantinham firmes as distâncias que separavam homens e animais nesse contexto do desenvolvimento agrícola paulista.

2.4 Descobrindo o subsolo

A busca e a exploração das riquezas minerais não estão somente ligadas ao processo de colonização da América, mas também são componentes fundamentais para a compreensão da história do Brasil. A partir do século XVIII, com o início da exploração organizada e sistemática

dos metais e das pedras preciosas na região de Minas Gerais, ocorreram uma série de transformações econômicas, políticas e sociais que desencadearam uma nova etapa na história do país.

A procura por metais preciosos foi intensa e ocorreu em praticamente todo o território nacional. Desde a descoberta das primeiras jazidas de ouro na região de Cuiabá, efetivada pelos paulistas no século XVII, até a busca por metais preciosos na região amazônica no século XVIII e XIX, o subsolo brasileiro tem-se revelado rico em uma série de matérias primas para centenas de tipos de indústria.

A partir do século XIX, principalmente, que comissões geológicas e instituições científicas, organizadas pelo governo imperial e consolidadas nos governos republicanos, buscaram mapear e explorar o vasto território brasileiro em busca das riquezas minerais ainda desconhecidas (FIGUERÔA, 2000). Antes disso, muitos que tentaram despertar o interesse dos governos para a necessidade das pesquisas geológicas acabaram frustrados, como foi o caso de José Bonifácio de Andrada e Silva. Entre os anos de 1783 a 1819, Andrada estudou com os melhores geólogos europeus, na Saxônia, Bôemia, Hungria, Rússia, Noruega, França e Suécia. Entretanto, ao voltar ao Brasil, decepcionou-se não só com a impossibilidade de pôr em prática seus conhecimentos em território nacional, mas também com os rumos políticos que acabaram levando-o para o exílio, em 1823 (GUNTAU, 2000).

Esse descaso também se observou na então província de Minas Gerais, mais precisamente em Ouro Preto, onde foi criada, em 1876, a Escola de Minas de Ouro Preto, e um pouco mais tarde, em 1889, a Sociedade de Geografia Econômica de Minas Gerais; importantes centros de debate que reivindicavam um aumento nos investimentos governamentais na área de mineralogia. Investimentos estes que foram mais sistemáticos e contínuos somente a partir da década de 1920, contrariando as expectativas de muitos geólogos que, trabalhando na Escola de Minas em Ouro Preto, projetavam, desde o final do século XIX, o Brasil em um lugar de destaque no mercado internacional de recursos minerais (CARVALHO, 2002; SANTOS, 2006).

O início das pesquisas mais sistemáticas na área geológica brasileira estimulou a especulação sobre a potencialidades nacionais, despertando a curiosidade e a projeção de grandes promessas econômicas para o país, “É sabido que o Brasil é, em toda a sua vastidão, rico em minerais. Seu solo oculta jazidas inexgotáveis de todas os minérios mais úteis e preciosos” (CAMPOS, 1929, p. 88), e esperava-se que as pesquisas confirmassem isso.

Talvez poucos elementos da natureza tenham despertado tanta cobiça e sonho de riqueza nos homens quanto os recursos minerais. O ouro e o diamante, por exemplo, embalaram as aspirações de dezenas de gerações, desde os primeiros pioneiros levados às regiões auríferas de Minas Gerais, no século XVII, até os mais recentes casos, como a espantosa exploração da região de Serra Pelada, nas décadas de 1970 e 1980. Ainda nas primeiras décadas do século XX, a descoberta de diamantes nas redondezas de São José do Rio Preto, divulgada no jornal da cidade, prometeu a todos os ávidos por riquezas grandes frutos, além de servirem como estímulo à chegada de novos moradores à região,

[...] a nossa região precisava, para mostrar aos olhos do Brasil inteiro que é, de facto, a mais rica e a que maior êxito promete(...), aos homens de acção - precisava mostrar que tem diamantes, ouro, á margem de seus rios e nas entranhas de suas terras (A NOTÍCIA, 1932, s.n).

Durante o processo de expansão agrícola do Estado de São Paulo, os anseios de muitos também estavam voltados às possíveis descobertas auríferas na região. Além das preocupações relativas ao solo e à água, de importância óbvia e absoluta destinada às atividades agrícolas, defendia-se, recorrentemente, a necessidade de pesquisas e exploração das riquezas minerais. Acompanhava-se, dessa forma, a mesma lógica utilitarista e exploratória que marcava a relação dos homens com o mundo animal e vegetal.

Os recursos minerais eram tidos como condição básica para o desenvolvimento do país, mas nem sempre eram alvo de ações contundentes por parte dos governos. Em uma série de artigos publicados entre os anos de 1921 e 1922, na *Revista do Brasil*, intitulados “A importância da riqueza mineral no progresso das nações”, o autor deixava evidente esse tipo de preocupação, defendendo “a importância que tem a posse e a exploração de productos mineraes de largo consumo na economia e no desenvolvimento das nações” (LISBOA, 1921, p. 113). Nesse sentido, é muito conhecida também a árdua campanha empreendida pelo escritor Monteiro Lobato, diretor dessa mesma revista na época da publicação dos artigos de Miguel Lisboa. Lobato lutava pelo desenvolvimento da exploração do subsolo brasileiro, principalmente no que diz respeito à busca pelo ferro, carvão mineral e petróleo. Embalado por seu idealismo e por sua crença obstinada no potencial econômico brasileiro, chegou a fundar, em 1931, uma companhia de exploração de petróleo, a *Companhia Petróleos do Brasil* que, por questões políticas e econômicas, teve sua existência abortada, trazendo possivelmente mais tristezas do que alegrias

ao escritor (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETA; 1998). De todo modo, Monteiro Lobato não era o único que acreditava na importância da exploração mineral para o Brasil, mas enfrentou diversas dificuldades para chamar a atenção das autoridades políticas, em virtude do caráter agro-exportador que dominava a economia brasileira até a primeira metade do século XX. Assim, os dados econômicos divulgados pelo IBGE, em 1946, mostram que praticamente a única riqueza mineral explorada de forma sistemática no Brasil era o minério de ferro, não fazendo nenhuma referência significativa a números ligados a outro elemento natural.

A atenção dada à necessidade de pesquisas geológicas e à importância da exploração do subsolo aumentaram consideravelmente com o desenvolvimento da siderurgia no Brasil, relacionada diretamente ao próprio processo de desenvolvimento do parque industrial brasileiro.

A industrialização do Brasil apresenta uma história complexa, de transformação do capital cafeeiro em capital industrial e financeiro, principalmente, a partir do final do século XIX, e ficou marcado por rupturas e crises nas primeiras décadas do século XX (DEAN, 1991). Tendo como base a cidade de São Paulo, as primeiras indústrias brasileiras concentravam-se, até a década de 1950, principalmente na produção de bens de consumo não duráveis, fundamentalmente na indústria têxtil e alimentícia (DANTES; SANTOS, 1994). Por outro lado, as indústrias de base, notadamente a siderúrgica, ficaram relegadas ao esquecimento pelo menos até a década de 1940, a despeito das primeiras, mas raras, tentativas bem sucedidas nas décadas anteriores.

No Estado de São Paulo, a Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, em Sorocaba, é um bom exemplo das dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento desse tipo de indústria no Brasil. Fundada na primeira década do século XIX, a pequena siderúrgica alterou momentos de funcionamento e estagnação ao longo de seus quase 80 anos de história. Vale destacar a utilização de seus fornos, durante a guerra do Paraguai, quando forneceu metal para as armas do Império. Por fim, por volta de 1890, a siderúrgica de Ipanema foi definitivamente desativada, não resistindo à falta de estímulos governamentais e à concorrência com o produto oferecido no mercado internacional (HARDMAN; LEONARDI, 1982).

Foi a partir do final da década de 1910, que surgiram algumas empresas siderúrgicas de maior porte e com perspectivas reais de crescimento, respondendo à crescente demanda brasileira e às dificuldades de importação enfrentadas pelo país desde a Primeira Guerra Mundial. Como exemplos, pode-se citar a criação, em 1917, da Companhia Siderúrgica Mineira, chamada, alguns anos mais tarde, Cia Belgo Mineira, ou duas décadas mais tarde, da Companhia brasileira de Aço,

criada em 1943, na cidade de São Paulo. Entretanto, o grande marco da siderurgia no país foi a criação da usina de Volta Redonda, resultado direto da política externa do governo Getulista, que, buscando vantagens econômicas com os Estados Unidos no contexto da Segunda Guerra Mundial, conseguiu instalar no Brasil uma das maiores siderúrgicas do mundo, que iniciou suas operações em 1946 (DANTES; SANTOS, 1994).

Quadro 6 – Indústrias Siderúrgicas

	1939	1946
Número de siderúrgicas no Brasil	25	48
Total de trabalhadores	12.606	38.076
Siderúrgicas em São Paulo	11	19
Número de trabalhadores em São Paulo	3.190	7.570

Fonte: IBGE, 2005.

O início da produção nas siderúrgicas brasileiras trouxe um grande impacto ambiental às florestas do sudeste. Os fornos alimentados por carvão vegetal, como no caso da Cia. Belgo-Mineira, foram responsáveis por grandes desmatamentos, transformando rapidamente grandes áreas de matas nativas em campos e capoeiras (DEAN, 2000). Por outro lado, a siderurgia também estimulou a pesquisa em torno das possíveis jazidas de minério de ferro, transformando o Brasil em um dos principais produtores mundiais a partir da década de 1970 (DANTES; SANTOS, 1994).

Sendo matéria-prima de suma importância para o desenvolvimento industrial de qualquer país, o ferro já tinha a sua importância destacada na publicação do IHGSP, no ano de 1904, quando o desenvolvimento de grande siderúrgicas no Brasil ainda não era uma realidade:

Estudada isoladamente, como fenómeno independente, seria incompreensível a história da evolução das indústrias de aproveitamento de nossas jazidas

ferríferas nem se encontraria explicação para o estado de profundo atraso em que se acham [...]

[...] os erros em que seguidamente se tem reincidido, serão corrigidos em futuro que para o bem de nossa pátria almejamos próximo. E dia virá em que a História julgará severamente aos governos que, podendo ter auxiliado o surto da siderurgia no Brasil, não cumpriram seu dever em apressar o advento de nova independência econômica, quanto a este elemento básico de todo progresso estável (CALÓGERAS, 1904, p. 20).

Percebe-se, no artigo, o tom de inconformismo do autor em relação ao estado de abandono em que se encontravam as pesquisas geológicas no Brasil no início do século. De todo modo, foi só a partir do sucesso de Volta Redonda e do desenvolvimento industrial brasileiro, principalmente no Estado de São Paulo, ocorrido na década de 50, que se disponibilizou o estímulo necessário ao aumento das pesquisas não só em torno das riquezas minerais nacionais, mas também em relação à busca de novas tecnologias que subsidiassem tal desenvolvimento (MOTOYAMA; GALVAN; BARCELOS, 1994).

Toda a força do pensamento utilitarista, que entendia os recursos naturais – água, solo, pedras e metais preciosos, formações minerais, animais e plantas – se mostrava de maneira singular em um artigo publicado na revista do Arquivo Municipal, em 1940, sobre o arquipélago de Fernando de Noronha, localizado a 345 Km da costa do Rio Grande do Norte, e hoje considerado um patrimônio ambiental brasileiro, e quase um santuário para os ambientalistas.

Intitulado “Fernando de Noronha – Histórias, Lendas e Possibilidades econômicas e estratégicas”, o texto revela a força da crença no valor da natureza, entendida como um meio para o progresso e a riqueza humana. Assim, após apresentar um histórico da colonização do arquipélago pelos portugueses, Lorena Guaraciaba enumera as riquezas naturais das ilhas.

Destacando a presença de importantes jazidas e depósitos de fosfato e de cálcio, tão abundante em uma das ilhas do arquipélago, afirmou que “é impossível determinar, ainda que aproximadamente, a quantidade de fosfato existente” (p.20). Em relação à água, é fornecida por poços artesianos construídos na ilha, mas apresenta problemas de escassez, principalmente

[...] porque andou sempre abandonada, desde sua doação a Fernão de Noronha, que nada fêz por ela. O estado de Pernambuco, que dela sempre esteve de posse, com pequenas interrupções, tão pouco lhe dispensou o necessário desvelo (p. 50).

Em relação à flora local, o arquipélago era observado em sua abundância, com vegetais “bizarros” capazes de “terríveis queimaduras na pele, como também a cegueira temporária ou definitiva ao distraído que tiver a desdita de levá-lo aos olhos” (p. 53). As árvores também são citadas em grande número, com destaque para o *mulungá*, muito cobiçada pelos presos que, então, cumpriam pena no presídio existente na ilha, justamente por fornecer madeira para os desesperados em fuga rumo ao continente. Parece que o problema era tão sério que “toda vez que era abatida uma delas, a sindicância da administração exigia sempre que se identificasse o responsável” (p. 53). Quanto aos animais, destacou as aves e os peixes que,

[...] tal é a abundância [...] que, em duas horas de pescaria à linha, e apesar de os tubarões que ali pululam devorarem um terço do pescado apanhado, consegue-se ainda, de duzentos a trezentos quilos de peixe (p. 56).

O artigo não se restringia simplesmente em fazer um inventário descrevendo as riquezas nativas e suas potencialidades econômicas, mas também apontava para a possibilidade de se introduzir nas ilhas animais e plantas exógenos - atitude que seria nos dias atuais considerada prejudicial ao equilíbrio ecológico original - com o objetivo de torná-la viável economicamente.

Fernando de Noronha produz quase todos os cereais, milho, arroz, centeio, etc... a cana de açúcar com quanto meio salobra, serve perfeitamente para o fabrico de todos os produtos derivados.

Há muitas árvores frutíferas, naturais da ilha e adaptadas: cajaseiras, mangueiras, ajueiros, laranjeiras, bananeiras, mamoeiros, etc... Produz todas as leguminosas nossas conhecidas e o quando ou feijão de guandu é lá nativo [...] Todos os animais domésticos ali se aclimam (p. 56).

Após enumerar as possibilidades de exploração do arquipélago, Guaraciaba encerrou seu estudo com uma afirmação que causaria indignação e horror a qualquer defensor do meio ambiente na atualidade:

Noronha, cultivada racional e cientificamente, bem aparelhada sob pontos de vista estratégicos, militar e naval, dada sua excelente posição geográfica, preencherá, sem dúvida magnificamente a sua finalidade natural, de atalaia inflexível da costa norte do Brasil (GUARACIABA, 1940, p. 67).

Todos os textos analisados, neste capítulo, permitem inferir que o desenvolvimento econômico brasileiro, fundamentado principalmente nas atividades agro-exportadoras, e liderado pelo Estado de São Paulo, fortaleceu-se mediante a crença de que a natureza era passível da intervenção humana. Os recursos naturais foram explorados, na maioria das vezes, sem considerações que ultrapassassem os interesses imediatos que buscavam o lucro e riqueza gerada justamente na destruição do mundo natural. Como resultado desse processo, verificado no Estado, florestas foram queimadas e o solo explorado até o seu esgotamento. Animais foram mortos ou expulsos de seus *habitats* originais, enquanto paisagens naturais foram transformadas em nome do progresso. A fumaça era sinônimo de riqueza e civilização, enquanto a natureza intocada era representada como sinal de atraso e desleixo, despertando a incompreensão ou mesmo a indignação por grande parte dos paulistas que tiveram o mundo natural com tema de estudo e discussão.

3 NATUREZA REVELADA

3.1 A ciência abrindo novas fronteiras

O desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil, durante o decorrer do século XIX, contribuiu para a expansão dos processos de exploração e conhecimento da natureza. Dentre as disciplinas que mais colaboraram para isso, pode-se indicar a zoologia, a botânica, a geografia, a geologia e, principalmente, a biologia, que ofereceram subsídios – por intermédio de um olhar teórico sobre o mundo - e indicaram caminhos a serem percorridos pelos naturalistas exploradores, nos mais longínquos cantos do território brasileiro.

Nesse sentido, deve-se destacar a colaboração das ciências naturais que, ao direcionarem seus estudos à natureza, acabaram tornando-se espaços privilegiados de discussões sobre as relações entre o homem e o mundo natural, além de organizarem de uma forma sistemática saberes sobre o tema por meio de uma ordem teórico-metodológica própria.

A trajetória dessa área de pesquisa no Brasil se inicia destacadamente a partir da chegada da família real portuguesa, em 1808, dando continuidade ao processo de consolidação destas disciplinas, iniciado na metrópole nas últimas décadas do século XVIII, durante o governo iluminista de D. José. O príncipe regente recém chegado ao Rio de Janeiro, D. João VI, deu os primeiros passos para o desenvolvimento da zoologia, da botânica, da mineralogia e da biologia em terras nacionais (NOGUEIRA, 2000).

Cabe ressaltar que, no período anterior à transferência da família real portuguesa, o conhecimento científico sobre o mundo natural brasileiro era precário e fragmentado. As poucas informações confiáveis sobre a natureza do país tinham sido organizadas e elaboradas por viajantes estrangeiros, muitas vezes, desenvolvendo seus estudos sem a autorização régia necessária. Por outro lado, as limitadas iniciativas para mudar esta realidade, empreendidas pela coroa portuguesa, estavam necessariamente ligadas à busca de metais preciosos, e acabavam, por motivos de segurança, permanecendo restritas sob o domínio das esferas governamentais e, conseqüentemente, longe dos olhos da maioria dos pesquisadores (BOXER, 2002). Assim, somente a partir do início do século XIX, ocorreram as primeiras tentativas bem sucedidas de se construir um conhecimento oficial e sistemático sobre o território nacional, por meio das ciências naturais (LEITÃO, 1937).

Os primeiros espaços europeus totalmente dedicados ao estudo das ciências naturais foram os Museus de História Natural e os Jardins Botânicos, que se desenvolveram sobretudo no período Iluminista, fundamentados sob a ótica da construção de conhecimentos racionais e empíricos sobre o mundo. Foi o biólogo Carlo Lineu quem mais se destacou na tentativa de consolidar uma metodologia capaz de homogeneizar os processos descritivos do mundo natural, estabelecendo as bases teóricas para a classificação e apresentação pormenorizada de animais e plantas (GERBI, 1996). O padrão que fundamentou essas primeiras etapas do processo de divisão e hierarquização do mundo natural, durante os séculos XVIII e XIX, foi estabelecido a partir da serventia dos seres e elementos da natureza para o homem, respeitando as concepções utilitaristas e antropocêntricas, marca fundamental das relações entre as sociedades e o meio ambiente que vigoravam naquele momento (THOMAS, 2001).

Foi, portanto, o governo português que trouxe ao Brasil, durante o período Joanino, as duas primeiras instituições dessa natureza ligadas ao desenvolvimento das ciências naturais: o Real Horto Botânico, fundado em 1808, e o Museu Real, de 1818, que, alguns anos mais tarde, passou a ser conhecido como Museu Nacional. Estas duas instituições – unidas sob uma mesma administração a partir de 1819 - seguiam o caráter colecionador iluminista, agregando em seus locais de funcionamento vários tipos de objetos, convertendo-se em espaços ecléticos que incluíam exemplares do mundo natural, além de objetos de valor etnológico e histórico. Por outro lado, essas duas casas também serviam como fornecedoras de material aos museus europeus, abastecendo inúmeras coleções localizadas no estrangeiro (LOPES, 1997).

O jardim botânico carioca tinha como um dos seus mais caros objetivos à aclimação de espécies estrangeiras com virtuais interesses econômicos. Dessa maneira, produzia-se, em terras brasileiras, estudos que permitissem o futuro plantio de plantas exóticas, ou fazia-se também o caminho inverso, enviando exemplares nativos para serem adaptados às condições ambientais tanto das metrópoles européias quanto de suas colônias.

No século XVIII, alguns jardins de aclimação já tinham sido instalados no Brasil, mais especificamente nas cidades de São Paulo, Belém, Salvador e Ouro Preto, porém sem muitos resultados satisfatórios para a coroa. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro buscou preencher tal lacuna e não repetir o fracasso das experiências anteriores.

Inspirado no Real Jardim Português, que desde os trabalhos do naturalista italiano Domenico Vandeli fazia pesquisas sobre a adaptação de plantas tropicais em solo lisboeta, o

Jardim Botânico do Rio chegou a desenvolver experiências bem sucedidas com o chá, o gengibre e o cravo. Entretanto, com a independência do Brasil e a mudança nos rumos políticos do país, a realidade da instituição transformou-se, tornando-se basicamente um local de passeio público, repetindo em certa medida a sina de seus predecessores (DEAN, 1991).

O Museu Nacional, por outro lado, teve uma história muito mais complexa e longa. A instituição tornou-se um verdadeiro centro de estudos das ciências naturais, e teve, em seus quadros, alguns dos nomes mais proeminentes da história natural brasileira, com destaque para as figuras de Frederico Leopoldo César Burlamarque, Francisco Freire Alemão e Ladislau de Sousa Melo Neto, ambos responsáveis pela consolidação dos ideais científicos no museu, e também pelo reconhecimento deste centro de pesquisa no Brasil e no mundo (LOPES, 1997).

A crescente importância que o Museu Nacional alcançava no Brasil, sendo praticamente a única instituição desse tipo no país até a última década do século XIX – tendo estendido seus interesses para além das ciências naturais, como no caso dos estudos etnológicos - não isentou o local de crescentes problemas financeiros, da falta de apoio governamental, de carências materiais e das disputas políticas que acabaram, muitas vezes, prejudicando o andamento das pesquisas e dos trabalhos desenvolvidos no local (LOPES, 1997; FIGUERÔA, 2000).

A história do Museu Nacional também está ligada ao processo, empreendido após a independência oficial, de consolidação do Estado Nacional brasileiro. A instituição contribuiu com seus trabalhos científicos, tanto na área das ciências naturais quanto na de etnologia, para a construção de representações sobre o povo e a natureza nacional, dialogando com os paradigmas raciais-científicos europeus tão em voga no século XIX; tarefa que era dividida com os Institutos Históricos, notadamente o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838 (SCHWARCZ, 1993). Assim sendo, tanto o conhecimento quanto a catalogação do mundo natural brasileiro não estavam somente vinculados aos interesses utilitaristas e econômicos em voga no momento, mas também a objetivos simbólicos e imagéticos de construção de uma identidade nacional.

O processo de busca de um saber racional sobre a natureza, fundamentado nas ciências naturais, também chegou às terras paulistas. Estimulados pelo desenvolvimento da economia cafeeira, que se expandia vertiginosamente rumo ao interior, o governo imperial e posteriormente os líderes do Estado republicano perceberam a importância e a necessidade de se buscar um

maior conhecimento técnico-científico sobre os possíveis recursos naturais do Estado, com o objetivo de favorecer o domínio e a exploração sobre os mesmos.

Não há dúvida de que um dos marcos desse decurso foi a criação, em 1886, da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, dirigida pelo geólogo norte-americano Orville A. Derby, e que contou com a colaboração de importantes nomes que fizeram parte da história das ciências naturais no Brasil em finais do século XIX, como a do Geógrafo Theodoro Sampaio e do naturalista sueco Alfredo Löfgren.

A Comissão Paulista teve como propósito fundamental contribuir para o mapeamento geográfico, geológico, botânico e climático do Estado de São Paulo; num esforço notadamente ligado aos interesses das forças econômicas e políticas estaduais que, naquela época, buscavam e desfrutavam certa hegemonia no governo federal, a partir das últimas décadas do século XIX.

Os cientistas que compunham a CGG de São Paulo buscaram não repetir o fracasso das iniciativas idealizadas ainda durante o Império, como a Comissão Científica de Exploração, que desenvolveu seus trabalhos entre os anos de 1859 e 1861, e poucos resultados práticos trouxe, publicando poucos relatórios, em meio a uma série de críticas da imprensa carioca, que a apelidou de *Comissão das Borboletas*. Aparentemente, quem mais ganhou com a expedição foi o Museu Nacional, que acabou recebendo material coletado nas regiões Norte e Nordeste do país pela equipe de exploradores (LOPES, 1997).

Alguns anos adiante, mais precisamente em 1874, uma outra comissão geológica foi organizada, agora com a participação do importante geólogo Frederick Hartt e de uma série de naturalistas brasileiros e estrangeiros. Entre os anos de 1875 a 1877, esta nova expedição viajou por várias províncias brasileiras, coligindo material e empreendendo importantes estudos de geologia, zoologia, botânica e geografia. Entretanto, uma série de dificuldades econômicas levou à extinção dos trabalhos também desta segunda organização exploratória (FIGUERÔA, 2000). Os mais importantes naturalistas estrangeiros que fizeram parte do grupo foram embora, provavelmente, decepcionados com o governo imperial. No entanto, o norte americano Orville Derby acabou fixando residência no Brasil, tornando-se não só, alguns anos mais tarde, um dos principais nomes da Comissão Geográfica e Geológica Paulista, mas também um proeminente participante das esferas intelectuais da Primeira República.

Muitos dos cientistas que participaram da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, como os já citados Orville Derby, além de Alberto Löfgren, Theodoro Sampaio e

Francisco de Paula Oliveira, acabaram fazendo parte de outras instituições científicas organizadas mais tarde em São Paulo, como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e o Museu Paulista.

Dessa maneira, a comissão estendeu seus trabalhos ao longo de 45 anos, mais precisamente entre os anos de 1886 a 1931, elaborando uma série de cartas cartográficas, relatórios geológicos e artigos científicos, que contribuíram para a compreensão do território paulista mediante os paradigmas e as metodologias científicas do período. Além do mais, vários de seus participantes contribuíram para o incremento da vida intelectual da capital do Estado.

As iniciativas das autoridades republicanas visando o estímulo à formação de conhecimentos sobre o território de São Paulo, por intermédio de um olhar científico, foram complementadas por uma série de institutos fundados com o objetivo de fornecer subsídios para o desenvolvimento agrícola do estado.

Respondendo aos interesses dos cafeicultores e das zonas cafeeiras paulistas, foram fundados vários Institutos Agronômicos, com destaque para a Estação Agronômica de Campinas, em 1889, e em 1898, a criação da Escola Prática de Agricultura de Piracicaba, mais tarde denominada Escola Agrícola Luis de Queiróz. Estes são somente dois exemplos mais conhecidos de uma série de iniciativas que partiram dos centros governamentais – municipal, estadual e federal – com o objetivo de incrementar as atividades agrícolas em todo o país e que acabaram tendo um impacto direto e acentuado sobre o Estado de São Paulo, a região de economia mais complexa e em amplo processo de expansão no período.

Percebe-se, então, a partir do final do século XIX, um crescimento vigoroso dos conhecimentos sobre o mundo natural, vinculado principalmente à institucionalização das ciências naturais-biológicas, e de todas as suas diversas especializações, além da agronomia, da agropecuária e das geo-ciências; todas desvendando, aos poucos, a complexidade da natureza por intermédio do estatuto da ciência (FIGUERÔA, 2000). Vale destacar também a fundação, em 1927, do Instituto Biológico, que centralizou, na capital paulista, os estudos nas áreas de pesquisa agrícola e animal.

A formação das primeiras universidades no Brasil, a partir da década de 1920, também contribuiu para institucionalização das ciências em geral, não só das naturais, como também em várias outras áreas do conhecimento. A Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, a Universidade de Minas Gerais, em 1927, e a Universidade do Rio Grande do Sul e a de São

Paulo, fundadas em 1934, são exemplos marcantes da formação de um sistema de ensino superior no país (CUNHA, 2000).

Sob uma organização diferente daquela seguida pelas Universidades, uma outra instituição importante na trajetória de fortalecimento do conhecimento científico no país foi o Museu Paulista, fundado em 1894, como um desdobramento dos trabalhos da Comissão Geografia e Geológica do Estado e que se tornou um dos centros mais importantes de pesquisa em ciências naturais no período. No museu, a história natural recebeu atenção especial, transformando-se em um local privilegiado de debates sobre o meio natural de São Paulo.

A história do Museu Paulista pode ser dividida em dois grandes momentos: O primeiro, entre os anos de 1894 a 1916, sob a direção do zoólogo alemão Hermann Von Ihering; e o segundo momento, que compreende o período entre os anos de 1917 e 1945, quando a Instituição foi dirigida pelo historiador Affonso de Taunay.

Com a direção de Ihering, o Museu Paulista foi principalmente um local de estudo dedicado às ciências naturais, divulgando trabalhos de biologia, zoologia, botânica, além de análises diversas sobre o território Paulista. O esmero e a qualidade das fotos, desenhos, reproduções e pranchas publicadas nas revistas, como as reproduzidas adiante, são exemplos do quanto o museu se preocupava em oferecer um trabalho de qualidade em sua área de atuação. Contudo, a partir da direção de Taunay, o museu dirigiu suas atenções aos trabalhos de história, geografia e etnologia, diminuindo, de forma considerável, a participação dos naturalistas e biólogos (BREFE, 2005).

Uma série de outras instituições, institutos, escolas superiores e técnicas, além de órgãos governamentais, poderiam ser citados dentro dessa tentativa de desvendar a natureza com respaldo dos saberes científicos. Assim, pode-se dizer que o domínio do homem sobre o meio natural se deu também por meio das explicações racionais, que buscaram reordenar todos os seres a partir de uma racionalidade estabelecida pelas ciências.

Desde pelo menos o século XVIII, o olhar científico constituído principalmente pelas ciências naturais estabeleceu uma forma de compreensão do mundo mediante interesses e necessidades humanas. A biologia e suas ciências congêneres, por meio das classificações, das nomenclaturas, das hierarquizações, procuraram colocar o mundo natural em uma ordem estabelecida socialmente, com objetivos utilitaristas e exploratórios como norteadores desses saberes (THOMAS, 2001). Os discursos vinculados às ciências naturais, formadas principalmente

a partir da época moderna na Europa – com o objetivo de sujeitar o mundo natural aos interesses e questionamentos humanos – são fontes importantes para a compreensão das idéias que circulavam entre as várias esferas sociais a respeito das dimensões de vida não humanas.



Figuras 20, 21 e 22 – Pranchas coloridas publicadas na revista do Museu Paulista, na década de 1910; sem dúvida uma das Instituições mais importantes no processo de desvendamento científico da natureza do Estado de São Paulo (Fonte: *Revista do Museu Paulista*, 1920).

Muitos estudiosos demonstravam preocupação e descontentamento com o pouco conhecimento científico existente sobre o mundo natural paulista. O naturalista Rodolpho Von Ihering já apontava, em 1901, a necessidade de se empreender pesquisas nacionais que pudessem desvendar, aos olhos dos paradigmas científicos, o mundo natural para o homem:

A quasi totalidade das nossas abelhas (poderíamos dizer mesmo da nossa fauna) foi descripta no exterior, por especialista da Europa ou dos Estados Unidos; aqui o serviço de collecção era feito quase sempre por homens de pouco ou nenhum culto científico ou então eram scientistas que rapidamente atravessavam os sertões do Brazil (IHERING, 1901, p. 461).

O esforço para reconhecer e reordenar a natureza a partir das ciências tornou-se a palavra de ordem entre muitos intelectuais que tinham suas interpretações respaldadas pelos paradigmas científicos. Estas formas de representação do mundo natural exigiam um vocabulário próprio, explicitado pelo engenheiro Edmundo Navarro, um dos primeiros a introduzir a produção de eucaliptos como forma de suprir as necessidades de madeira para as indústrias e ferrovias brasileiras. Em seu texto, publicado em 1922 na Revista do Brasil e intitulado *Terminologia Florestal*, Navarro apresenta um vocabulário científico específico sobre os recursos florestais. Organizando cada termo em ordem alfabética, como em um dicionário, o autor descreve desde características morfológicas das árvores “cabeça: conjunto de todas as ramificações do tronco; Copa”, até técnicas de manejo das plantas “Desbaste: operação que consiste em suprimir num mássico um certo número de árvores, de modo que as que se reservam fiquem com bastante desafogo para melhor vegetar” (NAVARRO, 1922, p. 312-15).

Os termos técnicos explicitados no trecho citado demonstram um diálogo com as novas pesquisas que ocorriam na área das ciências naturais e que eram desenvolvidas nos institutos de pesquisa brasileiros, fortalecendo o processo que já se desenhava desde o final do século XIX, com um contínuo acúmulo de conhecimentos sobre a natureza. Hermann Von Ihering (1903), já apontava para a importância tanto das pesquisas na área quanto da formação de saberes científicos sobre o mundo natural:

A exploração científica da natureza do Estado de São Paulo, que é uma das principaes tarefas do Museu Paulista, tem continuado regularmente nos últimos anos, chegando ao feliz resultado de hoje podermos conhecer mais ou menos as differentes partes do Estado.

[...] Assim, prosseguindo na exploração de sua natureza, o nosso Estado prestará um grande serviço á sciencia, formando um ponto de partida para futuros estudos sobre a zoogeographia de todo o Brazil (IHERING, 1903, p. 554-5).

Nessa busca pela construção dos valores científicos-rationais sobre as realidades do mundo natural, ocorreu uma oposição evidente entre o conhecimento dos cientistas e os saberes populares. Keith Thomas (2001) e Simon Schama (1996) discutem o esforço empreendido pelos estudiosos, desde a época moderna, em desqualificar o discurso popular sobre a natureza. Por outro lado, esses conhecimentos populares, ao mesmo tempo em que eram desqualificados, serviam de fontes fundamentais para os cientistas, que buscavam se apropriar dos saberes constituídos pelas comunidades tradicionais com o meio ambiente circundante.

No Estado de São Paulo, essa separação entre os saberes do homem do campo e do conhecimento científico ligava-se principalmente ao fortalecimento dos discursos modernizadores das primeiras décadas do século XX, que iam desde a emergência do pensamento racial, passando pelas explicações médico-sanitaristas e propostas educacionais, além do desenvolvimento científico-tecnológico. A partir da virada do século XIX, esses paradigmas *científicos modernizantes* se constituíram como forma preponderante de reconstrução do mundo, com o objetivo de renovação de toda a sociedade brasileira (FERREIRA, 2002; SCHWARCZ; COSTA, 2000; SKIDMORE, 1989).

Contudo, não se pode obliterar que muitos membros dos grupos intelectualizados buscaram também, no mesmo período, utilizar-se do imaginário rural-caipira no processo de formação da identidade paulista. Escritores como Cornélio Pires, Paulo Setúbal, Amadeu Amaral e Valdomiro Silveira ajudaram, por meio de seus textos, a construir projeções simbólicas positivas sobre os hábitos e a vida das sociedades formadas nas regiões do interior de São Paulo (FERREIRA, 2002). Entretanto, esses discursos laudatórios sobre o mundo rural empreendidos pela literatura regionalista de São Paulo conviviam, de forma geralmente conflituosa, com as propostas modernizadoras do período.

Não obstante, aos olhos dos estudiosos do mundo natural, preocupados em estabelecer descrições explicativas minuciosas e cartográficas, fundamentadas em nomenclaturas latinas e nas metodologias próprias das ciências naturais, os nomes comuns e os atributos populares dados ao meio ambiente adquiriam certo valor. Entretanto, estes deveriam ser recodificados pela ciência, entendida como uma esfera superior de saber.

O conhecimento do homem simples era considerado importante, por demonstrar o saber adquirido em anos de convivência diária e próxima ao meio. Entretanto, ele precisava ser superado pelo olhar atento e especializado do cientista, em nome do progresso e da modernidade. O diretor do Museu Paulista destacou a importância do conhecimento dos povos tupis sobre a natureza, que poderia e deveria ser aproveitado pelo bem da ciência:

A etymologia por conseguinte muitas vezes exige conhecimentos exactos da vida dos respectivos animaes e estes conhecimentos em muitos casos nem temos, nem pela litteratura os podemos obter.

O indígena do Brasil era admirável na observação da natureza e muitos factos lhe eram familiares que á sciencia ainda hoje são desconhecidos.

É certo que o estudo científico destes insectos em muitos pontos está atrasado em comparação com os conhecimentos que já desde mais remotos tiveram os indígenas brasileiros.

O que neste sentido verificamos com relação ás abelhas observamos também pelo estudo de outros grupos da fauna do paiz. Ao meu ver, os nomes tupis dos animaes do Brasil são de summo valor para investigação biológica, dando indicações preciosas que os naturalistas não podem e não devem deixar de aproveitar (IHERING, 1903, p. 377).

Também a compreensão das superstições e da cultura popular dos moradores do interior, em seu nível ecológico, era uma forma de se chegar aos profundos saberes adquiridos pelas culturas tradicionais sobre a natureza. Entretanto, esta busca podia ocultar também uma crítica ao atraso do homem do campo, com suas superstições e rezas, demonstrando, para muitos, o quanto a ciência ainda devia caminhar para levar o progresso às populações consideradas atrasadas do interior. Edmundo Krug, em 1938, analisou uma série de soluções populares rotineiramente utilizadas para superar problemas enfrentados pelos homens do campo, em um exemplo da distância que separava a cultura popular dos discursos especializados dos cientistas:

Tira-se quebranto de criação plumada defumando-se a ave com palha de aço; e, para que os pintinhos não morram da mesma molestia, devem ser defumados dentro de uma peneira, contendo uma mistura de hortelã, ponta de rabo de pintainhos, um pouco de casca de alho e uma pitada de sal [...]

Contra picada de cobra, dá-se ao animal o fígado da própria cobra para ingerir. Como preventivo, dependura-se no cão de caça, um tubo de vidro ou taquara, ou um saquinho contendo “solimão”, que é o mercúrio branco[...]

Ao tratar-se de uma bicheira, não se deve cuspir, pois isso impede a cura[...]

Contra o uivo de um cão, vira-se o chinelo com a sola para cima[...]

Contra peste dos gatos, dá-se-lhes lambari assado[...]

Contra carrapatos, traz-se ramo verde na cintura, ou entra-se no pasto com os olhos fechados, colocando-se no cós da calça ramo que se apanhar[...]
Contra praga de gafanhotos ou de taturanos, benze-se a roça em três cantos; pelo quarto canto, eles fogem[...]
O bálsamo das missões (*echinus mole*) é preventivo de muitas moléstias (RS). A maioria dos remédios vegetais produz melhor efeito si forem arrancados em uma sexta feira, ao romper do sol. Ao procurar-se determinada erva, que deva servir de remédio, e não se possa achá-la, entenda-se que o doente não sarará e morrerá fatalmente[...] (KRUG, 1938, p. 252-256).

Os povos indígenas e as comunidades tradicionais, chamadas geralmente de caipiras, eram considerados por muitos depositários de conhecimentos importantes sobre a natureza, e que precisavam ser desvendadas e codificadas pelos cientistas. Assim, a Barba de bode transformava-se em *panicum campestris*; o bálsamo das missões era o *echinus mole* e assim sucessivamente. Era a ciência, com seu estatuto de verdade, apropriando-se e reconstruindo o saber popular.

As excursões pelo interior organizadas pelas Comissões Geológicas ou mesmo financiadas pelos Institutos de pesquisa, como o Museu Paulista, também contribuíam para a constituição de um saber científico sobre o mundo natural. Nessas viagens em direção às cada vez menos desconhecidas zonas do interior, os cientistas buscavam coligir animais, plantas e minerais que pudessem encher e satisfazer o ideal colecionador que fazia parte da metodologia de trabalho do período.

Aparece, nesse contexto, a figura extremamente representativa do *caçador-pesquisador*. Este era o nome que se dava ao responsável por adquirir exemplares diretamente no meio-ambiente, principalmente da fauna e da flora; muitos dos quais eram conservados em produtos químicos pelas mãos habilidosas dos taxidermistas, fazendo parte das exposições visitadas em cada vez maior número pelos olhares curiosos das populações urbanas. Essa busca pelo conhecimento empírico, no contato direto com a natureza, muitas vezes, revelou-se complicada, a exemplo do que se depreende da foto reproduzida logo a seguir, quando dois importantes sócios do Museu Paulista tentam, aparentemente com roupas pouco apropriadas, fazer uma demonstração prática das ferramentas utilizadas pelos primitivos indígenas que habitavam o planalto de Piratininga.

No Museu Paulista, o mais importante caçador do período foi Ernesto Garbe. Elogiado em vários momentos por seus colegas pesquisadores, Garbe tem algumas de suas aventuras pelo Brasil relatadas e que mostram como as ações dos naturalistas em relação aos animais também

estavam inseridas nesse complexo mundo de representações que circulavam por toda a sociedade e que estavam marcadas por discursos de violência ou indiferença.



Figura 23 – O diretor do Museu Paulista, Hermann Von Ihering (a direita, de colete escuro), ao lado do naturalista caçador Ernesto Garbe, levam o empirismo científico às últimas conseqüências, ao tentarem derrubar uma parte de mata com machados de indígenas originais do Estado de São Paulo, no ano de 1907. Tudo em nome da ciência (Fonte: Revista do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 1907).

Em 1903, uma das viagens do naturalista-caçador Ernesto Garbe foi descrita de forma minuciosa pelo diretor do Museu Paulista. O relato, que hoje poderia ser considerado muito mais próximo de um caçador inescrupuloso do que de um homem da ciência, com direito à colocação de armadilhas, perseguição e ferimento seguido da morte do animal, no caso um cervo:

O nosso viajante, com o auxilio de alguns camaradas daquela gente, abriu um picada na extensão de seis léguas, tendo assim um campo para fazer as caçadas, e armar arapucas, mondiés, etc.

Uma vez conseguiu matar um cervo em condições singulares. Seguindo o rastro do animal em companhia de seu filho e de um camarada que atirou ao cervo na distancia de sessenta metros, verificou que o mesmo se precipitou n'agua, apesar de ferido.

Em vista desse facto, que não esperava, teve que o Sr. Garbe de perseguir o animal dentro d'água, conseguindo retiral-o para a margem opposta do banhado, que então se verificou ser-lhe a mais próxima. De posse do cervo, tirou-lhe a

pelle e o cráneo que, depois de bem acondicionados, amarrou-os nas costas e na cabeça [sic], e, tornando novamente ao banhado, regressou ao seu ponto de partida, com água até o pescoço (IHERING, 1903, p. 559).

Em outro texto, publicado na Revista do Museu Paulista em 1920, Garbe relata sua viagem ao sul da Bahia. Reclamou dos resultados parcos da excursão, extremamente cansativa e pouco proveitosa em número de espécies recolhidas para a coleção do Museu Paulista “[...] mais de duas horas de marcha morro acima, morro abaixo, nova estação junto a um ribeirão, umas fumaças dos cigarros e dos cachimbos. Pouco antes tinha eu atirado a uma grande preguiça de colleira, que transportamos conosco” (GARBE, 1920, p. 473). Para piorar, além dos resultados pífios da caçada, antes do retorno à capital de São Paulo o pesquisador “foi ainda atacado de febre palustre, um contra tempo para a viagem” (*idem*).

No mesmo ano, um outro cientista-caçador, o senador José Pinto da Fonseca, relatava seu sucesso em uma nova investida contra o mata, na região do Vale do Rio Doce, e após 6 meses de caçadas, o pesquisador conseguiu coletar “avultado material para as collecções do Museu, sobretudo em aves, mammiferos e insectos” (FONSECA, 1920, p. 479).

Na atualidade, muitos condenam a utilização de animais em laboratórios, e os próprios pesquisadores nas áreas das ciências naturais seguem rigorosos códigos de ética, que buscam prezar ao máximo a vida dos animais estudados, e exigem a mínima interferência de biólogos, zoólogos e outros pesquisadores no meio ambiente, quando estes efetuam trabalhos de campo (GUIMARÃES; MÁZARO, 2004).

Analisados em uma perspectiva contemporânea, os pesquisadores do início do século poderiam parecer violentos. Entretanto, eles também estavam inseridos em um mundo que deixava pouco espaço para atitudes protecionistas em relação aos direitos dos animais, que só alcançaram um grau de pertinência a partir das décadas de 1950. Por outro lado, isso não impediu que, em muitos países, os biólogos e naturalistas, ainda no século XIX, tenham desempenhado um papel de liderança nas discussões sobre a má utilização dos recursos naturais, tornado-se vanguarda nos movimentos de defesa do meio ambiente (GUHA, 2000).

Hoje, muitos ecólogos propõem o estudo e o manejo das questões ambientais mediante conhecimentos populares. Essa seria uma forma de preservar e gerir, de forma mais responsável, os recursos naturais. A suposta arrogância dos saberes científicos, institucionalizados pelos

discursos especializados, desde o século XIX, que desqualificavam e desprezavam os usos e costumes das sociedades tradicionais em relação ao mundo natural, atualmente é criticada por muitos pesquisadores da área, e entendida como um dos fatores que contribuíram para a degradação ambiental em várias regiões do mundo (ROUÉ; 2000; CASTRO, 2000).

Todavia, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, o movimento era inverso. Os saberes tradicionais receberam uma alta carga de críticas negativas, por parte dos grupos intelectualizados paulistas, tanto da capital como do interior. Em grande quantidade, propagaram-se, no período, discursos modernizadores, que defendiam, em conjunto, a necessidade da adoção, por parte dos homens do campo, de novas técnicas de plantio e de adubação, de manejo do solo, de transformações técnicas e de estudos agrícolas que pudessem diminuir as distâncias que separavam o mundo urbano do rural.

3.2 A modernização do campo

O escritor Monteiro Lobato resumiu de maneira precisa, por meio de um dos seus personagens mais famosos – O Jeca Tatu, apresentado no conto “Urupês”, publicado originalmente no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1914 – a decepção de uma parte da intelectualidade brasileira com o mundo rural e seu atraso técnico, suas doenças endêmicas e suas relações predatórias com a natureza. Ofereceu, assim, uma contraposição contundente à literatura regionalista paulista, que colocava o caipira como depositário verdadeiro e puro dos valores corretos e exemplares das populações rurais interioranas (RIBEIRO, 1993).

Em oposição ao caipira idealizado pela literatura regionalista, encontrava-se o caipira rústico e atrasado. Entretanto, o que foi representado inicialmente como um subdesenvolvimento atávico - fruto das explicações raciais que até pelo menos a década de 20 imputavam ao caráter miscigenado do povo brasileiro a responsabilidade pela miséria social – logo passou a ser explicado, com o abandono gradual das explicações científicas, como resultado e exemplo mais cruel da precariedade sanitária, educacional e social que assolava o Brasil.

Ao defender que o Jeca era fruto das condições históricas brasileiras – ele não era assim, estava assim - Monteiro Lobato confirmava a crença, muito difundida no mundo intelectual brasileiro de então, de que a educação, o sanitarismo e o progresso tecnológico tirariam a população rural da miséria, iniciando um processo de renovação social, política e econômica do

país, inserindo finalmente a nação no moderno mundo capitalista (LUCA, 1998; OLIVEIRA, 1998; RIBEIRO, 1993).

Os modos de vida e as técnicas agrícolas do caipira paulista não cabiam nos planos modernizadores dos grupos intelectualizados, ligados geralmente às projeções de avanço e progresso tão caras às realidades urbanas. Poucas vozes tiveram força para fazer oposição a esses brados, sendo uma delas a de Cornélio Pires, que denunciava, em seus escritos, tais generalizações como injustas e superficiais, pois escondiam a verdadeira simplicidade natural e ingênua das sociedades e do homem do interior de São Paulo (FRANCISCO, 2004).

A mudança explicativa para a existência do jeca – da racial para a sanitária-educacional – mostra de forma convincente o quanto a crença no poder transformador do conhecimento, da ciência e do progresso tecnológico influenciaram os discursos reformistas nas primeiras décadas do século XX. Não é de se estranhar que Monteiro Lobato tenha se entusiasmado tanto com os Estados Unidos, país em que viveu entre os anos de 1927 e 1931. Apesar de criticar alguns aspectos do modo de vida americano, Lobato espantou-se principalmente com os enormes investimentos nas áreas de tecnologia e cultura, que se mostravam na vida cotidiana por meio da rapidez e pontualidade dos meios de transporte urbanos – com destaque para os *subways* – no crescimento econômico das grandes cidades e na grande quantidade de bibliotecas públicas que tanto maravilharam o escritor, um defensor apaixonado e incansável dos livros durante toda sua vida (KOSHIYAMA, 2006).

Em meio a todo esse entusiasmo com os avanços tecnológicos e as novas propostas que buscavam uma transformação radical do Brasil, principalmente por meio de investimentos em larga escala na educação, na ciência e na medicina, pouco sobrou para os métodos, o conhecimento e o modo de vida das comunidades agrícolas tradicionais. Os chamados caipiras e seu universo adquiriram uma forte carga pejorativa, simbolizando o atraso brasileiro e carregando parte da responsabilidade, aos olhos dos adeptos dessas propostas modernizantes, pelo pouco desenvolvimento técnico e econômico das regiões agrícolas do interior.

Um dos resultados práticos dessa verdadeira campanha pela transformação das técnicas de plantio tradicionais, comumente designada pelos grupos letrados como *o problema agrário brasileiro*, foi o fortalecimento no mercado editorial, a partir do início do século passado, de uma série de publicações - principalmente almanaques e revistas – voltadas aos os fazendeiros e aos demais grupos ligados à economia agrícola nacional. Estas publicações traziam um vasto número

de temas de interesse geral do homem do campo, como dicas e sugestões sobre métodos de plantio, novos suplementos agrícolas ou anúncios de máquinas e equipamentos voltados para a produção rural. Entre 1912 e 1930, houve um aumento de 47,8% no número de títulos desses leitores, em uma demonstração inequívoca dos esforços empreendidos na tentativa de formação de uma nova agricultura, por intermédio dos projetos modernizadores que se difundiam entre diversos setores da sociedade brasileira (MARTINS, 2001).

A partir do Estado Novo Vargas, o desenvolvimento industrial tornou-se, de forma mais contundente, parte das estratégias nacionalistas do governo Federal, que enaltecia o progresso técnico como forma de desenvolvimento econômico e social. Houve, portanto, um incremento dos discursos modernizadores, sempre ansiosos pela inserção do país nas relações capitalistas internacionais (MORAES, 1994). Estas novas demandas econômicas acabam por aumentar as pressões sobre o mundo agrário, contribuindo para a modificação dos modos de produção agrícola.

Nessa perspectiva, Cândido (1975) mostrou como as transformações econômicas ocorridas no Brasil nas primeiras décadas do século XX – industrialização, êxodo rural, desenvolvimento dos meios de comunicação, incremento do modo de vida urbano –, acabaram por desestabilizar inexoravelmente as sociedades tradicionais caipiras do interior de São Paulo. Tais mudanças seguiram um caminho de potencialização crescente e que acabam por encontrar, na década de 50, no discurso desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek e em sua política industrialista, um momento de grande esplendor (FAUSTO, 1998).

Assim, cercado de inúmeras críticas pejorativas, os métodos produtivos praticados por grande parte dos agricultores brasileiros foram alvo de constantes ataques. É o que ocorreu em Arthur Orlando, que afirmou na revista do IHGSP,

Nosso problema é o agrário, e para sua solução não devem poupar iniciativa, com esforço, nem capital para os particulares, as associações e sobretudo o Estado, que devem curar a terra como o indivíduo trata do corpo (ORLANDO, 1908, p. 321).

Também o escritor Monteiro Lobato, em 1918, seguindo o mesmo raciocínio alarmista sobre as técnicas agrícolas brasileiras, criticava o pouco preparo do homem do campo em sua tarefa de tirar a riqueza do solo:

A agricultura pela moda aborigene, simples caça á fertilidade nativa da terra virgem, subsiste no Brasil como um tabu. O lavrador é um caçador de azoto que de machado ao hombro e isqueiro na mão caminha devorando mattas (LOBATO, 1918, p. 4).

Assim como Lobato, o sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo Edmundo Krug, em um texto que relata uma excursão feita à região do Paranapanema em 1905, já fazia uma crítica aos moradores sertanejos da região, que

[...] nunca pensam no futuro, estragam as árvores para satisfazer uma vontade momentânea: quem vê fundos cortes na casca das mangabeiras, convencer-se-á, que em mais annos menos annos, todas as mangabeiras ahi existentes, sucumbirão devido a imperícia de extrahir o látex (KRUG, 1925, p. 433).

As críticas aos métodos produtivos tidos como arcaicos e pouco racionais podem ser consideradas ecos das campanhas efetuadas desde o século XIX pela modernização da lavoura brasileira. Merecem destaque os discursos empreendidos por José Bonifácio que, mantendo a postura fisiocrata do iluminismo português, atentava para a importância de se transformar o caráter predatório e irracional do latifúndio escravocrata por intermédio das técnicas agrícolas e do desenvolvimento científico (PÁDUA, 2002).

O desapontamento com a realidade da agricultura brasileira, que apresentava para Bonifácio um ritmo de transformação muito lento, marcou os seus últimos dias. Tal decepção parece ter se perpetuado nos discursos posteriores sobre o mundo rural do país.

Pouco mais de um século após a morte de José Bonifácio, encontramos, nas páginas da *revista do Arquivo Municipal*, um exemplo do desânimo que marcou uma parte da intelectualidade nacional em relação às baixas condições técnicas utilizadas por grande parte dos agricultores brasileiros. Publicado em 1942 e intitulado “Estudo para a agricultura dos sitiantes”, o artigo não deixa dúvidas quanto ao descompasso verificado entre os que observavam e os que praticavam a agricultura na região de Campinas:

A técnica agrícola usada pelo sitiante na agricultura é de um modo geral, bastante primitiva. O trabalho do solo, conforme pode-se facilmente deduzir pela quantidade e pela qualidade das máquinas de que dispõe, deixa muito a desejar. O uso do adubo é mínimo. O exerce é feito em 765 dos sítios, assim mesmo com grande ineficiência por falta de conhecimentos sobre o assunto e de instalações especiais. As culturas nunca são as mais lucrativas; não acompanham as mudanças que se processam de tempo em tempo, no valor dos produtos, como

mostra o fato de apenas quatro lavradores em noventa terem cultura de tomate. As variedades usadas nas culturas de milho, arroz, feijão, etc... ainda são as mesmas eu foram usadas por seus antepassados, não tendo nenhum deles adquirido do governo sementes melhoradas e apropriadas às suas condições. O espaçamento usado, incrivelmente grande. O combate às pragas e moléstias, nulo. Os pomares, muitos deles ainda plantados com mudas de pé franco. As criações são todas, sem exceção, constituídas de animais comuns, sem raça, e a sua alimentação feita conforme a natureza o permite na ocasião. A falta de técnica representa um desperdício do trabalho humano e das riquezas naturais do país (PAIXA, MELLO; 1942, p. 88).

Se a situação na região de Campinas, na época uma das mais ricas do Estado, era tão desoladora no que se refere ao desenvolvimento tecnológico da produção agrícola, pode-se supor que, em outras regiões paulistas, o quadro era muito pior. As vozes que criticavam as condições rudimentares da agricultura brasileira apontavam para o desenvolvimento da tecnologia agrícola como a forma mais correta e eficiente de melhorar a produção e tirar o homem do campo do estado de penúria e miséria em que efetivamente muitos se encontravam.

Os discursos indignados também apontavam que, além de todas as implicações sociais resultantes do chamado primitivismo técnico, havia também o desperdício de energia humana e das potencialidades naturais do território. É no sentido de superar tais problemas que, após apresentar uma panorama bastante pessimista sobre as condições da agricultura em uma das regiões mais importantes de São Paulo, Rui Miller Paixa e Maria D. Homem de Mello apontam literalmente como o caminho para a salvação da lavoura,

[...] fornecer instrução ao homem, geralmente sob fôrma de conhecimentos sobre agricultura, pecuária, uso de máquinas, etc., para que possa melhorar a técnica empregada na agricultura [...] (PAIXA, MELLO; 1942, p. 88-89).

Desse modo, a descrença com o mundo rural do interior é substituída por uma luta obstinada por melhorias das condições técnicas no campo, a partir do desenvolvimento de máquinas, de investimentos em pesquisa e tecnologia agrícola, e de uma melhor formação educacional dos agricultores. Tais pressupostos são explicitados em um artigo publicado na *Revista do Arquivo Municipal*, no ano de 1943:

[...] tôda terra é produtiva. O deserto pode ser irrigado. Os pântanos se enxugam. A condição necessária é identificar o homem à terra, dar-lhe, onde quer que se situe, uma garantia de vida e desenvolvimento (MOREIRA, 1943, p. 72).

O aprimoramento da produção agrícola passava necessariamente pelo progresso técnico. As páginas dos jornais da região Noroeste estavam cheias de anúncios de sementes especiais e de novos adubos químicos prometendo resolver o problema de cansaço das terras. Em uma propaganda de sementes, a redação publicitária evidenciava o apelo aos novos métodos produtivos

[...] quando examinamos as condições de nossa agricultura, verificamos que plantamos pouco e mal... Abandonemos a rotina e aprendamos a plantar. Saibamos primeiro escolher ou preferir os melhores terrenos, assim como as sementes (A NOTÍCIA, 1935, s.n.).

A adubação do solo, muito mais que um luxo, tornava-se, cada vez mais, uma necessidade. A exploração indiscriminada e o pouco cuidado com a terra já haviam esgotado o potencial econômico de muitas regiões, como foi o caso do Vale do Paraíba, e o medo do mesmo se repetir era um apelo recorrentemente utilizado. Na revista *O Século*, de Catanduva, o autor aponta a adubação como um caminho sem volta para a manutenção da produtividade em São Paulo, após o esgotamento da fertilidade natural de muitas zonas agrícolas:

Alguns estudiosos patricios indicam que está para encerrar-se esse ciclo de agricultura em solos virgens, para ter início uma fase subsequente de exploração da terra cansada. Dentro dos limites de São Paulo, as atividades agrícolas perderão em breve caráter transitório e ambulante em demanda de terras férteis para adquirir a estabilidade da agricultura, depois da monocultura do café. Imagina-se agora, depois da monocultura cafeeira, fazer-se as terras já exploradas retornar à agricultura, pelo emprego da mecanização agrícola, de adubo mineral e diversas técnicas culturais, que lhes dariam um novo ensejo de utilização econômica. Esse quadro rural revela que São Paulo vai percorrendo etapa por etapa, todos os estágios que caracterizam a agricultura na maior parte dos países ocidentais (O SÉCULO, 1948, s.n.).

O desenvolvimento de fertilizantes e adubos tornou-se especialmente acessível a partir do final do século XIX, principalmente na Alemanha e Inglaterra. No começo do século XX, um dos fertilizantes mais utilizados era o *guano* do Peru e o nitrato de sódio do Chile. A partir da Primeira Guerra Mundial, as mesmas indústrias européias que produziram as armas químicas

usadas no conflito adaptaram suas potencialidades produtivas para a pesquisa de fertilizantes, adubos químicos e pesticidas (FURTADO, 2002). Em relação aos pesticidas, a descoberta do famoso DDT em 1874 por pesquisadores alemães, e de suas aplicações como inseticida e pesticida em 1939 - pesquisa que levou o inglês Paul Miller a ganhar o prêmio Nobel de Química - podem ser indicados como marco no processo de ligação entre a agricultura e a tecnologia química industrial.

O DDT foi, durante muitos anos, visto como a salvação para as grandes plantações monocultoras. Utilizado em larga escala em todo o mundo, teve impactos devastadores sobre o meio ambiente, e as denúncias sobre seus malefícios acabaram gerando um dos libelos dos movimentos ambientalistas, o livro *Primavera Silenciosa*, da bióloga norte-americana Raquel Carson (1964), publicado originalmente em 1962.

A questão dos defensivos agrícolas parece ter tido uma especial importância no Estado de São Paulo a partir do final da década de 1910, devido principalmente ao ataque da Broca do Café, que afetou - em momentos e em proporções diferentes -, plantações em todo o interior paulista pelo menos até a década de 1940, obrigando o governo, os institutos de pesquisa agrônômicos e os próprios produtores a lançarem mão de todos os recursos possíveis para evitar esta praga dos cafezais.

Os anúncios dos jornais da região de São José do Rio Preto são um importante indício da verdadeira cruzada em prol da modernização do campo. Propagandas como as que se seguem apelam para as promessas de maior fertilidade e produtividade nas fazendas, o que certamente fazia sentido em um momento em que os solos já se encontravam no limite, após tantos anos de exploração sem os cuidados técnicos apropriados.





Figuras 24 e 25 – Os anúncios publicados na década de 1920 e 30 apelam para a necessidade da modernização rural, com promessas de maior rendimento nas plantações que certamente despertaram o desejo de muitos agricultores (Fonte: Jornal *A Notícia*).

Um pequeno artigo publicado na *Revista do Brasil*, reproduzido do jornal carioca *O Paiz*, da cidade do Rio de Janeiro, oferece também um exemplo da dimensão dada à temática do desgaste do solo e de sua recuperação por meio de novas técnicas agrícolas:

Nós, no Brasil, encaramos com assignavel displicência o problema do enriquecimento das nossas terras, por meio de adubos, recommendados pela técnica agronômica, fiados na feracidade dellas, sem pensarmos que as terras ainda servidas de húmus estão ficando longe, e que as outras, sucessivamente aproveitadas na lavoura, dão visíveis signaes de esgotamento. Por exemplo, as terras de café em São Paulo.

Urge que tenhamos uma compreensão melhor das vantagens dos fertilizantes [...] (REVISTA DO BRASIL, 1923, p. 176).

Além dos adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas, as máquinas eram as grandes aliadas do novo homem do campo que se queria formar. Os mais variados tipos são ofertados nas páginas dos jornais interioranos da região de São José do Rio Preto entre 1920 e 1950. Tratores, descaroçadores de milho, descascador de café, arados, e outros apetrechos sempre prometiam melhores resultados, como colheitas mais abundantes.

As promessas de extermínio da temível saúva, um dos grandes flagelos dos lavradores paulistas, também são comuns, se utilizados venenos e máquinas capazes de bombear grandes quantidades até os seus mais profundos esconderijos. Era o progresso tentando resolver todos os problemas do homem do campo, mesmo os mais antigos, como é o caso das formigas.



Figuras 26 e 27 – Os anúncios conclamam, na década de 1930, para uma verdadeira guerra contra a saúva. Na primeira figura, uma máquina que parece sair de uma obra de ficção científica promete exterminar os terríveis insetos em seu próprio *habitat*. (Fonte: Jornal *A notícia*, 1931).

Além da utilização de máquinas e equipamentos agrícolas, das sementes e dos diversos aprimoramentos em relação a sementes, fertilizantes, pesticidas e outros produtos, que demandavam fundamentalmente investimentos financeiros, a educação do homem do campo era também um componente primordial para a concretização das mudanças esperadas pelos intelectuais no âmbito da agricultura brasileira.

3.3 O mundo rural transformado pela tecnologia

Durante a primeira república, a demanda por educação entre as populações rurais era baixa. Os sistemas de produção agrícola, mesmo em uma economia agro-exportadora, estavam fundamentados nos baixos salários e em métodos que exigiam pouco conhecimento formal. A pauperização da vida no campo constituía um desestímulo à educação dos pobres, além de nesta não representar uma forma de ascensão social potencialmente transformadora. Desse modo, entre o final do XIX e a década de 1920, as políticas educacionais se concentravam, sobretudo, na escola primária, a única freqüentada parcialmente pela população (SAVIANI, 2004).

Com o aumento dos discursos pela modernização e pela transformação das condições produtivas do Brasil, além do início efetivo da industrialização do país, ocorrem as primeiras tentativas de se estabelecer um sistema de ensino que contemplasse as novas demandas sociais. É somente a partir do governo de Getúlio Vargas que vai se estruturar um sistema educacional propriamente dito, buscando responder às exigências construídas pela dinamização da economia.

Tal sistema deveria responder diretamente às necessidades de se constituir uma mão-de-obra mais qualificada, capaz de desempenhar as atividades ligadas à nova realidade econômica que se desenhava no país. Em outras palavras, a tentativa de desenvolver os sistemas educacionais, nas décadas de 30 e 40, eram respostas ao início do desenvolvimento capitalista-industrial brasileiro (SAVIANI, 2004; ROMANELLI, 1999).

Nesse período, dentre tantas inéditas propostas educacionais, o desenvolvimento do ensino técnico-profissional ganhava destaque. Entenda-se que o ensino técnico era uma forma de fornecer condições aos trabalhadores de se constituírem como mão-de-obra apta a desempenhar corretamente suas funções nas fábricas localizadas nos centros urbanos.

Na capital e no interior de São Paulo, o início de cursos profissionalizantes, nas áreas de mecânica, fundições, serviços elétricos, carpintaria e edificações, por exemplo, mostram como o

Estado tentou formar novos cidadãos-operários, aptos a exercerem suas novas atividades urbano-industriais. A própria fundação do SENAI, em 1942, pode ser entendida como um dos grandes exemplos desse esforço modernizador e transformador da mão-de-obra brasileira (MORAES, 2001).

Para tentar introduzir novas tecnologias agrícolas no mundo rural, os governos republicanos também passaram a se preocupar com o ensino agrônômico, alvo de mais atenção a partir de 1910, quando foi criado oficialmente por decreto federal. Entretanto, pouco se fez nas décadas de 20 e 30 para o fortalecimento deste tipo de ensino no país, mantendo-se mais incentivos e atenção ao ensino técnico urbano então visto como o grande desafio para a modernização do país, em vias de industrialização (NAGLE, 1976).

Foi o Ministro da educação do governo Vargas, Gustavo Capanema, que colocou a educação técnico-agrícola dentro do sistema geral de ensino, contemplando prioritariamente as áreas de agricultura, horticultura, zootecnia, prática veterinária, indústrias agrícolas, laticínios e mecânica agrícola (ROMANELLI, 1999).

Esses cursos agrícolas buscavam proporcionar aprimoramento técnico ao homem do campo, inserindo-o nos novos planos modernizantes que se propagavam, cada vez mais, entre as elites brasileiras. Assim como nas cidades, o progresso também deveria chegar às zonas rurais. Em São Paulo, não só novas escolas agrícolas foram criadas, mas também as mais importantes - a de Campinas e a de Piracicaba - esforçavam-se oferecendo cursos especializados em suas sedes, além de enviarem técnicos dispostos a espalhar os discursos progressistas por todo o Estado, buscando contato e reuniões diretas com os produtores.

Ao analisar a região de Marília, na chamada Alta Paulista, Evarardo Vallim Pereira de Sousa explicitou, nas páginas da *revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, a grande crença comungada pelos defensores da renovação da agricultura brasileira: a necessidade de se investir na educação do homem do campo.

Quanto à exploração agrícola, em sensível maioria acha-se ainda em fase rudimentar; feita braçalmente, sem econômica vantagem do emprego das modernas máquinas agrárias – verdadeiras fontes de imediata riqueza; todo o tempo porém é tempo para proveitoso combate ser dado à inconsciente rotina, proveniente da carência de generalizada instrução rural (SOUSA, 1945, p. 122).

A fé generalizada na educação do homem do campo a partir dos preceitos modernos, traduzida na luta pela utilização de máquinas agrícolas, adubação e rotação de terras, aplicação de defensivos na lavoura, explica a luta inclemente do jornal *O Município*, de Rio Preto, pela construção na cidade de uma escola rural³⁵. É o que apontavam muitos artigos publicados pelo jornal da região, essencialmente agrícola, poderia ter seu potencial econômico multiplicado por intermédio da modernização do homem interiorano. Tal modernização se daria principalmente pela implantação das escolas agrícolas, onde os alunos “não aprenderão apenas a arte de tirar do solo a riqueza agrícola que ele pode dar, mas também seguras noções de administração e comércio” (O MUNICÍPIO, 1942, s.n.).

Os esforços para empreender uma organização moderna da agricultura passavam principalmente pelas iniciativas dos órgãos governamentais estaduais, mais próximos das necessidades e das demandas regionais. No período que compreende os primeiros cinquenta anos do século XX, congressos agrícolas e agropecuários foram organizados, como O Primeiro Congresso do Ensino Agrícola do Estado de São Paulo, em 1910, ou o Primeiro Congresso Paulista de Pecuária, realizado em 1916. Além disso, Secretarias e Comissões foram criadas, como a Secretária Estadual de Negócios de Agricultura, Indústria e Comércio, de 1927, além de dezenas de diretorias, destacando-se a de Publicidade Agrícola, Florestal, Defesa Pastoril, de Pesquisas e Defesa contra pragas. Todos esses esforços tinham como objetivo organizar, transformar e racionalizar a produção rural no Estado de São Paulo (MARTINS, 1991).

Toda essa expectativa por mudanças que se traduziam tão claramente nos clamores expressos nas páginas de diversos jornais e revistas que circulavam naqueles tempos, concretizava-se nas *fazendas modelos*. Espécies de materialização desses sonhos modernizadores, representavam a busca de um ideal para o campo fundamentado nas projeções de propriedades rurais cercadas pelos mais novos avanços da tecnologia.

Em 1936, o jornal *O Município* publicou um artigo intitulado “Uma cidade dentro de uma fazenda”, expressando, de forma objetiva, o modelo de discurso que clamava pela reforma do campo nos mais recônditos cantos do Estado.

³⁵ Apesar dos grandes esforços empreendidos na cidade de São José do Rio Preto, desde a década de 1940, o sonho da instalação de uma Escola Prática de Agricultura no município não se concretizou. No terreno desapropriado originalmente para sua construção, em 1944, foi fundado um Instituto Penal Agrícola, durante o governo estadual de Jânio Quadros (ARANTES, 2001). Atualmente, o IPA é alvo de campanhas lideradas por várias associações de moradores e de membros do legislativo municipal, que pedem o fim de seu funcionamento na cidade.

Numa das melhores porções de terra do município de Rio Preto, abrangendo uma área de 300 alq. existe uma fazenda modelo chamada Brejinho.

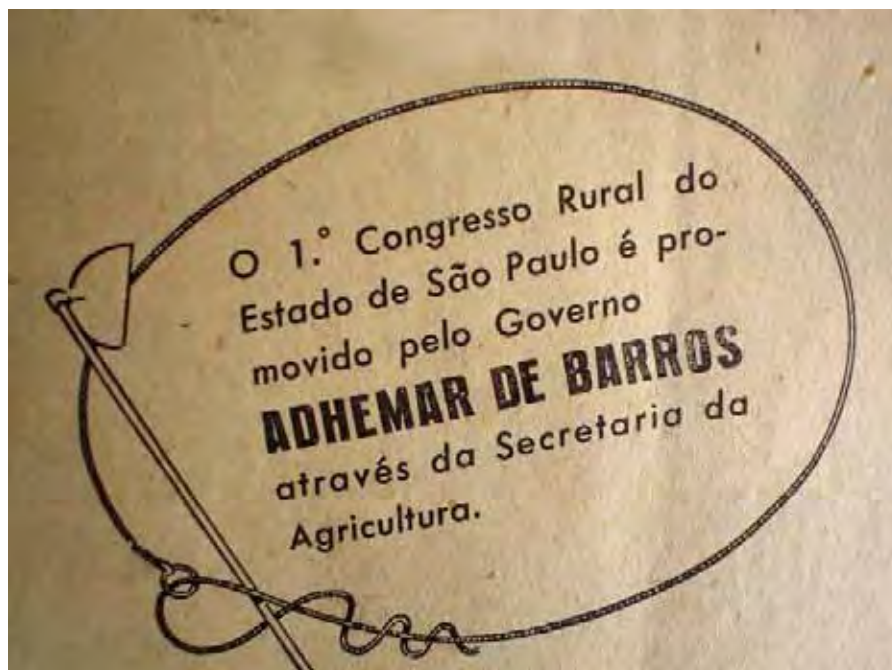
Brejinho não é bem uma fazenda modelo. Seria melhormente (...) classificada fazenda cidade. Senão, vejamos.

Brejinho onde estão plantados 500 mil pés de café (...) É a fazenda toda ella iluminada a luz eléctrica. Tem água encanada em todas as secções, inclusive nas casas da colônia, que são até servidas de banheiros. Tem cinema, tem piscina, tem banda de música.

O leitor acha pouco? Mas ainda não dissemos tudo! Brejinho possui também a sua farmácia, uma serraria, uma oficina para serviços mecânicos, de carpintaria, de marmoraria, tulhas, estábulos, instalações telefônicas em todas as dependências, usina elétrica, máquina despolgadora, máquina de beneficiar café, salão para festas, escola etc. (O MUNICÍPIO, 1936, s.n.).

A fazenda descrita era de Francisco da Cunha Junqueira, secretário de Agricultura do Estado de São Paulo no ano de 1932, e que se localizava nas imediações do município de Rio Preto. Cercada de todos os apetrechos da modernidade, podia ser entendida como a própria materialização do mundo agrário idealizado por grande parte dos intelectuais que se debruçaram sobre os problemas e os desafios da economia agrícola brasileira.





Figuras 28 e 29 – Os congressos rurais buscaram abrir mais um caminho na tentativa de levar a modernidade ao campo, buscando equiparar as regiões agrícolas do interior aos sonhos progressistas das elites urbanas (fonte: *Jornal A Notícia*, 1948).

Monteiro Lobato vislumbrou essa transformação, fruto da adoção de reformas modernizadoras. Na história *A Ressurreição*, o célebre personagem Jeca Tatu aparece renovado, agora dono de uma grande fazenda abastecida com eletricidade, máquinas e administrada sob uma lógica capitalista; além de curado pelos médicos. Esse novo Jeca abandonou a condição de símbolo do atraso agrícola brasileiro. Sai o caipira de cócoras, picando fumo e tomado por doenças e vermes, entra em cena o caipira moderno, patrão de vários empregados, dirigindo um *Ford* e enriquecendo por meio da aplicação do progresso tecnológico no campo (RIBEIRO, 1993).

Esta projeção de futuro, exemplificada na história de Lobato – a de ver o mundo rural modificado pela racionalização tecnológica –, sempre enfrentou obstáculos de toda ordem (falta de planejamento político, dificuldades econômicas, pouco acesso à educação, políticas públicas desordenadas ou descontínuas, etc) e acabou por marcar as representações e as discussões sobre o mundo agrícola paulista, tanto na capital quanto no interior, na primeira metade do século XX.

Quadro 7 – Tecnologia no campo

Ano	Número de tratores e arados no Brasil
1920	1.706
1940	3.380
1950	8.372

Fonte: IBGE, 2005.

Todos esses discursos pela modernização da lavoura acabam trazendo, ao longo do século XX, uma série de modificações nos processos produtivos, e transformaram – mesmo de forma lenta e inconstante – as zonas agrícolas brasileiras. Este aumento da mecanização nas propriedades agrícolas, como indicam os números do IBGE demonstrados no quadro acima, trouxe como consequência natural um incremento do potencial de intervenção do homem sobre o meio ambiente, transformando, de forma cada vez mais rápida, a paisagem das terras do interior paulista.

Resta lembrar que a agricultura, em grande escala, tem como uma de suas características a diminuição da diversidade ambiental. Espaços que antes eram ocupados por centenas de seres vivos são remodelados e simplificados, dando lugar a monoculturas ou a poucas espécies vegetais, produzidas de acordo com os interesses econômicos dominantes em cada momento. Esta realidade facilitou o alastramento de incontáveis doenças e pragas que, com o desenvolvimento da química moderna, passaram a ser combatidas por meio de pesticidas, que trouxeram, por sua vez, prejuízos inestimáveis aos ecossistemas atingidos (CROSBY, 2002; CARSON, 1964; DORST, 1995).

Quanto mais a agricultura se lançou rumo ao sertão, mais as marcas do homem ficaram impressas nas terras antes ocupadas pelas matas originais, constituídas por fauna e flora ricas e diversificadas. O domínio da natureza foi, portanto, uma marca presente no processo de desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, estendendo, na primeira metade do século XX, todos os seus braços em direção às regiões mais remotas do interior paulista (MONBEIG, 1984). As culturas do café, da cana-de-açúcar, da laranja, assim com a pecuária e todas as outras formas de produção e criação agrícola que se desenvolveram em terras paulistas, são testemunhas

e agentes da transformação que atingiu diretamente os diversos ecossistemas existentes no Estado.

As praças dominantes na paisagem central de praticamente todas as cidades que surgiram do processo de expansão agrícola paulista são representações da natureza domada, reconstruída e redimensionada pelo homem. Desde o século XVII, o desenvolvimento da jardinagem e do paisagismo na Europa constitui exemplo claro do esforço do homem em controlar o meio ambiente. As árvores e as plantas racionalmente organizadas e recolocadas por intermédio das demandas estéticas próprias de cada período mostram bem a humanização do espaço natural, e a busca por submeter o ambiente aos anseios e aos desejos das sociedades (SCHAMA, 1996; THOMAS, 2001). Assim, a praça central de Mirassol, abaixo reproduzida, representa, em seus desenhos simétricos, a materialização da nova ordem resultante do processo de colonização, que desorganizou os espaços naturais originais, recriando novas paisagens agora repletas das marcas inconfundíveis do traço humano.



Figura 30 – A foto da praça central da cidade de Mirassol, no final da década de 1920, evidencia o desejo de geometrizar e re-ordenar o mundo natural; a terra inculta e selvagem se vê reelaborada pelo gênio e pelo labor humano (Fonte: *Álbum da Comarca de São José do Rio Preto, 1927/29*).

Por todo o interior de São Paulo, a força econômica transformou o que, até meados do século XIX, era conhecido, em sua maioria, como terra desconhecida, em uma das áreas agrícolas mais importantes do país. E, nesse processo, boa parte da imensa diversidade natural existente foi consumida por técnicas de produção ineficientes, práticas agrícolas imediatistas, falta de empenho governamental, ou, simplesmente, irresponsabilidade e descaso com o meio ambiente. As riquezas naturais existentes anteriormente ao processo de expansão agrícola foram substituídas pela paisagem marcante da monocultura e da pecuária extensiva, e também de forma simbólica pelas pequenas praças centrais existentes em praticamente todas as cidades do interior. Nelas, uma natureza simplificada e palatável, pensada e elaborada em seus mínimos detalhes racionais geométricos, evidenciam o trabalho empregado nestes espaços naturais re-elaborados pelo homem, em que a natureza bravia e intocada torna-se somente uma lembrança distante para as populações que, durante décadas, dominaram e conquistaram o meio natural paulista.

4 CRÍTICA AMBIENTAL EM SÃO PAULO

4.1 Origem dos movimentos ambientalistas modernos

A observação atenta sobre a complexa pluralidade do passado, de suas contradições e dos conflitos que marcam os movimentos das idéias, ações e práticas sociais é um dos principais desafios do historiador. Este terreno confuso e incoerente que, segundo Paul Veyne (1998), é o tempo findo - em que o historiador tenta estabelecer uma ordem coerente e inteligível - mostra-se, com toda a sua complexidade, quando se observam o quanto divergiam as diferentes representações sobre o mundo natural no passado.

A proeminência das idéias que enalteciam o avanço pioneiro e o domínio da natureza pelo homem, como formas de expressão máxima do progresso, durante a expansão agrícola, nas últimas décadas do século XIX, não impediram a formação do seu contrário. Frente à conquista do mundo natural paulista pelo homem, emergiram discursos que seguiam um caminho oposto ao usual, destacando não as glórias da expansão econômica sobre o sertão, mas sim as conseqüências negativas desse processo sobre a natureza. Também a violência e o desprezo que fundamentaram os contatos entre homens e animais, nessas décadas de desbravamento do território, não ficaram imunes ao ataque e à crítica de muitos observadores contemporâneos desse momento da história de São Paulo.

A melhor compreensão desses discursos, que apontavam para as contradições do progresso econômico e de suas conseqüências ecológicas, contribui para elucidar a diversidade de imagens construídas pelo homem sobre a natureza, que se transformava rapidamente na medida em que grandes levas populacionais se espalhavam por todo o território paulista.

Essa olhar crítico sobre a destruição ambiental, decorrente do desenvolvimento econômico, existente em muitos discursos durante o período estudado, não foi uma reação inédita nem unicamente contemporânea do século XX. Deixando de lado uma grande quantidade de textos que, desde a Antigüidade, já apontavam para a necessidade de se estabelecer formas menos agressivas nas relações entre os homens e o mundo natural, como em Platão ou em Plínio, o velho, ou Aristóteles, foi principalmente a partir do século XVIII que, de forma mais contundente, iniciaram-se discussões em relação à possibilidade de se dirigir novos olhares sobre a natureza (ACOT, 1990). Portanto, é no século XVIII e XIX que se encontram as idéias que

serviram de base, a partir da Segunda Guerra Mundial, para a formação dos chamados modernos movimentos ecológicos.

Entre os historiadores ambientais, existe uma certa unanimidade em apontar o início da idade contemporânea como o momento de organização mais sistemática e abrangente do pensamento e dos movimentos em defesa do meio ambiente, principalmente na Inglaterra (MCCORMICK, 1992). Este caráter pioneiro Inglês, no que se refere à gestação dessas novas idéias sobre o mundo natural, relacionou-se ao grande desenvolvimento industrial britânico a partir do século XVIII.

Para ser mais exato, desde o final da Idade Média, existiam leis que limitavam ou proibiam a utilização dos recursos naturais, principalmente das florestas, por grande parte da população. Entretanto, as dificuldades impostas pela real diminuição, na época moderna, tanto em quantidade quanto em qualidade, dos recursos naturais, potencializaram essas ações de controle. É nesse sentido que, no século XVII, o Estado inglês tentou manter o controle sobre as florestas de carvalho, madeira fundamental para o desenvolvimento naval, impondo pesadas penas àqueles que explorassem os bosques sem autorização (SCHAMA, 1996). Tais medidas, ao mesmo tempo em que revelam os interesses econômicos que envolviam os debates sobre o mundo natural, também apontavam para a existência de uma preocupação com a escassez dos recursos naturais na Europa desde o final da Idade Média³⁶.

A revolução industrial potencializou uma série de transformações que, pelo menos, desde o século XV, já viam modificando o panorama político, econômico, social e cultural da Europa Ocidental. Mudanças que podem ser resumidas na formação do modo de vida e da experiência urbana, em oposição à vida rural; nas novas formas de expressão política e de sociabilidade; no aparecimento de diversos grupos sociais, com especial destaque para a burguesia e mais tarde, o operariado. Estas e tantas outras transformações que formaram o que se convencionou chamar de *experiências da modernidade* (BERMAN, 1986; BARDBURY, MACFARLANE, 1999).

O desenvolvimento das indústrias e do modo de vida urbano fez parte de transformações mais amplas, e pode ser considerada símbolo poderoso desse período de incertezas e contradições. As próprias divergências entre os diversos olhares dirigidos às cidades e às indústrias revelam os conflitos daqueles que vivenciaram essas novas experiências. Às vezes,

³⁶ Essas leis que buscavam coibir o uso das florestas pela população em geral também atendiam aos interesses das nobrezas européias, que buscavam manter privilégios de exploração sobre as áreas de caça e madeira, o que gerou descontentamento, atos de rebeldia e conflitos em várias regiões da Europa (SCHAMA, 1996).

enaltecidas como símbolos da vitória do homem sobre o mundo natural e sobre o trabalho, despertando desejos e fantasias de um novo mundo, livrando o homem do sofrimento e da carestia. Outras vezes, símbolos da desigualdade social, da pobreza e do abandono, de promessas não cumpridas e de esperanças não realizadas. Certamente, a modernidade não foi experimentada por todos do mesmo modo (BRESCIANI, 1984/85).

Ao mesmo tempo em que o modo de vida urbano se tornava preponderante na Europa Moderna, tomava forma também uma espécie de nostalgia do campo. Fruto direto dos conflitos inerentes ao período de passagem da época Moderna para a época Contemporânea, precisamente definida por Eric Hobsbawm como *Era da Revoluções* (2006), este sentimento de nostalgia de uma vida bucólica idealizada demonstrava também as dificuldades de adaptação às novas formas de sociabilidade que, aos poucos, formavam-se nos novos espaços urbanos industrializados (WILLIAMS, 2000).

O constante aumento das populações urbanas coincide não somente com o surgimento de novas formas de sociabilidade, como também com a transformação do modo como o homem enxergava e entendia o mundo natural. Desse modo, é a partir do século XVII que diminuem as distâncias exatas e claramente demarcadas que até então separavam o homem e a natureza. Esta percebida, principalmente, como uma dádiva feita única e exclusivamente para servir aos propósitos humanos, enquanto àquele aparece como senhor supremo do planeta. Tal mudança, na perspectiva antropocêntrica, constituiu um fator essencial à compreensão do modo como novas formas de representação sobre os animais, as plantas e o mundo inanimado surgem nas sociedades ocidentais européias.

Essa diminuição das fronteiras entre o homem e o mundo natural, principalmente a partir do século XVII, ocorreu de forma bastante evidente na Inglaterra, que pode ser tomada como exemplo de uma mudança mais abrangente que ocorria em outras sociedades industrializadas ocidentais. Em primeiro lugar, as classes médias urbanas, afastadas dos processos agrícolas, desenvolveram uma sensibilidade mais apurada em relação ao mundo natural, principalmente em relação aos animais que, a cada momento, eram excluídos do processo produtivo, na medida em que eram substituídos pelas máquinas. Tais setores médios observavam na violência e na brutalidade contra os animais, ou mesmo na forma como eram utilizados no trabalho nas áreas rurais, um exemplo da rusticidade e do atraso do homem do campo; que era analisado em oposição à vida urbana dita civilizada. Uma nova ordem industrial surgia, referendada pela

burguesia que se queria dominante, e que construía formas de observação do mundo natural impregnadas pela benevolência e pelo espírito humanitário. Esta atitude mais benfazeja, primeiramente contra o sofrimento e a dor que até então era infligida aos animais sem grandes questionamentos, deve ser entendida dentro das disputas sociais do período, na medida em que esse tipo de pensamento se inseria em uma tentativa de distanciar os setores médios urbanos e burgueses dos demais grupos sociais. Envoltas nesse contexto de disputas políticas e sociais, as elites urbanas qualificavam a violência contra os animais de ações incivilizadas e ultrapassadas, partissem elas de operários, camponeses ou da própria aristocracia Inglesa (THOMAS, 2001).

Contribuiu também para o fortalecimento dessa nova sensibilidade benevolente da burguesia e dos setores médios urbanos, o desenvolvimento das ciências naturais. Ao se aprofundar o conhecimento sobre a natureza, a biologia, a zoologia, a botânica e a ecologia, houve contribuição efetiva para diminuir as distâncias entre o mundo natural e o homem, fortalecendo os discursos que, cada vez mais, apontavam para a necessidade de se mudar a forma como o homem se confrontava contra a natureza.

Desde a organização funcional e metódica da natureza proposta por Carl Von Lineu, no século XVIII, passando pela visão crítica de Alexander Von Humboldt sobre a intervenção do homem sobre a natureza, além da obra revolucionária de Charles Darwin e pela criação do termo ecologia por Ernst Haeckel, no século XIX, o que se percebe é um constante esforço no sentido de compreender a natureza por meio de suas próprias necessidades e formas de organização, independentemente dos desejos e das aspirações humanas (ACOT, 1990).

A constante emancipação da natureza promovida pelos cientistas naturais, desde o século XVIII, ajudou a despertar um olhar mais atento sobre o equilíbrio que une os seres nos ecossistemas, onde o homem não tem papel prioritário. A defesa de que o mundo natural não precisava do homem, ou ainda de que o homem faz parte desse mundo natural como um dos sujeitos, e não como único sujeito, contribuiu fortemente para o enfraquecimento do antropocentrismo biológico, ao mesmo tempo em que fortaleceu os discursos que apontavam não somente para o profundo desconhecimento do homem sobre mundo natural, como também para o caráter quase sempre prejudicial da intervenção das sociedades sobre a natureza.

Contudo, as raízes do pensamento ambientalista não se encontram somente na Europa, mas também emergem na vida intelectual que se formava em torno do mundo colonial Inglês, Francês e Alemão a partir do século XVII. Nessas imensas colônias, como a Índia e a China, ou

mesmo nas pequenas ilhas, como Maurício e Santa Helena, um grande número de pesquisadores observam, com olhar bastante crítico, os resultados da expansão colonial européia. Criticavam, influenciados tanto pelo pensamento orientalista quanto pelas observações e pesquisas executadas nos jardins de aclimação existentes nos territórios coloniais, o resultado da exploração da natureza. Por intermédio da observação direta da erosão, do desmatamento e da destruição da flora e da fauna nativas, emergiu um conjunto de idéias que criticavam a expansão econômica européia, defendendo esforços no sentido da preservação e do manejo mais racional dos recursos naturais. Logo, tais debates, em torno da necessidade de se mudar a concepção utilitária e imediatista no emprego da natureza no mundo colonial, contribuíram diretamente para a formação e o fortalecimento do pensamento ambientalista na Europa (GROVE, 1995).

Outro ponto importante, que deve ser destacado como contribuinte na formação de novas atitudes e idéias do homem sobre a natureza, foi a emergência do movimento romântico no século XIX. Resultado direto das transformações do período, o romantismo pode ser compreendido como uma expressão dos “sentimentos dos descontentes com as novas estruturas” (BOSI, 1974, p. 100). É nesse sentido que os românticos projetam sobre a natureza os sentimentos de descontentamento com a industrialização e com a vida urbana; daí a exaltação e a mitificação do mundo natural, espaço tanto de contemplação quase religiosa quanto de manutenção de uma simplicidade rústica, inspiradora verdadeira da sensibilidade humana. Em síntese, a valorização das florestas e dos animais, por exemplo, representava uma forma de oposição à sociedade urbana e industrializada que se fortalecia de modo vigoroso (CARVALHO, 2001). Desse modo, apesar de sua pluralidade e das diversas tintas locais que o movimento romântico adquiriu, ao longo do século XIX, a valorização da natureza, como fonte de inspiração, acabou por contribuir para esse amplo processo de consolidação de novos olhares sobre o mundo natural.

A partir desse conjunto bastante abrangente de transformações que ocorrem na Europa Ocidental e em suas colônias, uma nova sensibilidade ganha espaço, principalmente entre os cientistas naturais e entre as classes médias urbanas e que, aos poucos, acaba circulando entre todos os setores sociais. Essas novas sensibilidades começam, de forma lenta, mas contundentes, a diminuir as fronteiras entre o homem e a natureza, na medida em que discursos e ações apontam para a defesa de posturas de maior respeito do homem com o mundo natural. É nesse contexto de transformações que se formam nas grandes cidades européias, a partir do século

XVIII, os primeiros grupos organizados em torno de associações e ligas que tinham como objetivo principal defender o mundo natural da exploração humana (MACCORMICK, 1992).

Segundo Keith Thomas (2001), foi na Grã-Bretanha altamente industrializada do século XIX - que já convivía com a poluição dos rios e do ar, com a escassez de madeira e a diminuição dos espaços verdes, além de um aumento crescente da população urbana -, que um número cada vez maior de pessoas e grupos cultivava plantas sem finalidade prática ou econômica, a não ser pelo prazer estético com função paisagística. Muitos também defendiam o que então se convencionou chamar de direito dos animais, ao mesmo tempo em que lutavam contra os espetáculos de vivissecção, bastante comuns até então, ou mesmo defendiam o fim da ingestão de carne animal, difundindo a alimentação vegetariana. Outros tantos discursavam em favor da preservação das florestas e árvores, anunciando a carestia iminente de madeira.

Formava-se, então, em torno do Império Inglês, um conjunto de forças que se opunham diretamente contra ao modo como a natureza havia sido tratada até então, oferecendo as bases para o pensamento ambientalista moderno (THOMAS, 2001). Não foi por acaso que a primeira lei contra a poluição do ar no mundo foi aprovada na Grã-Bretanha, em 1863. Do mesmo modo, na Inglaterra, surgiu o primeiro grupo privado de proteção à natureza, o *Commons, Foot-paths, and Opens Spaces Preservation Society*, fundado em 1865, e um pouco antes a *Society for the Protection of Animals*, fundada em 1824, reconhecida oficialmente pela coroa em 1840 (MACCORMICK, 1992).

Além da Inglaterra e da Alemanha - esta se destacava principalmente em relação ao manejo e à conservação das florestas, desde o século XVIII -, os debates em torno das questões ambientais ganharam bastante impulso nos Estados Unidos, no final do século XIX, por motivos bastante semelhantes aos que deflagraram tais mudanças na Europa. De um lado, o aumento dos trabalhos científicos na área das ciências naturais, que permitiram uma compreensão melhor sobre a natureza e abriram caminho para que pesquisadores, muitos dos quais formados em Instituições de ensino e pesquisa da Europa, passassem a defender formas de intervenção menos agressivas do homem sobre o meio. Também o contato direto dos homens com a degradação ambiental causada pela expansão econômica, que, no caso dos norte-americanos, mirava para o Oeste, na conquista das grandes planícies do interior, em direção ao Oceano Pacífico, permitiu a emergência de alguns discursos que apontavam as conseqüências negativas desse processo para o mundo natural dos E.U.A (MACCORMICK, 1992).

Um dos primeiros ambientalistas dos Estados Unidos foi George Perkins Marsh, que, em 1864, publicou *Man e Nature*, um importante livro que denunciava a destruição da natureza e o desperdício dos recursos naturais, principalmente pela ganância do homem no trato com a natureza (MACCORMICK, 1992). Foi muito sob inspiração e influência do pensamento de Marsh que acabou sendo criado nos Estados Unidos, no ano de 1872, o Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro parque do gênero no mundo, e que acabou servindo de exemplo para a fundação de outros parques em diversos países. A fundação de Yellowstone, em uma área de 800 mil hectares em Wyoming, foi um marco para o pensamento ambientalista. Uma concretização das aspirações dos que defendiam a necessidade de se preservar a natureza, seja por motivos ideológicos, científicos, estéticos ou até recreativos, apesar de muitos questionarem este modelo de parque nacional, com total preservação das áreas virgens e a expulsão de todos os moradores nativos, como o melhor caminho para a preservação da natureza³⁷ (DIEGUES, 1998).

Outros dois nomes que formaram as bases do pensamento ambientalista norte-americano foram John Muir e Gifford Pinchot, que acabaram dividindo o movimento em dois pólos: conservacionistas e preservacionistas. Para John Muir, o primeiro nome do preservacionismo, as áreas virgens deveriam ser preservadas totalmente da ação humana. Os parques, portanto, não deveriam ser usados para qualquer outra finalidade que não fosse a de estudo, contemplação ou entretenimento.

Já os conservacionistas, liderados por Gifford Pinchot, defendiam o uso racional dos recursos naturais, tentando conciliar a idéia de preservação da natureza com o desenvolvimento econômico. Portanto, enquanto a visão dos preservacionistas estava mais ligada ao pensamento britânico e às representações românticas da natureza, os conservacionistas mantinham-se mais próximos da racionalidade exploratória alemã; país que, desde o século XVIII, desenvolveu e aprimorou importantes técnicas de manejo em áreas florestais (DIEGUES, 1998; SCHAMA, 1996). Os debates entre esses dois grupos se mantiveram ao longo das primeiras décadas do

³⁷ Antonio Carlos Diegues mostra como o modelo de parques nacionais criados nos Estados Unidos, onde a população nativa foi expulsa das áreas com o objetivo de “preservação”, não é uma unanimidade entre os ambientalistas e cientistas. Muitos trabalhos indicam que a manutenção das populações nativas nas áreas de conservação, vivendo do extrativismo, ajudou a manter a floresta e seus ecossistemas de forma mais efetiva do que nos parques em que as comunidades foram totalmente excluídas (1998).

século XX, e influenciaram decisões políticas e linhas de ação dos diversos grupos ambientalistas, dentro e fora dos Estados Unidos³⁸.

O surgimento, a partir de meados do século XIX, de indivíduos e grupos organizados empreendendo discursos em campanhas de defesa do mundo natural, tanto na Europa como na América, contribuiu para que as questões relativas à defesa do meio ambiente não ficassem restritas somente aos debates científicos, mas sim se espalhassem por todas as esferas sociais, alcançando e sensibilizando um número cada vez maior de pessoas. Apesar do crescimento do número de pessoas e de grupos que se dedicavam às causas da natureza, até a Segunda Guerra Mundial, essas vozes ainda encontraram muitos obstáculos para se fazerem ouvir.

Apesar disso, na primeira metade do século XX, a organização de alguns encontros internacionais deixam claro que muitos já apontavam para a necessidade de ocorrerem mudanças na forma como o mundo natural era explorado. Em 1900, foi assinado, em Londres, o primeiro acordo ambiental do mundo, *A convenção para a preservação de Animais, Pássaros e Peixes na África*, que teve o apoio da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Portugal e Congo Belga. Esta foi uma das várias atitudes tomadas pelas potências européias imperialistas presentes na África, preocupadas principalmente com o decréscimo evidente da caça e da vida animal. Apesar de estimulados por objetivos não tão nobres, esses primeiros acordos internacionais acabaram abrindo caminhos para outros encontros do gênero na Europa e nos Estados Unidos.

³⁸ Apesar de serem os dois grupos que mais influenciaram o movimento ambientalista moderno, a partir da década de 1960, outras concepções incrementaram ainda mais os debates e as propostas para os problemas ecológicos. Uma das vertentes mais importantes culpa a sociedade e o modo de produção capitalista pela destruição do mundo natural. Nesse sentido, destaca-se o *ecoanarquismo*, que propõe uma organização social baseada não na competição mas na cooperação, e que tem como principal expoente o russo Kropotkin; a *ecologia profunda*, termo cunhado pelo norueguês Arne Naess, em 1972, que defende a manutenção do equilíbrio ecológico através de uma nova forma de relacionamento entre o homem e o mundo natural, a partir da *hipótese Gaia*. Esta concepção, idealizada por James Lovelock, entende todo o planeta como um único organismo vivo, em que todos os seres estão interligados, e qualquer desequilíbrio ecológico acaba - diretamente ou não - influenciando e inviabilizando todo o sistema. Igualmente deve ser citado o *ecossocialismo*, que, além de defender a socialização da terra e o fim da propriedade privada como uma forma de reaproximação do homem à natureza, afirma que as forças produtivas da natureza devem ser levadas em conta para a compreensão da manutenção e da reprodução do sistema capitalista. Além desses grupos, existe também uma influente corrente *neomalthusiana*, que afirma estar no crescimento desorganizado da população a causa do desequilíbrio ecológico. Os neomalthusianos propõem a adoção de políticas de controle de natalidade nos países pobres, além de dispositivos que diminuam o desenvolvimento econômico dessas regiões, tentando frear a degradação ambiental, como o desmatamento desordenado e a erosão. Tal idéia se aproxima das disposições do Clube de Roma, que, na década de 70, propôs um controle sobre o desenvolvimento econômico dos países pobres, como forma de diminuir os impactos ambientais, o que acabou gerando reações adversas por parte das nações afetadas por esse discurso. Finalmente, merece destaque o *ecofeminismo*, que busca uma união entre os problemas ambientais e o movimento feminista, definindo a preponderância dos supostos valores masculinos, como agressividade e competitividade, como causadora tanto das crises ambientais quanto da desigualdade entre os gêneros (CUNHA, GUERRA, 2003; DIEGUES, 1998; GARRARD, 2006).

Uma das ações mais contundentes na defesa ambiental, no início do século XX, partiu do presidente norte-americano Theodore Roosevelt, que, ao lado do conservacionista Pinchot, tentou organizar em 1909 uma conferência internacional sobre conservação da natureza, que acabou não se concretizando³⁹. No mesmo ano, vários países se reuniram em Paris no *Congresso Internacional para Proteção da Natureza*, que pode ser considerado o encontro mais importante e abrangente, até então realizado, sobre a temática ambiental. O resultado mais perceptível dessa reunião foi a formação da *Comissão Consultiva para a Proteção Internacional da Natureza*, com o objetivo de unir esforços em torno da proteção do mundo natural. Contudo, a eclosão da Primeira Guerra Mundial acabou atrapalhando os planos firmados inicialmente pelos 17 países fundadores desta Comissão (MACCORMICK, 1992). No campo dos esforços empreendidos pelos pesquisadores da natureza, os ornitólogos tiveram um papel pioneiro em relação à organização de encontros internacionais. Em 1884, foi realizado o Primeiro Congresso Internacional de Ornitologia, em Viena. Outros encontros foram feitos, nos anos 20 e 30, com destaque para a Conferência sobre a proteção de Aves Aquáticas Migratórias, em 1927.

Mesmo que, na maioria das vezes, poucos resultados práticos tenham se originado dos acordos firmados, na primeira metade do século XX, fato é que diversas leis e grupos ambientalistas formaram-se no decorrer desse processo. Na Alemanha, Inglaterra, Dinamarca, Holanda, França, Estados Unidos, Canadá, México, Rússia, Espanha, Noruega e Portugal, para citar somente alguns dos países precursores das discussões ambientais, cada vez mais o tema da proteção e da preservação do mundo natural alcançava um *status* internacional, extrapolando as fronteiras e as questões políticas nacionais.

Todo o conhecimento e os debates que se acumulavam desde do século XIX, e em alguns casos até anteriormente, alcançou a sua plenitude após a Segunda Guerra Mundial, principalmente após a fundação da *Organização das Nações Unidas*, onde os debates sobre as questões ambientais passaram a ser interpretados e analisados em um espaço de legitimidade e visibilidade internacional. Contudo, foi na Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, a FAO, que as questões relativas aos problemas ambientais tiveram um espaço privilegiado de discussão, devido ao próprio objetivo fundamental da organização, que buscava

³⁹ O Presidente norte-americano Theodore Roosevelt, que assumiu como presidente interino em 1901, após o assassinato de William McKinley, foi um ardoroso defensor da causa conservacionista. Adepto das idéias que propagavam a necessidade de uma exploração racional dos recursos naturais, Roosevelt estimulou durante seu longo governo a formação de grupos de estudo, comissões, encontros e conferências, que tinham como objetivo diminuir a degradação e racionalizar a exploração ambiental nos Estados Unidos (MACCORMICK, 1992).

empreender ações que privilegiassem o combate à fome no mundo. É nesse sentido que a FAO realizou uma série de conferências e encontros, ao longo das décadas de 1940 e 1950, que objetivavam fomentar ações contra a erosão, o desmatamento e a escassez dos recursos hídricos (MACCORMICK, 1992).

Um outro fator que contribuiu para a emergência dos debates sobre as questões ambientais, após 1945, foram alguns desastres ambientais que tiveram um impacto enorme sobre um grande número de pessoas, a começar pelas explosões nucleares sobre o Japão, em Hiroshima e Nagasaki. Foi também no Japão que os resíduos tóxicos de uma indústria química contaminaram a população de pescadores de uma Baía, em Minamata. Em ambos os casos, este ocasionado pela irresponsabilidade de uma indústria química; aquele, fruto do terror da guerra e das possibilidades destrutivas da energia atômica, a comunidade científica internacional alertou o mundo sobre os resultados devastadores da poluição por meio do lixo tóxico e dos resíduos químicos, e de suas conseqüências nefastas para a sociedade e para o meio ambiente (CUNHA; GUERRA, 2003).

Os discursos alarmistas que partiam principalmente das comunidades científicas e dos grupos ambientalistas tiveram como modelo os trabalhos de dois pesquisadores norte-americanos: Aldo Leopold e Rachel Carson. O primeiro, especialista em ciência florestal, defendeu, em uma série de artigos, a necessidade de uma nova *ética ambiental*, em que o homem deve se compreender como parte de um grande sistema, tendo, portanto, a obrigação de respeitar a integridade e o equilíbrio do mundo natural em suas ações. Já o nome de Raquel Carson, discípula de Leopold, marcou a história do movimento ambientalista com o seu livro *Primavera Silenciosa*, publicado em 1962, que denunciava os efeitos nocivos dos pesticidas e inseticidas sobre o equilíbrio natural, tendo como base suas pesquisas desenvolvidas nas grandes propriedades norte-americanas (CUNHA, GUERRA, 2003; DIEGUES, 1998). Tanto Leopold quanto Carson construíram seus argumentos baseados em rigorosas pesquisas científicas, resultado da sólida formação teórica de ambos, o que ajudou a fortalecer o discurso ambientalista e dar credibilidade às afirmações sobre os perigos do desequilíbrio ecológico, deflagrado pela intervenção irresponsável do homem no meio ambiente.

Logo, o que ocorre, nas décadas de 1950 e 1960, é o aumento da atuação e da exposição na mídia dos movimentos ambientalistas, da publicação e divulgação de trabalhos científicos sobre os problemas do meio ambiente, além da atuação de organizações importantes, como a ONU

e a FAO, que colocaram na agenda internacional os problemas envolvendo as relações do homem com o mundo natural.

A pressão de todas essas forças reunidas contribuíram para a organização, em 1972, da *Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano*, que também ficou conhecida como a *Conferência de Estocolmo*, que reuniu 113 países com o objetivo de “estabelecer uma visão global e princípios comuns que servissem de inspiração e orientação à humanidade, para a preservação e melhoria do meio ambiente” (DIAS, 2000, p. 79). Afora os pontos de discordância que surgiram ao longo do encontro, principalmente entre os países ricos e pobres, a conferência foi um marco na história do ambientalismo, na medida em que nunca tantas nações haviam se encontrado com o objetivo de discutir os resultados e as consequências da intervenção do homem sobre a natureza. Além disso, projetos e agendas foram estabelecidos para tentar diminuir os impactos do avanço econômico e da intervenção humana sobre o mundo natural. A partir desse momento, os movimentos ambientalistas continuaram e ganharam espaço na mídia e nas discussões internacionais, transformando a chamada *questão ambiental* em um tema conhecido internacionalmente, o que comumente aparece nos debates políticos e econômicos na atualidade.

Em comparação ao que estava ocorrendo principalmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, pode-se afirmar que o ambientalismo, no Brasil, enquanto um movimento organizado e com certa relevância no cenário político nacional, ocorreu mais tardiamente.

A história do movimento ambientalista brasileiro data da década de 1970, quando surgiram, no país, grupos que se dedicavam a denunciar casos de degradação da natureza, ainda de forma bastante desordenada e um pouco acanhada, se comparada a iniciativas que já vinham ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos, desde após a Segunda Guerra Mundial. Foi somente a partir da década de 1980 que os grupos ambientalistas brasileiros passaram a ter um discurso mais contundente e politizado, marcado, principalmente, pela pressão imputada a órgãos governamentais e a partidos políticos (CUNHA; GUERRA, 2003).

Entretanto, a história do pensamento ambiental brasileiro data de pelo menos dois séculos antes. Como afirma José Augusto Pádua, já existia, no país, desde o século XVIII, uma vertente de pensadores que, ligados aos debates que ocorriam na Europa em torno da necessidade de se racionalizar a exploração dos recursos naturais, iniciaram uma produção intelectual voltada principalmente à crítica dos métodos agrícolas utilizados no Brasil; especialmente o da *plantation* e o das *queimadas* (2002). Nomes como o de José Bonifácio de Andrada e Silva, herdeiro da

tradição Iluminista Portuguesa, representada pela *Academia das Ciências de Lisboa*, e que foi um dos maiores críticos do desperdício dos recursos naturais nacionais, não somente no que se referia às florestas e ao solo, como também à caça predatória, realizaram ações atentas a problemas relativos à pesca da baleia no litoral brasileiro. A crença nesses valores racionalistas provocou ações por toda a Europa, no sentido de estimular a conservação das florestas e a elaboração de leis que buscavam defender a natureza do uso irresponsável e desmedido. Tudo em nome da manutenção das reservas, do controle da exploração ou, até mesmo, por motivos simbólicos, como na Polônia do século XVIII, em que a floresta e o bisão representavam os valores de coragem, força e independência tão importantes para a aristocracia dominante do país (SCHAMA, 1996).

A crítica ambiental no Brasil do século XIX, também estava ligada às discussões abolicionistas, nas quais se destacam as obras de André Rebouças e Joaquim Nabuco, que estabeleciam uma ligação entre a lógica escravocrata e a impossibilidade de se modificarem os métodos de plantio no país. Para os dois abolicionistas, a degradação ambiental brasileira era resultado direto da falta de vínculo dos homens com a terra, ao mesmo tempo em que os recursos disponibilizados para a compra de escravos impediram investimentos na melhoria do solo e na modernização das técnicas agrícolas (PÁDUA, 2002). Apesar de muito desse discurso abolicionista possuir também aspectos racistas vinculados ao darwinismo social, próprio do período, a crítica ambiental constituiu-se, de forma bastante contundente, entre muitos dos que defenderam o fim da escravidão no país.

Foi por meio dessa lógica pragmática e racional que surgiram as primeiras leis de proteção ambiental no Brasil, ainda no período colonial. O interesse mais evidente era a manutenção das reservas de madeira para a produção naval portuguesa. Criaram-se, então, leis e cartas régias, ao longo do século XVIII, tentando coibir a destruição desenfreada das florestas, e a própria criação do termo *madeira de lei*, para designar as madeiras protegidas por legislação real, mostra que a preocupação com o futuro das madeiras brasileiras já havia alcançado as autoridades lusitanas. Entretanto, apesar das tentativas e do esforço da coroa, a utilização das florestas continuou sem controle, devido a falta de recursos e a pouca fiscalização para que as leis fossem realmente cumpridas, problema que acabaria se tornando crônico ao longo dos anos (DEAN, 2000).

É importante ressaltar que a crítica à degradação ambiental, que se constrói no país, a partir do final do XVIII, constitui-se dentro de uma lógica de modernização industrial; portanto, não se faz naquele período uma oposição ao capitalismo ou mesmo ao avanço econômico rumo ao interior, mas sim à técnica ineficiente e ao desperdício de um bem - a natureza - que poderia ser transformada em riqueza, mas que foi jogada fora pela ignorância e pelo atraso cultural (PÁDUA, 2002).

A partir do final do século XIX, marcado, de um lado, pelo momento de expansão da economia cafeeira rumo ao interior paulista e, de outro, pela busca por novas terras na faina civilizadora, observa-se a manutenção dos discursos que defendiam outras formas de utilização da natureza em um plano inferior, mesmo quando proferidos por nomes de destaque da vida intelectual brasileira. Apesar disso, muitos continuaram as lutas contra a má utilização dos recursos naturais, iniciadas no século XVIII, enfrentando, porém, novos contextos políticos, econômicos, culturais e sociais. Vale destacar a notória luta do escritor Monteiro Lobato, tanto contra o desperdício dos recursos naturais pelo descaso, quanto por uma racionalização dos meios de produção agrícola, tendo como inspiração principalmente o exemplo do desenvolvimento tecnológico norte-americano.

Outro exemplo se observa nas ações do político paulista Alberto Torres, um dos mais importantes e influentes intelectuais republicanos. Apesar de manter uma lógica capitalista e utilitarista, defendeu, em vários discursos, a necessidade de se manter e conservar os recursos naturais brasileiros. Do mesmo modo, o poeta Coelho Neto fez uma emocionada defesa das florestas, em 1911, em um discurso no Parlamento Brasileiro intitulado *A Defesa das Florestas* (URBAN, 1998). Assim, contra o pensamento dominante que propagava o desenvolvimento econômico como prioridade nacional, acima dos interesses ambientais, um contra-discurso ainda modesto, mas crescente e contundente, emergia com força no Brasil.

Apesar de algumas leis buscarem coibir a devastação e a degradação ambiental no país, foi somente nas primeiras décadas do século XX que uma legislação específica mais abrangente começou a ser discutida, ao mesmo tempo em que órgãos governamentais são criados com o objetivo de fiscalizar e organizar práticas desse tipo. Esta ação estatal mais contundente das autoridades governamentais se explica principalmente pela necessidade, cada vez mais urgente, de se estabelecer um maior controle dos recursos naturais, não somente em consequência de uma lógica de manutenção e fortalecimento da soberania nacional, empreendida pelo regime

republicano, mas também pelos constantes alertas dados tanto pela comunidade científica, quanto pelos intelectuais brasileiros, que viam, na destruição desmedida da natureza, uma forma de desperdício econômico. Assim, a erosão do solo, a devastação das florestas, a caça e a pesca descontrolada ameaçavam, aos olhos de muitos, o futuro do país. E tais alertas começaram a despertar o interesse de cada vez mais pessoas.

A proteção ambiental brasileira ficou a cargo, a partir da república, dos diversos órgãos ligados ao ministério da agricultura, onde se iniciou uma discussão sobre um projeto para águas e florestas no Brasil. Em 1921, o presidente Epitácio Pessoa aprovou a criação do Serviço Florestal, que deveria ficar encarregado de empreender a defesa da fauna e da flora. Somente em 1934, após longas discussões, que tiveram a participação de burocratas até de cientistas renomados, foi aprovado o *1º Código Florestal Brasileiro*, o primeiro na história do país, que legislou não somente sobre as florestas, mas também sobre toda a fauna e recursos minerais, com a criação do *Código de Caça e Pesca*, de Minas, e o *Código das Águas*. Os códigos visavam a controlar e a garantir a manutenção sobre os recursos naturais e a coibir crimes ambientais, como as queimadas indiscriminadas, a caça e a pesca em áreas ou em períodos proibidos, além de indicar punições aos que desrespeitassem a lei. Entretanto, o Serviço Florestal, que deveria ser o agente fiscalizador do cumprimento das determinações previstas em lei, continuou sofrendo de falta de recursos e de poucos funcionários, o que praticamente impedia o cumprimento efetivo da legislação ambiental. Definitivamente, a questão do meio ambiente não era entendida como prioridade, apesar do clamor de alguns mais atentos aos problemas que já se mostravam⁴⁰.

Além da primeira legislação ambiental, foi igualmente na década de 1930 que surgiram alguns dos mais antigos parques nacionais brasileiros. Em 1937 foi criado o parque de Itatiaia, e em 1939 os parques da Serra dos Órgãos e Iguaçu. A criação desses parques seguiu uma lógica bastante semelhante àquela inaugurada pelos Estados Unidos, onde essas imensas áreas eram entendidas como centros de pesquisa e lazer para as populações urbanas, não levando em consideração os interesses das comunidades que habitavam originalmente essas regiões, o que

⁴⁰ O Serviço Florestal Paulista foi criado em 1911, ligado originalmente à Diretoria Agrícola e, mais tarde, à Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, e sua criação precoce se explica por diversos fatores. De um lado, a pressão dos pesquisadores ligados à Comissão Geográfica e Geológica do Estado, ao Museu Paulista e às Escolas Agrícolas de Campinas e Piracicaba. Por outro, a grande expansão agrícola estimulou uma rápida perda da cobertura vegetal em São Paulo, pressionando as autoridades do Estado a tentarem controlar esse processo. Desde sua fundação, o serviço atuou principalmente no sentido de coibir as queimadas, que foram proibidas em 1927, além de estabelecer limites e períodos de caça e pesca no território paulista. Todavia, o número restrito de funcionários foi um fator que diminuiu muito a eficácia do órgão (MARTINS, 1991).

gerou conflitos de interesses que atrapalham até hoje a manutenção das áreas de preservação (DIEGUES, 1998).

Apesar das leis e da criação do Serviço Florestal, que deveria fiscalizar a aplicação e o cumprimento das leis ambientais brasileiras, os resultados práticos foram, mais uma vez, prejudicados pela falta de guardas florestais e dos poucos recursos destinados ao órgão. Apesar dos esforços individuais de alguns, que tentavam alertar para o debate ambiental que se desenvolvia fortemente na Europa e nos Estados Unidos, no Brasil a palavra de ordem era *desenvolvimento*. Nas décadas de 1940 e 1950, a política desenvolvimentista, cujo símbolo máximo foi o governo do presidente Juscelino Kubitschek, ao mesmo tempo em que incentivou o incremento da indústria nacional, também acabou indiretamente contribuindo para um avanço na utilização descontrolada dos recursos naturais, em todos os níveis, potencializando ainda mais uma tendência que já se mostrava desde final do século XIX, quando a expansão da cafeicultura teve enormes impactos sobre a natureza.

O crescimento econômico demandava destruição da floresta, não somente na busca por madeira para combustível, mas também por espaço para o crescimento das cidades, resultado do êxodo rural, principalmente na região sudeste. Como afirma Warren Dean, “quase todas as transformações físicas e econômicas dos anos 50 aos anos 70 que poderiam ser chamadas de desenvolvimentos estavam confinadas à região da Mata Atlântica” (DEAN, 2000, p. 281); isto devido a concentração maciça de investimentos em praticamente três grandes centros: São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Essa busca pelo desenvolvimento econômico praticamente congelou os debates sobre a conservação e a preservação ambiental do país. As disputas políticas do período, que desde o final do governo de Vargas se intensificaram, deixaram pouco espaço para as questões ecológicas, o que piorou a partir do golpe de 1964, quando o governo ditatorial militar tentou reprimir, principalmente, em sua fase mais truculenta, qualquer tipo de organização civil.

O que se pode concluir, portanto, é que, entre as décadas de 1950 e 1970, em meio a todas essas transformações pela qual passava a sociedade brasileira, nos mais amplos e diferentes aspectos da vida nacional,

nem industriais, nem as classes médias urbanas, ativistas sindicais, tecnocratas, nem oficiais militares poderiam se distrair com questões conservacionistas. Aqueles que lutavam em prol de uma legislação ambiental sofriam a

desvantagem de que as florestas nativas não eram consideradas, no fundamental, importantes para qualquer um desses atores. Tampouco fazia muito sentido estabelecer prescrições legais em uma atmosfera na qual o domínio da lei era constantemente transgredido (DEAN, 2000, p.282).

Como a prioridade tanto dos governos quanto da iniciativa privada não era a natureza, e os recursos destinados aos agentes florestais eram irrisórios, o discurso e as ações ambientalistas continuaram sufocados. Em relação à legislação, em 1960, um novo órgão governamental foi criado para cuidar das questões relativas ao meio natural, o DRNR (Departamento de Recursos Nacionais Renováveis) que, em 1967, por um decreto do governo ditatorial, foi substituído pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal). O ano de 1967 também foi o de promulgação ou reformulação dos códigos de minas e florestal, seguindo o caminho do código de pesca, promulgado em 1965 (CUNHA, GUERRA, 2003; URBAN, 1998). Apesar das mudanças, os problemas quanto a efetiva aplicação das leis se mantiveram, e somente ao final da década de 1970 é que ações mais diretas e o discurso ambientalista no Brasil passaram a ter mais espaços de atuação, além de uma repercussão mais positiva na sociedade⁴¹.

Um dos momentos marcantes para difusão das questões ambientais no Brasil foi a organização no Rio de Janeiro, em 1992, da *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, que também ficou conhecida como a *Rio-92* ou *Eco-92*. Nesse encontro de visibilidade internacional, questões ambientais importantes foram discutidas, com destaque para a chamada *agenda 21* e a *Carta da Terra*, documentos que firmaram uma série de compromissos entre os países que participaram do encontro com o objetivo de diminuir os impactos ambientais em todo o planeta (DIAS, 2000). Apesar de muitos dos compromissos firmados em 1992 ainda hoje não terem sido concretizados, a Eco-92 contribuiu não somente para o fortalecimento dos discursos ambientalistas no Brasil, como também ajudou a levar um pouco dos debates ecológicos para uma parcela maior da população, devido a imensa cobertura midiática de todo o evento⁴².

⁴¹ O movimento ambiental brasileiro pode ser dividido em 3 fases. A primeira, entre 1974 e 1981, quando os movimentos destinavam-se a denunciar casos de degradação do meio ambiente. Uma segunda fase, entre 1982 e 1985, quando ocorreu um grande aumento no número absoluto de grupos ambientalistas. E uma terceira fase, iniciada a partir de 1986, quando esses grupos buscam os espaços políticos para conseguirem implementar suas reivindicações (VIOLA, 1987).

⁴² Atualmente existem no país dezenas de ONGs (Organizações não Governamentais) que têm um discurso de defesa do meio natural. Também vários partidos legalmente instituídos possuem plataformas políticas pautadas no discurso ecológico. Atualmente, do ponto de vista governamental, o órgão máximo que tem como responsabilidade gerir os recursos naturais do país é o Ministério de Meio Ambiente, que está dividido em cinco secretarias: Secretaria de

4.2 Outras ecologias em terras paulistas

No Estado de São Paulo, que entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX passou por um processo de vultosa transformação econômica, o mundo natural foi radicalmente modificado pelo desenvolvimento agrícola e industrial, deixando suas marcas indeléveis na paisagem tanto do interior quanto da capital.

Nesse momento em que a maioria proclamava as maravilhas do crescimento econômico, dos campos lavrados e semeados, das cidades que surgiam no lugar do campo e da floresta, das estradas que rasgavam o território levando o homem para pontos cada vez mais distantes, outros olhares começaram a emergir, apontando para um viés distinto, que questionava a interferência dos homens no mundo natural, defendendo novas formas de intervenção sobre o meio ambiente.

Certamente que esses novos olhares, a exemplo do que ocorrera anteriormente na Europa e nos Estados Unidos, eram essencialmente urbanos e respondiam a problemas imediatos que se apresentavam diariamente aos moradores das cidades, em níveis cada vez mais preocupantes: poluição e falta d'água, diminuição das áreas de caça e pesca, falta de madeira combustível, erosão e esgotamento dos solos, que se materializavam para as populações urbanas na diminuição da atividade econômica, no aumento ou mesmo escassez de produtos. Problemas que começavam a ser enfrentados e discutidos pelos moradores do Estado de São Paulo, e que se mostram claramente nos discursos cada vez mais presentes em jornais e revistas que circulam comumente nas cidades paulistas, a partir do século XX.

Como afirmam Williams (2000) e Thomas (2001), a ida de grandes levas humanas para as cidades parece ter despertado, já a partir do século XVIII na Europa, uma saudade pela natureza perdida, resultado de um certo estranhamento com o modo de vida urbano. A valorização crescente da jardinagem e da arborização, nas cidades, tenta promover uma espécie de reencontro, entre o homem e a natureza. As árvores e as plantas cultivadas com o objetivo estético ou paisagístico, sem qualquer finalidade econômica, apontam para essa lenta reaproximação.

Portanto, a constante e crescente valorização da arborização nas cidades, facilmente encontrada nos jornais e revistas paulistas no início do século XX, são indícios da formação e do fortalecimento de novas sensibilidades, que apregoavam uma reaproximação entre o homem e o mundo natural. Em outras palavras, fortalecem-se os discursos que pediam uma mudança na visão preponderante que entendia a natureza somente mediante os interesses econômicos, em um processo semelhante ao que já vinha ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos.

Tais sensibilidades urbanas compreendiam os jardins e as árvores como uma espécie de cura para a doença da cidade moderna (SCHAMA, 1996). É esta crença que se mostra presente em um articulista do interior paulista, ao cobrar diretamente da prefeitura de São José do Rio Preto ações mais contundentes quanto a arborização da cidade “A arborização da cidade é outra medida que, com pouco sacrifício, a prefeitura poderá resolver, concorrendo para o embelezamento da cidade e conforto de seus habitantes” (A NOTÍCIA, 1925, s.n).

O apelo ao embelezamento revela que as árvores são consideradas parte do espaço urbano, complementando e contribuindo para o conforto estético e material dos cidadãos. Árvores que são plantadas e adequadas às necessidades urbanas, como o fornecimento de sombra, e não pelos frutos ou madeira que possam fornecer. As árvores e o jardins plantados nas cidades obedecem a uma outra lógica, que aponta para uma apreciação da natureza por si mesma, pelos sentimentos que ela pode despertar no homem, desvinculados necessariamente dos interesses econômicos. É nesse sentido que um artigo, em 1940, defende a derrubada e a substituição de várias árvores, por não obedecerem aos interesses paisagísticos, demonstrando que o valor individual de cada árvore ainda não era uma preocupação comumente observada.

Boa idéia, por certo, a que ve a administração municipal de cortar e erradicar, ao menos das ruas principaes, as árvores que ahi foram plantadas a 10 anos, e que não servem para o fim a que foram destinadas.
[...] Existem inúmeras árvores nativas e estrangeiras, experimentadas na arborização das cidades, com melhores resultados. Por exemplo: lindas canelinhas, belas figueiras que já existentes em vários pontos da cidade, e que satisfazem a todos os requisitos de arborização urbana (A NOTÍCIA, 1940, s.n).

Essa valorização das árvores e das flores, dos jardins e do paisagismo revela uma relação diferente no modo como a natureza era percebida. Entretanto, essa nova natureza que se constrói no espaço urbano deveria seguir padrões racionais, diferenciando-se, portanto, da natureza

selvagem e indomada encontrada nas florestas. Desejo de controle que se expressa claramente em uma pequena nota de jornal, publicada em 1928:

Há em todas as cidades cultas, por parte da municipalidades, uma preocupação constante pela arborização das ruas e avenidas [...] são na verdade as árvores, pelo trato que apresentam nas ruas, a primeira amostra, para o observador sagaz, de uma boa administração. E vem em seguida o que firma definitivamente o conceito de cidade culta e é a qualidade ou espécie apropriada de árvores preferencialmente plantadas em virtude de adequado plano ou systema de arborização (A NOTÍCIA, 1928, s.n).

A vontade de enquadrar a natureza a um tipo de apelo estético determinado mostra o quanto esse reencontro entre o homem e o mundo natural se dá dentro de uma lógica urbana. Essas novas demandas pelo verde dos jardins e das árvores que surgem nas cidades, a partir do século XVIII, dão origem, no final do século XIX, ao conceito de cidade jardim, que tentava trazer o mundo natural às cidades não somente como complemento aos espaços urbano, e sim como transformador desses próprios espaços. Unir o melhor da cidade com o melhor do campo, dando origem a um novo tipo de sociabilidade, que beneficiaria todos os cidadãos; esse era o desejo dos arquitetos e urbanistas que vislumbravam esse projeto, com destaque para o Inglês Ebenezer Howard, que, no início do século XX, já defendia essa nova forma de pensar o espaço urbano (GUERRAND, 1991).

Mesmo distante do conceito de cidade jardim, que seguiam padrões de construção mais rígidos e que dialogavam principalmente com os projetos desenvolvidos na Inglaterra e nos Estados Unidos, a arborização extensiva era uma demanda cada vez maior nessas novas cidades do interior. Os esforços da municipalidade em aumentar, de forma contundente, a quantidade de árvores no espaço urbano, eram cada vez mais enaltecidos nas páginas dos jornais do noroeste, “[...] O horto florestal do Estado forneceu a municipalidade, sem ônus algum, mais de 1 milhão de árvores, metade dellas bastante desenvolvidas e que por isso modificarão, dentro de poucos tempo, o aspecto de muitas das nossas vias públicas” (O MUNICÍPIO, 1935, s.n).

Nesse contexto de valorização crescente das árvores no espaço urbano, que cativava rapidamente os olhares dos setores médios citadinos, para quem o campo se tornava uma realidade cada vez mais distante, sobrava ódio e desprezo nas páginas dos jornais pelos que destruíam a arborização. Uma pequena passagem de um texto intitulado “Um velho e renitente

abuso que deve ter fim, por amor a Rio Preto”, publicado em 1943, demonstra o inconformismo do cronista com tal atitude:

[...] é incrível, mas é verdadeiro, que a Diretoria de obras luta, o ano inteiro, para conservar em ordem a arborização urbana. Entretanto, há indivíduos que têm alma de carcoma. Semelhantes ao inseto são inimigos implacáveis da árvore. Sentem verdadeira fobia dêndrica (A NOTÍCIA, 1943, s.n.).

Por outro lado, a resposta aos que ainda não comungavam do amor pelas árvores deveria vir não pela violência, mas pela educação, que para boa parte dos intelectuais das décadas de 20 e 30 era a chave para a transformação da realidade brasileira. A comemoração no Brasil do dia da árvore, a partir de 1902, por iniciativa do botânico sueco Alberto Loeffgren, inspirado no *arbor day* norte americano, revela a preocupação com o despertar de uma consciência ecológica, principalmente nas crianças. Em 1925, o jornal *A Notícia* trouxe um interessante artigo propagando a importância da conscientização de todos, em relação à necessidade do respeito ao meio ambiente:

Os mestres que neste dia ensinam as crianças a venerar na árvore, o symbolo da vida que renasce, lembra também aos grandes, aos adultos que devem cessar a barbaridade das derrubadas, das queimadas conseqüentes, que produzem desertos. [...] Que o eco das vozes infantis levem aos homens a noção da responsabilidade que lhes cabe no futuro da pátria. E que adoptem a praxe, o hábito de não derrubar uma árvore sem plantar outra em seu lugar (A NOTÍCIA, 1925, s.n.).

Exemplos como este se avolumam, permitindo concluir que, nas primeiras décadas do século XX, aumenta o clamor pela presença de espaços verdes nas cidades, ao mesmo tempo em que se fortalecem, na mídia impressa, discursos mais contundentes e diretos contra a exploração utilitarista e desmesurada da natureza. Pode-se observar claramente um aumento considerável de uma oposição direta, que emanava de várias realidades sociais, contra a rápida destruição das florestas no Estado, desencadeada principalmente por uma realidade bastante concreta: a falta de madeira para combustível e construção que já afetava as cidades paulistas no período.

As discussões sobre a falta de madeira no Brasil, por mais absurdas que possam parecer em um país com imensas reservas florestais, remontam, a pelo menos, o século XVIII, quando a coroa portuguesa já tentava controlar a devastação por meio de leis e decretos régios, na maioria das vezes, simplesmente desprezados por todos (DEAN, 2000; PÁDUA, 2002). No Estado de

São Paulo, apesar da economia canavieira do século XVIII também ter oferecido uma pressão importante sobre as florestas, foi o desenvolvimento da cafeicultura que impulsionou a grande destruição das áreas florestais tanto na capital quanto no interior (DEAN, 2000). A falta de combustível e de madeira tornou-se um problema amplamente discutido em São Paulo desde as décadas finais do século XIX, e deu origem a posicionamentos bastante ostensivos contra a destruição das áreas florestais que ainda existiam no Estado.

A pressão que a economia cafeeira exerceu sobre os recursos florestais foi direta, na medida em que grandes áreas de floresta foram tomadas pelos fazendeiros, e a cobertura vegetal, após a queimada, foi o adubo principal que alimentou os milhões de pés de café que se espalhavam por todo o estado. Por outro lado, o desenvolvimento populacional e urbano que se seguiu ao surto cafeeiro aumentou a demanda pelos recursos da floresta, principalmente madeira para a carpintaria e marcenaria, além de lenha para combustível. Também a implantação e o constante crescimento da malha ferroviária paulista trouxeram a necessidade de milhares de dormentes, além de grande parte das locomotivas serem alimentadas com carvão vegetal, ou mesmo diretamente com madeira (DEAN, 2000).

O resultado principal para o mundo natural de tantas transformações - a devastação das florestas - começou a não passar despercebido aos olhos de determinados setores das camadas médias urbanas ou ainda dos grupos ligados direta ou indiretamente ao conhecimento científico. Vários textos publicados em jornais e revistas apontam para a formação de uma oposição à rápida destruição das florestas, e principalmente do seu principal algoz: a queimada, base fundamental da produção agrícola cafeeira.

Em 1913, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, o sócio Antonio Raposo de Almeida (1913) já registrava, com bastante pesar, a destruição florestal na região de Campos do Jordão, que teria desencadeado desequilíbrio da biota local. O autor afirma, com certo saudosismo, que conheceu “os Campos sem uma cobra, sem ervas venenosas, sem carrapatos, sem qualquer insecto, e nas águas sem qualquer vida animal” (p. 221). Entretanto, a mudança da realidade ecológica da cidade que, no final do século XIX, era um dos destinos mais requisitados pelos amantes dos poderes curativos das estações hidrominerais, já havia se dado na visão de Almeida “hoje, com a devastação e a queima das matas ao redor, e a destruição dos pinheirais e diminuição de suas ubérrimas exalações, essas excellentes circunstâncias diminuíram muito” (p. 221). Alguns anos mais tarde, também na revista do Instituto paulista, o Tenente- Coronel e

historiador militar, Pedro Dias de Campos, chamava a atenção das autoridades estaduais para a atual situação de degradação ambiental no morro do Jaraguá, nas circunvizinhanças da cidade de São Paulo. Criticando principalmente os proprietários de terras da região, Campos fez uma eloquente defesa da mata que outrora existiu no local, opondo-a ao panorama atual de desflorestamento observado nas encostas do morro.

Há apenas dez annos que a inextricável floresta virgem, foi, pouco a pouco, criminosamente arrasada, sendo as primorosas essências florestaes, reduzidas ao negro carvão, combustível preferido nas lareiras improvisadas da extranja aventureira. As árvores formosas, cujas ramagens em comas ondulantes e floridas perfumavam o ambiente – davam a visão de um cômodo coberto de verde tapete. Essa belleza natural já não existe. A ganância pelo lucro, reduzido a mysterioso pico e suas encostas, em um monte desnudo, pardacento e triste. A alegre e verdejante elevação, despida agora do seu ornamento natural, faz lembrar um amontoado de escombros reunidos naquelle ponto.

Quem o avistar hoje, negreando entre a sua auréola de nuvens brancas, acreditará tratar-se de um monte rochoso, onde nunca existiu a vida vegetal. Há apenas um descenso que elle a esse estado foi reduzido, pela mão impiedosa de proprietários interesseiros (CAMPOS, 1929, p. 61).

As queimadas descontroladas, o grande inimigo das florestas paulistas, iniciadas pelos fazendeiros como forma de abrir caminho para as plantações e para a pecuária, também foram alvo de várias críticas desses conservacionistas. A situação de descontrole dos incêndios, que se alastravam para além das fronteiras das fazendas, destruindo áreas muito mais extensas do que era realmente necessário, contribuiu fundamentalmente para a marcha da destruição. Na década de 20, leis estaduais foram criadas em São Paulo para tentar punir os incêndios no Estado, causados principalmente nas épocas de preparo do solo para o plantio. Em 1927, a Secretaria de Agricultura do Estado e o Serviço Florestal editou a lei nº 2.223, de 31 de dezembro, proibindo as queimadas e a soltura de balões (MARTINS, 1991). Os fazendeiros que empreendessem queimadas deveriam seguir regras determinadas pelo Serviço Florestal, como manter uma área de proteção ao longo das matas a serem destruídas - os aceiros - e avisar os vizinhos, mas a falta de cumprimento da lei era uma constante⁴³ (DEAN, 2000).

⁴³ Em 1928, o jornal *O Município* reproduziu uma carta do então Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Fernando Costa, que lembrava a todos da existência da lei nº 4.464 que legislava sobre as queimadas nas propriedades rurais. O alerta do secretário era mais uma tentativa de coibir a prática comum e de difícil fiscalização. A reprodução de parte do decreto dá uma idéia de como, ao menos no papel, o controle das queimadas era rigoroso:

Desde a década de 20, os jornais da região Noroeste publicavam incessantes denúncias contra o mau uso das queimadas pelos fazendeiros. Um bom exemplo dessas críticas encontra-se em um artigo publicado em 1944 no jornal *A Notícia*. O próprio título, “Continuam a causar prejuízos inestimáveis à zona rural desta região – as queimadas brutais que devastam enormes áreas de vegetação”, já deixa claro o seu propósito, que além de empreender um ataque direto aos fazendeiros descuidados, critica também, indiretamente, a ineficiente fiscalização dos órgãos competentes sobre o problema.

A inominável brutalidade das queimadas, quase sempre provocadas por descuido, não raro por perversidade, continua a causar demissões e prejuízos à nossa região.

[...] É indispensável a adoção de medidas práticas contra o fogo [...] mas a melhor providência consistiria na proibição de “queimar a roça” e só consentir a queima quando requerida licença, pelo interessado, a uma autoridade rural, que somente o concederia depois de, verificar, no terreno, a eficácia das medidas de limitação do fogo. Pelas desobediências, punição severa, mais severa ainda para os casos dolosos (A NOTÍCIA, 1944, s.n).

O artigo também chama a atenção para a existência de um outro sujeito, que com os fazendeiros aparece como agente da destruição: é o indivíduo que provoca incêndios por diversão ou vandalismo. Esta espécie de piromaníaco dos campos recebia o desprezo absoluto desses defensores da floresta, sendo apontado também como um dos responsáveis pelo desastre das queimadas. Um texto publicado em 1944 deixou, de forma evidente, a repugnância contra esses que se divertiam com o ato de atear fogo às matas. Intitulado “Inadvertência ou embriaguez, mas sempre um crime – o que se faz com as matas em nossa região”, o autor aponta para a destruição não somente das árvores com os incêndios, mas também para os prejuízos causados à fauna e à flora.

[...] todos os anos é isto, embora nem sempre ocorram queimadas das proporções que noticiamos. É um velho prazer que sentem muitos indivíduos de nossa gente, o de atear fogo as matas, para presenciar o ímpeto inicial das chamas, e

“Art 23 – Ninguém poderá lançar fogo em suas roçadas, derrubadas, invernadas ou quaisquer outros terrenos contíguos ou a terceiros, sem que tenha feito aceiro preventivo, com a largura mínima de 6 metros, avisado aos vizinhos com antecedência de 24 horas, e mantida, enquanto durar a queimada, uma turma de vigilância para evitar a propagação das chamas.

Parágrafo 1 – O proprietário que tiver de proceder a queimada em seus terrenos deverá, além das disposições estabelecidas neste artigo, obedecer às instruções expedidas pelo serviço florestal” (O MUNICÍPIO, 1929, s.n).

depois o imponente e terrível espetáculo do incêndio que se alastra, destruindo tudo, enchendo as noites de clarões sinistros e os dias de gigantescas nuvens de fumaça.

É um prazer comum á criança e ao selvagem, mas o fogo nessas condições não seria posto as mattas nem pelos selvagens, que compreendem o prejuízo para a caça e a produção de frutas silvestres. Fogo assim, só mesmo gente que pensa que é civilizado é que põe.

Parece que seria de todo a oportunidade por em prática algumas das medidas repressivas, que valeriam pelo exemplo, como futura prevenção. Provocar incêndios é crime punido com penas severas. Mas não nos consta que alguém tenha sido punido em tempo nenhum, muito embora se saiba, quase sempre, quem ateia [...]

A repressão enérgica seguramente concorreria para por fim ao costume de atear fogo aos campos e matas e isto seria do mais alto benefício, sendo de todo ocioso dizer o que significa essas queimadas para os particulares e para a comunidade social (A NOTÍCIA, 1944, s.n).

Ao criticar as queimadas, muitos dos que propagavam a necessidade da conservação acabaram opondo-se inclusive ao discurso que propagava o progresso como a única finalidade importante. Ao apontar as conseqüências do desenvolvimento dessas forças econômicas, fundamentalmente a destruição do mundo natural, muitos desses escritores acabaram gerando uma série de textos que se opunham diretamente ao pensamento preponderante que acreditava no progresso capitalista. Geraram, portanto, ao posicionarem-se contra o desenvolvimento econômico baseado na exploração desmedida do mundo natural, uma forma importante de crítica ambiental. Apontaram, além do atraso tecnológico e educacional, principalmente nas áreas rurais, o próprio capitalismo, como responsável pela destruição da natureza, na medida em que o sistema econômico hegemônico propagava o lucro fácil e a sonho do progresso como finalidade maior do homem.

Desse modo, esses indivíduos que gravitavam em torno da produção discursiva paulista, tanto em jornais quanto em revistas especializadas, diferenciaram-se daqueles primeiros críticos ambientais brasileiros do século XVIII, que não fizeram uma oposição contundente ao processo de expansão econômica, delegando a responsabilidade pelos impactos causados ao mundo natural fundamentalmente ao atraso tecnológico do país.

Exemplo bastante elucidativo desse tipo de pensamento pode ser observado em um artigo publicado em 1943. Com o título “Aniquilando o sertão”, o autor reafirma não só a sua crítica contra o caráter negativo da busca indiscriminada pelo progresso econômico, mas também propõe

a necessidade de se perceber a natureza como um componente primordial na manutenção da vida humana.

[...] e nessa ânsia pelo progresso e de civilizar, o homem faz um grande mal a si próprio, com a impiedosa e inconseqüente devastação das matas.

Os seus terríveis efeitos já estão se fazendo operar [...] os governos estão tomando medidas drásticas no sentido de coibirem a destruição das matas, e de estimular o reflorestamento dos terrenos mais devastados.

O sertão é a energia adormecida. A mata é a sentinela avançada que guarda e conserva esta energia. A destruição das matas é o aniquilamento desta energia. A destruição das matas é o aniquilamento do sertão.

[...] Desde o mais humilde e descuidado sitiante, até o mais opulento e precavido fazendeiro, estão a braços com a falta de madeira e de lenha para o seu próprio consumo.

É que as matas foram destruídas, e não cuidam de deixar em seu lugar o pinheiro ou o eucalipto, como substitutos imediatos.

Urge pois o reflorestamento das terras devastadas pela ação do homem.

Não há paiz na velha Europa que não tome o reflorestamento como norma de vida e de economia previdente.

Onde se corta uma árvore, outra se planta em seu lugar. Porque não se faz o mesmo aqui? Na Alta Araraquarense, em São Paulo, no Brasil.

[...] Além disso há outros fatores maléficos gerados ou decorrentes da devastação das florestas. Residem elas no desequilíbrio dos climas, na formação das secas, na esterilidade precoce de terra.

Devemos poupar o mais possível as matas, devemos reflorestar o terreno despido, como um obrigação para nós e a nos mesmos (CORREA, 1943).

Essa crença na necessidade de se construir relações mais harmoniosas entre o homem e o mundo natural, com resultados benéficos para toda a sociedade, e que acabaria se tornando um ponto chave em grande parte do discurso ambientalista moderno, encontra-se nesse texto em toda a sua essência. Portanto, preservar a natureza era resguardar o próprio homem. Este tipo de discurso, bastante direto e alarmista, com certo apelo *apocalíptico* - preservar ou morrer – e que se pode observar claramente no artigo de Correa, acabou contribuindo fundamentalmente para a disseminação dos discursos ambientalistas a partir da década de 1950 e 1960. Como afirma Garrard (2006), tal argumento urgente e milenarista, que fundamentou o discurso de muitos grupos de defesa do meio ambiente, ajudou a fortalecer os movimentos ecológicos após a Segunda Guerra Mundial. Ao apresentar um futuro para o mundo marcado por desastres naturais, variações climáticas e índices mortíferos de poluição química e nuclear, o discurso ambientalista apocalíptico conseguiu “eletrizar os militantes, converter os indecisos e, quem sabe, em última instância, influenciar o governo e a política comercial” (GARRARD, 2006, p. 149).

Um outro aspecto bastante comum a esses textos com um teor apocalíptico é a crítica às forças econômicas que impulsionavam o homem no processo de conquista da natureza. Para alguns, a destruição do mundo natural que se seguiu ao processo de conquista do interior paulista foi um preço alto demais, superando as supostas conseqüências positivas da expansão econômica. Em 1927, o jornalista Abílio Cavalheiro, analisando esse movimento de conquista do interior a partir de suas experiências em São José do Rio Preto, comunga da impressão negativa sobre as marcas indelévels deixadas pelo homem no mundo natural paulista.

[...] Um dia porém a terra fraqueja, já não dá mais os mesmos fructos, já não sorri para nós com o mesmo carinho, aquillo que nos offerece é pouco e é pessimo.

Barafustamos então contra a natureza, revoltamo-nos descaradamente contra a sorte, e por fim, tal qual o amante enfastiado da concubina, abandonamos tudo e seguimos á frente repetir a mesma scena.

A terra, nessa contingência, fica desprezada e com o ventre chupado, como as velhas decrepitas onde a esterelidade provoca a ruína e o exterminio.

Assistimos então a um espetáculo inédicto. As terras novas de hontem, transformadas hoje em áridos desertos.

Da sua superfície surge amotinadamente uma alluvião de gafanhotos que foge em debandada para as novas regiões.

Atraz de si, fica a miséria dos campos debulhados, envolvendo ruínas de cidades mortas.

A vida de hontem, apaga-se, e surge sobre ella, a visão funérea de um crepúsculo de dor, projectando sobre a sua desolação a sombra de uma calamidade extranha.

A terra que por tantos annos fora generosa e fértil, vê-se agora abandonada e triste, sem flores nem vida.

O café, cravando-lhe as raízes na alma, bebera-lhe toda a seiva até morrer junto com ella numa esterilidade precoce.

[...] Após a devastação da floresta que fez a fortuna dos madeireiros, veio a exploração do solo pelos novos arautos da cultura cafeeira, e, a terra, como é natural, pôs toda a sua vitalidade no desenvolvimento da nova floresta, empresentando-lhe de 30 ou 40 annos de producção, todo o ouro que possuía, sem receber de quem n'a explorava um ceitil sequer, com o tratamento indispensável á sua manutenção.

As conseqüências, naturalmente, demoraram, graças á potência productiva da terra, mas...não falharam.

[...] As terras virgens e inexploradas que ainda nos restam dentro do Estado, bem depressa serão tomadas pela onda invasora que se derrama por todos os recantos e, se ésta operar com o mesmo critério com que têm operado os lavradores do centro, bem depressa veremos a vastidão do solo paulista transformado num immenso deserto abandonado. (CAVALHEIRO, 1927/29, s.n)

Nota-se, de forma bastante contundente, o clamor por uma nova forma de entender essa relação com o solo, que não devia, ao olhar do jornalista, basear-se na busca insana pelo lucro fácil, mas sim por relações mais responsáveis entre o homem e a natureza. Também fica evidente neste exemplo a presença marcante da imagem das cidade mortas, construída pelo escritor Monteiro Lobato, no momento em que àquele se refere aos desertos existentes onde outrora havia opulência e riqueza. A narrativa é também bastante alarmista, própria desse tipo de discurso que buscava chocar e mexer com as sensibilidades menos aptas a abrirem mão do suposto *lucro fácil* que a natureza parecia proporcionar. De qualquer forma, eram formas de oposição, ou pelo menos de contestação, da idéia preponderante que costumava alardear e propagar as vantagens de se construir riqueza sobre a natureza, sem preocupações com o futuro.

Afora essas oposições à constante destruição da natureza - principalmente das florestas e do solo - que usavam como argumento tanto as futuras conseqüências negativas para a sociedade, como escassez de chuva e variações nefastas no clima, quanto o apelo emocional ao ainda pouco eficiente *amor pela natureza*, o avanço do desflorestamento e das queimadas continuava. A cada ano, milhares de Km^2 de matas no Estado de S. Paulo eram consumidos pelos imperativos econômicos, e a questão da falta de madeira já era preocupante na primeira metade do século XX.

Além da própria expansão agrícola que abria caminho para plantações e pastagem ao longo da antiga floresta, a escassez cada vez maior de madeira era resultado também do desperdício gerado pelas queimadas, e também do aumento na procura pelo produto, que se potencializam com o desenvolvimento do transporte ferroviário, na medida em que as locomotivas eram abastecidas fundamentalmente com madeira. Havia também o problema do uso extensivo de lenha nas cidades, tanto nas residências quanto nas fábricas, e que seguiam o ritmo do aumento populacional das cidades paulistas.

A dificuldade em se conseguir madeira para os afazeres domésticos e industriais foi tema de um artigo publicado em 1943, em São José do Rio Preto, intitulado “Vai tornando-se cada vez mais precário em Rio Preto o fornecimento de lenha á cidade”. Com um tom alarmista e apreensivo, o autor nos oferece uma idéia não somente da situação do abastecimento de lenha na região, como também dos diversos usos dessa matéria prima e de sua importância para o andamento das atividades econômicas da cidade.

[...] deve-se mencionar como para particularmente merecedor de atenção o fornecimento de lenha para o consumo público. Como se sabe, o uso da eletricidade como substituto do combustível doméstico é praticamente nulo na cidade. Tampouco merece referência o insignificante emprego do carvão de madeira. Resta unicamente como combustível para todos os usos, inclusive até boa parte de usos industriais, pois que aqui ainda se utilizam muitos motores a vapor, a lenha, a preciosa lenha que já há tempos encarece sempre e se torna dia a dia mais difícil de obter...(A NOTÍCIA, 1943, s.n).

Se para as populações urbanas a diminuição da oferta de lenha significava um problema bastante preocupante, devido não somente ao aumento dos preços ao consumidor, mas também à própria insegurança em relação aos afazeres domésticos diários, para o setor industrial e de transportes a questão era central, pois ameaçava o próprio funcionamento das empresas do setor. Foi como resposta a tais preocupações que em 1904 a Companhia Ferroviária Paulista começou a investir na formação de reservas florestais, para suprir as necessidades da crescente indústria férrea. Destacou-se aí a figura do agrônomo Edmundo Navarro, que se tornou o principal especialista do país no cultivo das árvores do gênero *Eucalyptus*. Navarro ocupou cargos que permitiram a sua dedicação total ao plantio desta espécie, com destaque para a direção das reservas florestais da ferrovia paulista e do Serviço Florestal do Estado. Durante mais de 30 anos de trabalho, criou mais de dezessete reservas florestais tomadas pela árvore (DEAN, 2000).

Não obstante os esforços com o eucalipto e as constantes tentativas de reflorestamento, o problema do fornecimento de madeira continuava a preocupar. Em 1947, um articulista do jornal *A Notícia* revelou inquietação com o grau crítico em que se encontrava a situação do fornecimento de madeira para as locomotivas da Estrada de Ferro Araraquarense, além de mostrar o alto custo ecológico para a manutenção das máquinas a vapor funcionando.

Não é possível permanecermos despreocupados ao considerarmos certos factos que se revestem da mais gravidade não obstante o que nem a opinião pública lhes dá atenção nem os governos cuidam deles como cumpria indispensavelmente. E o que se dá com a contínua e desesperada devastação das matas neste estado.

[...] até onde chegue a estrada de ferro, tudo quanto era árvore natural está praticamente tosada. Noticiamos a algum tempo um caso - quase todos são semelhantes - da fazenda próxima de quase meio milhar de alqueires completamente despida de vegetação arbórea. Transformou-se em pasto o que era um denso tapete florestal faz bem poucos anos. Quem aí reside tem que comprar fora lenha necessária para as provisões domésticas. A E.F.A já encontra

difficuldade em adquirir lenha - visto que toda aquela que podia sair das matas acessíveis já foi retirada.

[...] De futuro o reflorestamento, talvez a produção nacional de carvão ou a compra fácil de combustível do estrangeiro, assim como a utilização maior de eletricidade - assegurarão ao nosso transporte ferroviário nesta zona toda a capacidade que temos de exigir dele.

No ponto porém necessitamos urgentemente de caminhões[...] que supram as deficiências de estradas de ferro e favoreçam a movimentação do que produzimos e de que compramos. (A NOTÍCIA, 1947, s.n).

Mesmo após 1950, quando se iniciou a utilização de locomotivas movidas à energia elétrica ou diesel, as ferrovias regionais continuaram a utilizar basicamente da madeira como combustível de suas fornalhas. Pode-se pensar também que a própria escolha pela indústria automobilística, a partir da década de 1950, pode ter sido parcialmente influenciada pelas dificuldades impostas - principalmente em relação ao aumento dos preços – pela escassez de madeira combustível. De todo modo, o reflorestamento foi a solução mais aceita para tentar suprir as necessidades imediatas por madeira combustível e apesar de muitos contemporâneos criticarem o caráter uniforme das plantações de eucalipto, a árvore foi aceita como a solução para o problema. Na *Revista do Brasil*, em sua primeira fase, vários artigos discutiram o problema, chamando a atenção dos leitores para a necessidade do reflorestamento como única resposta à crescente demanda por madeira, em oposição às dificuldades cada vez maiores em obtê-la. Em 1923, o colaborador da *Revista do Brasil*, José Custódio Alves de Lima, já afirmava “devemos convergir todos os nossos esforços na replantação de madeiras no paiz e daquellas que, como o *eucalyptus*, se acham já acclimatadas no paiz” (LIMA, 1923, p. 367). Fundamentalmente, os textos publicados na revista, durante o período, criticavam o profundo desperdício econômico que representavam as queimadas, além de apontar as conseqüências nefastas desse processo, como a erosão do solo ou a influência negativa sobre os rios e nascentes. É nesse sentido que o político mineiro Francisco Badaró pede, em um artigo publicado na revista em 1918, que se puna, com rigor, os destruidores das florestas, propagando a necessidade de “protecção ás mattas que occupam os altos dos montes, as ladeiras e as bordas dos cursos d’agua” (BADARÓ, 1918, p. 61).

Não somente nas páginas da *Revista do Brasil*, mas em todos os jornais e revistas aqui estudados pode-se encontrar textos defendendo as necessidades imediatas não somente do reflorestamento, mas também de uma mudança na relação entre o homem e o meio ambiente, na

primeira metade do século XX. Na *Revista Agrícola de Catanduva*, publicada no ano de 1925, o autor leva o problema da defesa das florestas ao patamar de luta nacional, conclamando todos à ação: “A batalha em favor do reflorestamento, em defesa da árvore precisa tomar um aspecto mais pragmático. Ella precisa ganhar um aspecto grandioso de batalha nacional, porque o problema é um problema de interesse vital para o paiz” (SALOMÃO, 1925, p.23). Estas batalhas desveladas nas páginas dos jornais e revistas certamente ajudaram a fortalecer e construir, de forma lenta e gradual, as bases para a consolidação das leis de preservação da natureza no Brasil. Todo esse conhecimento e clamor, construído desde o final do século XIX, contribuiu sobremaneira para o trabalho de nomes como o do jurista Osny Duarte Pereira, que, na década de 50, foi um dos mais importantes defensores da necessidade de se fortalecer as leis ambientais no Brasil. Pereira também foi um dos responsáveis, entre 1965 e 1967, pela promulgação ou reformulação dos códigos de Pesca, de Minas e Florestal, um verdadeiro marco na história da regulamentação das leis ambientais no país (CUNHA; GUERRA, 2003).

Além do crescente interesse com o destino das florestas, frente ao constante desmatamento que dava lugar a cidades e as plantações em todo o território paulista, pode-se notar também uma preocupação cada vez mais constante com o destino dos animais, que começam a aparecer de forma mais consistente nas discussões daqueles que se preocupavam com as questões relativas ao mundo natural.

4.3 A proteção dos animais

Para grande parte dos historiadores ambientais, apesar de desde a Antigüidade existirem diversos tipos de considerações morais sobre os animais, foi principalmente a partir da época moderna, mais precisamente com o aparecimento do modo de vida urbano e burguês, que se iniciou um movimento mais contundente defendendo o que, de forma bastante simples, pode ser chamado de direitos dos animais.

Tal processo se potencializou na medida em que ocorreu uma diminuição do contato das populações urbanas com o dia-a-dia da vida rural. Em consequência, houve um estímulo à formação de novas sensibilidades, que não viam com bons olhos a matança e o sofrimento diário dos animais, estes que com sua carne ou trabalho, forneciam a base para o trabalho e alimentação cotidiana. Apartados assim do mundo rural, os novos valores burgueses apontavam para a

formação de vivências de carinho, compaixão e afeto em relação a alguns seres, abrindo espaço para novas formas de compreensão da relação entre os homens e os seres vivos. Para Keith Thomas (2001), essas novas formas de percepção foram potencializadas pelo fortalecimento da razão Iluminista que, aos poucos, conseguiu diminuir as distâncias entre os homens e a natureza, criando condições para o surgimento de uma série de pensamentos que passaram a definir razões filosóficas, éticas e morais contra a violência e os maus tratos infligidos aos animais.

Além disso, o desenvolvimento da biologia e das ciências naturais no século XIX, que teve em Charles Darwin o seu maior expoente, mostrou, com rigor e de forma mais completa, a lógica própria do mundo natural e das intrincadas e complexas relações entre os seres vivos e seu habitat em espaços que se desenvolviam de forma completamente independente em relação aos interesses humanos. E foram esses saberes sobre o mundo natural que influenciaram vários cientistas da natureza, em sua luta e defesa pela preservação da vida animal.

Logo, dois fatores podem ser apontados como fundamentais para a compreensão dessas novas sensibilidades que defendiam uma nova forma de relacionamento entre os homens e o animais. Primeiramente, o fortalecimento do modo de vida urbano e a formação da burguesia, que, ao se opor aos modos rurais, - tidos como selvagens - procurava estabelecer contatos mais próximos e menos violentos com os animais no espaço urbano, permitindo o surgimento de discursos que se opunham às práticas até então consideradas comuns, como a vivissecção ou a agressão contra os animais. Além disso, o desenvolvimento das ciências naturais, que aos poucos passou a compreender o quão prejudicial era a interferência dos homens nesse mundo que existia independentemente das vontades e dos desejos humanos.

Um dos nomes mais importantes nesse processo de luta por mudanças na forma antropocêntrica como os animais eram entendidos pelos homens, isto é, considerados como máquinas insensíveis a dor e aos sentimentos, e que existiam para servir única e exclusivamente aos interesses humanos, foi o do filósofo Jeremy Bentham (apud GARRARD, 2006), que comparou a situação dos animais à escravidão, e defendeu a necessidade de se romper com as fronteiras que separavam os homens destes, exigindo que os padrões morais e éticos que defendiam a vida fossem válidos para ambos.

Além de Bentham, outros nomes poderiam ser indicados, tanto no Brasil quanto no exterior, de pessoas que dedicaram tempo de estudo e trabalho a defenderem novas formas de entendimento das relações entre os homens e o mundo animal. Nesse contexto, merece destaque

no Brasil, novamente, o trabalho de José Bonifácio de Andrada e Silva que, no final do século XVIII, já mostrava sua indignação com a pesca predatória e indiscriminada às baleias no litoral brasileiro. Seu relato pioneiro pode ser considerado um dos mais importantes registros sobre a exploração desmesurada e descontrolada das espécies animais do país (PÁDUA, 2002).

Apesar da luta pela defesa dos animais acompanhar o desenvolvimento do movimentos conservacionistas e preservacionistas a partir do século XIX, e da aprovação de leis, tanto em nível nacional quanto internacional, que procuraram garantir a existência ou, na medida do possível, defender as espécies ameaçadas de extinção, o marco do movimento pelos direitos dos animais foi a publicação, em 1975, do livro *Libertação Animal*, pelo professor Peter Singer. Utilizando o termo *especismo*, para caracterizar a dominação de uma espécie sobre a outra – no caso dos homens sobre todos os animais – Singer prega a necessidade de novas formas éticas buscarem um equilíbrio entre os homens e os animais, ou em outras palavras, de uma nova *bioética*, que transforme o modo como os animais foram tratados pelos homens desde tempos imemoriais. Segundo as palavras do próprio autor, esta nova bioética deve ajudar os homens a “trazer os animais para dentro da esfera das nossas preocupações morais e cessar de tratar suas vidas como descartáveis, utilizando-as para qualquer propósito trivial” (SINGER, 2004, p. 23).

O livro também defende a idéia de movimento internacional amplo que busque acabar com o sofrimento de milhões de animais que são submetidos a torturas e a sofrimentos em nome de progresso. Apesar de muitos observarem radicalismo nas propostas de Singer, como na defesa ortodoxa da necessidade do vegetarianismo, seu trabalho trouxe importantes contribuições aos debates sobre os maus tratos aos quais são submetidos os animais. Grande parte do livro *Libertação Animal* se dedica a denunciar métodos violentos de utilização de várias espécies, em centros de pesquisas médicas, ou mesmo revelar as péssimas condições às quais os animais são submetidos, em nome da produção, cada vez maior, de carne para a alimentação humana (SINGER, 2004).

Apesar dessa luta por uma nova ética nas relações entre homens e os demais seres vivos ter se potencializado após a Segunda Guerra Mundial, da mesma forma que ocorreu com o movimento ambientalista em seu sentido mais amplo, já se pode perceber, no começo do século XX, expressões bastante diretas de compaixão, amor e defesa dos animais nesse mundo cultural expresso em algumas revistas e jornais paulistas.

Entretanto, esse valor afetivo que se projetava sobre os animais era bastante seletivo. Alguns mereciam o amor, enquanto que outros o desprezo. Assim, se as cobras eram as grandes inimigas dos lavradores, o tratamento especial dado aos cães já pode ser observado no começo do século XX, nessas cidades que se desenvolvem cada vez mais pelo interior de São Paulo.

Já na década de 1920, os anúncios de cães perdidos mostram o quanto esses animais já fazem parte das esferas de sociabilidade do cenário urbano. Em especial os animais domésticos, que recebiam especial atenção e cuidado e que se diferenciavam dos outros animais principalmente por poderem entrar em casa livremente. Além disso, recebiam um nome pessoal e não eram utilizados como alimento (THOMAS, 2001). Na busca pelos cães perdidos nos jornais, além da descrição atenta das características físicas, como cor ou tamanho do animal, não se podia faltar o nome próprio dado pelo dono. “Desapareceu na madrugada de domingo um cão perdigueiro, de raça *pointer* branco com manchas marrom, grande apesar de novo e que da pelo nome de Nero. Gratifica-se a quem o levar ou delle der noticias exactas ao dono” (A NOTÍCIA, 1925, s.n). Em outro anúncio, um nome mais singelo “Desapareceu um de raça Lulu (legítimo) cor creme, atende pelo nome de Gypi” (A NOTÍCIA, 1925, s.n). A designação das raças específicas - *Pointer* e *Lulu* - demonstra claramente essa linha que separava os animais vira-latas que perambulavam pelas ruas e geralmente eram tratados com desdém ou violência, dos cães fidalgos, ou com *pedigree*.

Essa hierarquização é sinal de uma sensibilidade seletiva, que escolhia determinadas raças em detrimento de outras. Essa diferenciação em raças também revela como esses significados atribuídos aos animais são verdadeiramente projeções do homem sobre ele mesmo. Assim, a divisão hierarquia dos animais ajuda a compreender a própria constituição social, que diferencia os homens mediante sua cultura, religiosidade, poder econômico ou social (THOMAS, 2001). Logo, as raças puras mereciam recompensas, nomes e anúncios em jornais, enquanto os cães vadios eram tratados quase sempre como caso de saúde pública.

Todavia, esses sentimentos de compaixão pelos animais acabam chegando também aos cães menos afortunados. Em um artigo publicado em 1938, o autor critica a forma violenta como os cães vadios eram comumente tratados. O exemplo dos refúgios para animais existentes na Inglaterra, no século XIX, é usado como contraponto às práticas sanguinárias usadas para o controle do número de cães e gatos soltos pelas ruas.

Tem-se procurado ingenuamente ou inadvertidamente acabar com essa verdadeira desgraça mediante matanças de caráter geral. Os fatos encarregam-se de mostrar a improficuidade do processo, que além disso nos desacredita ainda mais como gente cruel e insensata.

Entretanto a criação de um refúgio, que aliás não existe apenas em Londres, mas sim em todas as cidades importantes do estrangeiro, continua de parte como se tratasse de uma superficialidade.

A missão desses estabelecimentos [...] recomenda-se não só pelo lado humanitário, como também pela higiene e segurança individual contra os perigos da raiva (LEITÃO, 1938).

O apelo ao caráter humanitário, além do higiênico, no trato com os animais sem dono nas cidades, mostra o quanto, aos poucos, as práticas até então comuns de controle dessas populações, que variavam entre o uso de armas de fogo ou veneno, começam a despertar a indignação de alguns olhares. Contudo, não foram somente os animais que circulavam no ambiente urbano que receberam a atenção desses olhares preocupados com o mundo natural. A fauna selvagem também teve os seus defensores.

Os debates em torno da proteção dos animais selvagens encontraram um terreno fértil para o seu desenvolvimento, principalmente no final do século XIX, quando começam a se fortalecer movimentos organizados e com força para exigir mudanças na Europa e nos Estados Unidos. É desse período que remontam várias das primeiras leis aprovadas com o objetivo de proteger áreas ricas em diversidade ambiental. Em especial, nas colônias inglesas na África, onde se aprovou o primeiro acordo ambiental do mundo, em 1900, assinado principalmente por países que estavam envolvidos na corrida neocolonial no continente (MACCORMICK, 1992).

Um dos movimentos precursores de defesa dos animais foi liderado pelos ornitólogos. Desde 1868, vários desses especialistas, principalmente alemães, já tentavam iniciar ações contra a destruição das aves, que eram entendidas como importantes para a manutenção das florestas e aliados na agricultura. Em 1902, uma convenção de proteção aos pássaros foi assinada por 12 países europeus, fortalecendo outros movimentos do mesmo gênero por toda a Europa (MACCORMICK, 1992).

A luta pela proteção dos pássaros teve, no Brasil, um importante representante: o zoólogo alemão Hermann Von Ihering, diretor do Museu Paulista entre 1894 e 1916. Formado em medicina e ciências naturais, Ihering certamente foi influenciado pela tradição ambiental alemã, respeitada mundialmente na área de manejo florestal. Chegou ao Brasil para fazer parte da

Comissão Geográfica e Geológica do Estado, até assumir, em 1894, a direção do recém fundado Museu Paulista.

A História de Von Ihering no Brasil começou a se complicar depois da publicação de um artigo na própria revista do Museu, em 1908, defendendo o extermínio dos índios kaingangs, que no momento demonstravam uma resistência ao processo de expansão econômica rumo ao interior (GAGLIARDI, 1989). As idéias expostas por Ihering acabaram enfraquecendo sua posição no cenário intelectual paulista, o que foi potencializado com a primeira guerra mundial. A nacionalidade alemã do diretor do Museu deixou ainda mais difícil a sua situação, levando-o a abandonar o cargo de diretor em 1916.

Se as posições de Ihering eram pouco humanitárias em relação aos índios kaingangs, o mesmo não se observa em relação ao mundo natural no geral e aos pássaros em particular. Em muitos de seus trabalhos publicados nas revistas do Museu Paulista, Ihering demonstra, além de um profundo conhecimento das ciências naturais, uma compreensão bastante apurada sobre as relações ecológicas e a necessidade de preservação da natureza.

Em 1900, o diretor do Museu Paulista defendeu veementemente a necessidade de se criar novas leis de proteção à caça e às aves, além de aumentar a fiscalização sobre a caça no Estado de S. Paulo. Destacando a importância das aves para o equilíbrio natural, principalmente no que se refere à diminuição das pragas e à polinização das plantas, Von Ihering culpa principalmente as “constantes queimadas dos campos [...] e as derrubadas das mattas e capoeiras” (IHERING, 1900, p. 242) como responsáveis pela diminuição e destruição de espécies de aves. Além disso, a caça, cujo lucro muito pequeno, segundo o próprio autor, não justificaria o estrago “Está provado assim, que esta caça insignificante, se não der prejuízo, não poderá dar lucro” (p. 242), e a própria moda européia, que “Desde que [...] deu preferencia ás aves, as casas de confecção e modas consomem quantidade colossal de plumagens” (p.246), contribuíram de forma significativa para perseguição às aves.

Após discutir, com bastante esmero, os exemplos de leis adotadas na Europa e nos Estados Unidos contra a caça das aves, enumerando e analisando especificamente cada uma das legislações apontada por ele, Ihering recomenda como única medida capaz de diminuir a caça desenfreada e criminosa “uma medida radical, usada em circunstancias análogas nos países europeus – a supressão da caça por certo numero de annos” (p. 260).

Alguns anos mais tarde, em um artigo intitulado “Protecção ás Aves”, Von Ihering continua suas críticas à destruição do mundo natural. Culpa principalmente “a ganância do homem” que “já causou estragos immensos, extinguindo numerosas espécies de animaes e plantas, e entre elas muitas de valor econômico” (IHERING, 1910, p. 316). Este trecho em especial mostra a sua preocupação com a exploração racional do meio ambiente, que poderia, quando bem administrado, oferecer riquezas imensas ao país. Como ele afirmou em 1900, a proteção da natureza era uma questão de patriotismo, pois o objetivo final era o engrandecimento econômico do Brasil.

Procurei quanto possível de excluir considerações estheticas e sentimentaes, salientando apenas as consequências fataes da desenfreiada destruição da vida animal para o clima e a producção, mas não posso deixar de pronunciar a opinião, que só a brutalidade e a estupidez podem ficar indifferentes perante a insensata devastação da rica natureza do paiz. O amor do solo com as suas producções vegetaes e animaes é um dos fundamentos mais sólidos do sincero patriotismo (IHERING, 1900, p. 258).

A visão sobre o mundo natural que Hermann Von Ihering deixa transparecer em seus escritos fundamenta-se em uma opção prática, bastante relacionada não somente ao racionalismo que se desenvolveu principalmente na ciência florestal alemã, como também ao movimento conservacionista norte-americano⁴⁴, que defendia a necessidade de se proteger a natureza para a sua melhor utilização. Assim, essas propostas defendiam que a natureza precisava ser utilizada com parcimônia e responsabilidade, cabendo ao Estado as funções de regulador e administrador desses recursos, mantendo o controle sobre a exploração das riquezas naturais. Logo, “a ganância individual visa o lucro immediato, pouco se importando com as consequências que acarreta ás gerações vindouras. É dever do governo oppor se á ganância e ao mau procedimento dos indivíduos e defender os interesses gerais” (IHERING, 1908, p. 493).

Entretanto, Ihering não estava sozinho em sua luta em favor dos animais dentro do Museu Paulista, e uma análise atenta mostra que muitas de suas preocupações ecológicas permaneceram após sua saída, mesmo com a entrada de Affonso de Taunay na direção, o que mudou radicalmente o perfil da Instituição - tornando-a mais um museu histórico do que um centro de pesquisas em ciências naturais. Podem-se encontrar, em vários momentos nas revistas

⁴⁴ O próprio movimento conservacionista norte-americano foi bastante influenciado pela engenharia florestal germânica, fazendo parte da formação intelectual do maior nome do conservacionismo dos Estados Unidos, Gifford Pinchot, que estudou manejo florestal na Alemanha (apud DIEGUES, 1998).

do Museu, ao longo das décadas de 1930 e 1940, elogios ao primeiro diretor da casa, geralmente apontado como um grande defensor da natureza.

Um dos mais ativos naturalistas do museu, o zoólogo Herman Luederwald, reproduziu palavras atribuídas por ele à Hermann Von Ihering, como exemplo das preocupações do diretor “Um museu de história natural [...] deve procurar conservar e proteger de todos os meios a natureza, e nunca mancomunar-se com os que querem destruí-la (LUEDERWALDT, 1921, p. 486). Da mesma forma, lutas iniciadas por Ihering, como na defesa da avifauna brasileira, mantiveram-se, como se pode observar em um artigo publicado em 1931, escrito pelo médico paulista Francisco Franco da Rocha. Nele, o autor denuncia o comércio de penas de beija-flores que ameaçava a existência dessa espécie em algumas regiões do Brasil.

Só nesta terra, onde há leis que ninguém respeita é que se pôde observar o facto tristissimo que vamos relatar.

Está entre nós um europeu, por além de nossos peccados, não tendo encontrado em que se empregar na sua pátria, para aqui veio com a repugnante incumbência de matar vinte e cinco mil beija flores para uma casa italiana que pretende enfeitar caixas de bombons com as lindas penas dessas avezinhas, victimas de sua própria belleza.

Porque escolheram o Brazil para essa torpe exploração? Porque aqui é uma terra em que se pôde praticar uma barbaridade sem nome, como essa, sem que haja quem proteste. Esse mesmo sujeito diz que há em S. Paulo alguns francezes que exploram esse negocio na Serra de Santos e que, porisso, trouxe elle dois empregados especialmente destinados a percorrer nossas matas e proceder á matança dos 25000 beija flores; e mais, com a promessa de se elevar o contracto a mais setenta e cinco mil colibris, se o negocio der bom resultado. E que tal?

Quem quizer a prova da realidade desse objectivo, veja nos mostruários de uma casa de bombons, em S. Paulo, as caixinhas ornamentadas com penas de beija-flores. Diz elle que é móda. Moda estúpida, contra a qual é preciso que se reaja, até com violência, si tanto fôr preciso(...)

Dentro de alguns annos, da maneira que vão as coisas, se extinguirão no Brasil certas espécies ornithologicas que fazem o encanto de nossas matas e jardins. Quem quizer saber o que é um beija-flor terá de ir a Londres ver a celebre collecção embalsamada, de J. Gould. Aqui, na sua pátria, não haverá mais nenhum (ROCHA, 1931, p. 931).

As palavras de Rocha evidenciam, além de uma crítica indireta aos valores capitalistas, como o desejo do lucro, que impulsionava o homem a desrespeitar a natureza, uma singularidade compartilhada por grande parte daqueles que defenderam suas preocupações ambientalistas: mesmo partindo de centros de enunciação tão distintos, como jornais e revistas especializadas, e

realidades urbanas tão diferentes, como na capital e no interior de São Paulo: ao longo da primeira metade do século XX, percebe-se, de forma evidente, um ar pessimista; de descrença e decepção com o governo, com os órgãos que deveriam fiscalizar os abusos contra a natureza, ou mesmo com o fato de poucos prestarem atenção ao que, para eles, era um problema de suma importância para o país.

Esse sentimento de desilusão tinha várias causas. Leis que não eram cumpridas, descaso das autoridades com os abusos contra a natureza, ou mesmo o falta de pessoal para se fazer cumprir as leis ambientais eram comuns nesses discursos. Em 1900, Von Ihering já demonstrava sua indignação com a falta de leis específicas para regulamentar a caça no país, “Leis de caça, que em outros países obstem á destruição excessiva das aves e outros animais de caça, quanto me conste, no Brazil não há, nem geraes nem estadoaes” (IHERING, 1900, p. 240). Se as leis que tentavam coibir ou regulamentar a caça eram raras, as que existiam não eram cumpridas devido a ineficiência da fiscalização. Em relação à legislação municipal sobre a caça adotada na capital paulista, o autor afirma: “Essa lei não é sufficiente e além de suas deficiencias ella não é observada por falta do necessário pessoal municipal” (p. 241).

Mesmo após a aprovação das primeiras leis que regulamentavam a caça e tentavam coibir o abuso das queimadas e da exploração desenfreada do meio ambiente, a desilusão com as autoridades continuava. Em 1930, ano em que os estudos para a publicação do Código Florestal, que foi aprovado em 1934, já haviam se iniciado, e algumas leis em âmbito municipal e estadual já existiam, Luederwaldt, mais uma vez, exigia providências do governo estadual para a conservação de uma reserva existente naquele momento às margens do ribeirão Ypiranga, na capital paulista. A afirmação do autor é firme e contundente “As mattas devastam-se, a vida animal extermina-se, sem consideração nenhuma [...] O governo deve tomar providências para fazer frente ao esforço dos outros países para a proteção da natureza” (LUEDERWALDT, 1930, p. 322). No mesmo sentido, em São José do Rio Preto, o jornal *A Notícia*, de 1948, cobra uma atitude mais contundente por parte das autoridades com o objetivo de pôr fim à pesca predatória nos rios da região noroeste.

É preciso dizer que também a fiscalização da pesca, como tudo neste estado, anda no mais competente abandono. Esta cidade, é sede de uma inspeccoria exercida por um zeloso e competente funcionário, conhecedor de toda a nossa região. Mas dispõe ele, para fiscalizar uma área vastíssima, de 3 ou quatro auxiliares, os quais devem exercer uma actividade essencialmente móvel, não

pode sair de suas redes locais por falta de verba para viajar. Enquanto isso, pesca-se em qualquer época do ano e com o emprego de todos os meios, até a própria pesca a bomba, como tem chegado ao nosso conhecimento, numa demonstração de vileza só igual à consciência da impunidade (A NOTÍCIA, 1948, s.n).

Apesar da aprovação de leis e dos esforços demonstrados nas páginas dos meios impressos paulistas, o desânimo parecia tomar conta de grande parte desses escritores que tinham o ímpeto de se colocarem contra o pensamento dominante, que abria pouco espaço para argumentação em prol da natureza. Para muitos, essa luta contra a destruição parecia vã e infrutífera, frente à realidade das relações entre o homem e a natureza.

A devastação continua...grande número de lavradores agem com reflexão e egoísmo infantil.

A madeira é lucrativa e as florestas circundam as fazendas expondo sua riqueza verde e provocadora. E derrubam-n'as porque é fácil derrubá-las. Porque não precisam de trabalho custoso que tem o lavrador para colher o fructo. A arvore está alli, folhuda, rida de seiva. Surgiu sem que fosse preciso o trabalho da terra, sem o arado possante a sulcasse e a revolvesse. E a arvore cái e é vendida a bom preço. O seu cadáver hercúleo e despedaçado nas serrarias, trucidado para a vida industrial das cidades [...]

Mas os poetas, os escriptores, os jornalistas, os professores insistem para que não devastem as florestas – que é uma riqueza nacional, um elemento efficiente para a saúde e para o bem estar geral.

E a insistência dos intellectuaes é inútil. Parece um grito no deserto. Ninguém os ouve...(SALOMÃO, 1925, p. 23).

Esse *grito no deserto* aponta para um descompasso evidente entre esse mundo projetado pelos defensores de novas formas de percepção do mundo natural e o que acontecia na prática em todo o território paulista. Como afirma Warren Dean (2000), os imperativos econômicos da primeira metade do século XX fundamentaram-se na exploração da matéria prima - principalmente das florestas – e pouco espaço sobrou àqueles que se colocavam contrários a esse processo de expansão agrícola e industrial.

A marcha do progresso, que avançava a passos largos por todo o Estado de S. Paulo, parecia uma força insuperável para esses primeiros abnegados da natureza, e essa realidade certamente influenciou no tom desalentador e abatido de muitos desses discursos. A crítica não era somente ao pouco caso com a natureza, ou mesmo contra a atitude pouco preocupada dos

homens com o mundo natural. Evidenciava-se que as próprias campanhas buscavam conscientizar para a necessidade de preservação da natureza, e, por isso, foram alvos de críticas, como no exemplo que se segue:

Em nosso estado, a providencia tomada foi a instituição da festa das árvores nas escolas.

Ora, isso, cremos - é de resultados muito duvidosos. Além do mais porque si em theoria prega-se uma coisa, na pratica observa-se outra muito differente.

Que valerá, de facto, ás crianças ouvirem hymnos e cantos e prelecções divinizando as arvores, quando a dois passos da escola vão logo observar uma vasta matta tombando a golpes de machado e ardendo logo depois?

Precisamos pois de providencias mais serias e não nas camadas infantis, mas sim entre os que, de facto, vão sendo responsáveis pela grande calamidade (O MUNICÍPIO, 1927, s.n).

O texto nos mostra o que parece ser um choque entre dois mundos de interesses distintos: de um lado, as projeções de alguns grupos ligados às elites letradas que, por meio dos jornais e revistas, mostram seu descontentamento com a destruição da natureza, entendida como resultado da ignorância, do atraso cultural ou mesmo da falta de perspectivas para o futuro; de outro lado, as relações diárias entre homem e natureza, sendo esta última base fundamental para o funcionamento de toda essa expansão econômica, entendida como prioritária para a criação de empregos, formação das cidades e geradora de progresso material e financeiro. É, portanto, bastante compreensível a existência de muitos textos mostrando desalento e poucas perspectivas de melhoria para a questão do mundo natural.

[...] Se as leis florestais fossem observadas certamente não haveríamos chegado a este ponto. E ao mesmo tempo dispuséssemos educação e recursos para empreender um reflorestamento nacional e econômico, poderíamos corrigir o grosso dos erros cometidos. Nada disso, porém, merece sequer ser lembrado e, pois o facto é que dia após dia o combustível se torna um problema para o povo (A NOTÍCIA, 1947, s.n).

O descumprimento das poucas leis ambientais, o pensamento usual que entendia a natureza como um bem feito exclusivamente para o usufruto do homem, e as demandas cada vez maiores pelos recursos naturais continuavam a estimular a exploração do meio natural, o que levou Hermann Luederwaldt a perguntar, em 1930, nas páginas da revista do Museu Paulista “[...] Não é o caso de nos envergonharmos um pouco por nos acharmos tão atrasados em matéria

de protecção à natureza, em relação a outros países” (LUIDERWALDT, 1930, p. 319). Da mesma forma, um outro texto, publicado em 1938, sobre a necessidade de se construir no Brasil refúgios para os animais abandonados nos centros urbanos, como cães e gatos, o autor demonstra todo o seu desânimo com a falta de interesse sobre o assunto “[...] dos refúgios a que acima se alude temos nós feito uma apurada propaganda, que dura 40 anos, sem o mínimo resultado” (LEITÃO, 1938).

Essas dificuldades enfrentadas por todos aqueles que observavam a destruição da natureza como um lado negativo do progresso são bastante inteligíveis. Em primeiro lugar, não existia, no Brasil, até a primeira metade do século XX, grupos organizados e com força política para realmente modificarem, de forma contundente e permanente, o pensamento preponderante que entendia o mundo natural como passível de exploração e transformação. Isso se observa claramente na história paulista, cuja natureza passou por uma transformação radical desde meados do século XIX, inicialmente impulsionada pela expansão cafeeira, e depois por todos os demais processos de exploração econômica. Atividades como a pecuária, ou mesmo a exploração de matérias primas para a industrialização, potencializada após a década de 1930, trouxeram modificações ambientais a praticamente todas as regiões do Estado.

Essa espécie de vontade geral rumo ao progresso, que se observa na velocidade do crescimento econômico, no desbravamento das terras desconhecidas do interior, no surgimento de novas cidades, além do crescimento industrial e agrícola, dificilmente seria arrefecida em nome do amor pela natureza. Entretanto, isto não impediu que muitos apontassem a destruição da natureza como um resultado negativo desse processo de expansão, e que precisava ser modificado, ao mesmo tempo em que se apontavam restrições ao lucro baseado na destruição desmesurada e gananciosa do mundo natural.

Tais discursos tentaram apontar novos caminhos que pudessem conciliar o progresso econômico e a sobrevivência do mundo natural. Alguns se utilizavam de argumentos sentimentais, como os supostos valores humanitários que deveriam reger o trato dos homens com a natureza. Outros apelavam para a racionalidade científica, respaldados principalmente no conhecimento gerado pelas ciências naturais, que cada vez mais compreendia o quanto a interferência humana ameaçava a existência dos diversos ecossistemas. Havia ainda aqueles que usavam como argumento as vantagens de uma exploração racional do meio ambiente. Não negavam, portanto, a importância da exploração do mundo natural para o desenvolvimento

econômico, mas acreditavam que a educação e a tecnologia poderiam diminuir os impactos ambientais sem prejudicar o lucro e o desenvolvimento econômico.

Por outro lado, outros chegaram a apontar o capitalismo e a expansão econômica como uma das maiores responsáveis pela destruição do mundo natural paulista, na medida em que os imperativos do progresso - fundamentalmente a busca pelo lucro rápido e imediato - não permitia que relações mais amigáveis e menos nocivas pudessem se estabelecer entre os homens e o meio ambiente.

Apesar de não serem preponderantes e de enfrentarem dificuldades de toda a ordem para se impor, esses diversos discursos, que fundamentalmente lutavam por novas formas de convivência entre o homem e o mundo natural, não podem ser desprezados. Eles existiam, tinham um certo espaço nos meios impressos paulistas e acabaram formando uma base de luta e conhecimento que acabou, mesmo que de forma indireta, contribuindo para o desenvolvimento dos movimentos ambientalistas que surgiram no Brasil a partir da segunda metade do século XX.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao lado da exploração e do conseqüente povoamento de todo o interior paulista, a partir de meados do século XIX, pode-se acompanhar, em meio a produção discursiva de determinados jornais e revistas, tanto da capital quanto do interior, a formação de uma crítica ambiental em São Paulo. A análise desse conjunto de textos permite compreender como uma parte das elites e dos setores médios letrados, que formavam fundamentalmente a base de colaboradores dessas mídias impressas, entenderam as relações ecológicas que se desenvolviam nas regiões mais distantes do Estado.

Tais ecologias se baseavam na idéia preponderante que justificava todo tipo de exploração da natureza em nome do desenvolvimento econômico. Da mesma forma, o mundo natural era compreendido como um bem manipulável e totalmente vinculado aos interesses humanos, o que acabou por fortalecer ainda mais as forças produtivas que impulsionaram milhares de pessoas às novas zonas pioneiras. Imersos nesta concepção, brasileiros e imigrantes se dirigiram, em número crescente, às terras férteis e virgens do território paulista, em busca da riqueza e do trabalho que emergiam das plantações de café, de algodão, da pecuária, ou de tantos outros setores da economia que se desenvolviam no interior.

Nesse momento em que novas terras eram desbravadas, a natureza exerceu um papel essencial. Foram as matas e sua diversidade ambiental que ajudaram, em um primeiro momento, no estabelecimento desses enormes contingentes populacionais, em regiões praticamente isoladas e distantes dos grandes centros urbanos. Logo, das matas saiu a madeira para a construção de casas e para o fornecimento de lenha. Do mesmo modo, a caça, a pesca e a coleta ajudaram na manutenção alimentar básica das famílias pioneiras, ao mesmo tempo em que as cinzas da vegetação queimada ofereciam o adubo necessário para o início das plantações que, aos poucos, conquistaram o espaço antes ocupado pela floresta.

A dependência em relação aos recursos naturais gerou uma enorme pressão sobre o meio ambiente, impulsionando a rápida transformação de toda a paisagem do Estado de São Paulo. Assim, o que até meados do século XIX era floresta quase intocada pelo homem, se viu então substituído por cidades, pela pecuária, ou principalmente, por grandes plantações extensivas, dos mais variados gêneros. Todas essas mudanças, de maneira geral, foram motivo de orgulho para

grande parte dos observadores contemporâneos desse processo. A floresta derrubada significava a chegada do progresso e do desenvolvimento, que era almejado não somente no Brasil, mas também em boa parte do mundo ocidental. Não se pode esquecer de que, durante o século XIX, o neocolonialismo europeu - também fundamentado nesse sentimento de conquista - ocorria ainda de forma ostensiva. Como afirma Eric Hobsbawm (1996), a respeito das forças que impulsionavam o imperialismo do século XIX, “Explorar significava não apenas conhecer, mas desenvolver, trazer o desconhecido e, por definição, os bárbaros e atrasados para a luz da civilização e do progresso” (p.83). Nos Estados Unidos, o mesmo pensamento, de crença nos valores do progresso agrícola e industrial, mostrou-se na conquista do Oeste, que tanto contribuiu para o fortalecimento da economia norte-americana e a conseqüente entrada do país no mundo das grandes potências internacionais.

Esse modelo de desenvolvimento, que enaltecia a expansão econômica e o progresso material, por meio da conquista do meio ambiente pelo homem, também é evidente em São Paulo. Não é de se estranhar que a chegada das ferrovias e dos grandes contingentes populacionais, assim como o crescimento urbano nas zonas pioneiras, era comumente chamado de *faroeste paulista*, em uma referência direta ao *far west* americano, do século XIX. Portanto, não se pode perder de vista a inter-relação entre esses processos de desenvolvimento capitalista, que estavam ocorrendo em escala internacional, e que, segundo Hobsbawm (1988, p. 95), atingiu “progressivamente as mais remotas paragens do mundo, numa rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido”.

Contudo, apesar da crença generalizada nos valores positivos do progresso econômico, na virada do século XIX, pode se observar, no Estado de São Paulo, a formação de um contra-discurso, que se opunha a esse pensamento, apontando a interferência do homem no meio ambiente como negativa e prejudicial. Tais discursos entendiam a destruição da floresta e da vida animal, a poluição das águas, ou então, o desperdício das riquezas naturais, não como símbolos do progresso, mas sim tragédias anunciadas, que, em breve, trariam conseqüências ao próprio homem.

Esses contra-discursos lutavam por novas formas de interação entre o homem e a natureza. Os argumentos utilizados eram principalmente de ordem econômica - como a possibilidade de aumentar os lucros por meio da exploração racional -, científica, vinculados ao

desenvolvimento da biologia e da ecologia, e até emocional, como aqueles que invocavam os sentimentos humanitários como justificativa para a proteção da natureza. Esse conjunto de novas propostas de interação com o mundo natural, entre os grupos letrados paulistas, mostra a emergência de uma crítica ambiental, na medida em que estes procuraram refletir sobre os processos de degradação do meio ambiente, em curso na primeira metade do século XX.

O panorama dos debates sobre as relações entre o homem e o meio, que se desenvolvia nas esferas intelectuais paulistas, encontra-se, portanto, dividido em dois principais pólos antagônicos: de um lado, aqueles que apontavam para as vantagens da exploração do mundo natural, entendendo a destruição das florestas e da vida animal como uma consequência normal do progresso. De outro, alguns que criticavam esta idéia de progresso, buscando novas formas de convivência com a natureza e utilizando argumentos científicos, racionais, estéticos e até emocionais para ações protecionistas.

A compreensão dessa dicotomia permite entender um pouco mais sobre as formas como a natureza era representada, entre esses grupos letrados, durante o processo de expansão agrícola rumo aos chamados *sertões*, entre o final do século XIX e meados do século XX. Tais representações da natureza transitavam entre uma visão utilitarista, de um lado, que acreditava no progresso a todo custo; e de outro, por meio de uma visão que pode ser definida como ambientalista, pois apontava para a necessidade de novas formas de compreensão do papel da natureza no mundo. Cada qual, dentro de sua especificidade, acabou fortalecendo diferentes práticas em relação ao meio ambiente.

A visão ambientalista, ao exigir o respeito ao mundo natural, acabou despertando, mesmo que de forma tímida, ações de preservação e conservação, que se mostram por meio tanto de ações individuais, como no caso da denúncia de ações contra o meio ambiente, quanto coletivas, que acabaram pressionando pela aprovação de leis, que tentavam regulamentar e controlar a utilização dos recursos naturais. Entretanto, foi o pensamento utilitarista que preponderou, impulsionando as práticas que pouco espaço deixavam para a proteção da natureza. O resultado foi evidente: o desaparecimento de grande parte da diversidade ambiental do Estado, entre o final do século XIX e meados do século XX.

Mesmo que a compreensão das forças que contribuíram para a vitória da visão utilitarista, naquele momento da história paulista, não contribua para a formação de novas ações ambientais, ou mesmo de políticas protecionistas, pelo menos pôde esclarecer sobre as origens de alguns dos

problemas ecológicos enfrentados na atualidade e que são motivo de preocupação e debates no Brasil e no mundo.

FONTES

Capítulo I

Jornais:

Ainda existem grilos por estes sertões. In: A Notícia, São José do Rio Preto, 17 de dezembro, 1931, s.n.

Anúncio. *Absolutamente incontestáveis...* In: O Município, São José do Rio Preto, 22 de fevereiro, 1931, s.n.

Anúncio. *Com todas as garantias...* In: A Notícia, São José do Rio Preto, 3 de abril, 1931, s.n.

Anúncio. *50 alqueires de terras...* In: A Notícia, São José do Rio Preto, 20 de janeiro, 1925, s.n.

Anúncio. *Escreptório de engenharia...* In: A Notícia, São José do Rio Preto, 3 de abril, 1925, s.n.

Anúncio. *O carro que tem...* In: A Notícia, São José do Rio Preto, 29 de março, 1928, s.n.

Anúncio. *Um Ford tornará...* In: A Notícia, São José do Rio Preto, 12 de novembro, 1924, s.n.

Anúncio. *Um Ford conduzir-vos...* In: A Notícia, São José do Rio Preto, 21 de abril, 1925, s.n.

Anúncio. *Vende-se 500 alqueires...* In: A Notícia, São José do Rio Preto, 29 de janeiro, 1925, s.n.

Anúncio. *Venda de lotes...* In: A Notícia, São José do Rio Preto, 13 de janeiro, 1925, s.n.

Anúncio. *Venda de terras...* In: A Notícia, São José do Rio Preto, 22 de setembro, 1925, s.n.

Carne de vaca, lombo de... In: O Município, São José do Rio Preto, 15 de maio, 1925, s.n.

Chegou a hora de Rio Preto... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 8 de março, 1942, s.n.

Como o sertão se transformou em 10 anos. In: A Notícia, São José do Rio Preto, 7 de julho, 1946, s.n.

Esteve em festas Ontem... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 20 de julho, 1925, s.n.

Não existe em todo o Estado... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 7 de julho, 1946, s.n.

O famoso explorador... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 18 de outubro, 1927, s.n.

Ponte sobre o rio Paraná: Feitas as Estradas... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 3 março, 1942, s.n.

Revistas:

CAMPÓO, Eduardo. *Relatório Geográfico da Comarca de Rio Preto*. In: Álbum da Comarca de Rio Preto. São Paulo: Casa Editora Duprat-Maybuça, 1927/1929.

CARVALHO, José Ribeiro Sá. *O desbravamento dos sertões de Araçatuba*. In: Revista do IHGSP. v. XLIV, 1945.

CAVALHEIRO, A. *Rio Preto através da lenda*. In: Álbum da Comarca de Rio Preto. São Paulo: Casa Editora Duprat-Maybuça, 1927/1929.

Em rio preto só... In: Álbum de Rio Preto – secção do Estado de São Paulo, 1918-1919, s.n.

FERNANDES, José. *Cinqüentenário de Bauru*. In: Revista do IHGSP. v. XLVI, 1946.

FERREIRA, Tito Lívio. *Fundadores e povoadores de Jaú*. In: Revista do IHGSP. v. L, 1950.

Fertilíssimo, é formado... In: Revista Agrícola de Catanduva, 1925, s.n.

FREIRE, Hilário. *O primeiro século de Jaú*. In: Revista do IHGSP. v. L, 1950.

FREITAS Jr, Affonso de. *Excursionando...* In: Revista do IHGSP. v. XXV, 1927.

GABAGLIA, Fernando A. Raja. *As linhas de penetração da civilização no Brasil*. In: Revista do Brasil. v. XVI, 1921.

IHERING, Hermann Von. *A distribuição de campos e mattas no Brasil*. In: Revista do Museu Paulista. v. VI, 1907.

KRUG, Edmundo. *As margens do Paranapanema*. In: Revista do IHGSP. v. XXIII, 1925.

LEMONS, Carlos de. *A nossa evolução*. In: Revista do Brasil. v. XVII, 1921.

MACEDO, Henrique Affonso de Araújo. *Parecer sobre um projecto de estrada de ferro de tracção eléctrica para Matto Grosso, do Sr. Augusto Cambraia*. In: Revista do IHGSP. v. X, 1905.

OLIVEIRA, J. J Machado de. *Informação sobre o estudo da navegação fluvial na província de São Paulo, o número de canais e rios navegáveis*. In: Revista do IHGSP. v. XVIII, 1913.

QUEIROZ, Amadeu de. *São Paulo e o Sul de Minas*. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. v. XL, 1937.

SALGADO, César. *São Paulo e seu glorioso destino de civilização*. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. v. XVI, 1950.

SAMPAIO, Theodoro. *São Paulo no século XIX*. In: Revista do IHGSP, v. VI, 1900.

SERVA, Mário Pinto. *O algodão e o futuro do Brasil*. In: Revista do Brasil. v. IX, 1918.

TOLEDO, Alfredo de. *A zona do Ribeira*. In: Revista do IHGSP. v. XV, 1910.

Capítulo II

Jornais:

Acharam um corpo... In: A Cidade, Catanduva, s.d,1935, s.n.

A nossa região precisava... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 5 de julho, 1932, s.n.

Anúncio. *Engenho para serrar...* In: A Notícia, São José do Rio Preto, 1 de fevereiro, 1925, s.n.

Anúncio. *Lenha de superior qualidade...* In: O Município, São José do Rio Preto, 12 de fevereiro, 1931, s.n.

Caçada num rio próximo a Uchoa, uma sucuri... In: A Notícia, 6 de novembro, 1936, s.n.

Cães e Hidrofobia: utilíssimo na... In: A Cidade, Catanduva, 20 de janeiro, 1948, s.n.

Esta villa está se tornando... In: A Cidade, Catanduva, s.d., 1937, s.n.

Na última quarta feira... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 6 de novembro, 1936, s.n.

Pobre Creança devorada por... In: A cidade, Catanduva, s.d.,1934, s.n.

Por onde andaré a famosa... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 1 de julho, 1933, s.n.

Por que os donos... In: Correio de Mirassol, Mirassol, 12 de agosto, 1931, s.n.

Proclama. *Na fazenda do Sr...* In: O Município, São José do Rio Preto, 21 de julho, 1922, s.n.

Roubaram, esquartejaram e partilharam... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 24 de maio, 1935, s.n.

Utilíssimo na roça... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 15 de julho, 1948, s.n.

Várias firmas inglesas... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 14 de novembro, 1934, s.n.

Revistas:

ALMEIDA, A. Paulino de. *Memória Histórica da Ilha de Cardoso*. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. CXI, 1946.

_____. *Bom Abrigo*. In: Revista do IHGSP, v. XXXIV, 1938.

CAMPOS, Pedro Dias. *As Minas de ouro do Jaraguá*. In: Revista do IHGSP, v. XXVII, 1929.

CALÓGERAS, Pandiá. *O Ferro – ensaio de história natural*. In: Revista do IHGSP, v. IX, 1904.

CARVALHO, Maria Conceição Vicente de. *O pescador do Litoral Leste do Estado de São Paulo*. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. XCII, 1943.

CAVALHEIRO, A. *Rio Preto atravez da lenda*. In: Álbum da Comarca de Rio Preto. São Paulo: Casa Editora Duprat-Maybuça, 1927/29.

CAVALHEIRO, A. *A lavoura cafeeira de Rio Preto, comparada com a de todos os Estados da União*. In: Álbum da Comarca de Rio Preto. São Paulo: Casa Editora Duprat-Maybuça, 1927/1929.

CORRÊA, M. Pio. *Município de Iguape*. In: Revista do IHGSP, v. XI, 1906.

FERREIRA, Tito Lívio. *Fundadores e Povoadores de Jaú*. In: Revista do IHGSP, v. XL, 1950.

GUARACIABA, Lorena. *Fernando de Noronha – Histórias, Lendas e Possibilidades econômicas e estratégicas*. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. LXXII, 1940.

JAGUARIBE, Domingos. *Origens Republicanas do Brasil antes do século XIX*. In: Revista do IHGSP, v. I, 1895.

KRUG, Edmundo. *As margens do Paranapanema*. In: Revista do IHGSP, v. XXIII, 1925.

LISBOA, Miguel Arrojado. *A Importância Mineral para a riqueza das nações*. In: Revista do Brasil, v. XVIII, 1921.

LUEDERWALDT, Hermann. *Observações biológicas sobre as formigas brasileiras especialmente no Estado de São Paulo*. In: Revista do Museu Paulista, v. XIV, 1923.

METELLO, Adriano. *O sul do Mato Grosso*. In: Revista do Brasil, n. 77, 1922.

Não é somente em caçadas... In: Revista O século, Catanduva, 1948.

OLIVEIRA, Sebastião Almeida. *Subsídios para a História de Ibirá*. In: Revista do IHGSP, v. XLVIII, 1948.

ORLANDO, Arthur. *Zonas Geográficas brasileiras*. In: Revista do IHGSP, v. XIII, 1908.

PEIXOTO, Afrânio. *Outros Males*. In: Revista do Brasil, v. IX, 1918.

ROMERO, Silvio. *Esboço de classificação das plantas*. In: Revista do IHGSP, v. XIII, 1908.

SALGADO, César. *São Paulo e seu glorioso destino de civilização*. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. v. XVI, 1950.

SAMPAIO, Theodoro. *São Paulo no século XIX*. In: Revista do IHGSP, v. VI, 1900.

_____. *IV Centenário do descobrimento do Brasil*. In: Revista do IHGSP, v. VI, 1900.

Capítulo III

Jornais:

Anúncio. *Quando examinamos as condições...*In: A Notícia, São José do Rio Preto, 22 de maio, 1935, s.n.

Não aprenderão apenas... In: O Município, São José do Rio Preto, 29 de maio, 1942, s.n.

Uma cidade dentro de um fazenda. In: O Município, São José do Rio Preto, 16 de julho, 1936, s.n.

Revistas:

FONSECA, José Pinto da. *Excursão do snr. José Pinto da Fonseca*. In: Revista do Museu Paulista, v. XII, 1920.

GARBE, Ernesto. *Relatório de viagem ao sul do Estado da Bahia*. In: Revista do Museu Paulista, v. XII, 1920.

IHERING, Hermann Von. *Observações sobre a fauna Paulista – recentes explorações do naturalista Ernesto Garbe*. In: Revista do IHGSP, v. VIII, 1903.

_____. *As abelhas sociaes do Brasil e suas denominações Tupis*. In: Revista do IHGSP, v. VIII, 1903.

IHERING, Rodolph. Von. *Biologia das abelhas solitárias do Brazil*. In: Revista do Museu Paulista, v. VI, 1901.

KRUG, Edmundo. *Curiosidades da superstição brasileira (moléstias, remédios, benzimentos)*. In: Revista do IHGSP, v. XXXV, 1938.

_____, Edmundo. *As margens do Paranapanema – excursão realizada em 1905*. In: Revista do IHGSP, v. XXIII, 1925.

LOBATO, Monteiro. *A Nossa doença*. In: Revista do Museu Paulista, v. VII, 1918.

MOREIRA, Albertino G. *Iguape e outras cidades mortas*. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. XCIII, 1943.

NAVARRO, Edmundo. *Terminologia Florestal*. In: Revista do Brasil, n. 80, 1922.

O azoto e a agricultura. In: Revista do Brasil – Debates e pesquisas. Coluna reproduzida do jornal *O Paiz*. Número 90, 1923.

ORLANDO, Arthur. *Zonas Geográficas brasileiras*. In: Revista do IHGSP, v. XIII, 1908.

PAIXA, Rui Miller; MELLO, Maria D. Homem de. *Estudo para a agricultura dos sitiantes*. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. LXXXVI, 1942.

Para manter ou elevar a fertilidade do solo. In: Revista O Século, Catanduva, s.d., 1948, s.n.

SOUSA, Everardo Vallim Pereira de. *Futuro econômico da vasta região Paulista*. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. C, 1945.

Capítulo IV

Jornais:

*A Arborização da cidade é outra medida...*In: A Notícia, São José do Rio Preto, 13 de janeiro, 1925, s.n.

Aniquilando o sertão. In: A Notícia, São José do Rio Preto, 1 de dezembro, 1943, s.n.

Anúncio. *Desapareceu, na madrugada...* In: A Notícia, São José do Rio Preto, 14 de abril, 1925, s.n.

Anúncio. *Desapareceu um de raça Lulu...* In: A Notícia, São José do Rio Preto, 27 de outubro, 1925, s.n.

Boa Idéia, por certo... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 23 de julho de 1940, s.n.

Continuam a causar prejuízos inestimáveis... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 12 de setembro, 1944, s.n.

É incrível, mas é verdadeiro... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 14 de agosto, 1943, s.n.

Em nosso Estado, a providência tomada... In: O Município, São José do Rio Preto, 14 de abril, 1927, s.n.

É preciso dizer que também a fiscalização... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 14 de outubro de 1948, s.n.

Há em todas as cidades... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 18 de outubro, 1928, s.n.

Inadvertência ou embriaguez, mas sempre... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 6 de agosto, 1944, s.n.

LEITÃO, Luiz. *Refúgio de Animais*. In: A Notícia, São José do Rio Preto, 28 de julho, 1938, s.n.

Não é possível permanecermos... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 14 de março, 1947, s.n.

Ninguém poderá lançar fogo... In: O Município, São José do Rio Preto, 15 de julho, 1929, s.n.

*O horto Florestal do Estado...*In: O Município, São José do Rio Preto, 17 de maio, 1935, s.n.

Os mestres que nesse dia... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 22 de setembro, 1925, s.n.

Se as leis florestais fossem observadas... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 8 de abril, 1947, s.n.

Vai tornando-se cada vez mais... In: A Notícia, São José do Rio Preto, 13 de agosto, 1943, s.n.

Revistas:

ALMEIDA, Antonio Raposo de. *Os campos do Jordão na história e na Lenda*. In: Revista do IHGSP, v. XVIII, 1913.

BADARÓ, Francisco. *Mattas ou Florestas*. In: Revista do Brasil, v. VII, 1918.

CAMPOS, Pedro Dias de. *As minas de ouro do Jaraguá*. In: Revista do IHGSP, v. XXVII, 1929.

CAVALHEIRO, Abílio Abrunhosa. *A lavoura e o mal da rotina*. In: Álbum da Comarca de Rio Preto. São Paulo: Casa Editora Duprat-Maybuça, 1927/1929.

IHERING, Hermann Von. *Protecção ás aves*. In: Revista do Museu Paulista, v. IX, 1910.

_____. *Necessidade de uma lei federal de caça e protecção das aves*. In: Revista do Museu Paulista, v. V, 1900.

_____. *Devastação de nossas mattas*. In: Revista do Museu Paulista, v. VIII, 1908.

LIMA, José Custódio Alves de. *Curiosidades*. In: Revista do Brasil, v. XXII, 1923.

LUEDERWALDT, Hermann. *Algumas considerações sobre a protecção á natureza do Brazil e a fauna da reserva florestal do Alto da Serra de Paranapiacaba*. In: Revista do Museu Paulista, v. XVI, 1930.

_____. *A ilha de Alcatrazes*. In: Revista do Museu Paulista, v. XIII, 1921.

ROCHA, Francisco Franco da. *O extermínio de nossa avifauna*. In: Revista do Museu Paulista, v. XVII, 1931.

SALOMÃO. *A devastação de nossas matas*. In: Revista Agrícola de Catanduva, 1925.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (orgs) [et al.]. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. vol. I ao V.

ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Trad. Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

ALMEIDA, Antonio Tavares de. *Oeste Paulista – a experiência etnográfica e cultural*. Rio de Janeiro: Ed. Alba, 1943.

ALVATER, Elmar. *O preço da riqueza – pilhagem ambiental e a nova (Des)ordem mundial*. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

AMARAL, Luís. *História Geral da Agricultura Brasileira*. V. II. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.

ARANTES, Lelé. *Dicionário Rio-Pretense*. São José do Rio Preto: Casa do Livro, 2001.

_____; PARISE, Antonio Carlos. *Desenvolvimento econômico de Rio Preto. 80 anos de ACIRP*. São José do Rio Preto: Casa do Livro, 2000.

ARENDT, Hanna. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

AZEVEDO, Carmem Lúcia; CAMARGOS, Márcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato – furação na Botocúndia*. São Paulo: Ed. Senac, 1998.

AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

BANN, Stephen. *As invenções da história*. Trad. Flávia Villas Boas. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

BAUDRILLARD, Jean. *América*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1986.

BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do povo no complexo cafeeiro*. São Paulo: Edusp, 2005.

BENCHIMOL, Jaime. *Reforma urbana e Revolta da Vacina no Rio de Janeiro*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano – O tempo do liberalismo excludente – v. I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BERNARDES, Júlio Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. *Sociedade e natureza*. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. *A questão ambiental – diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOLINELLI, Maurício; FERNANDES Jr, Fernando; FRANCO, Enio. *A história da Imprensa de Catanduva*. Relatório de Iniciação Científica. Catanduva: FAFICA, 2002.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1974.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

BRADBURY, Malcolm; MACFARLANE, James. *Modernismo – guia geral*. Trad. Denise Brottman. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

BRANDI, Agostinho. *São José do Rio Preto -1852-1894- Roteiro Histórico do Distrito*. São José do Rio Preto: Casa do Livro, 2002.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista – Affonso de Taunay e a memória nacional (1917-1945)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

BRESCIANI, Stella; NEXARA, Márcia (orgs). *Memória e (Res)sentimento – indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

_____. *Metrópoles: As Faces do Monstro Urbano (as cidades no século XIX)*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: volume 5, número 8/9, 1984/1985.

BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *História e Teoria Social*. Trad. Klaus Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

_____. *A escrita da História (org)*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

_____. *O que é história cultural?* Trad. Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.

_____. *História Social da Mídia – De Gutenberg à Internet*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAMARGOS, Márcia. *Semana de 22 – entre vaia e aplausos*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *Villa Kyrial – crônica da Belle Époque Paulistana*. São Paulo: Ed. Senac, 2001.

CAMPOS, Raquel Discini de. *A “princesa do sertão” na modernidade republicana – urbanidade e educação na Rio Preto dos anos 1920*. São Paulo: Annablume, Secretaria de cultura de São José do Rio Preto, 2004.

_____. *Jornalismo e Educação do gosto feminino: um estudo dos jornais da Alta Araraquarense (1920-1930)*. In: BASSETO, Sylvia (Org). *Anais do XVIII Encontro Regional de História: O Historiador e seu Tempo*. Assis: Unesp, 2006.

CANABRAVA, Alice. P. *O algodão em São Paulo 1861-1875*. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1984.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria 2 cidades, 1975.

CARSON, Raquel. *Primavera Silenciosa*. Trad. Raul de Polillo. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A Invenção Ecológica – Narrativas e Trajetórias da Educação Ambiental no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. *A Formação das Almas - o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CASTRO, Edna. *Território, biodiversidade e saberes populares tradicionais*. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org). *Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.

CHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CHIAVENATO, Júlio José. *O massacre da Natureza*. São Paulo: Moderna, 1989.

CLARO, Silene Ferreira. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço de construção da nova identidade paulista após 1932*. In: BASSETO, Sylvia (Org). *Anais do XVIII Encontro Regional de História: O Historiador e seu Tempo*. Assis: Unesp, 2006.

COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Exploração do Rio Tietê – 1905*. São Paulo: Tipografia Brasil de Rothschild e Cia, 1930.

CORRÊA, Dora Shellard. *Paisagens Sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930)*. São Paulo: Tese do Doutorado, Universidade de São Paulo, 1997.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à colônia*. São Paulo: Unesp, 1998.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico – a expansão biológica da Europa 900-1900*. Trad. José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Cia das letras, 2002.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta – periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: Educ, FAPESP, Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

_____. (Org). *São Paulo em Revista*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

CUNHA, Luiz Antonio. *Ensino Superior e Universidade no Brasil*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio Teixeira: *A questão Ambiental - diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DANTES, Maria Amélia; SANTOS, Joseleide Souza. *Siderúrgica e Tecnologia (1918-1964)*. In: MOTOYAMA, Shozo (Org). *Tecnologia e Industrialização no Brasil – uma perspectiva histórica*. São Paulo: Ed. Unesp, Centro Paula Souza, 1994.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. trad. Octávio Mendes Cajada. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.

_____. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid. Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____. *A luta pela borracha no Brasil*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989.

_____. *A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil*. In: *Revista Estudos Históricos: História e Natureza*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 4, 1991.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Ed. Gaia, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org). *Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *O Mito da natureza intocada*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: Fename, 1976.

DORST, Jean. *Antes que a natureza morra*. Trad. Rita Buongermino. São Paulo: Edgard Blucher, 1995.

DOSSE, François. *A História em migalhas – dos annales à história nova*. Trad. Dulce A. Silva Ramos. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

DRUMOND, José Augusto. *A história Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. In: *Revista Estudos Históricos: História e Natureza*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 4, 1991.

_____. *Devastação e preservação ambiental – os parques Estaduais do Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 1997.

DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993/1994. vol. I e II.

FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1986.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1978.

_____. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. *A revolução de 1930*. Brasiliense: São Paulo, 1972.

FEBVRE, Lucien. *O Reno – História, Mitos e Realidades*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano – O tempo do liberalismo excludente – v. I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUERÔA, Silvia F. de M. (Org). *Um olhar sobre o passado – história das ciências na América Latina*. Campinas: Ed. Unicamp, Imprensa Oficial, 2000.

_____. *Ciências Geológicas no Brasil do século XIX*. In: FIGUERÔA, Silvia F. de M. (Org). *Um olhar sobre o passado – história das ciências na América Latina*. Campinas: Ed. Unicamp, Imprensa Oficial, 2000.

FLORES, Elídio Chaves. *A consolidação da república – rebeliões de ordem e progresso*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano – O tempo do liberalismo excludente – v. I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannis Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FRANCISCO, Luís Roberto de. *A gente paulista e a vida caipira*. In: SETÚBAL, Maria Alice (dir.) *Terra Paulista: modos de vida dos Paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado, 2004.

FREIRE, Roberto. *A Farsa Ecológica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste – aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1967.

_____. *Palavras Repatriadas*. Brasília: UNB, 2003.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Brasília: UNB, 1963.

FURTADO, Rogério. *Agrobusiness brasileiro – a história*. São Paulo: Ed. Evoluir Cultural, 2002.

GAGLIA, Vicente Celso. *A História de Catanduva- de A a Z*. São José do Rio Preto: Editora Rio-Pretense, 2003.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec, Edusp, Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1989.

GARRARD, Greg. *Ecocrítica*. Trad. Vera Ribeiro. Brasília: UNB, 2006.

GERBI, Antonello. *O novo mundo. História de uma polêmica 1750-1900*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Roger. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

_____. *A História Nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

GOMES, Leonardo. *Gente que ajudou a fazer Rio Preto uma grande cidade*. São Paulo: Ed. Gráfica São José, 1975.

GONDRA, José. *Artes de Civilizar. Medicina, Higiene e Educação na corte Imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2004.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. *Da Lavoura às biotecnologias – agricultura e indústria no sistema internacional*. Trad. Carlos Eduardo Baesse de Souza e Carlos Schlottfeldt. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

GROVE, Richard. H. *Green Imperialism colonial expansion – tropical island edens and the origins of environmentalism 1600-1860* – Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

GUERRAND, Roger-Henri. *Espaços privados*. In: PERROT, Michelle (org.) *História da vida privada – Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. Denise Bottmann, Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

GUHA, Ramachandra. *O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo*. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org). *Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.

GUIMARÃES, M. L. S. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: v. 1, 1988.

GUIMARÃES, Marco Aurélio; MÁZARO, Renata. *Princípios Éticos e Práticas do uso de animais de experimentação*. São Paulo: Unifesp, 2004.

GUIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha – formações urbanas da Noroeste paulista*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GUNTAU, Martin. *José Bonifácio de Andrada e Silva – Estudos e trabalhos científicos na Europa Central*. In: FIGUERÔA, Silvia F. de M. (Org). *Um olhar sobre o passado – história das ciências na América Latina*. Campinas: Ed. Unicamp, Imprensa Oficial, 2000.

HANAN, Samuel Assayag; BATALHA, Bem Hur Luttembarck. *Amazônia – contradições no Paraíso Ecológico*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1995.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma – a modernidade na selva*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

_____; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do trabalho no Brasil – das origens aos anos 20*. São Paulo: Editora Global, 1982.

HOBBSBAWN, Eric. *A era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *A Era dos Extremos – O Breve Século XX*. Trad. Marcus Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

_____. *A Era dos Impérios – 1875/1914*. Trad. Sieni Maria Campos, Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *A Era das Revoluções – 1789/1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira, Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

_____. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

_____. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Ed. Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

HUNT, Lynn. *A Nova História cultural*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatística do século XX*. In: Base de dados disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso entre fevereiro e julho de 2005.

_____. *Indicadores socioeconômicos das cidades brasileiras*. In: Base de dados disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 8 julho 2006.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato – intelectual, empresário, editor*. São Paulo: Edusp, 2006.

KUHN, Thomas. S. *A estrutura das Revoluções Científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2003.

KUPPER, Agnaldo. *A perda da cobertura vegetal natural no contexto histórico do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Assis: 1993.

LAGO, Antonio; PÁDUA, José Augusto. *O que é Ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LANS, Roger. *Verdes – A Encenação Ecológica*. Portugal: Bertrand Editora, 1993.

LEITÃO, Candido de Mello. *A biologia no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, Coleção Brasileira, vol 99, 1937.

LEITE, Mário. *Paulistas e mineiros plantadores de cidades*. São Paulo: EDART, 1961.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Os historiadores e os rios – natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15; Editora da UNB, 1999.

LOBATO, Monteiro. *As Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

_____. *Idéias de Jéca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

_____. *América*. São Paulo: Brasiliense, 1959.

LODI, Nilce Aparecida. *O ensino médio em Rio Preto 1920 – 1949- Contribuição à história das Instituições de Ensino no Brasil*. São José do Rio Preto: Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto: 1967.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LOVE, Joseph. *A Locomotiva – São Paulo na Federação brasileira 1889/1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUCA, Tânia Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.

_____. *Editoras e publicações periódicas: o caso do Boletim de Ariel*. In: BASSETO, Sylvia (Org). *Anais do XVIII Encontro Regional de História: O Historiador e seu Tempo*. Assis: Unesp, 2006.

MACCORMICH, John. *Rumo ao Paraíso – a história do Movimento Ambientalista*. Trad. Marco Antonio da rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1992.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão – trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Ed. brasiliense, 1987.

MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias raciais e interpretação histórica – o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo 1894-1940*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Assis: 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836*. São Paulo: Edusp, 2000.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *Laboratório de História e meio ambiente: estratégia institucional na formação continuada de historiadores*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 24, 2004.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista – Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARTINS, Zoraide. *Agricultura Paulista – uma história em 100 anos*. São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1991.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias – a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas: Editora Pontes, 1990.

MESSIAS, Rosane Carvalho. *O cultivo do café nas bocas do sertão paulista – mercado interno e mão de obra no período da transição / 1830-1888*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MILLIET, Sergio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuições para a história econômica e social do Brasil*. São Paulo: Repartição de cultura, 1941.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. *Ecologia*. São Paulo: Loyola, 1995.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. trad. Ary França e Raul de Andrada e Silva. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. *Instrução Popular e ensino Profissional: uma perspectiva histórica*. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Tópicos em história de Educação*. São Paulo: Edusp, 2001.

MORAES, Antonio Carlos Roberto. *Meio ambiente e ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MORANDI, Sônia; GIL, Izabel Castanha. *Tecnologia e Meio Ambiente*. São Paulo: Ed. Copidari, 2001.

MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo – da comunidade à metrópole*. São Paulo: Difel, 1970.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1978

MOTOYAMA, Shozo; GALVAN, Cesare G.; BARCELOS, Eduardo. de; MARQUES, Paulo Q.; CAPOZOLI, Ulisses. *Novas tecnologias e o desenvolvimento industrial brasileiro*. In: MOTOYAMA, Shozo (Org). *Tecnologia e Industrialização no Brasil – uma perspectiva histórica*. São Paulo: Ed. Unesp, Centro Paula Souza, 1994.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: Ed. Pedagógica Universitária, 1976.

NAVA, Pedro. *O Círio Perfeito*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

NOGUEIRA, Eliana. *Uma história brasileira da botânica*. Brasília: Paralelo 15, 2000.

NOVAES, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. *Faces da dominação da terra (Jauá 1890-1910)*. Marília: Unesp-Marília publicações, 1999.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Questão nacional na Primeira República*. In: LORENZA, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres d. *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1987.

PEREIRA, Osny Duarte. *Ferro e Independência – um desafio à dignidade nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História cultural*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2004.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo – expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PINTO, Virgílio Noya. *Balanço das transformações econômicas no século XIX*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1978.

PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

PRATT, Mary Louise. *Humboldt e a reinvenção da América*. In: *Revista Estudos Históricos: História e Natureza*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 4, 1991.

RESENDE, Maria Efigênia Lago de. *O processo político na primeira república e o liberalismo oligárquico*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano – O tempo do liberalismo excludente – v. I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *O Povo brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim – inventário de saúde pública*. São Paulo: Ed. Unesp 1993.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROUÉ, Marie. *Novas perspectivas em Etnoecologia: “saberes tradicionais”* In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org). *Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita. *As “Seções de Geologia” do Brasil e a participação da Escola de Minas de Ouro Preto nas Exposições Universais do final do século XIX e início do século XX*. In: BASSETO, Sylvia (Org). *Anais do XVIII Encontro Regional de História: O Historiador e seu Tempo*. Assis: Unesp, 2006.

SAVIANI, Demerval. *O Legado educacional do “longo século XX” brasileiro*. In: SAVIANI, Demerval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa de Fátima [et al.]. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Editora Autores Associados, 2004.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; COSTA, Ângela Marques da. *No tempo das certezas 1890-1914*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE. *Perfil ambiental e estratégias*. São Paulo: Secretaria do meio ambiente, governo do Estado de São Paulo, Cetesb, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na metrópole – São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Trad. Marly Winckler. Porto Alegre/ São Paulo: Lugano, 2004.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco – raça e nacionalidade no Pensamento racial brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

STRAUSS, Claude Lévi. *Tristes Trópicos*. Trad. Gabinete Literário de Edições 70. Lisboa: Ed. 70, 1993.

STROHMEIER, Gerhard. *Wild West Imagery: Landscape, Perception in nineteenth century america*. In: TEICH, Mikulás; PORTER, Roy; BO, Gustafsson (Orgs). *Nature and Society in Historical Context*. Great Britain: Cambridge University Press, 1997.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui – o narrador, a viagem*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

TAVOLARO, Sérgio Barreira de Faria. *Movimento Ambientalista e Modernidade – sociabilidade, risco e moral*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2001.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. *Ciência e Saúde a terra dos bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período 1903-1916*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

TIEZZI, Enzo. *Tempos Históricos, Tempos Biológicos – A Terra ou a morte: os problemas da nova ecologia*. Trad. Frank Roy Cintra, Luiz Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Ed. Nobel, 1988.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da solidão- uma história de São Paulo das origens a 1900*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

TURNER, Frederick. *O Espírito Ocidental contra a natureza – mito, história e as terras selvagens*. Trad. José Augusto Drumond. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

URBAN, Teresa. *Saudades do Matão: relembando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: Ed. UFPR, 1998.

URE, John. *Invasores do Amazonas*. Trad. Marisa Gomes. Rio de Janeiro: Record, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VARGAS, Milton. *Construção de Estradas*. In: MOTOYAMA, Shozo (org). *Tecnologia e Industrialização no Brasil – uma perspectiva histórica*. São Paulo: Ed. Unesp, Centro Paula Souza, 1994.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical – história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

VIOLA, E. *O Movimento Ecológico no Brasil*. In: PÁDUA, José Augusto (org). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1987.

VITOR, Mário A. Moraes. *A devastação Florestal*. São Paulo: Sociedade brasileira de Silvicultura. 1981.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

WORSTER, Donald. *The Wealth of Nature. Environmental History and the ecological imagination*. New York/ Oxford: University Press, 1993.

_____, *Para fazer história ambiental*. Trad. José Augusto Drummond. In: *Revista Estudos Históricos: História e Natureza*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 4, 1991.

ZULAF, Werner E. *A Ideologia Verde*. São Paulo: Geração Editorial, 1995.

